



Llegar, Estar y Salir: da Venezuela ao Brasil

Júlia Capdeville

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Llegar, Estar y Salir: da Venezuela ao Brasil

Júlia de Capdeville e Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo

Brasília, junho de 2021

Agradecimentos

Em primeiro lugar eu agradeço a minha mãe, Adrienne Capdeville, que é o motivo de eu estar escrevendo esse agradecimento numa página separada, porque agora ela está lendo meu texto. Minha mãe além de todo afeto, suporte emocional, presença mesmo quando eu estive longe, apoio nas várias mudanças de estado civil e de moradia, é a minha leitora mais fiel. Agradeço por ser o lugar para onde voltar e por sua inestimável colaboração na minha trajetória acadêmica: pelos seus conselhos, *copydesks* e por me fazer repensar e amar ainda mais a antropologia quando dizia “na minha área a gente escreve diferente, mas parece que na de vocês pode ser assim”. Espero te dar ao menos um pouco do orgulho que tenho de ter sido criada por uma mulher batalhadora que não tem medo de se reinventar.

Agradeço ao meu avô Guy Capdeville, que já não está presente fisicamente, mas sempre vai ser inspiração para sonhar alto. A minha avó, Maria do Carmo de Paula Capdeville e a minha tia Christine Capdeville que são minhas segunda e terceira mães, que torcem e vibram comigo seja viajando pra me ver, ou nas nossas divertidas chamadas de vídeo.

Aos meus primos Nick, Anne, Igor, Elisa, Gabi, minhas tias Solange, Lana, Vanessa, meus tios Charles, Domingos, Guy e Claude, que acompanharam as várias reviravoltas da minha vida desde que entrei no mestrado e que estiveram sempre presentes dando apoio e amor. Mal posso esperar para que deixemos as vídeo chamadas de lado e possamos nos reunir vacinados e seguros para um Natal em família como os de antigamente. Apesar de já não vivermos mais tão próximos, guardo todos no meu coração.

A Rafael, ese nombre ficticio de un amigo de quien seguí el camino y que también siguió el mío. Nuestras reuniones y conversaciones me hicieron querer estar a la altura de la historia que él compartió conmigo. Rafael siempre me decía que me contaba su historia porque creía que yo haría algo bueno con ella. Espero que le guste el resultado.

A los queridos Warao (Maria R, Roberto R, Marcela, José Z, Euligio, Nazário, Gricelia, Rony, Andres, Herminia, Marcelina, Teolinda, Felipe, Maricela, Egleofer, Jhonder, Ensismar, Ponciano, Norberto, Favíola, Jhonny, Abigail, Katherine y tantos otros), con quién aprendí tanto. Lo que me enseñaron sobre los sueños, continúa guiando mis pasos.

Ao Vinícius Venâncio que foi meu maior presente desde que começamos o mestrado. Vinícius é dessas pessoas brilhantes que a gente tem vontade de estar perto para acompanhar as conquistas e celebrar junto. Ele foi e é fundamental para minha formação enquanto

antropóloga e para meu crescimento pessoal. Ele se ofereceu mil vezes para ler meus escritos, mas eu o enrolei porque a admiração é tanta que por vezes me acanhava de compartilhar rascunhos. Obrigada por tudo, Vini.

Ao Gabriel Tardelli pelas incontáveis trocas nesse caminho. Enquanto ele diz que eu tive um papel importante para ele entrar no tema de doutorado dele, ele atualizava minha paixão e vontade de seguir escrevendo, mesmo com a demora de completar esse caminho. As nossas trocas sobre nossas rupturas e descobertas, os diálogos sobre o que líamos e sobre nossas vivências foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. Descobri no Gabriel irmandade e parceira nesses tempos e a esse encontro, sou muito grata.

Ao Rafael Yoshidam e Jacqueline Sunmeyer pelo amor e amizade que cultivamos em solo paraense. Eu vivi com essas duas pessoas momentos que tenho certeza que sempre lembrarei com saudade, mesmo daqui a muitos anos. Do tacacá de boi às águas das arraias, vários pontinhos de Belém e do Pará estão na minha memória marcados pelas nossas gargalhadas.

À família Bruna Coimbra, Rodrigo e Balu, meus amigos amados e parceiros de açai com peixe. Bruna com seu amor, positividade e *zaga e teile*, me fez seguir firme para continuar e Rodrigo com sua tranquilidade e alegria, me ajudou a entender que caminho seguir com essa dissertação quando eu estava completamente perdida. E por isso e por todo amor que compartilhamos, lhes serei eternamente grata.

À Yolanda, dedico um agradecimento para o nome fictício, que ela mesmo escolheu. Eu sou grata por acompanhar a bonita trajetória dessa trabalhadora, que inspirou a minha própria. Conhecê-la durante o trabalho de campo, entender as ambiguidades que encontrava no seu trabalho, ainda que o realizasse com tanto amor, me deu vontade de seguir alguns dos seus passos. Espero sempre poder vê-la brilhar e crescer.

À Tamiris com quem eu partilhei tanto e me incentivou e apoiou durante o caminho. Sempre terá um lugar cativo em meu coração.

À Raina, minha amiga-irmã de longa data, que acompanhou essa e outras histórias. Ao Aquiles e toda família dele que é como se fosse minha há muitos anos. A Luciana Keller, Sacha e Bárbara, que são amigas queridas e amadas. Ao Guto Valentim e Antônio Balbino que me desafiam a ver a vida com mais calma.

Aos queridos Lila Noli e Violeta, Lyvia Barbosa, Lis Viana, Victoria Huguene, Janaina Galvão e Sebastian Roa que para além do prazer de compartilhar tarefas de trabalho foram tão importantes para me fazer refletir sobre várias questões desse caminho. A Iamara e

Daliana que estiveram comigo no nascer das primeiras páginas e foram alívio para os dias corridos. A Vanessa e Almeida pela gargalhadas e partilhas.

Um agradecimento especial para minhas amigas belenenses favoritas. Carla Evanovitch, Bárbara Sordi, Anna Maria Linhares, Josi Mendes e Carol Abreu, minhas primeiras amigas nesse lugar que tão rápido aprendi a chamar de casa: sou muito grata pelo acolhimento e pelas risadas. Bianca Marvão por me ouvir horas e horas falando da dissertação, pela prontidão em me ajudar e apoiar em tudo (em especial pelo mapa e planta baixa) e pelas escapadas para curtir a brisa nas praias.

Estou segura de que preciso mais do que algumas linhas para agradecer a Andrea de Souza Lobo, minha orientadora, mas vou tentar expressar em poucas palavras minha admiração e a importância dela para minha formação. Andrea é o tipo de educadora que eu almejo ser: ela sempre está disposta a se repensar e apoiar quem lhe busque. Para além de ter uma sugestão de leitura para tudo, ser excelente em suas produções e ministrar aulas incríveis, seu bom humor e tranquilidade são contagiantes. Apesar de muitas vezes ter tido medo dela soltar minha mão nesse processo arrastado, ela nunca cogitou fazê-lo e inclusive adaptou a forma como conduz suas orientações, para não me deixar desanimar. Foi indescritível a satisfação e alívio de ter uma leitora tão atenta, que me deu segurança para chegar até aqui. Agradeço por me ensinar a educadora, pesquisadora e profissional que quero ser.

À banca que aceitou participar da defesa, Carla Costa Teixeira, Angela Facundo Navia e Marlise Rosa. As três, antes de serem parte desta banca, contribuíram de uma forma inenarrável para minha formação, ainda que com algumas pouco fora o contato. Além de serem antropólogas excepcionais, que escreveram tantas coisas que me inspiraram e me formaram, as vezes que pude estar em sua presença (e no caso da Marlise, presença-online) me trouxeram muito para refletir. Ao longo da escrita deste trabalho, que desde o início já imaginava ser avaliado por elas, eu pensava “acho que essa discussão tem que melhorar, ela vai estar na minha banca!”. Ainda que não saibam, essas três mulheres foram e são inspirações de pesquisadoras.

Aos meus companheiros do Laboratório de Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias (Mobile) Lara, Sara, Bruna, Tru, Marcelo que foram excelentes leitores, que me encorajaram a entrar em vários temas que eu não imaginava ser capaz e espero ter atendido às expectativas. São todos brilhantes! E aos queridos que tanto admiro, que a antropologia me deu o presente de conhecer e permitir trocas de bibliografias, fofocas e risadas: Ana Clara Damásio, Marina Villarinho, André Justino e Beatriz Lima.

Aos trabalhadores da secretaria do PPGAS - Rosa, Jorge, Fernanda e Carol por sempre terem uma solução mágica para todas as questões e pelas trocas descontraídas no espaço onde trabalham.

Aos professores do PPGAS/UnB, em especial à Kelly Silva e Gustavo Lins Ribeiro que tive contato mais próximo por meio de disciplinas e grupos de pesquisa. Ambos são intelectuais admiráveis e eu não poderia deixar de citá-los como importantes partes da minha trajetória acadêmica.

Aos professores France Rodrigues, Alessandra Rufino e Franco Lima pela partilha dentro da UFRR quando tive a oportunidade de me aproximar do PPGSOF com France e de fazer uma disciplina com Alessandra e Franco. Ambos os espaços contribuíram muito para o desenvolvimento dessa dissertação.

Por fim ao CNPQ pela bolsa concedida durante 16 meses do mestrado, ao Departamento de Antropologia da UnB pelo auxílio financeiro para começar meu campo e à UnB, e FAP-DF pelos auxílios concedidos para participar de congressos, mesmo em tempos de crise e desmonte.

Resumo

O fluxo de pessoas entre Venezuela e Brasil é antigo, especialmente quando se trata das cidades mais próximas à fronteira. Mas, a partir de 2015, houve uma mudança na motivação e expectativas daqueles que cruzavam a fronteira: milhares de venezuelanos passaram a atravessar *la línea* com a pretensão de ficar no Brasil. Como resposta a esse deslocamento, foi instalada uma operação que congregou forças do estado, agências das nações unidas, organizações não governamentais e instituições religiosas nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Essa operação buscou soluções para a vulnerabilização que enfrentavam migrantes e refugiados no estado de Roraima. Essas soluções foram sistematizadas em um caminho para venezuelanos que perpassava documentação, estabilização e integração. Mas não eram todos que conseguiam ou desejavam seguir o caminho esperado pelos responsáveis pela governança migratória. Nesta dissertação, portanto, busco entender como se deu a governança e o delineamento desse trajeto trazendo vozes e experiências daqueles que não se encontraram nesse caminho que começava ao entrarem no Brasil e terminaria, supostamente, em outro estado brasileiro, que não fosse Roraima.

Palavras-chave:

Etnografia, Refugiados, Migração, Deslocamento, Fronteiras

Abstract

The flow of people between Venezuela and Brazil is old, especially when it comes to the cities closest to the border. But, as of 2015, there was a change in the motivation and expectations of those who crossed the border: thousands of Venezuelans began to cross the line to stay in Brazil. In response to this displacement, an operation was installed that brought together state forces, United Nations agencies, non-governmental organizations, and religious institutions in the cities of Boa Vista and Pacaraima. This operation sought solutions to the vulnerability faced by migrants and refugees in the state of Roraima. These solutions were systematized in a pathway for Venezuelans that went through documentation, stabilization, and integration. But not everyone was able or willing to follow the path expected by those responsible for migratory governance. In this dissertation, therefore, I seek to understand how governance and the design of this pathway took place, bringing the voices and experiences of those who did not find themselves on this path that started when they entered Brazil and supposedly ended in another Brazilian state, other than Roraima.

Key-words:

Ethnography, Refugees, Migration, Displacement, Frontiers

Lista de Siglas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ABV – Associação de Bem com a Vida

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais

AGU – Advocacia Geral da União

AME – Associação Missão Esperança

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

AR – Área de Recreação

AVSI – Associação de Voluntários para o Serviço Internacional

CAERR – Companhia de Água e Esgoto de Roraima

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CMDH – Centro de Migração e Direitos Humanos

CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CPF – Cadastro da Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CRI – Centro de Referência ao Imigrante

DPE – Defensoria Pública Estadual

DPU – Defensoria Pública da União

E.V.A. – Etil Vinil Acetato

EB – Exército Brasileiro

ESF – Engenheiros sem Fronteiras

EUA – Estados Unidos da América

FFAB – Fundação Fé e Alegria do Brasil

FFHI – Fraternidade Federação Humanitária Internacional

FSF – Fraternidade sem Fronteiras

FTLog Humanitária – Força Tarefa de Logística Humanitária

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IMDH – Instituto de Migração e Direitos Humanos
IUAES – *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*
JOCUM – Jovens com uma Missão
LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intergênero +
MB – Marinha do Brasil
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MPE – Ministério Público do Estado
MPU – Ministério Público da União
MSF – Médicos sem Fronteiras
NECA – Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente
NRC – *Norwegian Refugee Council*
ObMigra – Observatório das Migrações Internacionais
OEA – Organização dos Estados Americanos
OFDA – *Office of U.S. Foreign Disaster Assistance*
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não- Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS/PAHO – Organização Pan-americana da Saúde / *Pan American Health Organization*
PEF – Pelotão Especial de Fronteira
PF – Polícia Federal
PITRIG – Posto de Interiorização e Triagem
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGANTS / UFRR – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Roraima
PPGAS/UnB – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PRI – Posto de Recepção e Identificação
PTRIG – Posto de Triagem
R4V – *Response for Venezuelans* - Plataforma Resposta a Venezuelanos

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia
RMRP – *Refugee and Migrant Response Plan*
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SETRABES – Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
SJMR – Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados
TSF – *Télécoms Sans Frontières*
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População
UNHCR – *The UN Refugee Agency*
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WV – Visão Mundial

Sumário

Sumário	11
Traçando a rota:	12
Preparando a bagagem (ou introdução)	13
Onde estou?	13
Para onde que eu vou?	18
Como registrar?	25
Etapa I - <i>Llegar</i>	29
Trecho I: <i>La línea</i>	30
Trecho II - El cierre	48
Em outra linguagem	62
Etapa 2: <i>Estar</i>	70
Trecho III: <i>La Operación Acolhida</i>	72
Trecho IV: <i>Refugio o Residência?</i>	102
Trecho V: Donde vivir?	121
Etapa 3 - <i>Salir?!</i>	142
Trecho V - <i>Interiorización</i>	143
Trecho VII - <i>Quedar</i>	160
O fim que também é começo (ou considerações finais)	182
Referências bibliográficas	201
As Fronteiras Fechadas (ou apêndice)	223

Traçando a rota:

Esse é um pequeno aviso para quem vai acompanhar esse caminho da Venezuela ao Brasil:

- Itálicos são utilizados para categorias nativas, trechos de entrevistas e para falas em outro idioma. Essas últimas só são traduzidas quando são um trecho maior, quando a falta de entendimento pode causar graves prejuízos à compreensão do caminho.
- As falas das entrevistas não estão datadas, algumas das conversas que tive, ainda que tenham sido partilhadas no âmbito do consentimento da pesquisa, confiavam que eu manteria os nomes fictícios para não identificar o/a interlocutor/a. Com a grande rotatividade dos trabalhadores, pelo período da entrevista, seria possível identificá-los/as. Portanto, para uniformizar a dissertação, optei por deixá-las sem data.
- Durante meu caminhar era frequente encontrar notas de bolívares rasgadas e até mesmo algumas dobraduras com o dinheiro. Esse bolívar dobrado em forma de camisa, que encontrei num centro de pré-documentação, é um convite. Ao nos depararmos com o origami de bolívar, a ideia é nos abaixarmos, apanhar o dinheiro e fazer um intervalo para refletir sobre o trajeto antes de seguir caminhando. Quando aparecer novamente o origami, é hora de juntarmos as nossas coisas e seguir o caminho. Deixo esse aqui abaixo só para conhecimento do/a leitor/a.



Preparando a bagagem (ou introdução)

Esta dissertação retrata o caminho feito entre Venezuela e Brasil. Percorrido por venezuelanos refugiados e migrantes, esse trajeto ficcional se impõe a esses sujeitos que caminham sob essa complexa governança migratória no estado de Roraima. Atravessando a fronteira que conecta os dois países, se houver o intuito de ficar no Brasil, o indivíduo percorre um caminho sobre um emaranhado de instituições, fluxos, rumores, burocracias, expectativas e incertezas; que o leva para *dentro do Brasil*. Nesta etnografia, o/a leitor/a vai conhecer o caminho esperado, que perpassa documentação, abrigo e interiorização, além de familiarizar-se com algumas das *trochas* criadas por aqueles que não puderam ou quiseram seguir a trajetória esperada: entrar, documentar-se, abrigar-se e interiorizar-se.

Onde estou?

A pesquisa que resultou nesta dissertação, se deu no estado de Roraima. Esse estado que, até a constituição de 1988 era considerado Território do Rio Branco, está localizado em uma tríplice fronteira internacional: a oeste com a Venezuela, e a leste com a Guiana. Sua localização confere ao estado uma dinâmica específica que, conforme posto por Alessandra Rufino dos Santos (2018), se difere das outras regiões do Brasil, por estar na região amazônica que tem um processo histórico de colonização e ocupação do território bastante particular. Por outra via, a autora salienta que, pelo ampliado contato com fronteiras internacionais¹, há uma facilidade da “existência de um intercâmbio cultural, social e político” (p.54) que culminaram em relações particulares em relação ao *outro* na região, em comparação com outras partes do Brasil.

Rufino dos Santos (2018) também entende que a fronteira de Roraima “(...) diferencia-se no seu processo de formação na base produtiva, na posição geográfica e no predomínio de população indígena.” (p.22). Tratando mais especificamente da fronteira entre Brasil e Venezuela, são as cidades de Pacaraima, do estado de Roraima, e Santa Elena de Uairén, do estado Bolívar, que estão mais próximas do limite geopolítico que configura a fronteira. De

¹ Segundo Steiman (apud RUFINO DOS SANTOS, 2018, pág. 68), “a faixa de fronteira internacional do Brasil se estende em 15.719 km, dos quais 9.058 km correspondem ao limite internacional da Amazônia Ocidental”.

acordo com Lemos (2012), por terem suas populações formadas por migrantes e indígenas², são cidades similares.

Segundo Rufino dos Santos (2018), ambas as cidades presenciaram, por muitos anos, intensa circulação de indivíduos e produtos do país vizinho. Esses fluxos, de acordo com a autora, culminaram em práticas que desafiavam o limite entre as nações, tais como a circulação do real em Santa Elena e do bolívar em Pacaraima, taxistas operando tanto em uma cidade como em outra, além da adoção de uma mistura dos idiomas espanhol e português, apelidada de *portunhol*. Ser/estar em fronteiras internacionais faz com que Roraima seja atravessada por diversas relações e interações (comerciais, de trabalho, de parentesco etc.), que ultrapassam os limites geopolíticos. Tais interações remontam uma antiga relação entre Brasil e Venezuela.

Por alguns anos, era comum que muitos brasileiros cruzassem a fronteira atraídos pelos baixos preços praticados no comércio da Venezuela, e ou, pelas belas paisagens naturais que faziam do país um excelente destino de férias e compras. Diariamente, principalmente roraimenses e amazonenses, passavam por Pacaraima em direção à Santa Elena³ para fazer compras, devido à isenção de impostos em produtos importados e da alta qualidade dos produtos venezuelanos - desde carnes a gasolina. Era comum encontrar, em Boa Vista, quem vivesse exclusivamente da revenda de produtos comprados na Venezuela. Segundo memória de roraimenses⁴ e roraimados⁵, havia uma significativa quantidade de pessoas que vendiam produtos de uso doméstico, cosméticos e alimentos, praticando a atividade considerada ilegal (descaminho)⁶.

Esse fluxo de produtos da Venezuela para o Brasil era bastante intenso (RUFINO DOS SANTOS, 2018). Manauaras e roraimenses, pela BR-174, iam de carro, de ônibus ou ainda em caravanas fazer as compras do mês no país chavista. A grande demanda por diversos produtos, principalmente no estado Bolívar (o mais ao sul do país,) fez com que os preços na região

² Pacaraima está inserida em duas terras indígenas: São Marcos e Raposa Serra do Sol, e sua existência é datada após a demarcação de São Marcos (SILVA et al., 2014)

³ Santa Elena era zona franca desde 1999 (RUFINO DOS SANTOS, 2018)

⁴ Há um costume em Boa Vista de usar Macuxi como gentílico, sobretudo daqueles que nasceram em Roraima. Macuxi, na verdade, é o nome de um grupo indígena originário do território que hoje é o Estado de Roraima e há muitas críticas desse e outros povos indígenas locais sobre o uso desse gentílico, uma vez que, desde o seu nascimento, o estado e aqueles que ali moram praticam, tanto de forma institucionalizada quanto individual, a exclusão e apagamento dos corpos indígenas no estado. Por isso, optei sempre por usar o gentílico roraimense.

⁵ Como em campo vi serem denominados aqueles que não eram do estado e para lá haviam se mudado há muito, criando assim um gentílico para esse grupo.

⁶ Segundo Capdeville e Silva (2015), a sonegação pode ser feita de várias formas: a sonegação em sentido estrito, que é o ato de não pagar os devidos tributos do produto; o contrabando, que é caracterizado por trazer mercadoria proibida em território nacional; e o descaminho, que é o ato de “eludir no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada ou pela saída de mercadorias.”(CPI, 2006, p.27 *apud* CAPDEVILLE E SILVA, 2015).

aumentassem, o que impactava diretamente a vida dos venezuelanos naquele estado, mas pouco impactava os brasileiros.

Pai, como carinhosamente era chamado um motorista que trabalhava em um dos espaços que acolhia venezuelanos em Boa Vista, contou que ele trabalhava trazendo, entre outros produtos, gasolina da Venezuela para revender no Brasil. Lembrando de quando a atividade era sustento de sua família, Pai me contou que ao longo da BR 174 era comum encontrar carros queimados ou abandonados que transportavam irregularmente gasolina da Venezuela para o Brasil⁷.

Além da venda e compra de produtos, o turismo também era uma atividade importante para a economia venezuelana, uma vez que levava muitos brasileiros para o país (RUFINO DOS SANTOS, 2018). Conversando com uma recepcionista de um hotel em Boa Vista, ela me contou que o turismo na Venezuela aquecia o mercado roraimense, pois as pessoas chegavam de avião, por Boa Vista, para se aventurar nas cachoeiras de Gran Savana, ou para chegar na estação de subida para o Monte Roraima, entre outros. Sendo a Venezuela banhada pelo mar do caribe, ela foi durante muito tempo um destino turístico na região, com preços mais acessíveis do que outros lugares banhados pelo mesmo mar.

A respeito do deslocamento de pessoas, de acordo com Jarochinski Silva (2017), “pode-se afirmar que historicamente a mobilidade na região foi dominada pela ida de brasileiros para a Venezuela, assim como para toda a região do planalto das Guianas” (p. 4). Rufino dos Santos (2018) salienta que em 1970 foi o início do estabelecimento de um fluxo de brasileiros indo morar na Venezuela, devido à expansão da fronteira agrícola na Amazônia (BECKER, 2007) e da frente garimpeira (RODRIGUES, 2017), conforme citam Franco de Lima e Fernandes (2019). Esses autores apontam que, no fim do século XX e no início do século XXI, durante o governo de Hugo Chávez, vários brasileiros migraram para a Venezuela para trabalhar em garimpos de ouro e muitos deles conseguiram a cidadania venezuelana. Entre meus interlocutores brasileiros, havia uma parte considerável que já havia vivido na Venezuela.

Rufino dos Santos (2018), remontando o início da presença mais intensa de venezuelanos entrando para ficar no Brasil, diz que o movimento cresceu a partir de 2015. Esse movimento foi aumentando sucessivamente e, segundo dados do ACNUR de janeiro de 2020⁸, naquele momento estimava-se que havia cerca de 264 mil venezuelanos vivendo no Brasil e

⁷ Ele me contou que uma vez isso aconteceu com ele e quando eu perguntei o que ele fez, me disse que não havia nada a fazer, quando percebia as primeiras faíscas era necessário sair imediatamente do carro e deixá-lo pegar fogo.

⁸ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>

uma parte considerável entrou pela fronteira de Roraima. Segundo Rodrigues de Sousa (2020), as mudanças no estado foram tantas “que não se pode mais pensar a respeito da “migração venezuelana” como algo isolado da realidade do estado” (p.13).

De acordo com Paez e Penalver (2017), existiram três ondas da emigração venezuelana, que eles chamam de 1- buscando novas oportunidades; 2- Crescendo a desesperança; 3- Migração do desespero. Segundo os autores, a primeira (buscando novas oportunidades) se deu entre 2000 e 2012 e foi caracterizada pela emigração de profissionais de renda média (*middle-income professionals*), empreendedores e estudantes, motivados pela insegurança, por questões políticas e generalizada degradação social. Os países de destino eram, principalmente, Estados Unidos da América, Espanha, Itália e Portugal.

A segunda onda (crescendo a desesperança) aconteceu entre 2012 e 2015 e foi protagonizada por uma mistura de portadores de renda média, com renda baixa. As motivações citadas pelos autores foram crise econômica, insegurança, repressão política e começo de escassez de alimentos e remédios. O grupo que protagonizou essa onda teria se deslocado para Estados Unidos, Europa, Colômbia, Panamá e República Dominicana.

A última onda (migração do desespero), que seria a que começou na primeira metade de 2015, estaria protagonizada por todos os espectros sociais e motivada pela insegurança, desesperança política, alta da inflação, crescimento da violência e repressão e pela crítica escassez de comida e remédios, o que levou a população a índices alarmantes de desnutrição, fome e mortes. Os destinos apontados pelos autores eram os mesmos da onda anterior, somando Colômbia, Ilhas do Caribe, Brasil e América do Sul de maneira abrangente.

Sobre a última onda, os autores apontam que “esses migrantes tendem a ter menos recursos quando fogem [da Venezuela] e redes mais fracas quando chegam nos países de destino” [tradução livre] (p. 4). É interessante observar que se intensificam os fluxos para países vizinhos, uma vez que muitos venezuelanos passam a fazer seus deslocamentos por terra, o que tem um grande impacto no estado de Roraima. Entre os interlocutores moradores de Pacaraima, ouvi inúmeras vezes que a cidade mudou muito com a chegada de venezuelanos, tanto pelas pessoas em situação de rua e pela presença de instituições que antes não estavam ali antes, quanto pelo tipo de comércio que se passou a realizar na cidade.

Assim como apontado por Paez e Penalver (idem), meus interlocutores venezuelanos, ao longo da pesquisa de campo, falavam que haviam saído de seu país fugindo da *crise*. Os militares e outros trabalhadores do contexto também incorporaram a categoria para falar da situação em que trabalhavam. Os dois últimos só tinham razão de estarem envolvidos nessa situação se houvesse crise.

Entre escolher por crise venezuelana, *crise venezuelana* e “crise venezuelana”, todas as maneiras de escrever me causaram sentimentos conflitantes. Em certo momento, decidi que colocaria entre aspas, mas me pareceu falsear o que meus interlocutores estavam dizendo: que estavam passando por uma crise e passando fome. Ao mesmo tempo, parecia inserir o trabalho no discurso sobre a crise venezuelana sem maiores mediações de como essa crise foi produzida.⁹ Essa preocupação com a categoria era exatamente por não me propor a fazer uma análise de conjuntura política da situação da Venezuela, em busca de não soltar as amarras das minhas tradições disciplinares e me atirar “sem preparação adequada pode[ndo], em vez de realizar uma costura interdisciplinar, cair no vazio - um território nem lá, nem cá, onde o que mais floresce é o senso comum da cultura do pesquisador (FONSECA, 1999, p.62).

Marlise Rosa (2020), ao falar sobre a questão da crise, escreveu:

Entende-se, então, que a crise é socialmente construída no local de origem da migração, porém, uma vez que requer instrumentos jurídicos de controle e regulamentação da migração no país de destino, acaba revelando também a crise na sociedade receptora despreparada para lidar com a situação. (ROSA, 2020, p.37)

Em outras palavras, a crise serve tanto para explicar a situação do país de origem, quanto a do país de acolhida. A autora, que estudou especificamente a experiência de indígenas da etnia Warao vindos da Venezuela, ainda apontou dois casos em que observou como a “ideia da crise como origem da mobilidade migratória não raro é usada pela população do país receptor para discriminar e negar direitos ao imigrante.” (p.37). Ela argumenta que a crise,

“também é usad[a] como subterfúgio por políticos e gestores públicos na tentativa de se eximirem de prestar atendimento aos imigrantes, culpando-os pelo caos gerado pela mobilidade migratória, quando na verdade, o caos é gerado justamente pela ausência de instrumentos jurídicos no país de destino para a solução da crise migratória.” (ROSA, 2020 p.38)

Baseada nessas reflexões, decido por não adjetivar a crise, entendendo que, de alguma forma, ela é da Venezuela, mas também do Brasil. Adoto, ao longo da dissertação, *crise* em

⁹ Há alguns trabalhos que tratam sobre motivações para o deslocamento, como os de Rosa (2020), Paes e Penalver (2017), mas não foi o foco desta pesquisa. Também saliento que não explorei narrativas sobre a categoria crise, sendo esse um gancho possível para pesquisas futuras. Contribuo contando que muitas vezes ouvi que a escolha pelo Brasil acontecia por exclusão: ir para países não fronteiriços é muito custoso; na Colômbia relatavam intensa xenofobia (o que curiosamente muitos dos meus interlocutores não sentiam no Brasil) e alegavam que havia uma falta de estrutura para recebê-los; a Guiana não tem boa fama na região e chegar até lá exigia a travessia de um rio que é de navegação perigosa, não pelas águas, mas pela quantidade de piratas no caminho; e o Brasil, por sua vez, tinha certa estrutura para recebê-los.

itálico, lembrando à/ao leitor/a que essa é uma categoria nativa, amplamente utilizada pelos diferentes interlocutores. O mesmo acontece com *ajuda humanitária*, categoria repetida muitas vezes por meus interlocutores, que tinha conteúdos distintos. Buscarei sempre explicar esse conteúdo quando eu o souber, mas a categoria muitas vezes acaba substituindo o conteúdo.

Nesse contexto de *crise*, o fato é que o estado de Roraima passou por transformações que evidenciaram a precariedade que davam o tom das políticas no estado, escancarando as falhas nos serviços públicos de atendimento à população local, provocando um discurso protecionista, xenofóbico/autóctone. Segundo Geschiere (2009), o discurso autóctone, de pertencimento ao solo, nega espaço para o diferente. Apesar de os roraimenses brancos que se autointitulam macuxis tratarem os venezuelanos como um problema para as suas terras, a história do estado e da relação com as terras indígenas demonstra certa ambiguidade. Os indígenas no estado de Roraima são vistos como invasores, uma vez que eles têm reservas na região, e às terras indígenas são atribuídas as mazelas econômicas do estado por vários roraimenses não indígenas. Os brancos e fazendeiros da região se apropriaram da identidade Macuxi, das terras indígenas e reproduziram a ideia de que eles são os originários da terra. Com a entrada de venezuelanos, um novo inimigo externo é identificado, o *estrangeiro* (SAYAD, 1998).

É nesse contexto que, em 2018, se define a necessidade de uma resposta federal à *crise*, uma vez que a então governadora do estado, Suely Campos, dizia que Roraima não tinha condições de assumi-la. Combinou-se, como resposta federal à *crise*, o trabalho das forças armadas de logística com o apoio técnico e fortalecimento de capacidades das agências da ONU - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para Migrações (OIM), Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres - bem com o trabalho da Polícia Federal, Receita Federal, Defensoria Pública, Comitê Nacional para Refugiados, Força Nacional e diversas ONG's. Juntas, essas instituições passaram a auxiliar na documentação das pessoas, no acolhimento, pela organização e gestão de abrigos, no ordenamento do espaço público do estado e na interiorização.

Para onde que eu vou?

Foi nesse cenário de intensificação do fluxo de pessoas saindo da Venezuela e entrando no Brasil, após a chegada de diversos organismos para governar essa *crise*, que decidi desenvolver minha pesquisa de mestrado. Antes de tomar a decisão de onde faria pesquisa de

campo, tinha lido algumas poucas notícias sobre o contexto e decidi tomar essa decisão após apresentação em um congresso que aconteceria na metade do meu primeiro ano de mestrado.

Tive a oportunidade de apresentar um *paper* em um grupo de trabalho do qual participaram/organizaram Angela Facundo Navia, Anelise Guterres, Natália Corazza, Adriana Viana, Adriana Piscitelli e Natalia Quiceno, sobre o trabalho do CONARE no processamento das solicitações do reconhecimento da condição de refugiados no Brasil comentado na IUAES de 2018. No dia deste grupo de trabalho, além de vários outros ricos debates, Angela Facundo Navia, comentando outro *paper*, citou a situação na fronteira de Roraima e minha curiosidade fora aguçada pelo seu comentário. Ao retornar do congresso, minha orientadora, Andréa Lobo, portando notícias sobre fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, contribuiu para meu interesse pela temática.

Nas semanas seguintes, me dediquei a buscar informações em jornais e programas de rádio sobre o que acontecia no estado que vinha recebendo diariamente tantos venezuelanos e passei a sistematizar algumas informações sobre a situação. A população indígena não fronteiriça originária da Venezuela, em particular, me chamou atenção. Na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em Brasília em dezembro de 2018, apresentei uma comunicação a respeito dos discursos sobre a fronteira roraimense a partir das análises das notícias que saíam em diferentes meios de comunicação, entendendo que os próximos passos desta pesquisa seriam observar *in loco* a situação. Nesse congresso, pude amadurecer a ideia de fazer minha pesquisa de campo em Roraima, após a oportunidade de conversar com alguns pesquisadores e professores que viviam no estado.

As conversas que tive me mostraram que o cenário era bastante complexo, com diversos temas a serem explorados, mas meus primeiros interlocutores/parceiros de ofício relataram uma grande dificuldade de desenvolver uma pesquisa de campo junto à Operação Acolhida, ONGs e agências da ONU. Discorriam sobre ser muito burocrático desenvolver uma pesquisa dentro de um abrigo, o que exigia passar pelo conselho de ética, entre outros trâmites. Como eu planejava ir para o estado logo depois da virada do ano e já estávamos no final do ano letivo na universidade, julguei que não daria tempo de recorrer ao conselho de ética da Universidade de Brasília e então deveria buscar uma outra maneira de desenvolver minha pesquisa, sem um foco nas populações indígenas abrigadas.

Logo antes de ir, fiz alguns contatos por e-mail e whatsapp com: conhecidos de amigos e colegas de pós-graduação da Universidade de Brasília; conhecidos de pesquisadores que me aproximei nos congressos em que apresentei trabalhos, em 2018 (ANPOCS, RBA e IUAES); e com uma das ONGs que fazia a gestão de um espaço de acolhimento de venezuelanos. Alguns

desses contatos resultaram em entrevistas ou outras conexões, gerando o que alguns autores chamam de amostra por bola-de-neve (VINUTO, 2014), outros desses contatos nunca se concretizaram.

Pensando em estudar a governança migratória do estado que, segundo a OIM (2015), “*The essential elements for facilitating orderly, safe, regular and responsible migration and mobility of people through planned and well-managed migration policies.*”(p.1)¹⁰, cheguei a Roraima no dia 05 de janeiro de 2019, quando comecei o trabalho de campo, em Boa Vista. Ao chegar, percebi que seria fácil coletar informações sobre a Operação e a percepção dos moradores do estado sobre a chegada de venezuelanos. Eu era, a todo momento, interpelada por informações, juízos e inquietações sobre a presença dos venezuelanos na cidade; ainda que não me apresentasse, falasse da minha pesquisa ou do meu interesse em estar ali. Então percebi que meu trabalho de campo seria mais intenso do que eu previa, e do que eu tinha experienciado em pesquisas anteriores. Mesmo sem estar falando com venezuelanos e com trabalhadores ligados à causa, eu colhia importantes dados sobre a situação.

Nos primeiros dias, consegui a resposta da ONG que havia entrado em contato e, como tinha me oferecido para colaborar no espaço com qualquer coisa (limpeza, fotografia, cozinha, apoio administrativo, apoio com currículos etc), me aceitaram como voluntária do centro de acolhimento onde passei a me dedicar quase que exclusivamente, exceto quando eu conseguia marcar conversas com outros atores. Ali desenvolvi meus primeiros contatos com refugiados e migrantes vindos da Venezuela. Como desenvolvi uma amizade com a coordenadora do centro de acolhimento, passei também a circular com ela entre outros tantos *trabalhadores humanitários*, como eles mesmos se chamavam, além de vários militares. A partir daí, o esquema que eu havia desenhado no meu diário de campo para traçar os caminhos que fiz para chegar em cada um dos contatos (com o intuito de entender proximidades e distâncias entre as instituições) já não cabia nas pequenas páginas do meu caderno.

Passei a intercalar o voluntariado na ONG com entrevistas, visitas, conversas informais com trabalhadores humanitários e venezuelanos envolvidos com diferentes instituições. A forma como caminhava meu campo me fez entender que a dissertação seria uma etnografia multi-ator como postulado por Paul Little (2006), segundo o qual “a meta não é etnografia descritiva em si, mas o estudo de conflitos e inter-relações específicos por meio do método etnográfico.” (s.p), ou seja, meu foco não seria exatamente em pessoas, mas no conflito. Mas também entendi que faria uma etnografia-multisituada (MARCUS, 1995), estando atenta às

¹⁰ Disponível em: https://www.iom.int/sites/default/files/about-iom/migof_brochure_a4_en.pdf

diversas dimensões de um mesmo problema, buscando compreender a interação de determinados atores em diferentes cenários.

Ainda em janeiro de 2019, recebi, de uma amiga que fiz na cidade, um edital com uma oportunidade de trabalho como antropóloga na ONG que coordenava os abrigos indígenas, esses diretamente conectados com a Operação Acolhida. Quando vi essa vaga, decidi que participaria da entrevista, entendendo que seria uma oportunidade de fazer outros contatos e de me aproximar da ONG que trabalhava com os indígenas. Mas, apesar de ter tido outras experiências que eram interessantes para o cargo, segundo o edital, não estava realmente esperando conseguir o emprego. Esse processo seletivo teve várias etapas e se estendeu até a primeira semana de abril, quando acabara de completar duas semanas que eu havia voltado para Brasília, e já estava correndo atrás do tempo de aula que havia perdido no início do terceiro semestre do mestrado. Nesse momento, participei de mais uma etapa da seleção e fui informada, no dia seguinte (03 de abril de 2019), que havia sido selecionada para a vaga. Sete dias depois, eu voltei para Boa Vista, com o plano de ficar 6 meses e retornar à Brasília.

Tranquei o semestre (1/2019), me envolvi no/com o ofício de antropóloga nos abrigos indígenas e, no segundo semestre de 2019, me matriculei em uma matéria na UFRR, percebendo que ainda não era o momento de voltar para Brasília e entendendo que, talvez, esse momento não chegasse novamente. No tempo em que estava realizando trabalho de campo, ouvia uma profecia, em tom jocoso, que contavam meus amigos roraimenses e roraimados: “quem bebe a água do Rio Branco não sai mais daqui”.

Durante o tempo que trabalhei ali, novos desafios se somaram à minha pesquisa e escrita:

1- Eu nunca parava de coletar dados. Ainda que tivesse mantido um diário de campo específico voltado para o trabalho na ONG¹¹, meus interlocutores do tempo de pesquisa de campo seguiam em diálogo comigo e fazer uma disciplina no PPGANTS da UFRR também me trouxe outras questões, que poderiam ser conversadas ali, nos lugares que eu frequentava no dia a dia de moradora de Boa Vista e das minhas longas visitas em Pacaraima.¹²

¹¹ Na ONG que usava um diário físico, à parte do da pesquisa de mestrado, e arquivos no computador do trabalho. Já na pesquisa de campo, eu havia me proposto a utilizar um diário de campo escrito, que virou depois um diário de campo em diferentes espaços da nuvem: documentos de Word, e-mail, arquivo de fotos, conversas de *WhatsApp*, lembretes numa conversa só comigo pelo aplicativo... Ao parar para analisar os dados, fiquei impressionada com quantos aparatos pude contar para reconstruir uma memória.

¹² Meu trabalho na ONG consistia em ser antropóloga para os dois abrigos indígenas que existiam na época, um deles ficava em Boa Vista e o outro em Pacaraima. Então, meu tempo era dividido entre as duas cidades, mas minha residência estava fixada em Boa Vista.

2- Todo o projeto que proporcionava a recepção, documentação e acolhida de venezuelanos no estado de Roraima, estava em constante aprimoramento e modificação. Os fluxos, as pessoas, as atribuições: tudo mudava muito rápido. Quando havia troca do contingente de militares, em questão de duas semanas, muita coisa poderia mudar, desde a destinação de salas e escritórios, até os fluxos dos procedimentos burocráticos. Era muito difícil resistir à vontade de atualizar os dados que eu coletei no primeiro momento que estive no estado, quando ainda estava sem vínculo profissional com as instituições de lá. Acompanhando relatórios públicos sobre o contexto, somado à lentidão do meu processo de escrita, era difícil decidir quais edições de relatórios usar. Entendi que o ideal a se fazer, era assumir a etnografia é um ordenamento possível do estudado, o que explico um pouco mais à frente.

3- Havia também a clássica problemática de pesquisar o espaço onde eu trabalhava. Em campo, assumi o papel de apoio na busca pela garantia de direitos, o mesmo que contou Marlise Rosa (2020) ao relatar sua experiência no trabalho com os Warao. Eu dava orientações para meus interlocutores venezuelanos sobre diversos temas, desde procedimentos burocráticos até quais órgãos buscar para caso fosse necessário fazer algum tipo de reclamação formal sobre situações que estavam vivendo. Por algum tempo, achei que essa postura *militante* pudesse ser problemática no desenvolver do meu trabalho após a pesquisa, uma vez que muitos dos dados que eu havia coletado ainda em campo poderiam ser formulados em críticas ao espaço onde eu trabalhava. Esse cenário se tornou ainda mais complexo quando, no início de 2020, passei a trabalhar junto a uma das agências da ONU, com os indígenas Warao vivendo no estado do Pará. Na ocasião, eu continuava em diálogo com vários de meus interlocutores, que se tornaram amigos, mas trabalhando em uma das agências que fazia a gestão de parte da resposta à *crise*.

4- A proximidade com o campo me fez fazer dois movimentos em uma mesma pesquisa: sinto que, enquanto no início eu estava fazendo o trabalho de me familiarizar com o desconhecido, ao começar a trabalhar no contexto em análise, o desconhecido se tornou bastante familiar e passei a ter que estranhar o que havia se tornado familiar, para poder produzir uma etnografia.

5- No dia 05 de janeiro de 2019, quando cheguei a Roraima, o motorista que me conduziu do aeroporto ao hotel, relatou algo que me marcou, ele comentou que estávamos vivendo “duas crises: a dos imigrantes e a dos salários”. Ele apontou que a primeira havia começado há três anos e a segunda, há um ano, e que esta última foi o motivo da intervenção militar que sofreu Roraima, no fim de 2018. A escrita desta dissertação se insere em um momento em que a crise dos salários se resolveu em Roraima, mas outras *crises* se somaram à

migratória: uma pandemia causada pelo Covid-19 que teve seus efeitos nocivos alimentados pela má gestão da situação a nível federal.

Por conta dessas e outras surpresas do campo (PEIRANO, 2008), esta dissertação exigiu uma série de reconfigurações e reformulações. Ela foi produzida enquanto tive dois ofícios diferentes na antropologia: enquanto pesquisadora/mestranda do PPGAS/UnB e como antropóloga/trabalhadora de campo. Apesar dessa parte reflexiva, ela não se propõe uma auto-etnografia, mas julguei ser imprescindível para o/a leitor/a que começará a me acompanhar por esse caminho, entender também qual foi a minha trajetória na construção desta etnografia, que segundo De Genova (2005), é um exercício de aprender.

Esta dissertação se propõe uma etnografia de um caminho criado pelas instituições responsáveis pela governança migratória no estado de Roraima. Por ele, espera-se que refugiados e migrantes venezuelanos que entraram no Brasil, documentem-se, se estabilizem e consigam oportunidades de se *integrar* à população brasileira, em outros estados da federação. Nas páginas que se seguem, o/a leitor/a vai me ler relatando e entrelaçando acontecimentos que irão proporcionar insumos para caminhar comigo por esse trajeto. Enquanto caminhamos, vamos entender como se dá a governança migratória no estado, como funcionam as políticas de abrigo, a regularização migratória e as perspectivas de estabelecer-se no país, a partir das estratégias chamadas de *integração local*.

Mas já aviso ao/à leitor/a que esse caminho é fictício no que tange sua linearidade: ele é um caminho das instituições e não necessariamente das pessoas venezuelanas, como veremos a partir dos dissidentes. Apesar de me sentir segura em dizer que ele é composto por uma série de tensões, independente de quem o tome, ele não é igual para todo mundo. Ouvi esses dias, em uma reunião de trabalho, que não estamos todos no mesmo barco, mas estamos em barcos diferentes, sob a mesma tempestade. E é interesse deste trabalho, a tempestade que cada refugiado e migrante enfrenta em condições diferentes. Os diferentes barcos e condições também estão presentes através das vozes dos interlocutores dissidentes nesse trajeto, que esburacam a linearidade ficcional que foi criada para organizar eventos e conflitos nesse contexto.

Tratando da etnografia, Marilyn Strathern (2013) entende que nela há um caráter ficcional, que espero ter transformado em persuasiva. As produções etnográficas, ainda que se pretendam honestas e os escritores estejam empenhados em fazê-las com sinceridade, conforme postula Perdigão (2020), o fazer etnográfico consiste em arranjos textuais “em torno de um argumento factível, cujo principal objetivo é apresentar um relato que, aliás, para se

tornar verdadeiro, deve ser devidamente pensado, revisto e reescrito” (p.4). É nesse sentido que afirmo que esse que essa é uma etnografia de um caminho ficcional.

Para dar a sensação de caminho e torná-lo real para o/a leitor/a (PERDIGÃO, 2020), organizei relatos de uma série de interlocutores que conheci em pontos diferentes dessa trajetória. Neste trabalho, acompanharemos a trajetória de Rafael e de uma família Warao que conheci em Boa Vista e reencontrei em Belém. Ambos não fazem todo o caminho esperado pelas instituições, apenas uma parte dele. Falaremos dos percalços, dos desvios e da demora. E à experiência deles, também estão somados uma série de relatos de outros venezuelanos que se encontravam em Roraima na época, além de uma série de trabalhadores humanitários e tantos outros que não se reconheciam sob essa alcunha, mas que estavam conectados ao trabalho com a chegada de venezuelanos.

A ideia foi criar uma ilusão biográfica e, já me desculpando com Bourdieu (2008) que nos orienta a nos afastarmos de tal recurso, chamo atenção do/a leitor/a para esse fato desde o início: nas próximas páginas você encontrará uma ilusão, uma ficção. Uso a história de Rafael como fio condutor para explorar esse emaranhado de instituições, mandatos, legislações e rumores. Maria, Marta, Roberto, Rafael, Hugo, Yolanda e tantos outros indígenas e não indígenas, trabalhadores humanitários, militares e etc. são importantes na história, mas o foco é no caminho. Há, portanto, uma transitoriedade proposital dos personagens que surgem ao longo da dissertação, que aqui estão para nos auxiliar a atravessar o caminho e, quando deixam de fazer esse papel, deixam de aparecer. Ao iniciar a escrita, pensei em fazer desta dissertação três ensaios, um sobre a atuação dos militares, outro sobre as agências da ONU e um terceiro sobre ONGs. Mas essa proposta seria tão ficcional quanto a que escolhi seguir.

Já entregando ao/à leitor/a mais elementos da ficção, todos os nomes usados aqui são fictícios, alguns escolhidos pelos próprios interlocutores, outros inventados por mim. Trabalho com documentos públicos, me esforçando para sempre deixar os caminhos para o/a leitor/a, mas oculto os sujeitos. Sobre os refugiados e migrantes, por uma questão de proteção: alguns dos meus interlocutores fugiram de seu país por perseguição política, e temiam ser descobertos no Brasil, por aqueles que os perseguiam. Sobre os trabalhadores, alguns me pediram deliberadamente para mudar seus nomes, ainda que estivessem dispostos a dialogar. No caso de alguns interlocutores, deixei seus cargos como marcadores.

Uniformizei também o gênero: das forças armadas, transformei todos em homens e dos trabalhadores da ONU e ONGs, todas viraram mulheres. Por predominarem os gêneros designados em cada um desses grupos, seria muito fácil identificar um homem entre trabalhadores humanitários e uma mulher entre as forças armadas. Eu não escrevi para expor

segredos, entendendo que contar mais detalhes sobre os indivíduos em deslocamento forçado ou aqueles que trabalhavam nesse empreendimento era algo que poderia prejudicá-los.

Como registrar?

Fotos

Começo contando ao/à leitor/a que ao longo desta etnografia ele/a vai encontrar, acompanhando cada um dos trechos e etapas que se seguem, uma série de fotografias. As fotografias aqui não são meras ilustrações dos capítulos, mas sim uma narrativa complementar ao relato escrito, que dão espaço para certas sutilezas (COLLIER JUNIOR, 1973), emoções e surpresas muito próprias ao uso dessa linguagem¹³. As fotos que compõem essa fotoetnografia, durante o trabalho de campo, também foram pensadas como parte essencial do diário de campo. Devido aos momentos de tensão, conflito e correria tão típicos da jornada de trabalho nesse contexto, registrar visualmente me permitiu contar com mais uma ferramenta para a reconstrução da memória do que fora experienciado. Ao retornar a esses materiais, frequentemente eu descobria novos elementos que não tinha visto ao fotografar ou filmar.

Repetindo o movimento de registrar e revisitar que foi tão importante para a construção deste trabalho, as fotos serão vistas ao longo do caminho sem muita mediação, como se fossem paisagens pelas quais o/a leitor/a passa durante a viagem. Mas deixo aqui no início a promessa de que, ao final do trajeto, nas considerações finais, o caminho das fotografias encontrará o da escrita e retomaremos essa narrativa buscando aparar algumas arestas e refletir sobre o objeto desta etnografia: o próprio caminho.

O texto

Uma coisa que ficou marcada no meu campo era como, entre os trabalhadores da causa, o portunhol virou corriqueiro. Frequentemente, uma palavra em espanhol “escapulia” na conversa entre brasileiros. Muitos dos brasileiros não falavam espanhol e, ao passar a trabalhar na Operação, foram aprendendo como melhor se comunicar no idioma dos que atendiam. O mesmo acontecia entre os venezuelanos se esforçando para aprender o idioma que se parecia

¹³ Segundo Achutti, as fotoetnografias, quando feitas por alguém com a preocupação com a captação da imagem “aliado ao olhar treinado do antropólogo pode levar à construção de um trabalho fotoetnográfico que venha a ser relevante, não só como mais uma das técnicas de pesquisa de campo, mas também como uma outra forma narrativa, que somada ao texto etnográfico, venha enriquecer e dar mais profundidade à difusão dos resultados obtidos.” (1997, p.64). A preocupação com a imagem era uma realidade, mas não com o esmero que alguém que tenha avançado domínio técnico.

com os deles próprios, mas não necessariamente era fácil. Nesse contexto, palavras do outro idioma eram incorporadas no idioma natal e isso não era recebido com nenhum tipo de estranheza. Gostaria que isso ficasse ainda mais marcado no texto, mas pensei que pudesse ficar confuso ao longo da escrita. Por isso, além de não traduzir excertos pequenos de texto, ou aqueles que abrem os trechos, em busca de não perder o *portunhol*, deixei os títulos de etapas e trechos marcando essa sensação de estar entre dois idiomas¹⁴. É *Operación Acolhida* e é *Interiorización* (um neologismo em duas línguas!).

Como o/a leitor/a vai perceber, a dissertação está dividida em 3 etapas e 7 trechos. Essa ideia veio da conversa que tive com meu amigo Vinícius Venâncio, após a primeira leitura que ele fez de um fragmento desta dissertação. Ele falava da divisão de sua própria dissertação em trechos e contou que, ao ser lido por uma terceira pessoa, essa comentou sobre como a ideia de trechos remete à viagem, algo que ele contou na época não ter percebido. Se trechos remetem à viagem, a etapa me remetia a caminhos e obstáculos a serem vencidos, exatamente como eu enxergo o percurso que etnografei.

Ao terminar uma etapa, nos deparamos com uma série de outros trechos para vivenciar, entender e ultrapassar. Alguns trechos são maiores e mais marcantes na memória. Os relatos sobre ultrapassar *la línea* eram longos, começavam com os dias antes de chegar nela, até o momento de sair de Pacaraima. Era assim que Rafael revisitava essa história. Documentar-se poderia ser rápido, desde que o sinal de internet colaborasse, e nem sempre isso acontecia. Estar num abrigo era relatado como uma eternidade... Havia aqueles que estavam a três anos no espaço de abrigamento, outros que passaram duas semanas e ainda assim parecia eterno... Quis imprimir a cada trecho e etapa, as sensações que eu acessei pela fala dos meus interlocutores.

A primeira etapa, denominada *Llegar*, conta a história da entrada de Rafael no Brasil, sendo bastante fiel à forma como ele gostava de contar: começando com como ele acabou chegando lá e o que aconteceu à seguir¹⁵. Dividida em dois trechos, *La Línea* e *El Cierre*, essa etapa descreve o evento crítico (DAS, 1996) do fechamento da fronteira entre Brasil e

¹⁴ Em certo momento, eu que tinha estudado espanhol graças ao formato da UnB (onde é possível bastante liberdade na escolha pelas matérias a cursar) tinha dúvidas se a palavra que eu estava usando realmente existe no idioma que eu estava falando. “Será que eu tô reproduzindo isso de tanto as pessoas falarem errado, ou será que é assim mesmo que fala?” Vou ter que voltar às aulas, concluí.

¹⁵ Optei por descrever esse evento de forma dialógica, o que é fiel à forma como se organiza essa narrativa: eu e Rafael a construímos de fato a quatro mãos. Todas as vezes que nos encontrávamos, e foram muitas cervejas, açáís, almoços e caminhadas, ele se lembrava de como nos conhecemos: no dia que começou sua *odisseia* no Brasil, quando ele me concedeu uma entrevista.

Venezuela por conta da chegada da *ajuda humanitária*. Entendo que esse evento tem relevância enquanto uma situação social, assim como Gluckman (2010) ao descrever a cerimônia de inauguração da ponte na Zululândia, que revela tensões e o contexto do conflito maior em que se insere esta dissertação.

Com o primeiro trecho o/a leitor/a vai chegar junto comigo na fronteira, e vai acompanhar, além de uma discussão teórica sobre a categoria, vivências de pacaraimenses e venezuelanos na ou em *la linea*. No trecho II (*El cierre*), Rafael vai contar sua história de como chegou ali, além de entendermos o que aconteceu no dia da chegada da *ajuda humanitária* e nos que seguiram.

Na etapa II - *Estar*, apresento o início dos trâmites para regularização migratória no Brasil, começando por explicar, no trecho III, o ambiente jurídico da governança migratória de Roraima e a organização dos atores, contando com falas de diversos trabalhadores desse contexto. Nessa parte, me utilizo de comparações com outras situações de emergência ou de contextos de *ajuda humanitária*, tanto no Brasil tratando de haitianos, palestinos e colombianos, mas também tratando da crise do ebola em Serra Leoa, a fim de oferecer insumos ao/à leitor/a para entender os trechos seguintes.

No trecho IV, ao ser guiado/a pelo Coronel Base, o/a leitor/a conhece o PRI (Posto de Recepção e Identificação), o PTRIG (Posto de Triagem) e as instituições que fazem parte dessas instalações. É nesses postos que aqueles que entram optam pela solicitação de reconhecimento da condição de refugiado ou pela solicitação de residência temporária, uma escolha que tem desdobramentos políticos e de direitos que não necessariamente é feita com base nos motivos para deslocar-se. Nesse trecho, trataremos da diferença das duas opções.

Seguindo o caminho de Rafael, no trecho V, trata-se dos espaços onde diferentes venezuelanos repousam na cidade. As possibilidades são diferentes de acordo com a disponibilidade financeira e com o nível de vulnerabilidade. Cada um desses arranjos de habitação é permeado por desafios diferentes e contamos, além dos relatos dos venezuelanos, com relatos de trabalhadores humanitários que os apoiam no exercício de entender o que é considerado vulnerabilidade nesse contexto de *crise*.

Na etapa III (*Salir?*), com a interrogação mesmo, será apresentado o programa de reassentamento interno voluntário (Interiorização). Com o trecho VI e o trecho seguinte (VII) será possível entender os motivos por que alguns grupos escolhem ou tem como única opção *quedarse*, como é o caso dos indígenas originários da Venezuela que entram no país e não têm a opção de passar pelo processo de interiorização.

Nas considerações finais, refazemos o caminho por meio das fotos e trato sobre a liminaridade que está implicada em ser refugiado e migrante e que é alimentada de outras formas nesse contexto. O trajeto esperado, com uma ênfase no programa de interiorização com sua proposta de *integração local*; a falta ou ainda o excesso de informações e a espera, transformam Roraima em uma grande zona fronteira para refugiados e migrantes.



Quando nos encontrávamos, Rafael e eu, compartilhamos umas cervejas, um açaí, um churrasquinho ou uma caminhada. Ele sempre me dizia que fazia bem me encontrar, dizia que não tinha muito com quem conversar e dizer sobre as coisas que pensava. Muitas vezes ele se emocionava lembrando-se do que ficou para trás e pedia desculpas por fazê-lo. Me atualizava de suas andanças e projetos em Boa Vista e sempre perguntava como estava meu filme (que espero produzir assim que defender essa dissertação) e como ia o andamento *de la tesis*¹⁶.

Numa das vezes que ele foi jantar em minha casa em Boa Vista, apresentei a estrutura da dissertação e perguntei o que ele achava de eu contar a história dele. Ele ficou super feliz e disse que estaria à disposição. Eu perguntei como deveria apresentá-lo e divertindo-se disse “Boa noite meu nome é Rafael (sobrenome); venezuelano, imigrante e refugiado aqui nessa bonita terra que me acolheu com muito carinho”.

¹⁶ Aquela pergunta que pós-graduandos, especialmente os atrasados, nunca querem escutar.

Etapa I - *Llegar*



Quando ele me escreveu contando que já fazia dois anos do dia que nos conhecemos, perguntei para Rafael como era olhar para trás: *“Son muchas cosas que he aprendido a valorar. Mucha soledad, a veces tristeza por los efectos que deje atrás físicamente, mas no en mis recuerdos.”*

Trecho I: *La línea*



“A precisão da fronteira tem no mapa a sua melhor formulação. A realidade dessa linha é, no entanto, bem mais dinâmica e ambígua. A fronteira pode ser estanque ou porosa, e ser uma coisa para uns e outra para outros, pode ser muro e travessia, barreira e ponte, pode ser reconhecida ou ignorada, pode ser fixa ou mover-se. [...] Como as fronteiras, territoriais ou outras, nunca são naturais, há que perguntar sobre quem tem poder para construir e demolir fronteiras e determinar para quem elas são muros intransponíveis ou travessias, ou para quem a travessia pode acarretar risco de vida ou ser uma prática trivial. A geografia desigual do acesso à fronteira é o produto do poder que a sustenta.” (SANTOS, 2018 s.p.)

19 de fevereiro de 2019 - Boa Vista, Roraima

Nesse dia, conforme o planejamento, se iniciaria meu último mês de trabalho de campo em Roraima. Estava desapontada, pois, mesmo insistindo não havia conseguido falar com o Coronel Operação, indicado como o responsável, tendo estado em Roraima desde o começo da Operação Acolhida. Mas, nesse dia, o Coronel rompeu o silêncio: fui respondida e convidada para uma das *reuniões interagências* realizadas quinzenalmente na instalação feita para a Operação, anexada à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista. Ao que diziam, esses encontros eram chamados de espaços de coordenação e serviam para alinhar as demandas das diferentes áreas da Operação. Foi assim que, após atender a mais outras dessas reuniões como voluntária de um centro de acolhimento e posteriormente como trabalhadora de uma das ONGs, percebi que suas funções eram: 1. Ser um espaço de coordenação interinstitucional e socialização de demandas que não puderam ser resolvidas internamente; 2. Comunicação de iniciativas provindas da União, estado ou município; 3. Apresentar novos trabalhadores das diferentes instituições que estavam em cargos de gestão; 4. Espaço para levar aquelas que conseguiram a simpatia dos militares ou das organizações da sociedade civil no desenrolar da pesquisa ou do voluntariado no âmbito da Operação Acolhida. Nela estavam presentes representantes das agências das ONU, das ONGs que atuavam na atenção a refugiados e migrantes dentro de abrigos e nos trâmites de documentação, professores universitários, representantes do governo e município e muitos militares.

Terminado a reunião, esperei o Coronel para termos uma conversa. Se mostrando surpreso por eu ainda querer conversar depois de participar da reunião, se portou como se tivesse me apresentado os *bastidores da Operação* - como ele mesmo chamou - o que ele entendia que bastaria para sanar todas as dúvidas que eu poderia ter. A ideia de bastidores

acionada naquele momento me lembrou Goffman (1983), que toma emprestada a estrutura de uma peça teatral para descrever a dinâmica da interação social por meio das ideias de bastidor e palco. O autor postula que os indivíduos quando interagem estão representando para a plateia, falseando suas verdadeiras intenções, o que, pela fala do Coronel, ele julgava não acontecer ali¹⁷. Minha intenção, tanto na pesquisa quanto naquele espaço, não era buscar bastidores, uma vez que havia muito para entender na interação das instituições nesse contexto para além da noção do que fica “ao fundo”. A proposta era investigar as práticas das instituições, não as considerando como algo por detrás da máscara (ABRAMS, 1988), mas entendendo que suas práticas e discursos, inclusive os públicos, são de extrema importância para entender a dinâmica da Operação Acolhida. Portanto, o que eu queria era uma entrevista com ele.

Depois de um pouco de insistência, ele me levou até sua sala junto com outras duas mulheres da OIM (Organização Internacional para Migração). Quando começou a comentar sobre a reunião que acabáramos de assistir, comentários esses que revelavam um desentendimento entre exército e OIM com uma terceira organização, seu telefone tocou. Ele atendeu e, ouvindo com atenção, franziu o cenho demonstrando preocupação. Com as poucas perguntas que fazia, percebi que estava em contato com o General Pazuello que comandava a Operação Acolhida e ao desligar, dirigindo-se mais às mulheres da OIM do que a mim, perguntou - *saiu alguma coisa no jornal sobre o Brasil prestar ajuda humanitária?*

Percebendo que as duas pareciam confusas, peguei o celular e joguei no *Google* as palavras - *Brasil - ajuda humanitária - Venezuela* - e informei a ele que no Jornal do Senado havia uma notícia¹⁸ sobre o Brasil ser intermediário de uma ajuda humanitária que chegaria à Venezuela. Ele disse: - *é isso mesmo* - e contou que pousaria um avião dos Estados Unidos da América para pegar ou entregar algumas coisas, e que isso adiaria nossa conversa. Eu fiz menção de sair e ele disse - *também não é assim!* - , estendendo a palma da mão em direção à cadeira que eu estava, indicando que eu deveria me acomodar novamente.

As mulheres retomaram o assunto anterior à ligação e eu, que pretendia conversar com elas no futuro, perguntei se deveria ficar ou esperar do lado de fora. Naquele momento, não queria que minha presença fosse invasiva, entendendo como Daich e Sirimarco (2019) que descrevem o antropólogo em campo como *intruso profissional*, pois seria inevitável que em algum momento a minha presença fosse incômoda¹⁹, mas não desejava que essa percepção já

¹⁷ As reuniões interagências merecem um trabalho de maior fôlego dedicado a elas. Ali as instituições interagem

¹⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/19/brasil-vai-intermediar-ajuda-humanitaria-para-venezuelanos-diz-davi>

¹⁹ As antropólogas Daich e Sirimarco, em seu artigo sobre o trabalho de anotar do antropólogo sob a luz do artigo de Cardoso de Oliveira (1996), “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever”, descrevem os primeiros

começasse ali. Uma das mulheres, que depois identifiquei como coordenadora da OIM em Roraima, prontamente disse que não, mas após uma pequena reflexão que se passou em uma fração de segundos, voltou atrás e disse que se eu não me importasse preferia que eu saísse, e eu prontamente me retirei.

Quando fui convidada a retornar à sala, depois das mulheres se retirarem, o Coronel perguntou sobre meu projeto de pesquisa e se eu conhecia a Operação. Eu disse que estava em Boa Vista desde a virada do ano, como voluntária de um espaço de acolhimento para venezuelanos, e que já estava familiarizada com alguns dos abrigos e postos de atendimento da cidade. Ele me interrompeu e perguntou se fui a Pacaraima. Com a minha negativa, ele disse que eu tinha que conhecer a Operação [o que para ele naquele momento significava ir para Pacaraima] antes de conversar com ele. A partir daquele momento, ele passou a usar tom de deboche com relação ao fato de eu *não conhecer nada*, dizendo que se eu não conhecia Pacaraima, eu não estava fazendo pesquisa direito. Ainda em tom de provocação, me indagou quando eu pretendia ir para a fronteira. Lembrei que pouco antes de entrar em sua sala pela primeira vez, o ouvi falando de um ônibus que iria para a cidade no dia seguinte e disse: - “Se você quiser me enviar amanhã, eu vou”. Ele me perguntou quantas noites queria ficar e, tentando calcular quantos dias ele consideraria demais, disse “três”. Ele levantou e me pediu para segui-lo. Entramos onde ficava a D-7, célula de comunicação da Operação Acolhida, onde ele já chegou pedindo para sintonizarem na *Globo News* e me conduziu para falar com um outro Coronel para organizar minha ida e estadia na base de Pacaraima.

20 de fevereiro de 2019 - Pacaraima, Roraima

A bordo do ônibus terceirizado pelo exército para fazer o traslado de refugiados e migrantes de Pacaraima para Boa Vista e eventualmente de brasileiros *civis* [não militares, segundo Castro (1993)] no sentido contrário, atravessamos 215km de lavrado até chegar à cidade de Pacaraima. Sendo a última cidade do estado de Roraima antes do território da Venezuela, era ela que abrigava a aduana onde se fazia o controle de entrada e saída de carga e pessoas no Brasil. Além disso, a cidade também está localizada entre duas terras indígenas, Terra indígena São Marcos e a Raposa Serra do Sol (RUFINO DOS SANTOS, 2018). Sem

passos de um antropólogo em campo: “*Uno llega al lugar donde hace su trabajo de campo. Trata, los primeros momentos, de pasar desapercibido. Trata de no molestar. Mejor dicho: consciente de que “molestar” es tan seguro como inevitable, trata al menos de que su intención de no disturbar le quede a todos clara.*” (p.15, 2009)

qualquer tipo de barreira física natural entre Brasil e Venezuela pela forma de rios, cadeias de montanhas e etc., a fronteira entre Brasil e Venezuela figurava na memória dos moradores do Estado de Roraima como local de muita circulação.

A relação entre o estado de Roraima e o país vizinho, até meados de 2017, era marcada por um fluxo entre os dois países que por vezes se intensificava em um dos sentidos. Segundo o Relatório Internacional de Migração de 2017, 0,02% da população que vivia na Venezuela era brasileira. Rafael, um homem venezuelano que daqui a pouco a leitora vai conhecer melhor, me contou que antes de 2010 os venezuelanos vinham ao Brasil para fazer compras, pois a relação cambial entre as duas moedas os favorecia. Vinham ao Brasil e compravam com bolívares, uma vez que todos os comércios aceitavam a moeda. Segundo Rafael, os que frequentavam Pacaraima eram principalmente aqueles que viviam em Santa Elena de Uairén, a cidade Venezuelana mais próxima ao Brasil. Segundo ele,

“Se você ia à Santa Elena e não ia a Pacaraima era como se não tivesse ido à Santa Elena. Era barato para comprar carne, comida, bebidas.... Quando começa a crise do petróleo, quando começa a caída de Chavez, isso muda”.

Segundo Rafael, depois de 2010, o fluxo mudou e os brasileiros começaram a ir mais à Venezuela, até mesmo em caravanas para fazer compras e turismo. Maroni da Silva (2014), analisando a circulação entre Haiti e República Dominicana, postula que “a fronteira não era vista e muito menos vivenciada como barreira ao fluxo de mercadorias e, especialmente, de pessoas”. Pelas memórias de moradores de Roraima e venezuelanos, essa mesma dinâmica marcou durante muitos anos a fronteira entre Venezuela e Brasil, o que mostra uma relação com a fronteira muito parecida com o que Gordillo e Leguizamón (2001) observam: para eles, a fronteira é um espaço de articulação entre sistemas que possuem dinâmicas socioeconômicas heterogêneas.

Quando cheguei a Pacaraima, após fazer o credenciamento na base militar, conheci a instalação da Operação Acolhida, anexa ao 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF), que compreendia Posto de Triagem (PTRIG), Posto de Recepção e Identificação (PRI), abrigo BV8²⁰, abrigo *Janokoida*, hospital móvel das forças armadas, alojamento do pessoal que trabalhava na cidade e escritórios do ACNUR, OIM, UNFPA, além dos do exército.

²⁰ BV8 é o marco da fronteira mais próximo à pista que conecta Pacaraima à Santa Elena de Uairén.

Ao fazer essa visita guiada pelo Coronel Base²¹, me surpreendi com a quantidade de estruturas provisórias instaladas, o que traduzia a grande *capacidade logística das forças armadas*: frase que ouvi muitas vezes, durante minha estadia em Roraima, como justificativa para a presença das forças armadas na acolhida de venezuelanos. A logística se constitui como uma expertise do Exército, uma vez que o conhecimento desta área se origina de suas necessidades em períodos de crises, guerras e outras situações extremas (BALLOU, 2007). Todas as instalações eram provisórias, exceto as dependências do Batalhão Especial de Fronteira, ao qual se anexava a Operação, e a arquibancada do campo de futebol da cidade, que já não abrigava jogos de futebol, mas uma pequena vila de contêineres que eram banheiros e dormitórios e barracas usadas como “salas de reuniões”, salas de lazer, almoxarifado e lavanderia da Operação. Como as estruturas que ficam no campo de futebol, as que faziam parte dos postos e abrigos eram em sua maioria de lona, contêineres, *dry wall* e outros materiais montáveis.

Nesse dia, quando fui convidada a almoçar no refeitório do PEF, foi anunciado na televisão que chegariam 200 toneladas de produtos – entre alimentos, medicamentos e materiais hospitalares – vindos de Boa Vista em direção a Santa Elena de Uairén. Esses produtos, que estavam sendo doados pelos Estados Unidos da América (EUA) a título de ajuda humanitária, foram deixados em Boa Vista e iriam ser enviados à Venezuela em caminhões venezuelanos, dirigidos por motoristas venezuelanos. O envolvimento de venezuelanos no transporte, segundo interpretaram os militares com quem eu compartilhava o almoço, era uma maneira dos EUA mostrarem que não pretendiam um ataque à soberania da Venezuela, conforme alegava o presidente Nicolás Maduro.

Mais tarde nesse dia, conheci a pista localizada entre os marcos BV8 e BV9 que ligava a aduana do Brasil à da Venezuela, que por sua vez era atravessada pela fronteira, chamada de *la línea* pelos *hispanohablantes*. Naquele dia, a estrada abrigava um fluxo constante e fluido de carros atravessando de um país para o outro, nos dois sentidos. Havia também um grupo de pessoas observando o movimento, sentados embaixo de uma árvore, ao qual logo me juntei. Ali estava um grupo de seis pessoas - brasileiros e venezuelanos - vendo os carros passarem. Nesse dia, conheci Juliana, uma mulher venezuelana que havia se mudado para Pacaraima há cinco meses. Ela me contou que, desde a divulgação da chegada da ajuda humanitária, tinha a impressão de que o fluxo de pessoas entrando para fazer compras e voltando para a Venezuela

²¹ Coordenador da Base de Pacaraima

estava mais intenso, enquanto o de pessoas chegando com bagagens se direcionando aos postos de triagem e documentação parecia ter diminuído.

Juliana também me contou que a cidade estava mais cheia que de costume e que alguns conhecidos comerciantes comentaram que atenderam mais gente que o habitual. Ela acrescentou que frequentemente ia observar a fronteira, se mostrando bastante íntima dos fluxos e dinâmicas que passavam por aquela estrada. Mais tarde, quando retornei para jantar no refeitório do batalhão, ao contrário do que havia escutado na *linea*, escutei de militares e de colaboradores das agências da ONU e ONGs que o fluxo de pessoas estava como sempre, tanto das que entravam para ficar, quanto das que entravam para fazer compras, sinalizando que no mês de fevereiro era comum aumentar um pouco o fluxo, pois alguns venezuelanos iam para seu país ao fim do ano e retornavam no início do ano seguinte.

Pensando na fronteira como categoria amplamente estudada pela antropologia e outras ciências humanas, entendo que alguns autores podem nos ajudar a entender as dinâmicas desse espaço que, segundo Kopytoff (1987), são terra de ninguém, mas são terra de gente. A fronteira entre os dois países parecia a materialização de como Bashkow (2004) conceitua fronteiras: construtos artificiais e porosos. Ela era demarcada por “1081 marcos intermediários, possibilitando uma melhor caracterização da linha limítrofe em seus trechos mais povoados” (p.3), segundo ata da Quinquagésima Conferência da Comissão Mista Brasileiro - Venezuelana Demarcadora de Limites em 28.01.1985. Tais marcos, que “têm a forma de um tronco de pirâmide quadrangular, de trinta centímetros de base inferior e vinte centímetros de base superior e um metro e trinta centímetros de altura” (p.27), foram *erigidos* entre 1939 e 1973, a fim de “deixar às novas gerações uma fronteira bem demarcada, como uma demonstração de convivência pacífica [entre os dois países]” (idem, p.6) e para “lograr uma materialização dela cada vez mais precisa” (ibid, p.7). Depois de mais de 40 anos de sua demarcação, foi possível ver os mesmos construtos que, pintados de branco, pontilhavam a vegetação baixa entre Brasil e Venezuela.²²

²² A ideia de fronteira por vezes é utilizada como sinônimo de limite o que, no contexto do Império Romano, figurava como “os confins do império” (SILVA E MENDES, 2006), indicando o sentido de barreiras físicas e simbólicas uma vez que determinava onde terminava o domínio do império. No período das expansões coloniais da Espanha e de Portugal, a partir do século XV, com o invento do Tratado de Tordesilhas, criou-se uma demarcação a priori, baseada no que se conhecia da cartografia do mundo, estabelecendo uma fronteira linear que dividia o território parcialmente conhecido das Américas entre dois países. Essa demarcação, segundo a geógrafa Bertha Becker (2007), foi símbolo da tensão entre fronteira e limite na história do Brasil, entendendo que a expansão do domínio português exigia uma nova percepção sobre a divisão que essa linha estabelecia. Nos séculos XIX e XX, evidencia-se a arbitrariedade dos limites coloniais produzidos pelos europeus, por meio de conflitos e reivindicações que se intensificam em diversos continentes, com ênfase no continente africano, onde o estabelecimento das linhas que dividiam os territórios não respeitaram as dinâmicas locais (KOPYTOFF, 1987).

Os acontecimentos desse dia mostraram diferentes experiências com a fronteira, podendo ela ser zona de circulação, limite entre países, marcador de convivência pacífica e, nos dias que se seguiram, ainda pude perceber diversos outros significados e vivências que assumem esse construto. Assim como pude observar em campo a plasticidade e os significados da fronteira, essa categoria ao longo da história teve diferentes significados e foi estudada e utilizada por diversas áreas do conhecimento.

Para Kopytoff (1987) analisando as fronteiras africanas, entende que elas são uma definição política de determinado espaço geográfico. Para Simmel (2013), “o limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico que assume sua forma espacialmente” (p. 81). Ou seja, para entender fronteiras, limites e barreiras, conceitos chaves para Hannerz no estudo da antropologia transnacional, é necessário ir além de seu aspecto físico, uma vez que as fronteiras são construções históricas e socioculturais que podem assumir formas diversas (SIMMEL, 2013) e possuírem dinâmicas específicas de sua característica de ser “entre estruturas”.

Apesar do esforço de materializar as fronteiras, é difícil imaginar que em algum momento a maioria delas terá forma de barreiras, ou mesmo que interrompam todos os fluxos. Segundo Gilberto Velho (2003), a natureza da complexidade moderna está intimamente ligada ao crescimento do mercado internacional, das migrações, das viagens, encontros etc. “As fronteiras entre os Estados Nações são cruzadas de todos os modos por relações econômicas de poder e culturais em quaisquer níveis.” (VELHO, 2003, p.38). Em outras palavras, embarreirar os fluxos significaria uma mudança de ordem mundial, que não alteraria apenas as dinâmicas das zonas fronteiriças.

A ideia de fronteira também é utilizada por diversos pensadores para analisar fenômenos marcados por separações: diferença de classe, poder, raça entre outros. Nesse sentido, a fronteira assume o lugar de metáfora para um limite que não é uma barreira física,

Passa-se a pensar nos efeitos produzidos pelo estabelecimento dessas linhas, evocando mais reflexões sobre a categoria para além do seu aspecto físico.

O fim do século XX e início do XXI é palco para intensas transformações no tocante às fronteiras entre Estados Nacionais. Nesse momento, estudiosos dos campos da globalização e fronteiras se deslumbram com as possibilidades que trazem a modificação da percepção de *espaço X tempo*, com a transição do fordismo para acumulação flexível, o que leva a um novo entendimento de mundo, acarretando numa “facilidade” de transposição de fronteiras (HARVEY, 1997)[#]. É também nesse período que se intensificam as disputas por limites marítimos e percebe-se uma continuidade do movimento, visto nos séculos anteriores, de demarcação de fronteiras por meio de barreiras, notadamente na construção do muro da Cisjordânia, o muro de Berlim, o muro entre as Coreias do Sul e do Norte e, mais recentemente, o muro que divide a fronteira entre Estados Unidos da América e México. Muitas dessas barreiras construídas visam sobretudo o controle dos fluxos de pessoas e produtos entre países, sob o discurso de proteção do território e da soberania. Nesse sentido, a fronteira pode ser entendida como uma linha fortificada que corta populações densas (HARVEY, 1997).

mas pode se configurar como barreira, assim como também pode marcar um entrelugar. Também pensando na categoria, para além das concepções territoriais, nas discussões sobre identidade e alteridade, como nos estudos de Franz Boas e seus alunos, o limite e a fronteira eram vocábulos utilizados para pensar na interação entre as culturas. Franz Boas propunha pensar na fronteira não como uma barreira que isolava partes, mas como espaço de interações que fortificam formas de organização social e política (BASHKOW, 2004).

Bashkow (2004), na empreitada de entender como a ideia de fronteiras culturais foi e é aplicada na antropologia, percebe que a formulação antropológica de fronteira é um “calcanhar de Aquiles” da disciplina e sugere revisitar o conceito, baseado no trabalho de Franz Boas, que se propôs a pensar na hibridiz das culturas e nas conexões translocais da mesma. Para Bashkow, comumente os estudiosos confundem o conceito de barreira com o de fronteira. O primeiro, para o autor, tem o sentido de impedir ou bloquear. Como exemplo para essa forma de limite, o autor traz “a linha de cor colonial, cordilheiras acidentadas, cercas de arame farpado, e pobreza, todos eles podem impedir ou negar pessoas de acessar objetos, ideias e recursos” (BASHKOW, 2004, p.450). Já as fronteiras não necessariamente separam, elas demarcam ou diferenciam.

“Uma boa ilustração da distinção entre fronteiras e barreiras, pode ser encontrada nas fronteiras de nações, estados, municípios e etc. Essas fronteiras políticas são definidas na lei em termos de latitude, longitude e meio de rios. Elas são representações simbólicas que existem independentemente de cercas ou postos de controles que em alguns lugares fazem a segurança delas. Isso é importante, uma vez que mais frequentemente não existem marcas ou barreiras no solo. Porque barreiras são caras de construir e manter, elas normalmente são colocadas onde o tráfego transfronteiriço é de preocupação política. Ao longo de estradas maiores, nós passamos por postos de controle marcando as fronteiras nacionais e sinalização para as fronteiras dos estados e municípios. Semelhantemente, novos relatórios mostram fotos de fronteiras em zonas de conflito como Gaza, onde enquanto eu escrevo, Israel está construindo uma alta parede de concreto para manter os palestinos fora. Mas esse tipo de fronteira é minoria. Fora das estradas, entre campos e longe de zonas de conflito, a maioria das fronteiras é invisível. Portanto, embora nossa atenção seja atraída com mais frequência para fronteiras rígidas que são sustentadas por barreiras, barreiras não são essenciais para a definição de fronteiras e precisamos ter cuidado para distingui-los teoricamente” (tradução livre- BASHKOW, 2004, p.450)

A distinção entre fronteira e barreira de Bashkow é evidenciada por suas diferenças físicas. Mas apesar de citar que enquanto escreve ergue-se um muro entre Palestina e Israel, o autor pouco trata de como esses dois conceitos podem se mesclar, pois a fronteira para alguns pode significar barreira, enquanto, para outros, figura apenas como um *checkpoint*. Uma lacuna

na análise de Bashkow que também existe na de Harvey enquanto pensava na condição pós-moderna, é a reflexão sobre quem eram os sujeitos das travessias: quem pode atravessar? Quem escolhe cruzar fronteiras? Quem quer atravessar? Para quem as fronteiras são transponíveis? Pensar nos sujeitos, identificá-los e racializar as travessias de fronteiras é essencial para entender a configuração da “pós-modernidade”²³. Esse questionamento está presente na obra de Santos (2018) e também na de Clifford (1999) quando evidencia que falar de raça, ao analisar fluxos de pessoas, é de suma importância para o debate, especialmente se entendemos que a chamada modernidade, onde as fronteiras passam a ser cruzadas com maior facilidade, se inicia com o tráfico de africanos escravizados que transformam os europeus em *amos de escravos* (idem).

Segundo dados do ACNUR (2019), uma média de 550 venezuelanos cruzavam a fronteira diariamente até janeiro de 2019. No caso do deslocamento da Venezuela para o Brasil, apesar de ser tratado como uma grande massa amorfa, há uma série de singularidades. Foi feito um estudo sobre o perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil (Org. SIMÕES, CAVALCANTI e MOREIRA, 2017) que é um dos estudos mais compreensivos sobre o perfil da população venezuelana que chega ao Brasil. Embora os autores e colaboradores trabalhem com diversos indicadores, assim como os autores supracitados que escreveram seus trabalhos em sua maioria ainda no século passado, Simões, Cavalcanti e Moreira deixam uma significativa lacuna, ao deixar de analisar a categoria raça, separando o fluxo apenas entre indígenas e não indígenas. Em nenhum momento os autores analisam se essas pessoas que chegam da Venezuela se autoidentificam como pessoas negras, aspecto que notoriamente reverbera na experiência de um migrante/refugiado no país de destino²⁴.

Na Operação, frequentemente o fluxo de venezuelanos é dividido entre indígenas e não indígenas, pois há um entendimento de que esses dois grupos demandam respostas diferentes. Segundo o Relatório Atividades - População Indígena de maio de 2020 realizado pelo ACNUR, 4.981 deslocados venezuelanos no Brasil são indígenas, e segundo os dados da plataforma R4V²⁵ atualizados em 30 de março de 2019, ao todo o Brasil recebeu 123.507 venezuelanos, assim sendo, os indígenas representam pouco mais de 4% dos deslocados em solo brasileiro.

²³ Canclini (2000) acredita que além de zonas de contato, cidades fronteiriças são laboratórios da pós-modernidade.

²⁴ Outras lacunas do estudo são a falta de análise sobre gênero, sendo as únicas opções dos respondentes, identificar seu sexo como masculino ou feminino; e a falta de uma análise sobre orientação sexual dos que se deslocam. Para esses assuntos no contexto do deslocamento venezuelano, sugiro a/o leitor/a acessar os trabalhos de Fonseca (2020) que trata da experiência de mulheres não cisheterossexuais e Rodrigues de Sousa (2020) que trata de homossexuais masculinos em Boa Vista. Sobre mulheres lésbicas e refúgio, Luibhéid (2019).

²⁵ Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform> - acessado dia 08/06/2020.

Os indígenas, especialmente os que não eram povos fronteiriços, tinham grande dificuldade de chegar até a fronteira e, por conta de uma série de vulnerabilidades que compõe sua situação, sobretudo econômica, nem sempre podem pagar o valor cobrado informalmente pelo Exército Venezuelano para permitir que continuem se deslocando. É, portanto, imprescindível entender que marcadores carregam os corpos que atravessam, pois para diferentes indivíduos e histórias, diferentes são os significados que assumem a fronteira, ainda que muitas vezes sejam colocados pelos moradores locais no sob uma mesma alcunha “venecas”.

Andando pela cidade de Pacaraima, é quase uníssono dentro dos estabelecimentos, muitos deles movimentados pelos próprios venezuelanos, as reclamações sobre os “venecas” que invadiram a cidade. Abraçando o vocativo, perto da feira onde ficavam os moto-táxis na antigamente pacata cidade de Pacaraima, encontrava-se o restaurante Veneka’s lanches. A primeira vez que reparei nesse lugar, foi quando um grupo de indígenas Warao com quem eu trabalhava acenaram para mim enquanto lanchavam. Veneca não é um vocativo do qual gostam, vários venezuelanos com quem conversei entendiam nele uma forma pejorativa de fazer referência a eles. Os Warao se referiam aos conterrâneos criollos²⁶, mas não aos indígenas, como os *venezuelanos*.

De forma alternativa, foi comum ouvir das organizações religiosas que trabalhavam junto aos venezuelanos a alcunha “irmãos venezuelanos”, que contrastava com a categoria veneca. Entre venecas e irmãos venezuelanos, o adjetivo pátrio, ainda que modificado, sempre está presente no que diz respeito aos solicitantes de refúgio e residência no estado de Roraima; a depender da categoria que utiliza o locutor, logo se sabe que tipo de juízo de valor se encontrará nas palavras seguintes. As duas categorias os constroem como *outsiders*, apesar de não se utilizar a ideia de estrangeiro. O adjetivo pátrio é uma forma de estrangeirizar esses indivíduos, reiterando sua condição de não pertencente ao espaço a partir do contraste²⁷.

21 de fevereiro de 2019, Pacaraima - Roraima, Brasil

²⁶ Como se referem aos não indígenas.

²⁷ Em uma disciplina que fiz na UFRR, o professor Franco e outros colegas comentavam como em Roraima não era comum ouvir Macuxi e Wapixana falando sua língua em público, vista a repressão que sofrem os indígenas que há pouco, em 1970, não podiam falar seus idiomas em público. Os venezuelanos em contramão da invisibilidade que foi violentamente direcionada aos indígenas, não se furtam de falar seus idiomas em público e quando o fazem, não há constrangimento em fazê-lo. E, talvez por isso, sua presença fosse tão inquietante para os moradores.

Nesse dia, acordei ainda de madrugada para conhecer o trabalho de Padre Jesus, um pároco que servia todos os dias café da manhã para vários venezuelanos que se encontravam na cidade. Apesar de terem me contado que a fila às vezes tomava grande parte da rua, naquele dia não foi o que observei. Saindo do café da manhã, antes das 6 horas, vi vários comerciantes se preparando para abrir seus estabelecimentos. O comércio se estabeleceu como uma das principais atividades da cidade, uma vez que abasteciam os venezuelanos que buscavam comprar o que lhes era necessário por um valor mais acessível, conforme comentado por Rafael.

Saindo da Venezuela em busca de alimentos para comprar, gasolina para abastecer, uma vida melhor, ou fugindo da crise política, econômica e social que vive o país, muitos venezuelanos atravessavam diariamente a fronteira brasileira²⁸. Pacaraima era uma cidade tranquila, como certa feita me contou um comerciante, muitas vezes vista como última parada antes do destino de férias ou de compras: a Venezuela. Com o aumento do movimento de entrada de venezuelanos no país, a cidade sofreu várias modificações em sua estrutura: outrora ocupada por pequenos comércios, algumas ruelas e o batalhão da fronteira, Pacaraima naquele momento era ponto comercial, com galpões e lojas com todo tipo de suprimento alimentício/doméstico necessário para uma casa, tendo também espaços de venda em atacado.

Estar em qualquer um dos estabelecimentos da cidade trazia uma sensação de muita ambiguidade: ao mesmo tempo em que os moradores locais reclamavam da presença dos venezuelanos, era exatamente a presença deles que movimentava o comércio local, o que era justificado pela quantidade de comércios que abriram e/ou se expandiram. Os bares e restaurantes ocupados por tantos trabalhadores do PRI, PTRIG, abrigos e vários jornalistas, também me faziam acreditar que sua presença trouxe mais movimento para os estabelecimentos. Ainda assim, era rara uma ida a esses estabelecimentos sem ver venezuelanos serem discriminados, estando consumindo ou não.

No comércio, ouvi diversas conversas entrecortadas sobre a *chegada de uma ajuda humanitária*, especulações acerca de um maior fluxo de compradores venezuelanos para aquele dia e sobre o receio de um possível fechamento da fronteira, como resposta de Nicolás Maduro. No café da manhã no batalhão, os oficiais da Operação afirmavam que o movimento no dia

²⁸ É possível acompanhar os números de entradas e saídas pelos relatórios mensais do ObMigra, disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>

anterior não havia aumentado, apenas tinha se normalizado em relação aos outros dias de fevereiro, que tiveram movimento menor em relação aos meses antecedentes²⁹.

Voltando para a pista da fronteira, na mesma árvore que fazia uma frondosa sombra no lado venezuelano, onde conheci Juliana no dia anterior, havia algumas pessoas aglomeradas observando o movimento na fronteira. Conversando com um grupo de homens que ali estavam, me disseram que haviam percebido uma intensificação no movimento de carros entrando no país. De fato, havia uma fila grande de carros que desde cedo ocupou pelo menos a distância entre o posto de gasolina, que ficava a poucos metros do marco da fronteira³⁰, até um pouco depois do posto da Polícia Federal brasileira, onde a fila se desfazia espalhando carros pelos comércios da cidade.

Juliana estava ali novamente, dessa vez acompanhada de seu esposo e sua neta. Me disse que estava ali para observar o movimento da fronteira porque ouviu que ela seria fechada, por conta da ajuda humanitária que viria de Boa Vista. Ela julgava ser importante receber essa doação, uma vez que as pessoas na Venezuela estavam passando fome, assunto que a tocava pessoalmente, pois ela havia se mudado para o Brasil porque não conseguia comprar comida suficiente para seus familiares com seu salário. Juliana era antiga moradora da Cidade Bolívar, no estado Bolívar. Ela me contou que apesar de não ter podido continuar vivendo na Venezuela, não queria se mudar de Pacaraima, pois estar ali significava ficar mais próxima de seu país. Estar em Pacaraima garantiria a ela a possibilidade de ir para a Venezuela caso fosse necessário e também era uma maneira de estar em contato constante com seus conterrâneos que cruzavam a fronteira. Ela me contou que, vez ou outra encontrava conhecidos, que era uma ótima maneira de ter acesso às notícias do seu país, já que não julgava as mídias tradicionais a melhor forma de informar-se. Essa observação de Juliana demonstra uma desconfiança nos canais de informação de seu país, mas ela afirmou que não deixara de acessar as informações produzidas por seus compatriotas, ainda que soubesse não poder acreditar completamente nelas, uma vez que, em suas palavras, a imprensa de seu país não estava livre. Para Williams (1968), para se ter um senso do que está acontecendo, numa sociedade complicada (*complicated society*), é importante acessar um sistema extenso de comunicações, uma vez que “*For any actual people,*

²⁹Uma observação importante é que o número de saídas é um dado muito utilizado na Operação. Em reuniões interagências, é normal que se mostre, em gráficos, o número de entradas no país e os de saída, número que se equilibrava antes da vinda em massa dos venezuelanos, a partir de 2016. Nas reuniões interagências em que estive, eram apresentados relatórios comparativos da entrada e saída de venezuelanos, que mostravam certa estabilidade no fluxo, exceto nos meses de dezembro e janeiro.

³⁰ Machado (1998) discorre sobre a presença do posto na fronteira. Ele está estrategicamente posicionado muito antes da aduana e era comum que brasileiros atravessassem apenas esses poucos metros de fronteira para abastecer seus veículos.

including the most exposed, direct experience of the society is fragmentary and discontinuous.”
(p.40)

Para Juliana e alguns outros venezuelanos com quem compartilhávamos a sombra da árvore, estar próximo à fronteira significava ter a possibilidade de ir e voltar ao seu país quando quisessem, mas estando longe o suficiente para se sentirem seguros e fora da zona de perigo. Apesar de na literatura ser frequente encontrar associações da zona fronteira com a sensação de perigo, como expõe Albuquerque (2014), “A imagem do perigo, da violência e da morte está bastante associada às áreas fronteiriças, sejam as zonas vistas como ‘terra sem lei’” (p.25), para esse grupo, o fato de estar no Brasil já representava segurança, ainda que estivessem em situação de viver na rua.

Entre outros, um dos motivos apontados pelo grupo para estarem em segurança era que, embora os preços praticados pelo comércio local fossem altos, segundo minha percepção, em Paracaima era possível comprar medicamentos e alimentos, não sendo necessário para isso ter que “*entrar no Brasil*”. Ao cruzar a fronteira, os venezuelanos não encontravam um posto de controle migratório de passagem coercitiva até saírem de Pacaraima e, por isso, podiam fazer suas compras pela cidade sem precisar mostrar qualquer tipo de documentação. Se desejassem sair da cidade tomando a BR-174, encontravam um controle no lugar conhecido como “balança”, por ser ponto de fiscalização de transporte de cargas, na Delegacia da Receita Federal. Entendi naquela conversa que a possibilidade de circular por Pacaraima estendia a fronteira até a balança, sendo o posto de controle o marcador de *Brasil*.³¹

Já no fim da manhã, a fronteira, que estava cada vez mais agitada, foi perpassada por três fluxos principais que se evidenciaram na pista. Segundo Appadurai (1990), no mundo moderno cinco panoramas estão em circulação de forma intensa: pessoas, capital, produtos, mídia e tecnologia. A presença dos comunicadores impulsionava o mídiapanorama por meio da produção de sons, imagens, informações e símbolos para circulação e, com exceção às tecnologias, esses panoramas ficaram bastante evidentes neste dia. Com o aumento de pessoas

³¹ No fim da manhã, ainda na árvore que Juliana ocupou naquela manhã e no dia anterior, eu portava uma câmera fotográfica em mãos e, enquanto eu conversava com um rapaz que estava vendendo artesanato indígena Eñepa e Warao, fui abordada por um homem fardado que havia saído de dentro da guarita que pertencia ao Exército Venezuelano a poucos metros da árvore. Ele se apresentou em espanhol, como sargento e me perguntou o que eu fazia ali e se eu estava com a mulher da televisão, apontando para perto do marco BV8, onde estava uma jornalista, um homem filmando e outro dando suporte. Eu disse que não, que estava apenas conversando com os companheiros. Logo que respondi, ele entrou na guarita e voltou com outro sargento que se aproximou e fez as mesmas perguntas. O segundo sargento contou que muitas notícias que estavam circulando não eram verdadeiras, eram apenas para criar terror. Observando que eu tinha me esquecido de tirar meu crachá de identificação, usado no interior da base, anotou meu nome em um caderninho. Depois disso, os militares entraram outra vez na guarita. Esse episódio fomentou várias discussões embaixo da árvore sobre como o Exército Venezuelano estava sendo autoritário e que aquela era uma tentativa de intimidação.

cruzando a fronteira em seus carros, apresentava-se o fluxo de pessoas. O intenso movimento de retorno de carros carregando vários produtos em direção à Santa Elena sugere o fluxo de coisas e capital. E a presença crescente de jornalistas e fotógrafos, bem como a pulverização de diversos vídeos e áudios sobre a Venezuela, evidenciam o fluxo de informações na fronteira.

Os conteúdos que circulavam nas redes sociais e noticiados pela mídia eram distintos, desde uma presença considerada anormal do exército venezuelano na cidade de Santa Elena de Uairén, passando por histórias de que presos da cidade de Puerto Ordaz haviam sido chamados para proteger a fronteira, até relatos de que os indígenas que viviam na região de fronteira, os Pemon, estavam se preparando para combater qualquer um que tentasse interferir na entrada da ajuda humanitária que chegaria no dia seguinte.

Por volta das 14 horas desse dia, Maduro anunciou que fecharia a fronteira com o Brasil a partir daquela noite e que estudava também fechar a fronteira com a Colômbia, uma vez que a Venezuela não necessitava da ajuda humanitária³². Essa notícia foi recebida com descrença por parte daqueles que trabalham na Operação na cidade de Pacaraima. O Coronel responsável pela base contou que se acontecesse de fechar a fronteira outra vez, o trabalho nos postos de triagem e de identificação não se alteraria, informação confirmada por Ludmylla, do ACNUR, a qual contou que quando aconteciam esses tipos de eventos, vários indocumentados que estavam na cidade de Pacaraima iam aos postos para documentar-se. Além disso, o fato de a fronteira estar fechada não significava que ninguém entraria no Brasil, pois em outros fechamentos houve como pagar *propina* para o exército venezuelano e assim ter a possibilidade de entrar pela pista, ou ainda tomar caminhos alternativos: as *trochas*. Houve, ainda, na conversa com os colaboradores de Pacaraima, uma descrença sobre a fronteira estar fechada no dia seguinte. Trabalhando na cidade, eles contavam mais de uma oportunidade em que houve ameaças de fechamento da fronteira ou mesmo outros fechamentos temporários, como foi o conflito de 18 de agosto de 2018, tão rememorado pelos funcionários que estão a mais tempo trabalhando no atendimento a venezuelanos, em Pacaraima.



Convido o/a leitor/a a voltar alguns meses nessa história, para entender esse conflito que era tão vivo na memória dos trabalhadores. Havia uma sensação, dentre os moradores locais, que com a chegada dos venezuelanos na cidade de Pacaraima subiram os números de

³² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/21/maduro-diz-que-vai-fechar-fronteira-da-venezuela-com-brasil-dizem-agencias.ghtml>

furtos, ainda que isso não se confirmasse nas estatísticas oficiais. A presença de muitos venezuelanos na cidade, dormindo na porta de estabelecimentos, ocupando a rodoviária e outros pontos da cidade, era motivo de muito incômodo para os habitantes da cidade.

Nesse ambiente de tensão, no dia 18 de agosto de 2018, segundo as entrevistas que concedeu o comerciante que protagonizou a história e brasileiros moradores de Pacaraima, um venezuelano entrou em um dos comércios com o intuito de assaltar o estabelecimento. Ao ser surpreendido pelo dono do comércio durante o ato, o agrediu para escapar do local. Devido à agressão, o comerciante, que necessitava de socorro, pediu ajuda aos militares da Operação Acolhida, que não puderam auxiliá-lo. Ao descobrirem que os militares não tinham condições de ajudá-lo, a população de Pacaraima se revoltou e passou a destruir acampamentos de venezuelanos que dormiam nas ruas da cidade, queimando seus pertences e até mesmo comida. Um dos acampamentos ficava no palco utilizado em um festival uma vez por ano na cidade; os moradores preferiram ver o espaço queimado a ver ocupado por venezuelanos, acabando com um dos poucos locais públicos de lazer da região.

Esse episódio figurou como estopim da tensão que já existia na cidade e, a partir desse momento, começaram a circular nas redes sociais vídeos de moradores de Pacaraima avisando que passariam a agir com violência em relação aos venezuelanos, já que haviam sido esquecidos pelos governantes. Nessa época, ainda vivendo em Brasília, recebi vídeos de venezuelanos sendo expulsos da cidade por brasileiros. Foi publicado um comunicado da ex-governadora do estado, Suely Campos, dizendo que fecharia a fronteira, mas o ato foi considerado inconstitucional e não teve efeito duradouro.

Algumas medidas foram tomadas para amenizar a situação: foi criado o BV8, um centro de acolhimento para a estadia dos venezuelanos em processo de documentação ou de interiorização, houve uma intensificação do processo de interiorização que, segundo o programa de rádio Voz do Brasil transmitido três semanas depois, já estava avançando para a sexta etapa³³.

Após esse conflito, a ordem era que os funcionários das agências da ONU não saíssem do espaço da Operação Acolhida, uma vez que a população estava enraivecida com a Operação e com tudo que tivesse a ver com os venezuelanos. O fluxo de venezuelanos foi muito grande nesse dia, maior do que nos demais. Esse episódio ficou marcado não pela tentativa de

³³ Disponível em <http://radios.ebc.com.br/reporter-amazonia/2018/08/governo-inicia-nova-etapa-de-interiorizacao-de-venezuelanos>

subtração de mercadoria, mas por envolver confronto físico, o que deixou alguns trabalhadores temendo um encontro hostil com a população local durante algum tempo.



Ao final da tarde, mais jornalistas começaram a aparecer na *linea*, gravando reportagens, links ao vivo e, em alguns momentos, convidavam venezuelanos para entrevistas. O local favorito das equipes de televisão era em cima do morro que ficava ao lado direito da pista para quem ia para a Venezuela, de onde se tinha uma visão do monumento em que estavam hasteadas as bandeiras dos dois países, como no início desse trecho. E também era possível ver uma série de outras equipes dispersas pela pista.

Estavam presentes nesse dia, trabalhadores da Rede Globo, Rede Amazônica, Reuters, Band, Roraima em tempo, Zero Hora e outros jornalistas, operadores de filmagem e também alguns fotógrafos independentes. A pauta coberta era bem parecida: informaram sobre o movimento de carros, colheram depoimentos de venezuelanos, os incentivando a falar sobre suas expectativas para um possível fechamento de fronteira, sobre o fluxo de pessoas entrando e saindo de Pacaraima. Apesar de alguns entrevistados terem a impressão de que o fluxo parecia mais intenso, as informações da Operação Acolhida que traziam os jornalistas, indicavam que estava tudo normal. Não havia, naquele momento, um consenso sobre ser um fluxo ordinário ou não, mas o número de espectadores do fluxo crescia a cada momento.

Enquanto a possibilidade de fechamento da fronteira fazia as pessoas se questionarem sobre como afetaria negativamente o comércio, a proibição do deslocamento de venezuelanos entrando no Brasil e a chegada de pessoas para cobrir os conflitos afetava positivamente a microeconomia dos hotéis e estabelecimentos de alimentação. Esse era um fluxo sazonal, mas que assumiu uma proporção que não havia sido vista em Pacaraima antes da chegada massiva de venezuelanos, como me contou Rosa, atendente de um restaurante na cidade. Houve, portanto, um crescimento da circulação de informações da fronteira e não somente na fronteira. Por ter sido um processo que começa com a declaração do Brasil de que levaria, para a Venezuela, a ajuda humanitária no dia 20, os repórteres tiveram tempo hábil de se deslocar para chegar até Pacaraima e acompanhar, pelo menos a partir do dia 21, o desenrolar da situação. Os repórteres enviados para a cobertura desses novos conflitos eram aqueles que cobriam pautas relacionadas à política. Havia também uma grande quantidade de jornalistas locais que estavam ganhando destaque em suas emissoras e canais.

A mídia, segundo Pascual Serrano (2010), é um quarto poder na atualidade. Segundo Teixeira (1998, pág. 3),

A imprensa, e a indústria de comunicação em geral, sancionam condutas no duplo sentido de legitimidade e controle; atinge amplos segmentos sociais e, assim, opera como uma poderosíssima “corte de reputação”.

Por isso, a ausência de uma assessoria de comunicação fixa da Operação Acolhida em Pacaraima era motivo de insatisfação para os coronéis que trabalhavam na cidade. Eles acreditavam na importância de mostrar como estava atuando o exército para desconstruir a imagem negativa que os brasileiros tinham da instituição. Com a formação de um ambiente de tensão, o exército, assim como outras instituições, enviaram seus comunicadores para Pacaraima. Enquanto os trabalhadores de outras células do exército cumpriam seus trabalhos em Roraima e voltavam para seus estados e, até aquele momento, nenhum dos contingentes ter retornado para a cidade, a célula de comunicação do exército era pequena, e os mesmos trabalhadores voltaram, durante o tempo que estive em Roraima, mais de uma vez para a Operação.

As coberturas midiáticas de conflitos e eventos são marcados por muita troca de informação entre os comunicadores. Foi possível observar uma solidariedade e cumplicidade entre os grupos de diferentes instituições, até mesmo entre trabalhadores de emissoras concorrentes que, de alguma forma, também se estendeu até mim³⁴. As condutas e formas de conduzir entrevistas, contudo, eram bastante distintas. Havia jornalistas que buscavam histórias que não estavam sendo cobertas, não se aproximando de multidões de jornalistas agrupados em torno de um único indivíduo. Havia outros que confrontavam interlocutores sobre os conteúdos que circulavam nas redes sociais. Alguns buscavam furos de reportagem, outros se juntavam ao “efeito manada”, buscando as histórias que todos estavam cobrindo e tentando publicar, ou entrar no ar, o mais rápido possível. Havia quem estivesse em campo enviando material e áudios para o escritório. Havia ainda aqueles que estavam trabalhando para mais de um canal ou meio de comunicação ao mesmo tempo³⁵.

Com o chegar da noite, dispersaram-se todos aqueles que passaram o dia esperando que algo acontecesse em torno da continuação da BR174.

³⁴ Apesar de não gostar de ser entendida como jornalista em campo, estar junto com esse grupo foi muito interessante exatamente pelas trocas de informações e cumplicidade entre o grupo. Eu acompanhei várias coisas que estavam acontecendo, por estar com eles.

³⁵ A cobertura desses eventos é interessante de se observar, podendo ser uma possibilidade para pesquisas futuras. Desde 2018, uma série de trabalhos sobre as reportagens produzidas sobre esse contexto foram publicadas, mas desconheço trabalhos que analisem o fazer jornalístico nesses contextos.

Trecho II - El cierre



“If patriotism were a matter of routine or practice, we [refugees] should be the most patriotic people in the world.” (Hannah Arendt in We refugees, 1943)

Rafael

22 de fevereiro de 2019, Santa Elena de Uairén - Estado Bolívar, Venezuela

Meu nome é Rafael. Minha história começa no dia 22 às sete da manhã: cedo, eu tinha uma entrevista na rádio e a cidade de Santa Elena estava muito agitada, muitos rumores, muitos comentários... Mas bem... O programa precisamente era para falar um pouco da ajuda humanitária que ia entrar na Venezuela tanto por Táchira quanto por Santa Elena, no dia sábado 23. E como eu era parte dessa equipe organizadora na prefeitura, eu e Hugo, companheiro que veio comigo para cá, me convidou para essa entrevista. No meio da entrevista, me ligam de Cumaracapay. Tenho muitos amigos lá, porque eu trabalhei nessa comunidade durante certo tempo e me dizem: “irmão, aqui está acontecendo um massacre. O exército entrou disparando” e mataram uma pessoa que eu conheço. E isso foi desastroso. Eu fui o que deu por rádio [foi] a notícia do que estava acontecendo em Cumaracapay. E isso me enervou, me sensibilizou mais, porque é gente que conheço. Nessa comunidade me tratam como irmão pelo carinho. Sentir que estão massacrando seus irmãos, seus companheiros, é duro.

E a partir desse momento começa a se desenvolver uma série de eventos que agora, vendo a situação friamente, vejo que nos deixamos levar pela emoção do momento. Porque acreditávamos que tivéssemos o controle da situação e realmente nunca tivemos... Minha percepção pessoal é que nós nunca tivemos o controle da situação. Parece que isso é algo depois que analisamos e pensamos... Eu acho que era uma jogada muito planejada que tinha o governo. Porque o município Gran Savana era o único município opositor do Estado Bolívar, era o único município que estava contra o governo. E desde que houve o processo de eleição do prefeito, sempre foi um processo sistemático de luta e eu imagino que isso era parte da jogada: ter a desculpa para intervir na prefeitura para eles se posicionarem sobre a situação... Isso não foi algo que aconteceu de assalto, foi algo premeditado. Premeditado como nesses laboratórios que chamam de guerra suja. E o lamentável, que eu até estava conversando com um amigo - Ricardo que foi prefeito de Santa Elena - é que é lamentável que muitos irmãos indígenas se tenham prestado a essa situação, pela manipulação, pelo dinheiro... por comprar consciência, como alguns dizem. Isso não foi de assalto porque o governo já tinha seus elementos táticos e estratégicos para sufocar qualquer tentativa de rebelião em Santa Elena.

De Porto Ordaz³⁶ e de cidade Guayana para cá, vieram muitos ônibus com uma grande quantidade de pessoas, malandros como alguns dizem, presos de El Dorado uniformizados para que substituíssem a guarda municipal. Então esse dia, depois que saí da rádio, eu que nunca andava com Emílio (o prefeito), escutei dele: “Rafael, vem que tô te esperando”. Entrei no seu carro e daí fomos a um hotel, entramos numa manifestação, o povo respondeu... Mas quando chegamos a Escamoto³⁷, a realidade muda, porque havia um grupo muito pequeno de compatriotas irmãos indígenas que estavam enfrentando contra o povo. A duras penas conseguimos ultrapassar essa barricada e depois desse momento não consegui voltar para Santa Elena. Então o que me restou foi ver como resolvia minha situação com meu amigo Hugo, era tarde, já não tínhamos o que fazer. Aí Curvelo, um dos motoristas do caminhão da ajuda humanitária, me perguntou se eu estava disposto para acompanhá-lo nisso. Porque haviam chamado a ele para que ele chegasse a Pacaraima e ali encontraria uma pessoa que coordenaria a entrada da ajuda humanitária. E como eu era funcionário da prefeitura nesse momento, disse sim, pois ele necessitava de alguém. E como a fronteira já estava fechada, tive que entrar por uma trilha e foi toda uma aventura. Esse senhor corria nesse carro e eu fui assustado, porque ele podia causar algum acidente.

Eu entrei em Pacaraima à noite e ali se fez a coordenação necessária para a chegada da ajuda humanitária. Até aí eu achava que eram vários caminhões, não só um ou dois caminhões. Pensei, pelo que me disseram e pelo que havíamos conversado, que eram vários caminhões. Então, na noite, conversei com uma representante da embaixada de Guaidó e dormi em Pacaraima em um hotel. A pessoa que estava organizando a entrada da ajuda humanitária nos deu 80 reais para que resolvêssemos o alojamento e a comida, pois não havíamos comido todo o dia, desde de manhã cedo.

Sexta feira, 22 de fevereiro de 2019

Às sete e meia da manhã, os militares da Operação se reuniram entre o batalhão do PEF e a arquibancada, como de costume, para receber orientações para o trabalho do dia. O Coronel Base, que dava as orientações, começou contando que um tenente, ao sair para correr pela manhã, encontrou no mato, bem longe da pista da fronteira, um grupo de venezuelanos entrando no país. A ordem do dia era: uma vez que muitos viriam caminhando por trajetos

³⁶ A cadeia mais próxima de Santa Elena de Uairén, que não tinha prisões, poder judiciário e Ministério público.

³⁷ Forte militar perto do posto da aduana em Santa Elena de Uairén.

alternativos e chegariam abatidos, os militares deveriam reforçar a alimentação oferecida nos locais onde ocorrem os primeiros contatos dos venezuelanos com os brasileiros: no PRI e no PTRIG. Além disso, deveriam estar alertas para o caso de a fronteira abrir, pois o fluxo se intensificaria nos postos.

Ao contrário dos comércios da cidade, a pista da *línea* estava muito movimentada. A poucos metros do Brasil, estavam moradores venezuelanos, brasileiros, repórteres brasileiros e estrangeiros, buscando entender e acompanhar de perto o que aconteceria naquele dia. Juliana voltou e, dessa vez, sua neta usava uma bandeira da Venezuela como uma capa de super-heroína. A menina tímida, que no dia anterior falava uma única palavra “*galletas*”, nesse dia posou para vários fotógrafos que a registraram na pista sem movimento de carros, mas sempre cercada por muitas pessoas.

Ao lado direito da pista, havia um grupo de pessoas observando alguns homens que buscavam caminhos alternativos com seus carrinhos de transporte, tentando chegar à Santa Elena de Uairén. Esses homens, os *cajeteros*³⁸, são venezuelanos que, na cidade de Pacaraima, ganhavam seu sustento descarregando caminhões que chegam para abastecer o comércio da cidade e auxiliando em levar compras para os carros que vinham de Santa Elena de Uairén. Naquele momento, eles apostavam que, atravessando a fronteira, receberiam encomendas de venezuelanos que não tivessem conseguido entrar no Brasil ou que seriam pagos para trazer as malas dos Venezuelanos que se aventurassem pelas trilhas. Os observadores comentavam entre si que muitas pessoas moravam no Brasil e trabalhavam em Santa Elena de Uairén e vice-versa e que, por isso, estar com a fronteira fechada era absurdo.

Com o impedimento de passar pelo lado direito da pista, que já estava ocupado por cerca de 10 militares venezuelanos, os *cajeteiros* foram pelo lado esquerdo e dessa vez conseguiram atravessar, sumindo da visão de quem observava mais próximo à fronteira. Pouco menos de uma hora depois, próximo de onde passaram os *cajeteros*, foi possível ver algumas pessoas chegando da Venezuela, caminhando entre os pequenos montes que faziam parte da paisagem entre os dois países. Essas pessoas, em sua maioria, traziam malas e notícias preocupantes sobre o que acontecia do outro lado. Quando chegavam, eram prontamente abordadas por repórteres pedindo que contassem sobre o caminho e o motivo da vinda.

Com a intensificação desse fluxo de pessoas chegando ao Brasil, começaram a surgir venezuelanos que estavam no centro de acolhimento da Operação Acolhida em Pacaraima (BV8), portando frutas e água para distribuir aos conterrâneos que vinham pelas trilhas. Ali,

³⁸ Pode ser que o nome fosse outro, mas algo muito próximo a isso.

conheci Jeniffer que, muito emocionada, me contava que tinha ido receber as pessoas que passavam por tantos desafios e vinham de tão longe caminhando para fugir da fome, porque ela sabia o que era sentir fome e por isso havia mobilizado outras pessoas do BV8 para ajudar seus *hermanos*. O curioso foi observar que o exército do país vizinho já tinha visto a movimentação do lado esquerdo, mas não estava inviabilizando a passagem, que era bastante evidente. Muitas pessoas que chegavam de Santa Elena de Uairén contavam que passaram pela trilha por indicação dos militares.

Esse fluxo que era permitido apesar de estar proibido, remete à uma passagem de um artigo de Francilene Rodrigues, professora da UFRR que pesquisa fronteiras. Rodrigues (2014) entende que a fronteira é dotada de uma dinâmica tão própria que nela operam regras que não necessariamente estão de acordo com as legislações dos estados que a cercam. Ela argumenta que o indivíduo na fronteira organiza seu espaço se baseando em dois sistemas: um que é paralelo e invisível e outro que é oficial. E por isso, “está constantemente transitando entre um e outro, está permanentemente em um espaço intersticial. As estratégias para cruzar a fronteira vão sendo construídas e reconstruídas subvertendo as regras oficiais dos estados nacionais”. (RODRIGUES, 2014, p. 59).

Já próximo ao meio dia, ia chegando mais e mais gente em torno da fronteira. Os venezuelanos se puseram a gritar palavras de ordem e provocar um ou outro militar venezuelano que ainda estava no posto perto da *línea*. Gritavam que eles também eram povo, que também tinham seus parentes morrendo de fome e que precisavam deixar as pessoas circularem, entrar no país e sair de lá. Os militares se mantinham impassíveis com as provocações, até que um deles chegou e chamou um grupo para conversar: ele disse que estavam em negociação para tentar abrir a fronteira, mas que as pessoas precisavam se acalmar. Nesse momento, no aglomerado que se formou em torno do soldado, venezuelanos aproveitaram para bradar as injustiças que vinham acontecendo em seu país, enquanto eram gravados e filmados por uma série de jornalistas que ali estavam, e também por mim. Os relatos convergiam em discursos contrários a Nicolás Maduro e críticas à ditadura, tirania, fome e desvalorização do salário.

Inflamados pelos relatos e presença dos jornalistas, alguns venezuelanos ocuparam o lugar onde ficava a bandeira de seu país, logo na linha imaginária da fronteira, proferindo palavras de protesto. Em certo momento, um grupo de homens decidiu colocar a bandeira a meio mastro, bradando que a situação do país era bem representada por esse ato simbólico. Pela inflamação dos ânimos no momento, havia quem acreditasse que a bandeira seria retirada, mas não aconteceu naquele dia. Curioso observar que, ao contrário da polarização que vivia ao

mesmo tempo o Brasil, o símbolo da bandeira não fora “sequestrado” por nenhum dos dois lados que concorriam – os prós e os contra Maduro -, conforme percebi no dia seguinte.

Sábado, 23 de fevereiro de 2019

No dia 23 de fevereiro, Pacaraima foi acordada por uma coletiva de imprensa na qual estavam presentes o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, a representante de Guaidó no Brasil, Maria Belandria, e o responsável pela embaixada dos EUA, William Popp. Nesse dia, cercado por jornalistas e políticos do Estado de Roraima, o grupo anunciou em que consistia a ajuda humanitária e informou que alguns caminhões a transportariam até a cidade em algumas horas. Quando perguntado por um jornalista do Zero Hora sobre o que fariam se não passasse, o Ministro respondeu meio a um sorriso irônico que não havia outra opção, iria passar.

Afastando-me da coletiva, a caminho da fronteira, o cenário estava diferente do dia anterior: os militares venezuelanos estavam mais próximos do território brasileiro espalhados pela savana, nos dois lados da pista. Quem tentasse passar da Venezuela para o Brasil era recebido com rispidez pelos soldados venezuelanos e mandados passar por um caminho mais longo que o feito pelas pessoas no dia anterior. O fluxo da Venezuela para o Brasil estava acontecendo, ainda que adicionando alguns minutos de trilha para os que chegavam, mas no sentido contrário não havia movimento. Os poucos que tentavam passar foram coagidos a retornar.

Os venezuelanos em protesto continuavam com as palavras de ordem, portavam bandeiras de seu país e pintaram a bandeira em seus rostos. Juliana era uma das mulheres que pintava todos. Ela, que sempre se colocava à frente nos protestos, era constantemente abordada por jornalistas para falar sobre a situação, ainda que estivesse no Brasil há alguns meses. Com o anúncio do fechamento da fronteira e a restrição do fluxo de pessoas, as notícias que se tinham sobre o que estava acontecendo do outro lado da aduana venezuelana eram enviadas pelas redes sociais, meio importante para garantir o fluxo de informações, uma vez que a confiança nos grandes canais midiáticos estava estremecida. Muitas informações se confirmavam no discurso daqueles que chegavam e muitas outras pareciam irreais e sem nenhum embasamento.

Inúmeros foram os vídeos e relatos que circularam, nas redes sociais, sobre uma situação muito violenta em Santa Elena de Uairén. Ao que tudo indicava, o exército venezuelano estava atirando nas pessoas que se mobilizavam contra o fechamento da fronteira.

A notícia mais comentada era que os Pemón estavam à frente do movimento de resistência e vários já haviam sido feridos e tantos outros mortos no combate.

Junto ao calor do meio dia, o clima esquentava com a chegada de um caminhão de mantimentos. Formou-se, ao longe, uma barreira de soldados venezuelanos, indicando que não abririam espaço para o veículo entrar, como muitos imaginavam que poderia acontecer. Dirigido por Rafael, o caminhão era pequeno, com espaço para mais mantimentos do que carregava. A chegada do veículo instaurou um clima de tensão e de bastante dúvida: muitos se reuniram ao redor do veículo na expectativa de escoltá-lo para acompanhar a travessia, mas logo um homem que tomou à frente do movimento, vestido com um colete do *Voluntad Popular* (Partido de Guaidó), afirmou que iriam esperar os outros caminhões, que segundo os boatos eram 80, que estavam chegando com a ajuda humanitária. Contando essa história para a leitora agora, parece que a informação de que chegariam outros caminhões estava explícita, mas foram pelo menos duas horas de especulações até essa informação ser de conhecimento geral. Alguns homens subiram no carro, fincaram bandeiras da Venezuela nos sacos de arroz e exibiram frases de protesto em pedaços de papelões enquanto estavam ali em cima.

O homem do colete assumiu o papel de organizador da multidão, num acordo não verbal entre os que estavam presentes. O fato de não transparecer segurança em suas ações me fez pensar que provavelmente foi algo orgânico e do momento, pois ele parecia mais desorientado que o restante das pessoas que estavam ali, uma vez que tomava decisões e voltava atrás em várias numa fração de segundos: chamou todo mundo para dar as mãos ao redor do caminhão, depois convidou todos a sentar, depois pediu um minuto de silêncio... Já na segunda mudança de plano, as pessoas não pareciam estar muito convencidas de que ele estava organizando o movimento e passaram a agir sem ter alguém liderando.

Depois de mais de duas horas, desde a chegada do caminhão, Rafael manobrou o veículo até ficar de ré para a fronteira da Venezuela, apontado para o Brasil. Ninguém parecia estar entendendo muito bem o que estava acontecendo, alguns diziam que o motorista tinha desistido de atravessar, outros que o caminhão não passaria naquele dia, entre várias outras especulações. Chegaram várias bandeirolas da Venezuela, que foram distribuídas entre os presentes. Também foram distribuídos alguns coletes do partido. Mais uma vez, ensaiaram ficar de mãos dadas ao redor do caminhão, sentar próximo a ele... até que a ordem foi esperar.

Foi dito, então, que chegaria outro caminhão. Uns diziam que ele havia quebrado na estrada, então não se sabia se de fato ele chegaria. Outros diziam que ele tinha tido um problema e vinha muito devagar de Boa Vista. Uma característica marcante desse dia foi a quantidade de informações desencontradas. Meio a esse alvoroço, uma ambulância vinda da aduana

venezuelana deu a volta nos militares venezuelanos, que a permitiram passar em direção à Pacaraima. Todos fizeram sinal para abrir caminho para a ambulância passar e, lá de dentro, uma mulher mostrou pela janela um sinal de “dois” com a mão³⁹. Essa passagem arrefeceu a situação e todos passaram a comentar sobre a chegada da ambulância. As especulações foram muitas. Todos se questionavam sobre quem eram as pessoas na ambulância, até que um dos venezuelanos diz ter recebido, por mensagem, a informação de que era um Pemón. Em visita ao hospital da cidade, a notícia se confirmou. Ao serem recebidos no hospital de Pacaraima, após uma breve avaliação do tipo de procedimento que precisaria ser feito, foram encaminhados para Boa Vista, onde se costumavam atender os casos mais complexos.

Desde o início do dia, todas as tentativas de hostilidade para/com os militares venezuelanos foram coibidas com gritos de “*ellos también son pueblo*”. As pessoas passaram então a gritar para eles que estavam todos na mesma situação e que deveriam permitir que a ajuda humanitária passasse e chegasse aos parentes e conhecidos que estavam morrendo de fome do outro lado da fronteira, mostrando que “ser povo” era algo que todos eles tinham em comum. Depois da chegada do primeiro caminhão, a tática dos que observavam parecia ser de criar um diálogo com os militares. Algumas mulheres se vestiram com coletes com emblemas de uma cruz vermelha, inclusive Juliana, e tentaram distribuir água para os soldados, afirmando que eles também são povo e deveriam ser bem tratados. Quando perguntei para Juliana o motivo de usarem os coletes, ela me informou que era voluntária da instituição⁴⁰ e, sem querer conversar muito, voltou para a tentativa de distribuição de água aos soldados. Os coletes foram distribuídos por pessoas do *Voluntad Popular*. Os soldados recusavam e mandavam as pessoas voltarem para os seus lugares, mas, depois de muita insistência e com a pressão de todos os olhos voltados a eles, alguns aceitaram a água.

Por mais quatro vezes, ambulâncias vindas de Santa Elena de Uairén entraram no país. A cada vez que surgiam no horizonte, as pessoas se organizavam para deixá-las passar e, dentro da ambulância, a médica fazia, com os dedos das mãos, um sinal de quantas pessoas feridas ali estavam. A entrada das ambulâncias no Brasil deixava as pessoas ainda mais apreensivas com o que estaria acontecendo do outro lado da aduana, mas também aumentou a frequência de frases e palavras ríspidas dirigidas ao Exército Venezuelano. Meio ao retorno da tensão chegou o segundo caminhão que parou ao lado do outro, também de ré para a Venezuela

³⁹ Como o momento em que Geertz, em *A Interpretação das Culturas* (2008), utiliza o célebre exemplo da piscadela, o “sinal de dois com a mão” é uma interpretação dentro do contexto onde a cada vez que a ambulância passou e números distintos foram informados pelas mãos daqueles que estavam acompanhando feridos.

⁴⁰ Eu desconfio que ela não fosse voluntária da Cruz Vermelha, uma vez que os uniformes utilizados pela instituição fossem bem diferentes dos coletes que portavam Juliana e outras mulheres no momento.

e apontado para Pacaraima. Algumas pessoas também subiram nesse caminhão. Cansados de observar os caminhões sem qualquer indicação de que iriam entrar no país, as palavras dirigidas pelos protestantes aos militares deixaram de ser comedidas.

Alguns dos protestantes mais jovens começaram a queimar pneus e a jogar pedras na guarda venezuelana, que se protegeu com escudos. A chuva de pedras durou alguns minutos, até que um desses jovens venezuelanos que protestava decidiu fazer um “coquetel molotov” e jogar em direção à guarda. Nesse momento, chegou a resposta do Exército Venezuelano: bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo passaram a ser atiradas em direção à linha da fronteira – ouvi de um rapaz do exército que foram dados tiros, tanto de balas de borracha, quanto de armas de fogo. No meio da confusão, realmente não havia como distinguir. Foi curioso observar que, enquanto a maior parte das pessoas corria na direção contrária ao conflito, iam fotógrafos e cinegrafistas em direção a ele. Nessa hora, a antropóloga estava em seu lugar: com o povo que correu para bem longe da confusão.

Nesse cenário, as Forças Armadas evacuaram a casa de passagem da Operação Acolhida (BV8), pela proximidade com a fronteira, e ficaram a postos na linha de fronteira, auxiliando no recuo dos que observavam. Não houve confronto, mas o Exército Brasileiro impediu a passagem das pessoas em direção à Venezuela durante algum tempo, *para garantir a segurança* e vários soldados armados, junto com outros identificados como Polícia do Exército, fizeram guarda próximo ao PTRIG. Com isso, a contenda cessou nesse dia. Os caminhões de mantimentos foram recolhidos para dentro do 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) para assegurar que não aconteceria o mesmo que ocorreu na fronteira da Colômbia, onde botaram fogo nos caminhões que traziam a ajuda humanitária⁴¹.

Foi a partir desse dia, que os Pemon se tornaram mais uma das etnias originárias da Venezuela que chegaram ao país⁴². Segundo relatório produzido pelo ACNUR, em novembro de 2020, no Brasil, foram registrados 5.078 indígenas de etnias originárias da Venezuela⁴³. Desse número, 30% eram Pemon, 1% Wayuú, 1% Kariña, 3% Eñepa e 65% eram do povo Warao. Os Pemon passaram a entrar no território brasileiro em fevereiro de 2019, logo após esse conflito. Por serem um povo fronteiriço e terem parentesco com os Taurepang, muitos

⁴¹ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/02/23/caminhoes-com-ajuda-humanitaria-deixam-boa-vista-em-direcao-a-venezuela-fronteira-segue-fechada.ghtml>

⁴² A Colômbia também recebeu indígenas das etnias Inga e Yukpa, que eram povos fronteiriços que acabaram adentrando à Colômbia.

⁴³ Em maio, o relatório mostrou 4.981 indígenas venezuelanos no Brasil, o que significa um aumento de 2% do número total de indígenas venezuelanos. O número parecido, seis meses depois, pode mostrar que poucos indígenas entraram no período, mas também são consequência da quantidade de indígenas que atravessam de Pacaraima para outros estados brasileiros, utilizando documentos de outrem.

Pemón atravessaram a fronteira temendo por suas vidas e se instalaram em diversas comunidades dos Taurepang, se concentrando principalmente em Tarau Paru, Sakaumota, Sorocaima 1 e Bananal. Assim como os Wayuú, não pude encontrar relatos de deslocamento dessa etnia para outro estado que não Roraima.

Os Eñepa que chegaram ao Brasil eram todos membros de uma mesma comunidade. Márcia, uma mulher Eñepa, me contou que a comunidade toda precisou se deslocar, devido a uma ameaça de morte que receberam depois de um conflito com uma outra comunidade da etnia. Como tinham pouco contato com os *criollos*, os Eñepa não conseguiram alternativas de geração de renda em outras cidades do próprio país, uma vez que a relação que tinham de cunho monetário com *criollos*, normalmente era a partir da venda de artesanatos, que não rendia muito dinheiro. E com o passar dos anos, a atividade, que era sustento de muitos povos indígenas vivendo nas cidades, junto com o turismo, deixou de ser rentável. Devido à dificuldade econômica que viram seus compatriotas enfrentando, a impossibilidade de vender seus produtos e um novo encontro com o grupo que os havia ameaçado, os Eñepa cruzaram a fronteira e entraram no Brasil.

Os Eñepa, em sua maioria, permaneceram em Roraima desde que chegaram, com a exceção de um casal (Warao + Eñepa) que se deslocou até o Pará, mas logo retornou para Roraima para ficar com o restante da comunidade. Os Warao, que representavam a maior parte dos indígenas venezuelanos no Brasil, eram um grupo sobre o qual se tinha muito mais registro pelos pesquisadores brasileiros⁴⁴. Essa etnia vivia no Delta do Orinoco, que fica no Estado Delta Amacuro na Venezuela, mas também ocupa uma parte de Sucre e Monagas. Apesar do fluxo de venezuelanos entrando no Brasil tenha se intensificado entre 2015 e 2016, os primeiros relatos de entradas de Warao no Brasil foram registrados em 2014⁴⁵. Segundo um grupo de lideranças com que tive a oportunidade de conversar, esses primeiros Warao que entram no Brasil eram da comunidade de Janakajamana. Segundo me contou Alfredo, um rapaz Warao que vivia em Pacaraima, muitos Warao trabalhavam com turismo (como guias, ou com

⁴⁴Sobre Roraima; Xavier, 2020; Sobre Amazonas e Pará: Rosa, 2020

⁴⁵É comum escutar entre os Warao relatos de grupos que foram deportados em 2016, conforme conta Rosa (2020). Um desses casos foi o de um interlocutor, chamado Roberto. Segundo o que me contou Roberto, com o passar dos anos, mesmo que alguns ainda tivessem conseguido manter seus empregos, não conseguiam garantir alimento para a família com os salários que recebiam e passaram a se sentir muito inseguros nos territórios que viviam. Tentaram então em 2016 entrar no Brasil, mas logo foram deportados e voltaram à sua terra natal. Vendo a situação pior tanto nos *caños*, quanto nas cidades que seus familiares que viviam em outras cidades na Venezuela, decidiram mais uma vez tentar ir para o Brasil. Ao retornarem a Pacaraima, Roberto descobre que sua esposa estava registrada no sistema da Polícia Federal como deportada e lhes foi exigido que, para que ela pudesse permanecer, pagasse uma taxa de 1.000 reais. Eles me contaram o valor meio a risadas, salientando que obviamente não tinham dinheiro para pagar a taxa. Maria conta, então, que com a ajuda de muitos, e pedindo nas ruas, ela conseguiu pagar a taxa que garantia a possibilidade de ficar no Brasil com o restante de sua família.

transporte de turistas), outros vendendo artesanatos e, por conta das atividades que faziam, foram os primeiros a começarem a sentir o aprofundar da *crise*⁴⁶. Por isso, os registros de sua chegada em grupos maiores são ainda anteriores à percepção da intensificação da entrada de venezuelanos não indígenas no Brasil.

Pacaraima, 24 de fevereiro de 2019

Nesse dia, a fronteira estava ainda mais movimentada que nos dias anteriores. Bem cedo pela manhã, várias pessoas chegaram pela trilha, que era maior que a do dia anterior. O Exército Venezuelano estava controlando mais intensamente as proximidades da pista, cobrindo uma distância maior. Faziam os que queriam atravessar andar ainda mais para chegar próximo ao marco onde estavam as bandeiras, e assim poder entrar no Brasil. Os jornalistas se juntavam ao redor de todos os que se aventuravam pela trilha, buscando respostas sobre o que estava acontecendo do outro lado. As notícias que vinham por *WhatsApp*, como nos outros dias, não eram boas: circulavam imagens muito violentas da cidade de Santa Elena de Uairén onde pessoas estavam sendo mortas a tiro no meio da rua; casas sendo vasculhadas em busca de políticos e pessoas para serem recrutadas para o exército; vídeos que mostravam dezenas de caminhões do Exército Venezuelano a caminho da fronteira, entre outros.

Duas notícias que mobilizaram os jornalistas o dia todo: a chegada de um grupo de desertores que foi recebido dentro do espaço da Operação Acolhida e o prefeito de Santa Elena de Uairén, que havia chegado de madrugada, pela trilha, para conversar com o Exército Brasileiro. Ele solicitou uma coletiva de imprensa pela tarde. O prefeito Emílio, indígena *Pemon*, era do único partido da oposição com políticos eleitos em toda a Venezuela.

Nesse dia, conversei pela primeira vez com Rafael. Com um discurso esperançoso, o motorista de um dos caminhões afirmava que era muito importante que eles conseguissem passar.

“Eu pessoalmente quero manifestar que, como venezuelano, estou muito iludido, muito afetado por esta situação, porque um país com tanta riqueza, um país com tanto valor e nas condições as quais nos foi posto, é realmente difícil de aceitar. Bom, e pensando também em minha família... sigo... É duro estar aqui nesta situação, porém, estou convencido de que estou do lado

⁴⁶ Segundo relatório de pesquisa realizada nos lugares que vivem os Warao, no Delta Amacuro, “*Al comparar la mortalidad registrada en la población general con la indígena, resalta que murieron más indígenas que no indígenas por desnutrición, diarreas y enfermedades infecciosas intestinales y tos ferina.*” (p.84)

correto da história, e qualquer sofrimento que venha é necessário se queremos fazer um melhor país, fazer uma melhor Venezuela.

[estou] Agradecido a todo o apoio que nos estão prestando os irmãos brasileiros. Eu e a população de Santa Elena. Porque praticamente 90% da alimentação que se consome em Santa Elena provêm do território brasileiro, os medicamentos... Nossas mulheres têm que vir parir aqui no Brasil, porque não temos como atendê-las lá. É lamentável que um governo seja de tanto sofrimento, de tanta maldade contra um povo que somente o que quer é viver em paz. Falamos de mortos, uma cifra significativa de mortos, nove companheiros Pemon, em Santa Elena. Quatro companheiros indígenas de onde uma comissão das forças armadas arremeteu contra gente inocente, que simplesmente exercemos um direito, um direito de protestar e pedir um país livre, um país com condições dignas e não andar mendigando uma carga de comida. Realmente, é dura a situação e ... vamos ver, vamos pelo caminho correto. Eu creio que mais tarde, mais cedo do que tarde, vamos sair desta.”

Os caminhões estavam guardados, mas o movimento na fronteira continuava intenso. A bandeira da Venezuela foi retirada e queimada. Havia gente queimando pneus, destruindo o posto do exército que ficava ali próximo e jogando pedras nos militares. Dessa vez, o grupo de militares que representava o bloqueio era maior, estavam muito mais próximos do território brasileiro e acompanhados de dois tanques de guerra. Como resposta às pedras e à destruição do posto militar venezuelano na fronteira, os militares apontavam as armas para o lado brasileiro, encenando que iriam atirar, ao passo que lentamente se moviam em direção à linha da fronteira. Sem surtir efeito, logo surgiram novamente bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, dispersando a multidão.

Nesse dia, havia um grupo de militares brasileiros observando a movimentação e não só um soldado, como nos dias anteriores. Em meio a toda confusão, estava o Coronel Operação. Ele chegou à linha fronteira em meio aos tiros e levantou a mão, como quem pede aos militares venezuelanos para cessar fogo, e tirou todos os brasileiros e venezuelanos da fronteira. Logo depois, chegaram carros da Força Nacional Brasileira e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que estacionaram antes da linha da fronteira, pedindo para que as pessoas ficassem atrás do limite entre os países. As únicas pessoas que atravessavam a linha imaginária imposta pelas Forças Armadas eram os jornalistas. Os outros, entre venezuelanos e brasileiros, eram orientados, de forma bastante enfática, a permanecerem atrás da linha.

Os militares venezuelanos não se moveram por muito tempo. A primeira movimentação que houve por parte deles foi quando se afastaram para um grupo de pessoas entoando canções. Esse era um grupo grande, como o que estava antes em conflito com o Exército Venezuelano. Eles se aproximaram cantando, causando perplexidade em quem assistia do lado brasileiro da

fronteira. Vieram junto com um guindaste colocar uma nova bandeira da Venezuela no monumento das bandeiras, ainda maior que a anterior, e isso era feito ao som de músicas que os venezuelanos que observavam do Brasil identificaram como “pró-Maduro”. Eles se afastaram ainda cantando e os militares recuaram um tanto, logo atrás do grupo, mas ainda se mantiveram em formação, próximos à aduana de seu país.

A ordem era para que ninguém se aglomerasse próximo da linha fronteira, uma vez que os militares brasileiros entendiam que os militares venezuelanos estavam apenas respondendo à provocação dos próprios venezuelanos e isso era o que gerava o conflito. Apesar de algumas bombas terem sido lançadas para dentro do Brasil, os generais brasileiros (ali estavam Comandante da Operação, Anunciado Futuro Comandante da Operação⁴⁷ e Comandante do Exército Brasileiro) não entendiam como um ataque à soberania do país, uma vez que o ataque era direcionado aos venezuelanos e que, não tendo barreira física entre as fronteiras, não havia como controlar onde exatamente cairiam as bombas. A porosidade da fronteira, também influencia a percepção de territorialidade desse grupo de militares.

Ao fim do dia, ainda na fronteira, chegou, de dentro de Pacaraima, o prefeito de Santa Elena de Uairén informando que voltaria para a prefeitura, até o dia seguinte, para ajudar os venezuelanos a derrubar Maduro. Sua narrativa era como a dos outros anti-Maduro e dizia que estava em Pacaraima para “*conversar com as autoridades*”. Sua entrevista foi interrompida por um som muito alto de música que, de cima de um morro do lado brasileiro, se podia escutar. Por meio das trocas de mensagens por *WhatsApp*, pudemos ver um pouco do que acontecia: as pessoas pró-Maduro fizeram uma festa com música, futebol e comida, para mostrar a todo o mundo que seu país não precisavam de ajuda humanitária e que havia sim pessoas a favor de seu regime, dispostas inclusive a comemorar. Do lado brasileiro, os venezuelanos ouviam a festa com perplexidade, com os olhos cheios de lágrimas. Diziam que o lado de lá estava celebrando que pessoas morreram no confronto em Santa Elena e na fronteira e que isso era um absurdo. A música continuou até muito tarde, pelo menos até a madrugada do dia seguinte.

Pacaraima, 25 de fevereiro de 2019

⁴⁷ Até o início de dezembro de 2019 não houve qualquer movimento para que assumisse o Anunciado Futuro Comandante da Operação, em 2020 foi nomeado um outro general para o posto.

No dia 25, a faixa fronteira estava bem mais tranquila, a indicação de não se aglomerar do outro lado da fronteira para não haver conflito, permanecia. Mas, a maior parte dos venezuelanos ali presentes não estava entendendo muito bem o que acontecia, pois tinham medo de abordar os militares e policiais brasileiros para perguntar. Julgavam que os carros da PRF e seus policiais armados a poucos metros da linha fronteira, voltados para dentro do território brasileiro, indicavam que a fronteira do Brasil estava fechada. Muito chorosos e indignados com o que eles acreditavam estar acontecendo, alguns venezuelanos avisaram aos seus conterrâneos do outro lado, que agora era a fronteira do Brasil que se fechara. Pouco adiantava explicar qual era a indicação. Por conta da relação que eles tinham com o Exército Venezuelano, não conseguiam acreditar no Exército Brasileiro. Diziam que se alguém atravessasse a linha para entrar no Brasil, não poderia mais voltar.

Em outra linguagem



Coletiva de imprensa: Maria Belandria, Ernesto Araújo e William Popp





A chegada da ajuda humanitária



Juliana à frente e militares venezuelanos preparados para o conflito ao fundo

Depois desse evento, a fronteira ficou fechada por mais de dois meses e meio. Ao longo desse tempo, diversos boatos surgiram sobre uma reabertura, o que demorou a se concretizar. Enquanto fechada, evidenciou-se a prática de cobrar propina⁴⁸, praticada pelo Exército Venezuelano. Quem pagasse, garantia a possibilidade de atravessar mais próximo à estrada ou mesmo por ela, ainda que sem veículos. Essa prática destacava a desigualdade no acesso ao território: alguns indivíduos que tinham dinheiro o suficiente para pagar a propina faziam um caminho mais fácil e com menos obstáculos, aqueles que não tinham dinheiro ou alimentos para entregar ao exército, ficavam ainda mais vulneráveis, esperando uma brecha para atravessar a fronteira pela pista, ou tomavam caminhos que os faziam andar distâncias muito maiores ou ainda embrenhar-se em mata fechada.

Uma vez que os fluxos são caracterizados, segundo Hannerz (1997), pela sua facilidade de transpor barreiras, a fluidez da fronteira é algo palpável quando se observa como os fluxos de pessoas, produtos, informações, dinheiro e tecnologias não cessaram enquanto a fronteira estava fechada. Os fluxos se reconfiguraram, se tornaram mais (ou menos) visíveis, passaram para o regime do (i)legal (RIBEIRO, 2010), levando mais tempo ou trajetos maiores para se concretizarem, mas eles permaneceram existindo, ainda que fossem marcados por uma tensão maior, que segundo Sayad (1998) e Bhabha (2002), ser espaço de tensões e conflitos é uma das características das fronteiras.

O fechamento da fronteira significou uma interrupção no fluxo formal de coisas e pessoas entre Brasil e Venezuela. O que se percebeu foi que a circulação mais afetada era a de produtos: poucas pessoas conseguiam levar produtos para Santa Elena de Uairén pelas trilhas, primeiramente por conta da dificuldade de se caminhar com alimentos por terrenos irregulares e, em segundo lugar, pelo controle feito pelos militares na linha fronteira: quando alguém chegava com produtos, esses eram confiscados. Eduardo, um colega venezuelano que atravessou nesse tempo, contou que ainda que permitissem o trânsito do indivíduo, pelo menos uma parte dos produtos ficava como pagamento.

A circulação de produtos tinha um papel importante na economia das duas cidades. O cenário de Pacaraima, segundo relato dos comerciantes, mudou muito com a vinda dos venezuelanos. Mas esse comércio que cresceu e transformou a cidade, era dependente de Santa Elena de Uairén, como fora um dia o comércio de Santa Elena de Uairén dependente da

⁴⁸ Enquanto aberta a fronteira, a prática de cobrar propina existia, porém, segundo relatos, o valor pago era inferior a quando a fronteira estava fechada.

chegada dos brasileiros.⁴⁹ Com a diminuição de pessoas circulando para comprar produtos, alguns comércios fecharam e muitos dos *cajeteros*, que costumavam trabalhar trasladando produtos brasileiros para a Venezuela e bagagem de venezuelanos para o Brasil, deixaram de trabalhar.

A fronteira aberta garantia, em alguma medida, ainda que se cobrasse alguma propina, um trânsito mais livre e a sobrevivência do comércio de Pacaraima. Um dia, conversando com José, um comerciante local, ele me contava que era contra a vinda dos venezuelanos, mas que precisavam deixar alguns passarem pelo menos para fazer compras, não para ficar na rua (sic). Ele entendia que a fronteira não poderia ficar fechada, pois “alguns de fato precisam atravessar, porque estão morrendo de fome”, mas outros só queriam fazer *baderna*. Para José, para garantir a travessia dos que precisavam, sem colocar a população em risco, era necessário selecionar um perfil de pessoas que pudessem entrar, checando seus antecedentes criminais, por exemplo. Em outras palavras, o que desejava José e outros moradores de Roraima que encontrei no caminho, era que existisse um critério para a admissão dessas pessoas em seu país, e aquelas que não atendessem ao critério, não eram dignas de entrar no Brasil e deveriam continuar vivendo na Venezuela.

Ouvir que a Venezuela está em crise, era algo bastante comum entre venezuelanos, trabalhadores que os atendiam, e aqueles que acreditavam ser necessário ajudar, mas também entre aqueles que não desejavam que seguisse vivendo em seu estado. Mas, assim como a célebre frase dos “direitos humanos para humanos direitos”, havia um entendimento, entre os que não os queriam em Roraima, de que a ajuda humanitária seria para os que estavam sofrendo de verdade, aqueles que tinham emprego e uma colocação na Venezuela e não para aqueles que “se aproveitam da ajuda humanitária para vir roubar no Brasil”. Receber a ajuda humanitária, que significava abrigo, atendimento do *exército e das ong*, era para muitos dos meus interlocutores, uma questão de merecimento.

As notícias que chegavam de Santa Elena de Uairén enquanto a fronteira estava fechada, era de que a população da cidade havia aumentado, uma vez que recebiam venezuelanos de várias outras cidades, que esperavam pela possibilidade de cruzar *la línea* e chegar ao Brasil. Maribel, uma colega de trabalho venezuelana, morava em Santa Elena de Uairén e trabalhava em Pacaraima e no dia que a fronteira fechou, atravessou para trabalhar e

⁴⁹ Hannerz (1997), fazendo uma crítica ao pensar a categoria de cultura como algo estável e que não esteja em fluxo, descreve um homem que se considera 100% americano, apesar de consumir produtos de todos os locais do globo. A proposta do autor é evidenciar a interdependência dos mercados e da relação entre os países na modernidade, a mesma dinâmica se observou entre Pacaraima e Santa Elena.

achou melhor ficar no Brasil para não correr o risco de perder o emprego. Apesar de ter me contado, na época, estar muito ansiosa para voltar para sua cidade e ver sua família, temia voltar, pois entendia que a cidade estava com a segurança ameaçada, já que muitas das pessoas que não conseguiram fazer a travessia ficaram em situação de rua na cidade, esperando a fronteira ser novamente aberta⁵⁰.

É indispensável, tratando da fronteira como categoria que abrange além dos limites territoriais, pensar nela como local que produz sentidos de identidade. Em territórios de fronteiras internacionais, como é Roraima com sua tríplice fronteira, normalmente utiliza-se como identificação as contrastivas: “sou brasileiro”, “sou venezuelano” ou “sou guianense”, salientando uma identidade que se constrói pelo contraste, pela alteridade. As fronteiras são espaços de interação e de reconhecimento da existência do outro (FOUCHER, 2009). É nessas zonas marcadas por um limite que a fronteira assume outros significados e sentidos: de zona de transição, de contato entre realidades, entrelugar, zona de liminaridade, de hibridizações, de mescla e de mistura.

Separando dois territórios, a fronteira era também espaço de transformação das subjetividades e da identidade. Enquanto moradores da Venezuela, sua região ou cidade de origem e moradia e outros marcadores de diferença, são partes constituintes do indivíduo. A partir do momento que atravessam a fronteira, venezuelanos viram uma grande massa quase amorfa, compondo um número de pessoas indesejadas na região. Suas histórias, seus estados de origem, suas vivências, sua subjetividade e alteridade se diluem e passam a ser identificados pela alcunha do adjetivo pátrio que os define nessa nova terra: os venezuelanos, venecas e irmãos venezuelanos.

No contexto do deslocamento venezuelano para o estado de Roraima, a ideia de fronteira pode ser usada como objeto para diversas análises. Apesar da polissemia da categoria, para esses vários sentidos, nos serve a formulação de Bashkow de que “todas as fronteiras são construídas e em algum grau são artificiais” (2004, p.443). Pensando em seu aspecto físico, a fronteira nesse contexto é *la línea* na cidade de Pacaraima, que não era apenas um limite entre dois territórios e nem apenas uma barreira. Apesar de ser chamada de *línea*, a linha não existe, embora tenham sido erigidos os marcos de cimento marcando o fim do território. A materialização de um construto artificial, que ao longo do documento da reunião traz coordenadas precisas de sua localização, indica uma demarcação de limite, porém não uma

⁵⁰ Esse mesmo relato surgiu sobre a saída da Venezuela para Aruba: o governo venezuelano não estava permitindo que a população seguisse para a ilha, causando grandes aglomerações na península da travessia.

barreira. Tornar-se uma barreira não necessariamente tem a ver com o físico, pode ser uma questão social. A fronteira que se fecha entre Brasil e Venezuela, lá em 1985, teve como justificativa a celebração de uma boa interação entre ambos. Os sólidos se transformam com as mudanças políticas e sociais, apesar de parecerem ser sempre os mesmos⁵¹.

É curioso observar que em suas diversas acepções, ela assumia diferentes texturas: porosa, sólida e por outras vezes, elástica. Ela representava o limite entre segurança e insegurança. Para alguns, podia significar barreira e, para tantos outros, *check-point*. Para alguns era o limite entre poder ou não pagar para alimentar a família. A fronteira entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, nesse contexto, é a “materialização da fluidez” do conceito. Ela assumiu, só no processo desse evento, significados diversos e concomitantes, variando em relação aos sujeitos, bens, serviços, contexto político e etc. Mas independente da textura que momentaneamente assumia, como bem pontua Maroni da Silva (2014), “Por mais que se tome o limite geopolítico de um território, como um muro que detém o outro indesejado, a fronteira jamais deixará de ser porosa.” (p.44)

Depois do evento, Rafael e Hugo descobriram que estavam sendo procurados no território venezuelano e temendo serem encontrados, presos ou ainda passarem por alguma violência, deram-se conta de que não poderiam voltar. Com a roupa do corpo, sem poder atravessar *la línea* nem para buscar seus pertences, temendo o que poderia acontecer caso fossem encontrados pelas autoridades venezuelanas, se hospedaram em um hotel e, no dia seguinte, começaram o processo de obtenção da documentação que necessitavam para estar no Brasil. Hugo não tinha nenhum documento brasileiro, Rafael já tinha alguns deles, pois alguns meses antes esteve com sua família em Pacaraima, pensando que em algum, momento no futuro, caso as coisas continuassem como estavam na época, precisariam sair de Puerto Ordaz onde viviam, e mudar-se para o Brasil como vários outros venezuelanos.

⁵¹ Há ainda a possibilidade de analisar as fronteiras sob seu aspecto de marcador ideológico, utilizando o conceito para entender as zonas de interação entre as diversas organizações que trabalham no projeto de *acolhida* dos venezuelanos que entram no Estado.

Etapa 2: *Estar*



Rafael, em Pacaraima, na última vez que nos despedimos pessoalmente, até então.

Hugo e yo nos exponemos mucho, como digomediáticamente. Estábamos en la mira de muchas personas (...) Nos ponemos en contacto con Emílio [prefeito](...) y nunca pudimos concretar con él, nunca pudimos hablar con él en ese día, no ha pasado de un intento. Con una ayuda de unos amigos, nos mantenemos en Pacaraima sin mayores dificultades. En la noche, conversando con Hugo yo digo “bueno hermano, aquí tenemos que tomar una decisión. Para Venezuela no podemos regresar, para Santa Elena...” Ya con cinco días en Pacaraima y sin recursos, conversamos y tomamos la decisión de acercarnos al módulo de ACNUR para plantear nuestra situación y ver qué apoyo podíamos recibir, y que por motivos político y de persecución no podíamos regresar a Santa Elena por lo convulsionado de la situación y estábamos siendo requeridos por el gobierno de Venezuela por ser parte del equipo del Prefecto y nuestra participación con el tema de la ayuda humanitaria. El día jueves en la mañana lo famoso motorista de la ayuda humanitaria Hugo y Rafael se presentaron a la sed de ACNUR ahí en la operación acogida a solicitar su condición de refugiado debido a la imposibilidad de regresar a Venezuela. Ahí de verdad que los hermanos brasileros nos atendieron muy bien, resolvimos los papeles, nos tocó dormir dos noches en el refugio y el día viernes en la mañana nos informa la coordinadora del ACNUR que por cuestión de seguridad tiene que sacarnos, a Hugo y a mí y otro grupo de personas de allí (...). Así que el viernes en la mañana, nos reunieron a todo el grupo que se iba, y al medio día aproximadamente, partimos rumbo al desconocido. Realmente para mí fue algo inesperado. Realmente no estaba preparado para esa situación (...) los políticos de Venezuela nos abandonaron, no nos apoyaron después de los reiterados intentos de contacto (...) Entonces me tocó, a Hugo y a mí, ir a un refugio en Boa Vista. Y allí comenzó otra historia.

Trecho III: *La Operación Acolhida*

Antes de continuar contando a história de Rafael, é importante entender a Operação.



Visão panorâmica de parte das instalações da Operação Acolhida na cidade de Pacaraima - RR, manhã e anoitecer



“A Operação Acolhida, criada em fevereiro de 2018 pelo Governo Federal com apoio de agências da ONU e organizações da sociedade civil, é uma iniciativa para operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados, refugiadas e migrantes provenientes da Venezuela em situação de maior vulnerabilidade. As agências da ONU e organizações da sociedade civil desempenham papel fundamental junto às Forças Armadas e ao Poder Público para viabilizar a resposta humanitária no Brasil, que é dividida em três principais eixos: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização.” (<https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>)⁵²

Quando começou a aumentar o fluxo de venezuelanos pelo estado de Roraima, foi-se observando aos poucos o colapso, principalmente na rede de assistência social e na saúde. Esse colapso era de se esperar, porque “Um país não cabe em um estado”, como proferiu Adyel, um falante motorista de Uber que me conduziu em meu primeiro dia, em Boa Vista. Essa frase ressurgiu em ocasiões diversas nos meses de pesquisa de campo e no tempo em que trabalhei na Operação. Muitas vezes, os locutores eram pessoas que não estavam trabalhando diretamente com a recepção de venezuelanos e mostravam desaprovar a presença deles no

⁵² Estão envolvidos com a operação: Órgãos Governamentais (OG) Federais - Receita Federal; Ministério Público do Trabalho; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Advocacia Geral da União (AGU); Defensoria Pública da União (DPU); Ministério Público da União (MPU); Justiça Federal; Universidade Federal de Roraima (UFRR); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Eletrobrás Distribuição Roraima (ELETROBRAS). OG Estaduais - Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES); Secretaria de Saúde; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, Epidemiológica e Sanitária; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Corpo de Bombeiros Militar; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Serviço Social do Comércio (SESC); Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAERR), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público do Estado (MPE) e Justiça Estadual (Vara da Criança). OG Municipais - Prefeitura Municipal de Boa Vista; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Gestão Social; Secretaria Municipal de Serviços Público e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas; Guarda Municipal; e Conselho Tutelar. Órgãos de Segurança - Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança Pública; Polícia Militar; e Polícia Civil. Agências da ONU - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); ONU Mulheres; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Organismos Internacionais - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) / Office of U.S. Foreign Disaster Assistance (OFDA, na sigla em inglês); Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); e REACH Initiative. Organismos Não Governamentais (ONG) - Fraternidade-Federação Humanitária Internacional (FFHI); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI); Norwegian Refugee Council (NRC); Fraternidade sem Fronteiras (FSF); Télécoms Sans Frontières (TSF); Engenheiros sem Fronteiras (ESF); Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR); Visão Mundial (WV); Associação de Bem com a Vida (ABV); Pirilampos; Associação Fala Mulher; Jovens com uma Missão (JOCUM); Mises Brasil; Palhaços sem Fronteira; Ação do Coração; Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA); e Associação Missão Esperança (AME). Entidades Filantrópicas - Rotary Club; Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA); Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Companhia Cultural Bola de Meia; Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima; Fundação Fé e Alegria do Brasil (FFAB); Centro de Migração e Direitos Humanos (CMDH); Exército da Salvação; e Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH). Entidades Religiosas - Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora da CONSOLATA); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Igreja Batista do Calvário; Cáritas Diocese de Roraima; Pastoral Universitária; Pastoral do Imigrante; e Pastoral da Criança. Empresas Privadas - Linhas Aéreas Azul; Gol Linhas Aéreas Inteligentes; LATAM Airlines Brasil; e M3 Comunicação e Marketing.(KANNAN, 2019).

estado. Outras tantas vezes, os locutores eram militares que repetiam a frase como justificativa para intensificação de uma estratégia de saída para os venezuelanos que chegavam ao estado⁵³.

Como resposta ao pedido de apoio federal para a situação do estado e dos municípios de Boa Vista e Pacaraima, Marcelo - na época um colaborador de uma ONG que coordenava um abrigo autogestionado por venezuelanos - me contou que o Governo Federal fez um repasse de verbas para o governo estadual e esperou que com isso o estado conseguisse gerir a nova situação. Diante disso, a SETRABES/RR (Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima) assumiu o papel de gerir a crise, o que foi feito sem transparência e sem resultar o impacto esperado pela população local, pois se manteve o incômodo “com a presença dos venezuelanos no espaço público urbano, cujos corpos nas praças e esquinas desafiavam o estado normal das coisas” (RUSEISHVILI, CARVALHO e NOGUEIRA, 2018, p.60).

Marcelo, como vários outros moradores de Roraima e roraimenses, tinha várias críticas ao funcionamento das secretarias de governo. Ele as considerava pouco efetivas, por serem grandes “cabides de emprego”, ainda que ele mesmo já tivesse trabalhado em algumas delas. Na opinião dele, e de outros da mesma organização que geria um espaço de acolhimento, a vinda da Operação Acolhida trouxe resultados visíveis para a situação venezuelana em Roraima.

A Operação Acolhida foi uma das respostas para o deslocamento de venezuelanos na América Latina, e a única no Brasil⁵⁴. Segundo Kanaan (2019),

“O estado final desejado (EFD) da Operação Acolhida é o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes (residentes e refugiados) assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem.” (p.15)

Em termos legais, a Operação é um instrumento de ação do Estado brasileiro que se destinava a apoiar com pessoal, material e instalações, as ações necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade vindas da Venezuela⁵⁵. Organizada para oferecer assistência emergencial às pessoas venezuelanas que chegavam ao Brasil por Roraima, a

⁵³ A afirmação contrasta com a informação de 2019 do site do ACNUR, de que 3,4 milhões de venezuelanos haviam saído de seu país e o Brasil havia recebido, até fevereiro daquele ano, apenas 96 mil venezuelanos, o que o colocaria em sexto lugar entre os países que mais os receberam. Ademais, no último biênio, muitos acabavam se dirigindo do Brasil a outros países, ou de Roraima para outros estados.

⁵⁴ A nível continental há o RMRP (Refugee and Migrant Response Plan)

⁵⁵ GONÇALVES, Rodrigo de Lima. Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade. 08 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/29209/Operacao-Acolhida-em-Roraima--acao-de-solidariedade/>. Acessado em: 02/01/2020.

Operação atuava, conforme apontado por Kanaan (idem), em três frentes principais: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. Cada uma das frentes será melhor destrinchada ao longo dessa etapa.

Outros atores já trabalhavam na acolhida de venezuelanos antes da chegada da Operação, especialmente a sociedade civil, instituições religiosas e instituições de ensino superior (RUSEISHVILI, CARVALHO e NOGUEIRA, 2018). A resposta federal sistematizada surgiu depois de mais de um ano da intensificação do fluxo. A Operação Acolhida foi então iniciada com a publicação do Decreto nº 9.285 de 15 de fevereiro de 2018, num contexto onde havia um:

aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível observado no Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela (...).
Considerando o impacto desse fluxo migratório na prestação de serviços públicos de saúde, saneamento básico, segurança pública, entre outros; e Considerando a necessidade de acolhimento humanitário no território nacional dessas pessoas (...)

O Estado Brasileiro reconheceu, nesse decreto, que a necessidade de acolhimento humanitário decorria da “situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela” (Art. 1º do Decreto nº 9.285/2018[2])⁵⁶. Esse decreto apela para uma narrativa que reforçava o caráter “humanitário” da ação, como Hamid (2012) reconhece no discurso sobre o motivo de acolher os palestinos:

Sobre as negociações referentes à vinda dos refugiados, o que as notícias e meus interlocutores ligados às organizações responsáveis pelo reassentamento informavam, era que a acolhida destes refugiados pelo país se configurou como uma ação estritamente “humanitária” do Estado brasileiro, o que foi apontada como um reflexo de sua “hospitalidade” histórica com os imigrantes e refugiados, além de respeito e boa convivência com a diferença. Em última instância, o Brasil, nestes termos, anunciava uma continuidade entre o “caráter hospitaleiro de seu povo e seu país” e sua postura “humanitária (p.18)

A narrativa sobre o caráter hospitaleiro, observado por Hamid em relação aos refugiados palestinos, também se encontra no caso dos venezuelanos. Somado à hospitalidade, o discurso sobre o respeito e a boa convivência com a diferença, reverbera no Brasil há muito.

⁵⁶ Para o melhor entendimento do que se propõe a Operação Acolhida, é importante compreender como a Lei Nº 13.684/2018 define as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Em seu artigo na coletânea Migrações Venezuelanas, Egas⁵⁷ escreveu: “Com uma longa tradição de acolhimento e com um DNA mesclado por diferentes raças e etnias, o Brasil tem reafirmado sua liderança na proteção internacional de pessoas em situação de refúgio” (EGAS, 2017, p.31). As palavras do autor demonstram a aplicabilidade da análise feita por Facundo Navia (2017) sobre como é evocado o passado nas narrativas sobre acolhimento:

O passado é apresentado como um histórico de migração bem recebida que teria engrandecido a nação e lhe teria imprimido um caráter multicultural e uma tendência entusiasta à recepção dos estrangeiros. O presente é mostrado de maneira que o Brasil constituiria uma vanguarda protecionista que se prova como tal através de sua legislação sobre refúgio, cujo caráter humanitário contrastaria com as legislações, cada vez mais restritas, das potências mundiais (FACUNDO NAVIA, 2017, p.21)

A autora apontou que “se constrói uma imagem bem-sucedida do refúgio que, por sua vez, ajuda a reforçar a imagem internacional do Estado-nação brasileiro como uma unidade caracterizada por um espírito acolhedor, humanitário e solidário” (idem p.20). Essa imagem do Brasil como país acolhedor e com um DNA marcado pela integração de diferentes raças, imprime uma falsa ideia de harmonia, como via-se nos que defendiam uma pretensa democracia racial brasileira - que Abdias Nascimento (1978) apontou como uma falsa ideia de que havia, entre pretos e brancos, uma convivência harmoniosa e que desfrutavam das mesmas oportunidades. O discurso sobre o país acolhedor e avançado em sua legislação, além de construir uma imagem sobre o Brasil que não necessariamente se verifica nas vidas dos migrantes e refugiados, serve também para construir, pelo seu oposto, a narrativa de que a Venezuela é um país em profunda crise e em momento de sistemática violação de direitos humanos. Essa narrativa foi amplamente usada na campanha de Bolsonaro que, para se afirmar enquanto um candidato que não compactuava com o pensamento “esquerdista” (CESARINO, 2020), usou por diversas vezes o jargão “O Brasil não vai virar a Venezuela”. Segundo Assis,

a imagem do brasileiro como povo cordial e acolhedor não é necessariamente uma verdade, pelo contrário, trata-se de um discurso político calculadamente criado com a intenção de servir a certas finalidades. No caso, podemos perceber que a tentativa brasileira de alcançar finalmente uma cadeira no assento de segurança de ONU tal como rechaçar a política migratória europeia como vistas a defender a migração dos seus, são dois exemplos de que o discurso “acolhedor nacional por natureza” são falácias construídas com finalidade específica (2017, p. 143)

⁵⁷ Na época da escrita dessa dissertação, o autor ocupava o cargo de representante do ACNUR no Brasil, cargo mais alto da instituição a nível nacional. Quando escreveu o artigo supracitado, ainda não ocupava esse cargo.

É interessante observar como, nesse contexto, a hospitalidade e a característica de ser acolhedor por natureza eram evocados no slogan utilizado pelo exército em Roraima: “mão amiga e braço forte”. Esse era o slogan da campanha que comemorou os 371 anos de serviço do exército à pátria, e virou um jargão tema da atuação das forças armadas na Operação. Essa mão amiga, estendida pelas forças armadas e por tantos outros que trabalham na ajuda humanitária voltada para o contexto venezuelano, era uma figura de linguagem que reforçava o trabalho feito ali, como gesto humanitário e salvador do refúgio onde estabeleceu-se uma ideia, que Facundo Navia (2017) e Agier (2006) chamam de “espólio absoluto”, cuja representação da salvação daquele que está à borda da extinção colabora para o engrandecimento moral do país receptor e instaura uma dívida de caráter moral do acolhido para com o Estado que o acolheu. Se por um lado o “Exército faz tudo: dá comida, abrigo, cuidado...”, como me disse certo momento o dono de um hotel onde alguns venezuelanos, em menor vulnerabilidade, por vezes se hospedavam quando vinham à Boa Vista fazer compras, por outro lado, os venezuelanos eram vistos pela população local como aqueles que recebem tudo e que por isso tem que aceitar de bom grado o que lhes é oferecido pelo país que aceitou acolhê-los. Quando questionei um amigo do exército sobre a frase, ele me contou que o exército era o braço forte do Brasil, preparado para qualquer coisa, mas, ao mesmo tempo, sabia mais do que combater, também sabia lidar com pessoas vulneráveis, a mão amiga, portanto(?).

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 9.285/2018, situação de vulnerabilidade está definida como uma “condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social” que se deu, segundo o texto, por uma crise humanitária. A definição de crise humanitária aparece no mesmo decreto, significando “situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional”. Conforme postulada no texto do decreto, a crise humanitária engloba o que a Declaração de Cartagena de 1984, em seu Artigo 1º (incorporada pela Lei Brasileira de Refúgio Nº 9.474/1997), dispõe sobre a quem se aplica o termo refugiado: “Refugiado é toda pessoa que foge de uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.”.

A categoria “crise humanitária” pode ser pensada como “qualquer situação na qual há ameaça generalizada à vida, à segurança física, à saúde ou à subsistência básica, que vai além da capacidade de resposta dos indivíduos e comunidades na qual elas residem” (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014, p.8). No Decreto nº 24.469-E/2017, escrito durante a gestão de Suely Campos, ex-governadora do Estado de Roraima, a situação que vivia a

Venezuela foi definida como “crise social e econômica” que gerou uma situação de emergência social (RUSEISHVILI, CARVALHO e NOGUEIRA, 2018) e, segundo Ruseishvili, Carvalho e Nogueira (idem), a partir da reverberação deste decreto é que se mobilizaram forças nacionais para responder à situação em solo roraimense. Esmiuçando o que é chamado de “situação de emergência”, os autores analisam os efeitos de classificar o que estava acontecendo em Roraima nesse período como “emergencial”:

o termo “emergência” se refere a evento que representa uma certa ameaça e requer uma tomada de decisões urgentes. Nesse sentido, o decreto do governo de Roraima explora a dimensão espetacular da noção de emergência, reduzindo a migração venezuelana - o processo gradativo que vinha acontecendo desde 2015 - a um acontecimento excepcional e agudo (p.64)

Os autores entendem que, a partir da definição do que ali acontecia como uma situação de emergência, cria-se uma performance nacional que consegue mobilizar esforços de diferentes atores em torno da presença de venezuelanos em território brasileiro⁵⁸. Com a gravidade impressa no decreto, espera-se exatamente uma resposta federal. Ainda analisando a ideia de crise, os autores trazem a reflexão de Fassin e Pandolfi (2010) que entendem que o discurso da urgência, evocado pelas situações de crise e desastre, legitima intervenções militares em nome de uma ação humanitária. A esse arranjo de práticas intervencionistas e discursos humanitários, Fassin e Pandolfi chamam de “governança militar e humanitária do mundo” (2010, p.14).

A Operação Acolhida surge então como uma resposta federal a uma crise no estado de Roraima decorrente da “crise venezuelana”. A ajuda humanitária, nesse contexto, assume diversos significados, é tanto o serviço prestado pelos atores envolvidos para garantir proteção aos indivíduos no suprimento de necessidades alimentares, de abrigo, de documentação, educação etc quanto à doação de remédios e alimentos, como foi visto no evento descrito na etapa anterior, que levou ao fechamento da fronteira. Num segundo momento, ao suprir as necessidades básicas que garantem a sobrevivência do indivíduo, passa-se a pensar em como garantir que esse indivíduo possa reestruturar sua vida a partir de capacitações e oportunidades de trabalho, também pensadas no âmbito da ajuda humanitária. Ao suprir as necessidades citadas, caminha-se no sentido de garantir a *proteção integral* do indivíduo.

Proteção é um vocábulo que está em frequente uso no contexto da acolhida realizada em Roraima. Na Lei Nº 13.684/2018, que discorre sobre como agir no acolhimento de pessoas

⁵⁸ Há várias narrativas sobre qual documento foi mais importante para desvelar a situação do estado e garantir presença federal, como se verá mais à frente.

deslocadas por crises humanitárias, no seu artigo terceiro, está posto que a proteção social é um “conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal que impliquem em violação dos direitos humanos”. É também apontada, no site do ACNUR⁵⁹, a “proteção de refugiados e pessoas deslocadas” como principal missão da agência, que lidera o tema na acolhida de venezuelanos. Também se encontram referências à proteção no Art. 5º da lei supracitada, que dispõe que as medidas de assistência emergencial visam à ampliação das políticas de:

- I – proteção social;
- II – atenção à saúde;
- III – oferta de atividades educacionais;
- IV – formação e qualificação profissional;
- V – garantia dos direitos humanos;
- VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis;
- VII – oferta de infraestrutura e saneamento;
- VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;
- IX – logística e distribuição de insumos; e
- X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo.

Segundo Franco de Lima (2019), em consonância com o pensamento de Fassin e Pandolfi (2010), “A denominada Operação Acolhida destinou às forças armadas competências de assistência social” (s/p), o que o autor entende que é “Uma manobra dos setores reacionários do governo para aumentar a presença militar no dia-a-dia da população e formar opinião pública favorável à presença militar na política interna” (idem). Há ainda leituras, como a de Araújo Castro (2021), que entendem “a Operação colhida como dispositivos necropolíticos de controle, regulação e confinamento que o Estado brasileiro adota como resposta à migração venezuelana” (p.159). Ainda que a sociedade civil estivesse trabalhando na acolhida de venezuelanos há algum tempo, inúmeras vezes ouvi, entre os que trabalhavam com isso antes da chegada do exército, sobre a inefável contribuição das forças armadas para a organização dos serviços prestados aos venezuelanos, sobretudo na parte logística, área de expertise das instituições que a compõe.

De acordo com Gonçalves (2018), em matéria publicada na cobertura especial da *Mão Amiga*, em função da expertise adquirida na atuação em grandes eventos tais como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que aconteceram no Rio de Janeiro em 2016, e o Exercício de

⁵⁹ <https://nacoesunidas.org/agencia/acnur/>

Logística Humanitária Amazonlog17, que aconteceu em 2017 na região da tríplice fronteira amazônica – Brasil, Colômbia e Peru, o Exército demonstrava habilidade para agir no contexto de emergência em Roraima. Para além da logística, ele salienta que a atuação do exército demonstra também

a capacidade da Força-Tarefa no Estado de Roraima em aglutinar esforços e conduzir, em todos os níveis (político, estratégico, operacional e tático), pessoas, autoridades, instituições, organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), as ONGs de ajuda humanitária e os órgãos de segurança pública. Com a cooperação de todos, foi possível melhorar a situação dos ‘imigrantes desassistidos’, o que refletiu na rotina diária dos habitantes de Boa Vista e de Pacaraima⁶⁰

Há então duas narrativas que coexistem: 1) a militarização da resposta é uma maneira de intervenção velada no estado de Roraima; e 2) os militares foram imprescindíveis para garantir a qualidade do serviço prestado aos venezuelanos em Roraima. A primeira narrativa é endossada, sobretudo pela academia, e a segunda, popular entre os interlocutores que trabalhavam diretamente na atenção a refugiados e migrantes com quem tive a chance de conversar sobre a atuação das forças armadas. Os dados coletados mostram sim certa ambiguidade na relação interinstitucional, mas não havia uma leitura dos trabalhadores sobre uma intervenção militar no estado.

Tratando da institucionalização contemporânea do refúgio, Facundo Navia (2017) aponta as ambiguidades experimentadas pelas instituições que trabalham juntas na temática:

A interação entre as partes constitutivas da atual institucionalidade do refúgio no Brasil e a ilusão de que esta teria fronteiras bem definidas, assim como sua ambiguidade simultânea, permitem uma determinada maneira de organizar as práticas políticas e de criar a ilusão de uma *res publica*, de um comum interesse da sociedade brasileira e dos refugiados que nela serão restituídos como sujeitos de direito (p.78-79)

Assim como descrito por Facundo Navia, não eram raros os momentos em que, em campo, foi possível identificar conflitos entre instituições. Ainda que, segundo Cardoso de Oliveira (2010), toda relação esteja “sujeita a conflitos, disputas sobre direitos seriam constitutivas da vida social” (p.456), e resolvidas de maneira bastante cordial, a frequência com que eram desveladas as críticas junto com o número de vezes que foram verbalizados, expostos

⁶⁰Disponível em : <http://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/29209/Operacao-Acolhida-em-Roraima--acao-de-solidariedade/>

e presenciados conflitos, é um dado que se destaca. Entre os temas mais frequentes, estão reclamações das organizações da sociedade civil sobre a atuação dos militares.

Na fronteira de Pacaraima, conversando com colaboradores de diversas organizações que ali trabalhavam, era unânime o discurso sobre como foi importante a chegada dos militares, acrescidos por “Você nem imagina como era isso daqui antes”. Mas, ao mesmo tempo, são comuns desabafos sobre como é complexo trabalhar com o exército. O fato é que eu escutava essas palavras, verbalizadas por Ludmyla, depois de um dia longo de trabalho dela dentro das instalações temporárias construídas pelo exército anexas ao PEF, tomando uma cerveja dentro da Área de Recreação (AR). Depois de jantar com os oficiais no refeitório do batalhão, dividindo o espaço com outros vários colaboradores de agências da ONU e sociedade civil, e observando as interações cordiais entre eles, percebi que apesar de parecerem, a um primeiro olhar, controversas, as narrativas coexistem e o conflito é parte constituinte do cotidiano interagencial/interinstitucional.

Em sua análise sobre a crise do ebola em Serra Leoa, Denise Pimenta (2019) narra como a militarização do país, que ocorreu muito tempo antes da crise humanitária do ebola, era justificada pela ausência do Estado. No contexto de Roraima, por sua vez, a ausência de soluções efetivas provindas do Estado e municípios, exigia, na visão dos moradores e dos políticos,⁶¹ uma resposta federal. Ainda que fundos tenham sido direcionados para Roraima para tratar do deslocamento massivo de venezuelanos, a resposta não foi vista pelos moradores do estado como efetiva. A chegada dos militares, decorrente da criação da Operação Acolhida, num contexto em que tantos roraimenses estão alinhados com o discurso conservador sobre retorno dos militares ao poder, figura como uma redenção às mazelas que os roraimenses estavam passando. O mesmo acontece no contexto etnografado por Pimenta, “O militarismo virou sinônimo de segurança e solução para o estabelecimento da ordem e, também, da paz” (2019, p.263), o que também se verifica no slogan do exército difundido pela Operação “Mão amiga e braço forte”. Como apontado por Pimenta (2019) sobre Serra Leoa, era notável a complexidade da relação do Estado, em Roraima representado pelos militares, com as organizações de ajuda humanitária. Os militares nesse contexto, assim como observado por Mbembe (2001) ao analisar a pós-colonialidade em Camarões, eram atores reprodutores do poder do soberano. Em uma estranha dinâmica de cooperação e antagonismos velados, ambos se complementam, formando um braço de um mesmo sistema trabalhando para um mesmo fim, que também corroborava em uma mesma narrativa: venezuelanos e Venezuela precisam de ajuda.

⁶¹ Vide Decreto nº 24.469-E/2017.

O fato de o Governo Federal financiar uma resposta humanitária para venezuelanos é algo que gera tensão, especialmente em Boa Vista e Pacaraima, onde a Operação está presente também por meio de instalações físicas que chamam atenção nas cidades. Certo dia, acompanhando uma colega que comprava alguns pacotes de biscoitos para doar no abrigo indígena onde estava desenvolvendo uma oficina, enquanto pagava os biscoitos ela confirmava comigo, em voz alta, se o número de pacotes que estava comprando atenderia às crianças que viviam no abrigo. A mulher que registrava as compras observava atenta às contas que fazia minha colega e, como quem tentou segurar até quando pode as palavras que viriam a seguir, lançou: “isso aqui é para os venezuelanos, é?!”. Minha colega respondeu que sim, de forma educada, e a mulher retrucou desgostosa: “espero que uma mulher bondosa que nem a senhora doe também para nossas crianças brasileiras que estão passando fome aqui em Boa Vista”. Muitas vezes, ao ouvir falar de venezuelanos, os roraimenses retrucavam com frases como: “mas e os brasileiros que estão morrendo de fome e sem emprego? quem está olhando por eles?”, como uma vez um motorista de uma ONG me disse. Esse tipo de frase expressa um não reconhecimento da existência de formas de vulnerabilidade social mais urgentes e era base para um descontentamento do apoio federal e privado, que assumia a forma de ultraje para os roraimenses que sempre foram “esquecidos pelo resto do Brasil”, como esse mesmo motorista me disse. Sayad (1998), tratando das problemáticas de não ser um nacional em situações de escassez, chamava atenção sobre como entre desfavorecidos, aqueles que são “cidadãos” acionam a nacionalidade como senha preferencial. Por outras vias, essas situações me lembravam a música de Bezerra da Silva que cantava sobre o velho ditado popular: “Se a farinha é pouca, meu pirão primeiro”.

Sobre os custos, há contribuição do Governo Federal e das Nações Unidas que, por sua vez, “são bancados por doadores, pessoas físicas ou jurídicas” (PIMENTA, 2019, p. 268). Além deles, organizações da sociedade civil também têm sua participação financeira, além da força de trabalho. Como no contexto de Serra Leoa explorado por Pimenta, ao serem informados pela mídia dos valores que são aplicados na Operação, especialmente pelo Governo Federal, frequentes eram os questionamentos sobre o motivo de o serviço prestado aos venezuelanos ser ruim. Em uma oportunidade, ao conversar com um aidamo de um abrigo indígena, ele me contou que foi avisado por um brasileiro na rua que muito dinheiro tinha sido passado para os venezuelanos, e por isso não havia motivos para eles estarem *vivendo daquele jeito dentro dos abrigos*.

A narrativa sobre os grandes montantes de recursos aplicados no contexto revela um sentimento de desconfiança, direcionado, sobretudo, ao “pessoal das ONGs”, corroborando

com narrativas proliferadas pelo então Presidente do Brasil em exercício, que encontravam um cenário propício para a sua propagação em Roraima. A desconfiança poucas vezes era direcionada ao exército, ou mesmo às forças policiais que também trabalhavam com venezuelanos, e era frequentemente voltada ao “pessoal das ONGs”. Com o avançar do campo, percebi que a categoria engloba tanto a sociedade civil quanto as agências da ONU.

Para entender melhor a complexidade que envolvia a resposta humanitária em Roraima, é necessário saber quem faz parte dela. Segundo o decreto de criação da Operação, dela fazem parte:

- Iº Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;
 - IIº Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - IIIº Ministério da Defesa;
 - IVº Ministério das Relações Exteriores;
 - Vº Ministério da Educação;
 - VIº Ministério do Trabalho;
 - VIIº Ministério do Desenvolvimento Social;
 - VIIIº Ministério da Saúde;
 - IXº Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - Xº Ministério da Integração Nacional;
 - XIº Ministério dos Direitos Humanos; e
 - XIIº Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- (BRASIL, 2018)

Juntos, esses órgãos formavam o comitê gestor da Operação, com suas atividades fixadas em Brasília. Em Roraima, a Operação é representada pelas Forças Armadas, com maior presença do Exército Brasileiro, e conta com apoio das agências da Organização das Nações Unidas - ACNUR, UNFPA, UNICEF, PNUD, OIM, ONU Mulheres, OPAS/PAHO - e diversas organizações da sociedade civil. Segundo o site do Itamaraty⁶², na sessão em que trata sobre refúgio,

As agências da ONU contribuem em diversas áreas: (i) registro e documentação de migrantes; (ii) abrigo emergencial; (iii) provimento de algumas necessidades básicas; (iv) prevenção de violência de gênero; (v) proteção a crianças; (vi) educação; (vii) interiorização e (viii) integração de migrantes à sociedade brasileira. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) vem apoiando esforços de restabelecimento de vínculos familiares.

Algumas das atribuições apontadas no trecho acima também faziam parte das atribuições do exército, o que, em campo, se traduzia em uma perceptível interdependência

⁶² Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/20304-refugio>

entre os atores. A gestão da resposta humanitária, por parte da ONU, era feita pelo ACNUR e também pela OIM. Apesar de, na ocasião de uma reunião em que se discutia a criação de uma página de Instagram para a Operação Acolhida, eu ter ouvido do Coronel Operação que Operação Acolhida são todos (ONU, Sociedade Civil, Forças Armadas e Governos), nas ruas de Roraima, e até mesmo entre pesquisadores, muito se ouve sobre a Operação Acolhida como sinônimo do trabalho feito apenas pelo Exército Brasileiro (FRANCO DE LIMA, 2019) ou pelas Forças Armadas (VASCONCELOS, 2020).

A Secretaria-Executiva do Comitê é exercida pelo Ministério da Defesa. No artigo 8º do Decreto nº 9.286/2018, são listadas como competências do Comitê Federal de Assistência Emergencial uma série de articulações, indicações de coordenadores, supervisão e *advocacy*:

- I. articular ações, projetos e atividades desenvolvidas com apoio dos Governos federal, estadual, distrital e municipal no âmbito da assistência emergencial;
- II. estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do governo federal para a implementação da assistência emergencial;
- III. indicar um coordenador operacional, que atuará no local em que for reconhecida a crise humanitária;⁶³
- IV. supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas que definir;
- V. propor, aos órgãos competentes, medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades da assistência emergencial;
- VI. firmar parcerias com órgãos de outros Ministérios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, de outros entes federativos, da sociedade civil, do setor privado, de especialistas e de organismos internacionais;
- VII. acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; e
- VIII. elaborar relatório trimestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados das políticas.

Ou seja, apesar de haver uma coordenação local, era na capital federal que a articulação de alto nível da Operação era feita. O mesmo acontecia com grande parte das organizações da sociedade civil que ali atuavam, bem como com as agências da ONU que tinham, em sua maioria, os escritórios centrais em Brasília. Quem trabalhava diretamente em Roraima ou Amazonas, ambos estados onde a Operação estava presente de forma mais extensiva, era visto

⁶³ A quem compete: I. executar as ações e projetos estabelecidos pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial para o apoio e o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária;

II. elaborar plano operacional para a área afetada, em conformidade com as diretrizes e as ações prioritárias estabelecidas pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, e coordenar sua execução;

III. coordenar e ser responsável pela logística e distribuição de insumos; e

IV. informar as ocorrências na área afetada ao Comitê Federal de Assistência Emergencial, por meio de relatórios periódicos.

como trabalhador de “campo”. Apesar de ACNUR, OIM, ONU-Mulheres, UNFPA e UNICEF terem instalado escritórios em Boa Vista, essas agências, assim como a OIT e a OPAS que também atuam na questão desde Brasília e sem equipes permanentes, tinham grande parte das decisões maiores centralizadas em seus escritórios na capital federal. Essa centralização do trabalho era frequentemente motivo de reclamação dos colaboradores das agências que, em diversos momentos, repetiam que “o tempo do campo [ou para a sociedade civil, a ponta] é outro”.

No campo, ou em Roraima e Amazonas, se encontravam então vários braços e “mãos amigas” de diferentes *backgrounds* para trabalhar juntos em uma mesma tarefa: a acolhida dos venezuelanos. Em notícia de comemoração do um ano da Operação Acolhida no site do ACNUR⁶⁴ está disposto:

Operação Acolhida operacionaliza a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de maior vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária. Ela tem o apoio de agências da ONU no Brasil e de organizações da sociedade civil. Já passaram pela Operação cerca de 2.500 militares de diversas especialidades.

A Operação Acolhida é coordenada no âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que funciona sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com a participação dos ministérios da Defesa, Cidadania, Justiça, Saúde, Educação, Relações Exteriores, Família e Direitos Humanos, Economia e Desenvolvimento Regional, além do Gabinete de Segurança Institucional.

Nesse trecho, e em tantas outras conversas de campo, constrói-se uma narrativa que separa as instituições da ONU da Operação Acolhida, sendo que o que os une é o trabalho em prol dos venezuelanos. Essa narrativa não reverberava em todos os espaços. Dentre as pessoas que trabalhavam com a temática venezuelana, entre “civis” e venezuelanos em geral, frequentemente ouvia-se alguém dizer que “fulano trabalha na Operação”. Mais de uma vez, pessoas de fora da ajuda humanitária que conheci, ao descobrirem que eu não era de Roraima, me perguntavam se eu trabalhava na Operação Acolhida. A pergunta não era se eu era militar, mas se eu trabalhava com os venezuelanos. Dificilmente ouvia-se de membros da sociedade civil e agências da ONU referirem-se às suas organizações como parte da Operação, mas, para falar do trabalho que faziam, frequentemente acionavam a Operação como local de pertencimento, o que era feito sempre pelos militares, independente da audiência.

⁶⁴ Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/28/operacao-acolhida-celebra-primeiro-aniversario-integrando-venezuelanos-e-brasileiros-em-roraima/> (acessado em 20/04/2020)

Em certa reunião, ouvi uma gestora de uma das ONGs que coordenava abrigos perguntando ao Coronel Operação se “a Operação Acolhida vai apoiar” com o material de uma determinada obra. O Coronel Operação, se mostrando resolutivo como sempre, deu ordens para que um subordinado tomasse providências sobre o material e disse “o FTLog Humanitária⁶⁵ vai prover o material necessário”. Em um momento posterior na mesma reunião, ele afirmou que “Operação Acolhida somos todos nós”. Em suma, a alcunha Operação Acolhida é acionada de acordo com a audiência e de acordo com o quanto se quer compartilhar, com tantas outras instituições, as glórias ou erros. Por vezes, é um sinônimo do conjunto de instituições que estão unidas no trabalho com os venezuelanos em deslocamento⁶⁶ e, em outras, é o trabalho realizado pelas forças armadas.

Dentro dessa tarefa, que engloba um grande conjunto de atores, é possível identificar os seguintes segmentos: sociedade civil, agências da ONU, forças armadas, órgãos municipais, estaduais e federais. Angela Facundo Navia (2017), ao analisar o processo de refugiar-se de colombianos, trabalhou com o que chama de tríade do refúgio. A autora reconhece que há uma tríade composta por: sociedade civil organizada, representantes das nações unidas e funcionários de governo. O trabalho feito em Roraima segue a mesma lógica que a analisada pela autora, sendo que a presença governamental é marcada, sobretudo, pela presença dos militares⁶⁷.

Na tríade da situação roraimense se encontram métodos distintos de trabalho e formas diferentes de ver o que é ajuda humanitária, atuando em coordenação, proximidade, em uma dinâmica particular. Assim como descrito por Facundo Navia (idem), a forma de interagir dessa tríade é bastante peculiar, havendo momentos e temas de convergência e outros de total divergência. A diferença deste contexto é que os encontros não são eventuais, o contato entre os entes da tríade é visto de forma intensificada, em Roraima. Muitas pessoas que trabalham ali não são moradores locais e se mudam para a região, muitas vezes sem nem ter conhecido o estado antes. Grande parte dos seus dias usam trabalhando e acabam também, quando fora do trabalho, por socializar com seus colegas de trabalho, seja da mesma organização, mesmo local de atuação, ou ainda aqueles com quem se encontram em reuniões esporádicas.

⁶⁵ Força Tarefa Logística Humanitária, força tarefa das Forças Armadas

⁶⁶ Como pode se ver no site da Operação Acolhida, (<https://www.gov.br/acolhida/historico/> - acessado em 24-11-2020) onde, na aba de abrigo, as ações descritas como realizadas não são de competência única das forças armadas. Entre as atividades citadas, “Atividades culturais, lúdicas e recreativas; Fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena Warao; Provisão telefônica para comunicação com parentes na Venezuela” são realizadas pelas agências da ONU, por meio de seus parceiros.

⁶⁷ Há presença, em menor escala, de outros órgãos governamentais, tanto ministérios e secretarias federais, mas também outras secretarias estaduais e municipais como as de educação, saúde e etc.

A vida social do trabalhador que vem de fora frequentemente se resume aos colegas de trabalho, uma vez que muitos estão vivendo em Roraima sem suas famílias. Em Pacaraima, essa característica é ainda mais latente, pois, vivendo na estrutura feita pelo exército e compartilhando para além do trabalho, contêineres de banheiro, salas de descanso, espaço das refeições e etc., a proximidade desses trabalhadores e colaboradores é ainda maior. Quando inserida na vida social dos trabalhadores humanitários, não era raro que os assuntos tratados, fora do horário de trabalho, convergissem ao ofício. Estar sem sua rede de apoio na cidade, uma vez que vários desses trabalhadores não eram de Roraima, somado a exaustivas jornadas de trabalho e à desaprovação de parte da população com o trabalho realizado em prol dos venezuelanos, o que frequentemente é demonstrado de forma hostil, colaborava para a criação e manutenção de um microcosmo desses trabalhadores. Os trabalhadores locais eram o elo dos trabalhadores de fora com outras pessoas locais, mas por conta dos temas tratados nos momentos de descanso, passavam a ser vistos como pessoas que não se desvinculavam do trabalho, como me contou Marta, uma amapaense que vivia em Roraima a algum tempo e também trabalhava no meio: “Dizem que nós ongueiros só falamos de trabalho”. Talvez pela falta de uma palavra que englobe todos esses que pertencem a instituições distintas, mas vivem em situação de tanta proximidade, “trabalhadores da Operação” seja uma categoria assumida para descrever esse microcosmo⁶⁸.

A relação entre os atores e o esforço de engajar os órgãos estaduais e municipais, mostra que um ponto chave para entender a Operação é pensar numa lógica de rede, como me contou em uma entrevista uma colaboradora de uma agência da ONU. Para além de suas relações, vale a pena pensar em outra tríade de éticas de trabalho que operavam nesse contexto. Dentro dessa tríade de trabalhadores, era possível identificar *habitus*⁶⁹ que diferiam entre si, mas que coexistiam, conviviam e dialogavam no contexto de Roraima. Esses seriam representados pelos “militares”, voluntários e contratados.

a) Militares

Como militares, estou designando todos que são das forças armadas. Saliento que estou englobando todos dentro de uma mesma alcunha puramente para uma análise do grupo. Confundir suas instituições de origem, mais do que sua patente, pode ser ofensivo para alguns

⁶⁸ Uma importante contribuição para o estudo desse contexto seria uma sistematização dos dados sobre esses trabalhadores.

⁶⁹ “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los” (BOURDIEU, 2008, p.88)

deles, o que percebi em uma ocasião ao ser repreendida por um oficial da marinha por salvar o nome dele no meu celular como *fulano "EB [Exército Brasileiro] Pac"*. Mostrando-me o padrão de sua farda, que para mim era apenas camuflada como as outras, ele disse "*troque o nome, é MB [Marinha do Brasil] e não EB*". Ao comentar desse mesmo episódio com alguns interlocutores do Exército, um deles me disse "só podia ser da Marinha", provocando risada em todos os outros, evidenciando alguma rivalidade entre as duas instituições.

Militares possuem uma organização específica e uma maneira de interação bastante particular, mostrando que sua profissão é mais do que uma ocupação, mas um estilo de vida (JANOWITZ, 1967). No começo da pesquisa, conheci um grupo de três militares através de Virgínia, uma mulher que coordenava um dos espaços de abrigo, com quem saía frequentemente. Em nossas conversas, era comum dizerem que podiam identificar outros militares, ainda que não os conhecessem. Eu perguntava se havia algo específico que os fazia reconhecer outros militares e, depois de insistir em diversos momentos que me explicassem como sabiam, me disseram que existia uma postura corporal, o corte de cabelo e uma maneira de se portar típica de militares, embora, entre aquele grupo, os três fossem completamente diferentes entre si nos três aspectos citados. Segundo Castro (2004), ao entrar na organização militar, o indivíduo passa por uma série de rituais para construir-se de uma forma nova, que o difere de um não militar, tornando-o possuidor de um capital cultural distinto, legitimador de um status social específico que intensifica com o subir das hierarquias internas da instituição.

Conversando sobre isso em um de nossos encontros, em uma das praças principais da cidade onde algumas bandas de rock se reuniam para tocar às sextas feiras, o Sargento Victor do Exército⁷⁰, sentado ao meu lado, me dizia que estava se "sentindo um peixe fora d'água ali" e complementou com "Júlia, eu sou o único negão aqui". Ele me chamava para observar as outras pessoas que ali estavam e comentava que, em Roraima, "de preto praticamente só temos nós do exército e os venezuelanos". Seu argumento era de que reconhecer os militares era fácil, pois, além da maneira de se portar, muitos deles eram pretos, diferente dos moradores do estado onde, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, menos de 6% da população se declarava preta⁷¹.

Apesar de as forças armadas serem treinadas para o combate, como me contavam meus interlocutores, o papel dos militares na Operação Acolhida é distinto. Segundo o Sargento Victor, nesse contexto exercem a mão amiga e não o braço forte. Antes de irem para a

⁷⁰ Sargento Victor trabalhava num setor com poucos recursos humanos e por isso já esteve presente na Operação em mais de uma oportunidade, pois o serviço que prestava era considerado essencial para a Operação.

⁷¹ Como apontado na etapa anterior, a relação entre migração e raça, especialmente tratando de não indígenas, é uma grande lacuna dos estudos desse contexto.

Operação, cada um dos contingentes passava por uma série de treinamentos para chegarem preparados para uma missão distinta de todas que já tiveram, em que precisam estar desarmados, tratando com pessoas em situação de grande vulnerabilidade e em cooperação com uma série de outros atores, relação essa não baseada na hierarquia típica desse órgão (CASTRO e LEIRNER, 2009). Apesar de muitos já terem participado de outras missões, denominadas por eles de “missão humanitária”, como a MINUSTAH⁷² e a MONUA⁷³, essa era a primeira vez deles em campo sem armamentos⁷⁴ e esse assunto frequentemente era abordado, por militares de todas as patentes, para mostrar como o trabalho que faziam ali era diferenciado de tudo que já viveram dentro das Forças Armadas.

Entre vários casos que a ausência do armamento é sentida, cito um episódio que ocorreu em Pacaraima, enquanto eu acompanhava um grupo de refugiados que iam ser levados pelo ônibus do exército para uma parte da cidade distante das instalações da Operação Acolhida. Havia um grande fluxo na pista principal da cidade e o ônibus precisava fazer uma curva, mas os motoristas dos carros menores não estavam permitindo a manobra do ônibus, que acabava atrapalhando a passagem em duas pistas. Um sargento que estava acompanhando a viagem engajado em uma conversa comigo e com o motorista, disse que ia sair para falar com o motorista do carro que estava atrapalhando a passagem. Saiu do ônibus em direção a ele e eu e o motorista podíamos apenas vê-lo gesticulando como se estivesse insistindo com o motorista que afastasse seu carro para nos permitir passar. Depois de alguns minutos de conversa, o sargento retornou para o ônibus demonstrando-se irritado e contou que o rapaz não queria mover o carro. Completou dizendo que nessas horas sentia falta de estar armado, porque *as pessoas respeitam mais*.

Para evitar que os militares que participavam da Operação fossem muito afetados pelo trabalho que faziam, algumas rotinas foram definidas. No princípio da Operação, os contingentes de militares que trabalhavam em Roraima mudavam a cada 3 meses. No ano de 2019, isso mudou pela falta de contingentes disponíveis e acontecia de ficarem por mais tempo. A equipe de saúde, por sua vez, era trocada a cada 45 dias. De 40 em 40 dias, os oficiais saíam do local de trabalho para, utilizando uma expressão dos militares, *dar uma arejada*. O que o exército queria evitar com essa rotatividade, e momentos de *arejo*, era o que chamavam de

⁷² Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti - trabalho de pacificação.

⁷³ Missão de Observação das Nações Unidas, em Angola.

⁷⁴ Segundo o Coronel Base, havia apenas 9 oficiais armados e os soldados e cabos da Operação Controle do PEF. Para além deles, a guarda nacional e os policiais do exército também tinham armamento, e isso, ao seu ver, demonstrava que eram poucos armados.

“efeito PINO”⁷⁵, sigla que é um acróstico para Pena, Indiferença, Nojo e Ódio. O Coronel Base de Pacaraima explicou-me que, ao chegar na Operação, os militares sentem pena dos venezuelanos e da situação que vivem e ficavam empenhados em ajudá-los. Com o passar do tempo e a convivência mais constante, a pena virava indiferença e a qualidade do serviço podia cair. Sem o arejamento, corria-se o risco da indiferença se transformar em nojo e por último evoluir para o ódio. A medida de estabelecer momentos de “arejamento” e trocar o contingente com essa frequência são formas adotadas pelas forças armadas de evitar esse efeito que, talvez por ser uma profecia autocumprida, pode por vezes ser observado junto ao contingente, sobretudo com os que trabalhavam diretamente dentro dos espaços de abrigo, que tem maior contato com o mesmo grupo de acolhidos por mais tempo, acompanhando problemas cotidianos que vão desde discussões a questões de infraestrutura do espaço.

Apesar da imagem de rigidez frequentemente ligada à instituição (CASTRO E LEIRNER, 2009), observei que muitas vezes os militares eram colocados em situações de reavaliar suas posturas. A rigidez se chocava com demandas subjetivas que fugiam a um padrão ou regra. Ter que conversar ou debater com um grupo de pessoas nem sempre era uma tarefa fácil para um militar que, por vezes, o fazia de maneira que não agradava às pessoas abrigadas ou ao restante da equipe que trabalhava nos abrigos. Diferente do trabalho de apoio logístico e de quando atuavam como braço forte dentro dos abrigos, por muitas vezes, a tarefa do exército não parecia explícita no espaço da gestão, causando confusão nas pessoas abrigadas. Virgínia me contou que, em uma reunião entre militares e sociedade civil atuante nos locais de abrigo, ela se apresentou como coordenadora do espaço em que trabalhava e o general que comandava a Operação insistiu, de forma incisiva, que ela se apresentasse como gestora do abrigo, pois quem exercia a coordenação era o exército, não ela. Ela o confrontou, uma vez que seu local de trabalho tinha um tipo de vínculo distinto dos abrigos geridos pelo ACNUR com a Operação Acolhida, e a instituição à qual pertencia assinava sua carteira como “coordenadora”. Segundo ela, ele pareceu não gostar de sua tréplica e a relação deles, durante a reunião e a partir de então, foi mais distante que de costume. Ali era uma disputa por título, mas a relação entre essa coordenadora e o militar que trabalhava também como “coordenador” no espaço era de muita parceria. Ela trabalhava solucionando casos, problemas, buscando suprimentos, organizando voluntários e etc. Ele, por outro lado, apenas apoiava o espaço eventualmente, o que não acontecia nos outros locais de abrigo que faziam parte da

⁷⁵ Há relatos sobre tal efeito nas operações supracitadas, mas também nas operações de pacificação no Complexo do Alemão (SCHMITT, SCHMITT e NETO, 2016)

gestão do ACNUR e Operação. Nesses outros abrigos, alimentação, estrutura física, emergências em saúde e questões de segurança demandavam atuação ativa do Exército.

Franco de Lima e Fernandes (2019) narram um caso que entendem exemplificar o exército, importando uma lógica própria para o abrigo e ultrapassando suas funções. Esse episódio, que ocorreu no dia 14 de abril de 2018, segundo os autores, revelava uma mudança de direcionamento da política de abrigamento.

O regimento interno do abrigo prevê o fechamento dos portões às 22 horas. Antes da chegada dos militares, quem fazia o controle do portão eram indígenas refugiados. Naquele sábado à noite, três aydanos⁷⁶, líderes de grupos de famílias, com três crianças e uma mulher, saíram. Eles voltaram bêbados em torno das 23 horas. A entrada não foi permitida. Negociaram a entrada das crianças e mulheres. Quando os soldados abriram o portão para elas entrarem, os homens forçaram a entrada. Os indígenas são empurrados para fora e o portão é fechado abruptamente, prensando a ponta do dedo anular de Marcelino. Eles dormiram na praça. De manhã, entram no abrigo. A Polícia Militar é acionada e os levam para o 5º Distrito da Polícia Civil para prestarem depoimento por desacato a autoridade e tentativa de agressão. Lá ficam três horas de pé, numa cela minúscula, com mais duas pessoas. Sem água, sem comida e de pé, pois não havia espaço para sentar. Prestam depoimento, a delegada avalia que não houve crime, os soldados não encaminham queixa. A delegada os libera. A guarnição da PM os leva de volta à cela, agora vazia, e batem neles dizendo que isso é o que acontece com quem quer bater em militar. Naquela mesma manhã de domingo, o tenente que comandava o contingente militar no abrigo reúne todos os abrigados e anuncia a expulsão dos insubordinados. Afirma em alto e bom tom que os indígenas não são nada ali e que o comando é do exército. Os indígenas passaram a dormir na praça, havendo proibição das famílias levarem alimentos para eles.⁷⁷

Com esse evento, os autores entendem que há uma interferência da instituição militar, que têm em seu âmago o molde de seus colaboradores na hierarquia com comando centralizado e obediência absoluta, na forma de organizar-se dos abrigados indígenas, que viviam em maior harmonia quando geridos apenas pela ONG que cuidava do espaço. É recorrente escutar, sobretudo dentro da universidade onde tive a chance de realizar uma disciplina e estar em maior contato com outros pesquisadores, que a partir do momento em que o exército assume a resposta humanitária, eles passaram a transferir para os abrigos um sistema de ordenação militar.

⁷⁶ Aydanos é uma forma de grafia errônea para Aidamo, uma liderança entre os Warao.

⁷⁷ Artigo publicado no site do departamento de antropologia da UFRR está disponível em: http://ufr.br/antropologia/index.php?option=com_content&view=article&id=115:migrantes-em- Acessado em 23.04.2020.

Apesar de haver continuidade com a mudança de contingente de militares no tocante às funções realizadas, era comum que houvesse uma mudança na forma como essas funções eram exercidas. A cada mudança de contingente, sobretudo em Pacaraima, era instaurada uma tensão generalizada. Em algumas ocasiões, a mudança de contingente significou uma oportunidade de refazer laços e modificar a estrutura da relação estabelecidas com militares que exerciam funções que exigiam maior proximidade ao “pessoal das ONGs”. Em outros momentos, a mudança de contingente significou retrocesso no trabalho desenvolvido e quebra de confiança das pessoas atendidas com a instituição. A relação das instituições não militares com o FTLog Humanitário dependia fortemente das relações estabelecidas por cada contingente que chegava. No tempo que pesquisei e trabalhei de maneira mais próxima aos militares, percebi que havia uma linearidade na forma de se relacionar dos oficiais que estão nos cargos mais altos e que permanecem por mais tempo na operação: o trato dispensado pela maior parte deles é extremamente diplomático e muitos deles demonstravam estar felizes por poder aprender tanto na tarefa humanitária. Dentre os momentos memoráveis, me recordo de um almoço com o Coronel Base de Pacaraima, no qual ele contou que se considerava um homem extremamente homofóbico antes da Operação, mas que, trabalhando de forma mais próxima com pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, havia mudado sua forma de pensar. Contou que quando voltasse para sua cidade, buscaria seu irmão mais novo, que era gay, com quem deixou de falar por preconceito.

Ainda que a mudança de contingente tenha o potencial de ser um espaço de oportunidades, a rotatividade do exército e de voluntários faz com que esforços como capacitações e vínculos de confiança se percam no tempo, a cada três meses, no caso do exército, e no ciclo de uma tarefa, com os voluntários. Para os militares, antes de irem a campo, passam por uma série de capacitações, desenvolvidas principalmente pelas agências da ONU, mas não necessariamente o mesmo acontecia com os voluntários.

b) Voluntários/ Missionários

Como citado anteriormente e também visto na acolhida dos haitianos no trabalho de Paloma Maroni da Silva (2014), os voluntários, especialmente das ordens religiosas, tiveram um papel central no início da acolhida dos venezuelanos em Roraima. Maroni da Silva aponta que “As igrejas católicas ou protestantes, se propondo a “defender a comunidade”, estavam, de fato, as constituindo” (idem, p.200) e realmente, como as instituições ligadas às igrejas foram as que deram os primeiros passos no sentido de buscar garantir o direito dos que estavam em deslocamento, muito do que se constituiu como espaços de atendimento aos venezuelanos em

Roraima teve sua origem nas práticas delas. Já em 2015, a sociedade civil, por meio de voluntários e missionários com forte participação de organizações ligadas à Igreja Católica, Adventistas e Mórmons, foram as primeiras a prestar acolhimento para os venezuelanos, cubanos e haitianos que entravam em Roraima. Em 2017, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio de seus alunos e professores, tocou importantes projetos visando a integração social e o acolhimento dos migrantes que entravam no país.

Essas organizações foram muito importantes para suprir a falta de ação do Estado, caracterizando espaços de ação humanitária, segundo Agier (2006), onde o Estado “perde sua função de protetor do bem-estar social.” (p.201). Ainda que diversas vezes tivessem prometido à sociedade civil suporte e suprimento de necessidades dos venezuelanos acolhidos, estado e município quebraram sistematicamente uma série de acordos em diferentes momentos, como contou Nica, coordenadora de uma ONG que atuava em Roraima. Além do apoio com abrigo, segundo Franco de Lima e Fernandes (2019), a sociedade civil desempenha um importante papel na denúncia das violações de direitos dos venezuelanos no estado. Em janeiro de 2018, diversas organizações da sociedade civil redigiram conjuntamente um relatório para o CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos) expondo a falta de “políticas públicas de acolhimento, a omissão do Governo Federal e a desarticulação das ações do governo estadual e municipal” (p.5). Como resposta a esse documento, segundo os autores, o “Governo Federal cria um plano de controle do fluxo migratório sob direção do exército” (idem).

Com a sistematização de uma resposta federal e maior presença das agências da ONU, há uma profissionalização nos serviços prestados na acolhida dos venezuelanos e, junto com isso, uma série de pessoas são contratadas para trabalhar, havendo, portanto, uma transição do serviço voluntário para um serviço contratado e pago. Isso não significa que deixaram de existir os que se voluntariam entre os trabalhadores humanitários, mas há uma significativa mudança no tipo de trabalho realizado por estes. Para chegar como voluntário no trabalho de acolhida, o caminho mais fácil era pelas ONGs. Havia também programas de voluntariado para Agências das Nações Unidas, mas, para esse, recebe-se uma ajuda de custo muitas vezes maior do que os salários das organizações da sociedade civil, além de exigir especialização e ser bastante disputado, por ser visto como porta de entrada para um vínculo mais duradouro com essas instituições. Dentre as três ONGs que faziam gestão de abrigos em Roraima, duas delas aceitavam voluntários e/ou missionários e, além delas, para trabalhar com os venezuelanos, é possível também se candidatar como voluntário nas instituições que faziam o pré-cadastramento, em Boa Vista, ou junto às igrejas.

Os voluntários e missionários vinham de diversos lugares do Brasil e comumente passavam pouco tempo realizando seus serviços. Entre as motivações que levam as pessoas a voluntariar-se, ouvi desde “Quero ajudar meus irmãos venezuelanos” até “Eu já viajei muito e agora nas minhas férias eu vou fazer trabalho voluntário em locais carentes”. No livro publicado por uma das ONGs que faz gestão os abrigos está posto:

Uma pergunta instiga: Afinal, o que é ser missionário? Sem fórmulas encontradas em livros, aos poucos o grupo capta o arquétipo. A vida do missionário é defender, erguer, suportar, ser. Antes de sair para a primeira viagem em direção a Roraima, receberam a instrução: Um missionário deve ser. Não doutrinar ninguém, mas ser a paz.(NOGUEIRA, 2019 p.21)

A tarefa do missionário, como descrita por Nogueira - que escreve para a ONG que mais tinha missionários e voluntários quando cheguei a campo, sendo que muitos deles faziam trabalhos essenciais para a ONG, - está ligada à doação para o outro e anulação de si, que muitas vezes soava como penitência entre os missionários com quem conversei. Servir era o trabalho deles, sem questionar e sem escolher, como mostra o trecho a seguir:

“A simplicidade é a proposta de vida de missionários matrizes e auxiliares. Adestram-se para não terem privilégios individuais: Se ganhamos um pedaço de chocolate, devemos dividi-lo em partes iguais para o grupo; quem toma café no aeroporto paga para todos. A Instrução recebida em anos de palestras os orienta: Pratiquem estar vazios, sem desejos, sem se queixar, sem se opor ao que a vida traz. Pratiquem dar o que podem dar e, sem apego, ir embora. Pratiquem a oração aliada ao serviço. Diz um missionário matriz: Na África aderimos às liturgias propostas pelas Missionárias da Caridade de Madre Teresa de Calcutá. Foi uma escola. Oração mais serviço é uma fórmula perfeita para transitarmos entre o caos com mais leveza, para mantermos o equilíbrio diante do que presenciamos. Amenizam desalentos e dúvidas que vão surgindo no contato com tantas carências. Amparam-nos para suportar horrores e conflitos sem nos deixar abater pelo peso das circunstâncias.” (idem, p.23)

Em outro trecho do mesmo livro, ao contar das primeiras ações dessa ONG em Roraima, Nogueira descreve atendimentos em saúde desenvolvidos pela instituição a partir da busca ativa de pacientes.

A psicóloga explicou-lhe que a menina estava com dor, e ele poderia ajudar chamando os anjos. Ele repetia em espanhol: *Hierarquia Divina, abrimos-Te a porta, que ingresse a Luz. Em nome da Humanidade, invocamos agora Tua Cósmica intercessão.* Ali estava a pureza: Uma criança curava a outra com sua presença, sua dedicação, sua autossuficiência. O silêncio tornava-se sagrado, e os três corações se acalmavam. A indiazinha sorria com o olhar: *Estou em suas mãos* (idem, p.238)

Esse é outro trecho que chama atenção, seja pela forma paternalista de se referir à criança indígena, pela cura da dor da criança através de palavras de cunho religioso proferidas, ou pela intervenção religiosa em si. Segundo Agier (2006), o trabalho humanitário desenvolvido por voluntários, figura como uma reprodução de estruturas imperialistas e neocoloniais.

Por compaixão ou compensação, os trabalhadores sociais do Império buscam reparar, corrigir, reduzir os danos das guerras e das violências multiformes, intervir em última instância, isto é, exatamente para salvar vidas, habilitar novamente os corpos e ajudar na ressocialização das vítimas. Movidos por um espírito militante, penalizado pela baixa remuneração dos voluntários, engajados em “carreiras” pessoais marcadas pelo pacifismo, pelo humanismo, pelo esquerdismo ou pela religião, eles lutam contra todas as encarnações da mão direita, a mano dura, ao mesmo tempo que se vêem obrigados a compor com ela. A tensão caracteriza o laço apertado que une a política excludente e guerreira da ordem mundial unificada e sua mão esquerda humanitária. (p.202)

O envolvimento das entidades religiosas é bastante latente na resposta aos venezuelanos, sobretudo no início do aumento do número de venezuelanos em vulnerabilidade social em Roraima, quando eles eram protagonistas da resposta. Como um dos principais papéis das Nações Unidas em contexto de emergência é fortalecer as capacidades locais para atender melhor às pessoas em deslocamento, trabalham com as organizações que ali já estão fortalecendo seus conhecimentos para atuar de forma mais profissional. Portanto, essa ONG permaneceu trabalhando com os refugiados e migrantes em Roraima e, posteriormente, em Manaus.

Há ainda, entre os voluntários, aqueles que são pesquisadores, que ofertam seus serviços para poder se aproximar da Operação, como foi meu caso. Dentre aqueles com quem me encontrei, não vi nenhum realizando um trabalho de longo prazo, ou mesmo levando um projeto a ser executado. Alguns passavam um dia e não retornavam mais. E por esse perfil de pesquisadores como voluntários, encontrei alguns desafios na integração com as equipes de trabalho e com os próprios acolhidos, pois temiam que eu logo deixasse de apoiar nas atividades.

Quando eu cheguei como voluntária da ONG onde trabalhava Virgínia, me prontifiquei a organizar os dados de registro do abrigo e fazer currículos. Os currículos foram minha primeira atividade e, pela particularidade do tipo de trabalho que realizavam na Venezuela, a feitura de um currículo poderia demorar, pois por vezes precisava me dedicar alguns longos quartos de hora para encontrar uma tradução para o nome do tipo de máquina que o dono do

currículo operava dentro das empresas petroleiras, na Venezuela. Essa demora deixava os outros que esperavam muito preocupados em não conseguirem fazer seus currículos. Os que esperavam me pressionavam para fazer o mais rápido possível, temendo que eu fosse embora, mas quando chegavam em suas vezes, não se preocupavam em fazer o processo de forma acelerada. Apesar de eu ter explicado que não pretendia sair do trabalho como voluntária antes de dois meses e que me esforçaria para atender a todos, o ar de descrença sempre estava presente na fala dos meus interlocutores. O voluntariado, dentro dos espaços dos abrigos, tem rotatividade muito alta e isso afeta o nível de confiança dos que estão abrigados, tanto nos voluntários que chegam, quanto nas equipes fixas das ONGs.

Outro fator que provocava conflitos a partir da presença de voluntários era o fato de que, não necessariamente, as pessoas que se voluntariam estavam alinhadas com o mandato da ONG para a qual estavam laborando e isso causava desentendimentos entre as pessoas atendidas com as instituições. Em mais de uma situação, me foram relatadas promessas que não se cumpriam, ou mesmo maneiras de portar-se com as pessoas atendidas que não faziam jus ao trabalho feito permanentemente pelas instituições, o que acarretava em uma quebra de confiança na instituição.

Além de pessoas dispostas a fazer todo tipo de trabalho dentro dos abrigos, como eu mesma me apresentei naquele espaço, havia também voluntariado de serviços especializados: médicos, artistas e psicólogos. Algo recorrente nas atividades voluntárias é a necessidade de garantia de registro e visibilidade daquele momento: a oportunidade de fazer trabalho voluntário é também oportunidade para tirar fotos de crianças venezuelanas acolhidas, o que ratificaria a imagem de “caridoso” do voluntário e de “espólio absoluto” (FACUNDO NAVIA, 2017) dos atendidos, que eram vítimas que precisam de ajuda do salvador trabalhador humanitário (HARREL-BOND, 2002).

Algumas atividades voluntárias em um espaço de acolhimento que, no momento, não fazia parte dos abrigos geridos pelo ACNUR (que tem como premissa garantir que seus espaços sejam laicos), tinham cunho religioso. Jovens de diferentes igrejas levavam espetáculos com músicas religiosas para serem repetidas pelo público. Teoricamente, isso não deveria acontecer, mas por serem poucas as atividades de entretenimento para essas pessoas, os gestores permitiam, algumas vezes.

Com o grande fluxo de voluntários e trabalhadores de instituições diferentes que compunham a rede de atendimento aos venezuelanos, muitas visitas de pessoas diferentes podiam acontecer numa mesma semana. Esse fluxo de indivíduos muitas vezes incomodava às pessoas que estavam abrigadas, e era um trabalho da rede que atuava com venezuelanos

garantir que aqueles espaços de moradia, ainda que temporária, fossem respeitados como tais. Em certa reunião, Coronel Operação profere “Abrigo não é zoológico” e contou que muitos pesquisadores queriam entrar nos abrigos o tempo todo e que visitas não são permitidas⁷⁸. Ele aproveitou o ensejo para contar que, em certa oportunidade, ele retirou pessoalmente um dos filhos do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, que estava fazendo campanha para o pai dentro de um dos abrigos. Essa fala reforçava que os abrigos não poderiam ser acessados por qualquer um⁷⁹.

c) Contratados

Utilizo aqui de uma peça audiovisual veiculada pela página do Instagram⁸⁰ do perfil oficial da ONU/Brasil⁸¹ para auxiliar na descrição deste terceiro grupo. Convido o/a leitor/a a acessar a página e ver o vídeo. A experiência audiovisual é única, mas caso não seja possível, faço um segundo convite para me acompanhar nessa descrição de uma peça audiovisual, hospedada numa rede social, no trecho abaixo. Caso tenha acessado o link e visto o vídeo, o/a leitor/a deve pular para a página 103.



Legendado como demonstro abaixo, assim começa a experiência de assistir a essa peça:

O que for preciso

Todas as horas, todos os dias, em algum lugar do mundo, as
[@NacoesUnidas](#) estão fornecendo ajuda humanitária para aliviar o
sofrimento de pessoas afetadas pelas crises.

Apesar de o desafio crescer a cada dia, também cresce o
comprometimento das trabalhadoras e dos trabalhadores

⁷⁸ A narrativa, que colocava pesquisadores como visitantes de um zoológico, é amplamente criticada pelas instituições de ensino superior e é algo que cria tensões entre UFRR e Operação. Os professores com quem tive oportunidade de conversar, me diziam que a falta de transparência da Operação era algo preocupante e que não viam motivos para, munidos de toda ética que carece a pesquisa, ter momentos pontuais dentro das instalações.

⁷⁹ Uma outra possibilidade de desdobramento de pesquisa é estudar quem são os voluntários e missionários que fazem parte desse contexto e suas motivações.

⁸⁰ Também disponível no canal de youtube da ONU, sob o título “O que for preciso”.
<https://www.youtube.com/watch?v=Qo10Ta66Xkg> (acesso 06/05/2020)

⁸¹ Disponível em https://www.instagram.com/tv/B_q2waWnSI2/?igshid=1svebw7pth7mn (acesso 02/05/2020)

humanitários. São mulheres e homens que trabalham incansavelmente para não deixar ninguém para trás.

Seguido por uma série de *hashtags*, sites e *tags* de outros perfis ligados às Nações Unidas, o vídeo mostra um rapaz negro, de moletom, caminhando por uma rua residencial utilizando o celular e respondendo ao telefone “Sim, mãe”, “sim”, “eu sei”, aparentando estar irritado com a conversa. Enquanto ele responde à mãe, a voz do rapaz surge em *off* dizendo “Deixa eu te contar sobre minha mãe”, e ele começa a narrar enquanto está entrando em casa, realizando atividades domésticas “ela nunca cede, nem mesmo um pouco. É sempre do jeito dela e de mais ninguém”.

Saindo da sequência de tarefas domésticas sendo realizadas, a cena seguinte mostra um quarto com uma cama de casal vazia e o rapaz com feições tristes, sem falar. Ele continua narrando em *off* “Ah é... e ela nunca está em casa.” Mostrando um homem servindo uma refeição para dois, enquanto o rapaz estuda sob a mesa de jantar, “Faz tempo que não compartilhamos uma refeição.” Ele aparece deitado em uma cama e, narrando, continua: “Eu não consigo me lembrar da última vez que ela estava aqui no momento em que acordo”. Deitado, ele olha para uma foto onde mostra uma mulher e uma criança negros, deixando espaço para o receptor imaginar que ali são o rapaz, quando bebê, e sua mãe, abraçados e sorridentes. A foto repousa em cima de uma mesa que parece estar próxima à cama do rapaz.

Muda a imagem para um carro passando por uma estrada de terra, dentro dele uma mulher fala ao telefone. É mostrada de cima uma cidade em local arenoso, com alguns módulos que parecem casas e algumas árvores. Surge a imagem de algumas crianças, também negras, brincando e volta à narração sob a imagem de uma mulher de colete azul celeste, enxugando o suor com as costas da mão: “Ela é intensa.” Ela conversa de maneira inaudível com alguém. Aparece água caindo em um recipiente verde de plástico, e mostra a mulher operando um dispositivo que faz a água cair nesse balde, enquanto fala com outras pessoas que não estão em cena. O narrador, que era o rapaz, diz: “Dominadora”. Ela continua operando o dispositivo e o narrador continua: “E age como se ela soubesse de tudo.” Aparece uma cena da mesma mulher gesticulando com outras mulheres sentadas no chão junto com ela.

Corta para ela lavando as mãos e conversando com um homem todo vestido de branco na presença de três mulheres, num ambiente que parece hospitalar. O narrador diz: “Ela é minuciosa.” Enquanto ela gesticula afirmativamente e se direciona a um dos leitos hospitalares onde estão uma mulher e um bebê, o narrador diz: “Sempre se mete em assuntos alheios.” e aparece ela acariciando a mão do bebê no leito. Corta para uma cena de descarregamento de

um caminhão, e ela aparece gesticulando com alguém em cima do caminhão, enquanto tem uma prancheta na mão, e o narrador: “Impaciente.”. A cena muda para um ambiente que parece um depósito, que revela no lado direito uma balança, enquanto o narrador diz: “Insistente”. Ela aparece gesticulando com outro rapaz, apontando para caixas empilhadas, e o narrador fala: “Ela é a pessoa mais teimosa que conheço”, enquanto ela acomoda caixas em um carro.

A cena muda mais uma vez e revela o rapaz narrador que passa a encarar a câmera com um leve sorriso entre os lábios, enquanto sua voz ainda em off diz: “E por tudo isso eu não poderia ser mais orgulhoso.” A cena volta para a mulher com o colete em um diálogo bem próximo com outras duas mulheres, mostrando-as sorridentes e felizes com o diálogo. Na cena seguinte, podemos ver que o colete que a mulher usava durante todo o tempo, tinha inscrito UNITED NATIONS nas costas. Mais uma vez, corta para um grupo de pessoas reunidas, batendo palmas de forma ritmada, com sorrisos no rosto, até focar mais uma vez na mulher. De novo, gravada por cima, aparece a mulher com o colete caminhando entre várias crianças que brincam animadamente à sua volta.

Em branco, em letras maiúsculas, aparece na tela TRABALHADORES HUMANITÁRIOS SALVAM VIDAS POR SEREM IRRACIONAIS, depois a última palavra da frase muda para INTRANSIGENTES, muda mais uma vez para IMPARÁVEIS. Vê-se, então, a cena de um carro com as logas das Nações Unidas em uma estrada desértica e aparece, junto a essa imagem, o símbolo das Nações Unidas em branco e embaixo, destacado em azul, a frase “O QUE FOR PRECISO PARA SALVAR VIDAS”, enquanto o carro se locomove.



A produção descrita faz o/a receptor/a imaginar que o filho está reclamando da sua mãe, até o momento em que ele se declara orgulhoso, no final do vídeo. A descrição dessa mulher que está longe da família, trabalhando no contexto humanitário, apesar de provocar orgulho no filho, também o faz sentir sua ausência. E essa produção audiovisual revela muito do que eu vi em campo: no contexto roraimense, a maior parte dos contratados como trabalhadores humanitários eram mulheres, desacompanhadas de suas famílias, dedicando-se às suas carreiras de forma integral. Os adjetivos apresentados no vídeo desafiam o status de classe secundária atribuído às mulheres (OTNER, 1979). Despida de uma insubordinação vista por Otner como algo esperado para as mulheres em diversas culturas, a mãe do vídeo desafia o *status quo* ao ser uma mulher e uma mãe com tantas características que poderiam ser

reprováveis, mas quando se entende que ela é uma trabalhadora humanitária e que com essas características ajuda tantas pessoas, um valor positivo passa a ser atribuído a esses adjetivos, como se pode verificar nos comentários do vídeo na rede social. Essa abnegação e distanciamento de suas famílias era algo muito presente na vida das mulheres que conheci em campo, que vinham de diferentes partes do país.

O apelo de estar num contexto de emergência, trabalhando com órgãos que atuam internacionalmente e a ambição por seguir na carreira de trabalhador humanitário, são motivos apontados pelos meus interlocutores para as exaustivas jornadas de trabalho que realizavam. Ao me deparar com o vídeo acima, me dei conta de que, mais do que uma escolha pessoal, a dedicação exclusiva e esgotante tinha a ver com um discurso institucional das organizações que atuam em situações que demandam ajuda humanitária. Isso, somado às relações hierarquicamente organizadas dentro das ONGs e Agências da ONU (HARREL-BOND, 2002), contribuem com um ambiente chamado pela interlocutora Yolanda, trabalhadora de uma das Organizações das Nações Unidas, de exploração laboral. Essa hierarquia vista por Harrell-Bond em contextos de campos de refugiados, era encontrada no contexto de Roraima: entre os cargos mais altos das organizações internacionais estavam não-brasileiros, quando encontravam-se brasileiros, em sua maioria, não eram do Estado de Roraima.

Yolanda contou-me que se inscreveu para uma vaga em uma organização da sociedade civil, em Roraima, como estratégia para ser contratada para uma das agências da ONU. Saindo de São Paulo para trabalhar em Roraima, Yolanda foi contratada ganhando um salário que considerava baixo em uma das ONGs que apoiava trabalhos dentro dos abrigos e nela trabalhou por quase um ano e meio. Desde antes de trabalhar em Roraima, ela sempre se candidatava para vagas das Nações Unidas, sem sucesso. Dando continuidade a essa prática, tendo adquirido experiência com o *contexto de ajuda humanitária*, algo que ela percebeu como um diferencial para a contratação, Yolanda foi contratada por uma das agências da ONU. Segundo ela, seu próximo plano é conseguir uma posição fora do Brasil, para seguir acumulando experiências e poder continuar trabalhando nas agências da ONU. Roraima foi para ela uma oportunidade de inserir-se profissionalmente no contexto da ajuda humanitária e um primeiro passo para conseguir alcançar *voos mais altos*.

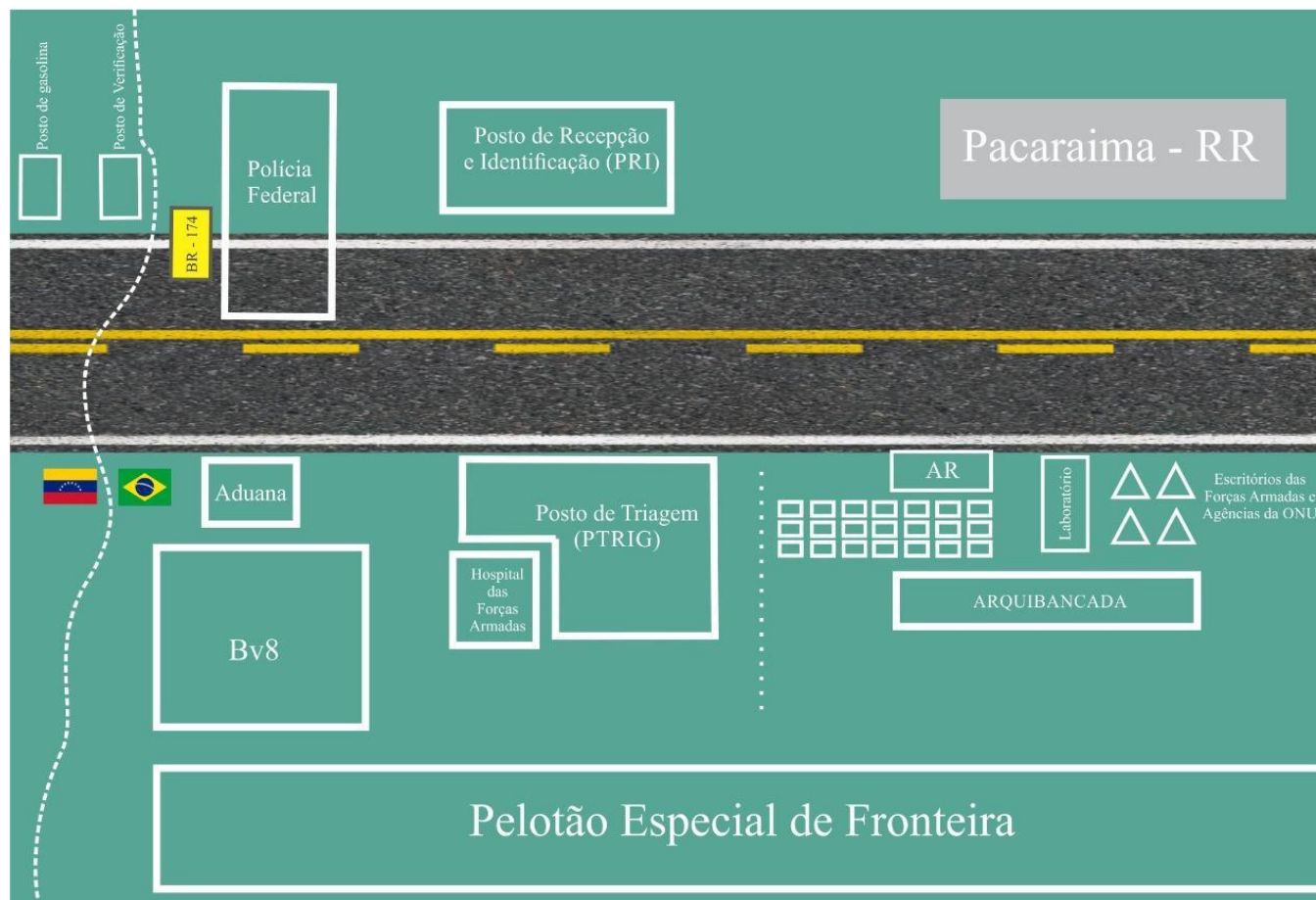
O contrário também acontecia: duas interlocutoras (Ana e Nicole) haviam feito exatamente o contrário de Yolanda, também moradoras do Sudeste, foram selecionadas para ocupar vagas em agências da ONU em Roraima, mas se depararam com jornadas de trabalho exaustivas e níveis de cobrança *altíssimos* e decidiram migrar de agências da ONU para

organizações da sociedade civil⁸². Cada uma delas trabalhava em uma agência diferente e não tardaram a conseguir novos empregos. A rapidez em encontrar uma nova colocação, segundo elas, devia-se à presença de uma agência da ONU em seus currículos. Quando perguntei para Ana se ela pretendia voltar para uma agência da ONU, ela me disse que sim, mas não naquele momento, e nem naquele contexto.

Essas duas trajetórias, apesar de avessas, são vistas como início da carreira de trabalhadoras humanitárias que pretendiam ser tal como os bichos-de-obra descritos por Gustavo Lins Ribeiro (2000), trabalhadores especializados que entram no circuito migratório dos chamados “grandes projetos” e nele passam a viver permanentemente durante sua vida laboral. A diferença é que, ao invés de grandes obras como as descritas por Ribeiro, esses trabalhadores se especializam em contextos em que se necessita e se promove ajuda humanitária, que de alguma forma se assemelham aos grandes projetos estudados pelo autor. Dentre os cargos mais altos de cada agência e ONGs de maior prestígio, não faltam exemplos de trabalhadores que já atuaram em países diversos no âmbito da ajuda humanitária e que, com o ganhar de experiência e bagagem, conseguem ocupar postos em locais desejados, não apenas nos que conseguiram. Roraima não era visto por nenhuma dessas interlocutoras como um bom local para viver, mas um desafio necessário para poderem escolher, no futuro, postos de trabalhos melhores, ainda dentro do contexto de ajuda humanitária.

⁸² Para mais informações sobre a situação trabalhista desses colaboradores, indico o artigo de Xavier (2020)

Trecho IV: *Refugio o Residência?*



Esquema gentilmente elaborado por Bianca Marvão a partir de minhas notas de campo - Maio/2021

Da fronteira, à esquerda, via-se o posto permanente da Polícia Federal e, logo depois dele, uma estrutura temporária que compunha o PRI - Posto de Recepção e Identificação, onde quem chegava tinha o primeiro contato com o controle migratório, conforme me contou Coronel Base 2 quando me levou para conhecer as instalações da Operação. Ao chegarmos ao PRI, ele passou a palavra ao Coronel PRI e apenas acompanhou a visita de longe. Esse posto era de passagem obrigatória, mas não havia impedimento físico, pois aqueles que estavam apenas fazendo compras na cidade, não precisavam documentar-se, a documentação seria cobrada apenas quando chegassem à balança. Junto com o PTRIG - Posto de Triagem⁸³, o PRI era uma das estruturas que faziam parte do projeto de ordenamento da fronteira. Segundo Maria Carolina Baú (2019), trabalhadora do ACNUR que fez sua monografia sobre ordenamento de fronteira,

A finalidade da construção destes postos [PRI e PTRIG] se deu pela superlotação de serviços, principalmente o de documentação, que ocorria em Boa Vista. A fim de desafogar a demanda da Superintendência da Polícia Federal, duas unidades para emissão de documentos foram instaladas, possuindo maior capacidade de atendimento. (p.46)⁸⁴

O Coronel PRI caminhou comigo pelo posto, mostrando o caminho feito pelo venezuelano que pretende tirar os documentos para *entrar no Brasil*. As pessoas que chegavam da Venezuela portando malas, para não ter que percorrer o caminho do PRI junto com sua bagagem, tinham a opção de deixá-las em um espaço reservado para *equipaje*, onde eram identificadas e guardadas sob o cuidado de trabalhadores do exército. Após o espaço onde se deixavam as malas, havia um bebedouro com copos disponíveis, uma caixa de som tocando música sertaneja e uma série de bancos, onde os venezuelanos podiam se sentar enquanto aguardavam ser chamados.

Em contraste com Rafael e Hugo, que não tinham nenhuma mala ao entrar no PRI, vi um grupo, que depois identifiquei como indígenas Warao, deixando naquele espaço algumas grandes sacolas de plástico, dentro das quais era possível ver vários artesanatos feitos em buriti e uma grande quantidade da palha de buriti, além de outros itens. Ao me apresentar o espaço onde guardavam as malas, o Coronel PRI disse que aquele local era muito importante, pois “a grande maioria deles tem suas vidas nas suas malas (...), então a gente tem um carinho muito especial com as malas que eles trazem”. Depois de deixar as malas, as pessoas aguardavam ser

⁸³ Já na revisão desta dissertação o PTRIG vira PITRIG - Posto de Interiorização e Triagem, para evidenciar o trabalho feito na estratégia da interiorização, que será abordada mais adiante, no trecho VI.

⁸⁴ Segundo a autora, Polícia Federal e ANVISA já trabalhavam na fronteira antes da instalação da Operação, mas com recursos humanos e estrutura física limitados.

chamadas para começar o atendimento no PRI, que seguia o fluxo: 1- Polícia Federal (PF), 2- Defensoria Pública da União (se necessário)⁸⁵, 3 - Imunização, 4 - Cruz Vermelha (caso desejassem). A espera para entrar em cada um dos espaços obrigatórios variava e, enquanto aguardavam, preenchiam o *permiso* de entrada a ser entregue para a Polícia Federal.

A primeira instituição com a qual tinham contato, ao entrar na primeira sala do fluxo do PRI, era a Polícia Federal. O trabalho da PF no PRI era o de incluir os dados do atendido no sistema da polícia e dar a permissão de entrada no país. Nesse momento, o venezuelano tinha o primeiro contato com as três opções de regulamentação migratória: visita, que seria a modalidade que um turista preencheria, solicitação de refúgio ou solicitação de residência temporária. Nessa etapa, era apenas necessário comunicar por qual forma de entrada iriam optar e seguir para o próximo ponto, “como nos aeroportos, quando carimbam seu passaporte”, me explicou Ludymilla do ACNUR, uma passagem rápida, para os que falavam espanhol ou conseguiam se comunicar em português. Segundo o Coronel PRI, a maioria se declarava como refugiado, e ele salientou que era “por conta própria”. Os que estavam documentados e apenas de passagem pelo país, ou seja, os que tinham como destino final outros países como Argentina, Chile e Peru, optavam pelo visto de turista e terminavam sua jornada com a Operação Acolhida já no PRI. Aqueles que tinham passaporte, segundo o Coronel PRI 2, tinham prioridade no atendimento, tanto para entrada quanto para saída. Os que pretendiam apenas sair do Brasil para a Venezuela estavam como segundo grupo de prioridade. Aqueles que portavam somente a identidade venezuelana, ou não possuíam nenhum documento, não eram considerados atendimentos prioritários e eram mais demorados.

Caminhando por dentro das salas com o coronel PRI, vi um dos agentes da PF fazendo perguntas a um casal indígena que compunha aquele grupo mencionado no início. Eles pareciam não entender o que dizia o agente que, tentando se fazer compreender, passou a falar cada vez mais alto, transparecendo impaciência e rudeza, de forma que os outros que trabalhavam na mesma sala lhe direcionavam um olhar de reprovação. Chegava a ser difícil ouvir o que o Coronel PRI falava enquanto apresentava o posto. Esse episódio me fez pensar o quanto a fronteira poderia ser assustadora para alguém que se mudou sem pretensão de retornar ao seu país.

Em uma sala anexa à ocupada pela PF, cheia de desenhos com bandeiras do Brasil e da Venezuela, estavam presentes defensores da Defensoria Pública da União. Em esquema de

⁸⁵ Não eram todos que precisavam passar na DPU, ali os defensores trabalham na garantia de direitos dos que entram pela fronteira, atuando principalmente nos casos que são identificados como possíveis situações de tráfico de pessoas e nos casos de crianças desacompanhadas ou separadas.

rodízio, garantindo sempre a presença de ao menos dois defensores, a DPU atuava para garantir “entrada segura, regular e ordenada de pessoas em território brasileiro” (ALVIN, 2018, p 91), trabalhando especialmente com a proteção de crianças e adolescentes. Entre os casos mais recorrentes, estavam crianças desacompanhadas ou separadas de seus genitores, ou crianças e adolescentes sem nenhum documento. Cabia ao órgão realizar uma entrevista individual e análise da proteção⁸⁶ com a criança para, então, emitir um documento garantindo o ingresso no Brasil. A tarefa principal era evitar uma situação de tráfico de pessoas. O defensor B, contou que sempre que tinham dúvidas sobre se havia ou não vínculo, recorriam aos profissionais do Ministério da Cidadania, que ficavam no posto de triagem (PTRIG), para que as assistentes sociais fizessem uma entrevista para constatar, na ausência de documentos, o vínculo socioafetivo e, assim, dar mais segurança na hora de emitir a documentação.⁸⁷ Dependendo do caso e do destino dos atendidos, quando verificada a necessidade, era possível fazer um encaminhamento para as Defensorias Públicas dos Estados.

Passando pela sala da PF e pela sala anexa da DPU, chegava-se à sala de imunização. Ali, aconteciam a vacinação e a triagem sanitária realizadas pela cédula de saúde das Forças Armadas e supervisionadas pela ANVISA, que ao final emitia o certificado internacional de vacina. Maria Baú (2019) cita que, em certo momento, também eram entregues soluções purificadoras para água nesse posto, mas na oportunidade que tive de estar presente na sala, não vi acontecer. Nessa sala, havia um cantinho com algumas colagens feitas em papel E.V.A. (Etil Vinil Acetato), indicando ser um espaço amigável para as crianças, o que contrastava com o som de choro constante, motivado pelas vacinas, que reverberava naquela sala.

Ao final do PRI, ficava uma mesa com telefones, disponibilizados pela Cruz Vermelha, para aqueles que chegassem pudessem se comunicar com parentes e conhecidos em qualquer parte do mundo. Além do empréstimo dos telefones, havia tomadas e cabos para recarregar aparelhos celulares e a possibilidade de acesso à internet do próprio aparelho ou pelos emprestados pela instituição. Na mesa onde ficavam os telefones, era possível ver um cartaz identificando o serviço por *TELECOM Sans Frontière*.

Além da presença das instituições e serviços descritos acima, o Exército contribuía com a organização do fluxo e oferecia alguns outros serviços, como atendimento médico emergencial e imediato para mães, crianças e grávidas; e alimentação, sendo oferecidas três

⁸⁶ Para mais detalhes do procedimento pelo qual passam crianças desacompanhadas ou separadas, acessar a Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017, anexo ao qual está o formulário da entrevista produzido pelo CONANDA.

⁸⁷ Caso o/a leitor/a se interesse pela temática da infância em contextos de deslocamento forçado, indico o dossiê Migrações Internacionais e Infâncias, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/issue/view/3070>

refeições - um lanche por volta das 10hrs da manhã; entre 12 e 13 horas era servido o almoço, normalmente era sopa o que, segundo o Coronel PRI, é um prato “muito apreciado pelos venezuelanos”; e por volta das 15 ou 16 horas, era fornecido mais um lanche. Ainda havia apoio de alimentação e hidratação emergencial, durante o dia todo, que era oferecido para aquelas pessoas que chegassem sem comer nada, o que, de acordo com o Coronel PRI, acontecia com alguma frequência. Segundo Baú (2019), também eram oferecidas, pela OIM e pelo ACNUR, explicações sobre formas de regularização migratória.⁸⁸ Ao ser abordado no final da visita por um dos soldados, o Coronel PRI se despediu e o Coronel Base 2 me convidou para irmos ao PTRIG.

Atravessando a rua que ligava o Brasil à Venezuela, mas que no momento - com a fronteira fechada - não conectava Venezuela ao Brasil, chegava-se ao PTRIG - Posto de Triagem, onde realizavam “diversos atendimentos, principalmente a regularização migratória e a triagem social” (BAÚ, 2019, p.45). Ao chegarem pela manhã, os venezuelanos que estavam em situação de rua recebiam um suco e um pão. Aqueles que pernoitavam na casa de passagem BV8 enquanto se documentavam, já recebiam alimentação do Exército na própria casa. O funcionamento do posto era das 8 horas da manhã até o fim da tarde, mas, dependendo do movimento, complexidade dos casos e disponibilidade de internet, era possível ver trabalhadores das agências e do exército até muito tarde no local.

A primeira coisa que se via dentro desse posto era um novo espaço para guardar os pertences. Ali, escutei novamente, dessa vez do Coronel Base, que era de suma importância fazer um bom trabalho na *guardería*, pois “ali dentro está a vida toda deles”. Essa frase se repetiu todas as vezes que ouvi qualquer militar falando das malas dos venezuelanos que guardavam. Essa *guardería*, assim como a do PRI, ficava aberta apenas durante o funcionamento dos postos e enquanto o venezuelano estivesse sendo atendido naquele posto. Ao terminarem de passar pelo fluxo do PRI, deveriam recolher seus pertences e, se ainda houvesse tempo de ser atendido pelo PTRIG, a bagagem deveria ser alojada na *guardería* do PTRIG.

Continuando a explicação do fluxo pelo qual passavam os venezuelanos, o Coronel Base contou que, após acomodarem seus pertences na *guardería* do PTRIG, deveriam passar por uma triagem médica feita pelas forças armadas. Após a triagem, os venezuelanos informavam se faziam solicitação de permissão para residência temporária ou solicitação do

⁸⁸ Terminando o percurso pelo PRI, saí com a impressão de que se eu fizesse o mesmo caminho com um trabalhador de algum dos outros órgãos, a apresentação seria distinta. Então aproveitei para, nesse relato, incorporar percepções coletadas em momentos distintos, a fim de construir uma única narrativa sobre o que se fazia naquele espaço.

reconhecimento da condição de refugiado e recebiam uma *cita*, a depender de sua escolha. Embora no PRI já fosse necessário indicar qual modalidade de regularização se escolheria, Coronel PTRIG, acompanhando de perto a visita, contou que muita gente mudava de ideia ao chegar ao PTRIG.

Nesse momento, ele passou a palavra às pessoas que estavam sentadas à mesa onde a escolha deveria ser informada. Segundo contou o sargento que ali estava e tomou a palavra, os que escolhiam refúgio⁸⁹ recebiam uma *cita* azul e os que escolhiam residência temporária, uma vermelha. Para basear essa escolha, no PRI há informações sobre as duas modalidades e, em diferentes pontos, o indivíduo tem acesso a alguns cartazes, como se pode ver nas imagens abaixo, além de poder pedir auxílio aos que trabalham nos postos para entender melhor qual é a diferença entre ambas.



Cartazes localizados no Posto de Recepção e Identificação (PRI), em Pacaraima, para auxiliar os venezuelanos a decidirem qual forma de regularização documental vão solicitar ao entrar no Brasil.

Aproveitando que eu e o/a leitor/a, não estamos fazendo essa escolha sob pressão, podemos pensar sobre essa parte do caminho com mais calma e tranquilidade. Convido-a a uma digressão para explicar as categorias que permeiam a escolha.

⁸⁹ O que se solicita é o reconhecimento da condição de refugiado, uma vez que se entende que esse é um status autodeclaratório, mas normalmente na Operação se fala sobre escolher entre refúgio ou residência.



Falando sobre o aspecto jurídico, a categoria refugiado surge após a (e como efeito da) Segunda Guerra Mundial e é na *Convenção do Estatuto dos Refugiados* de 1951, que define-se expressamente quem eram os chamados refugiados: pessoas que, temendo ser perseguidas em razão de sua raça, nacionalidade, religião pertencimento a grupo social ou opinião política, se encontram fora do país de sua nacionalidade ou de residência habitual e que não podem valer-se da proteção desse país. Essa forma de definir quem eram os refugiados era uma maneira de garantir proteção internacional aos europeus que haviam sido perseguidos durante a guerra. Para ser considerado refugiado, segundo essa convenção, era necessário que os acontecimentos que fizessem o indivíduo refugiar-se tivessem ocorrido antes do dia 1º de janeiro de 1951, na Europa. Em 1967, essa limitação temporal é extinta pelo Protocolo de Nova Iorque. No Brasil, em 1961, o Estatuto dos Refugiados é incorporado por meio do Decreto nº 50.215/1961 ainda com a limitação geográfica disposta no estatuto. Essa limitação só foi extinta, no Brasil, em 1989. Até então, só poderia ser considerada pessoa passível de ser protegida pelo reconhecimento do status de refugiado no Brasil, o cidadão europeu⁹⁰.

Em 1984, na Declaração de Cartagena, recomenda-se adotar uma definição ampliada de refúgio, contemplando o que fora posto na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, acrescentando que também poderiam ser consideradas refugiadas pessoas que tenham fugido de seus países porque sua vida, liberdade ou segurança, tenham sido ameaçadas em razão de violência generalizada, conflitos internos, agressão estrangeira, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que possam perturbar gravemente a ordem pública.

Para tratar de tal demanda, a ONU cria, em 1950, um órgão responsável para tratar de assuntos que envolvem refúgio: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, também conhecido como Agência da ONU para Refugiados⁹¹. Espalhado por 123 países, com aproximadamente 9300 pessoas em sua equipe, o ACNUR trabalha para “dirigir e coordenar a ação internacional atuando no sentido de proteger e ajudar as pessoas deslocadas forçadamente em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.”⁹²

⁹⁰ Tal limitação mostra a legislação da época acompanhando uma tendência brasileira desde o século XIX, quando houve incentivo para agricultores europeus se estabelecerem no país (SEYFERTH, 2000), demonstrando que europeus são bem-vindos ao país.

⁹¹ ACNUR em inglês: UNHCR – The UN Refugee Agency

⁹² Disponível em (<http://www.acnur.org/www-portugues/o-acnur/>). Acessado em 26/03/2020

Segundo o ACNUR (2014), refugiados são pessoas que “se encontram fora do seu país por causa de fundado temor⁹³ de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa”, e também pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e massiva violação dos direitos humanos⁹⁴. Ao descrever seu próprio trabalho em documentos e sítios de web, é comum ver que, assim como na discussão apresentada anteriormente, o ACNUR se esforça para que seu interlocutor entenda que refugiados não são migrantes. Essa distinção é importante para a construção de políticas que atendam a casos de maior urgência (HOREVITZ, 2009).

Em 1997, o Brasil aprova o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997) abrangendo a definição clássica de refúgio (1951), o Protocolo (1967) e a definição ampliada proposta na Declaração de Cartagena (1984). Sendo assim, no Brasil, passam a poder ser reconhecidas como refugiadas pessoas forçadas a deixar o seu país de origem e que não possam ou não queiram acolher-se à proteção de tal país, devido a um fundado temor de perseguição por motivos relacionados à raça, religião, grupo social, nacionalidade, opiniões políticas ou em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos. Ao ser reconhecido como refugiado, o status também pode ser estendido ao cônjuge, ascendentes e descendentes e àquelas pessoas do mesmo grupo familiar que dependam economicamente da pessoa reconhecida como refugiada. Mas para receber o status de refugiado, há um longo processo desde o momento da solicitação do reconhecimento do status até a definição como tal⁹⁵.

Na antropologia, o debate sobre o tema cresce, principalmente a partir dos anos 80, quando as *migrações forçadas* ganham status de campo legítimo de estudos acadêmicos e, dentro desse campo, estavam os estudos sobre diásporas e refúgio (HARRELL BOND, B. E. and VOUTIRA, E., 1992). Há pesquisadores que atualmente usam o termo migração forçada, ou mesmo apenas migração, como sinônimo de refúgio, entendendo que não necessariamente há elementos suficientes para dissociar refugiados de migrantes não voluntários. Segundo Carolina Moulin (2012), a lógica jurídica por trás da categorização do indivíduo enquanto refugiado, despolitiza as situações de pobreza extrema, e essa ordem classifica sujeitos que fogem dessas situações, como motivados pela economia, como se essa fosse uma razão menor.

⁹³ “Fundado temor” considera necessariamente esses dois elementos: um subjetivo, que é a percepção do solicitante de refúgio, e o outro objetivo, ou seja, a situação ou acontecimento objetivo que gerou o temor.

⁹⁴ disponível em:

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugia_dos.pdf?view=1 Acessado em 04 de maio de 2018

⁹⁵ Importante salientar que os países que recebem refugiados tomam a decisão se essas pessoas são reconhecidas ou não como refugiadas pelo país de acolhida, e não se elas são ou não refugiadas.

Moulin ainda entende que a classificação dos tipos de mobilidade está vinculada à uma visão de mundo, que ela atrela à modernidade, em que são atribuídos os valores de normalidade e anormalidade para os fluxos de pessoas, abrindo espaço para intervenção dos Estados. A autora propõe a categoria de corpos móveis, que inspira Maroni da Silva (2014) a utilizar a mesma categoria. Segundo essa autora,

“O estabelecimento de modalidades jurídicas de corpos móveis – a definição de quem é cidadão, quem é estrangeiro, quem é migrante temporário, entre outras categorias possíveis – é uma tecnologia governamental de produção da diferença que, como corolário, estratifica tipos de mobilidades consideradas adequadas enquanto restringe outras” (p.71).

Por outro lado, autores como Garcia Castro (2018) chamam atenção sobre como não distinguir refugiados de migrantes invisibiliza um processo de vulnerabilização que sofrem aqueles que se tornaram refugiados, o caso que ele estuda são os Warao, que não tem outra alternativa a não ser sair de suas casas. Este debate conceitual, entre outros, explicita o que Machado (2020) quer dizer ao afirmar que refúgio é um campo tenso no âmbito das definições⁹⁶.

Em 1983, o antropólogo Ron Baker, citando a falta de departamentos voltados para estudos especificamente sobre refugiados, critica:

Tem sido estimado que mais de 140 milhões de pessoas têm sido forçadamente desenraizadas apenas neste século! Tendo isso em vista, é notável que cientistas sociais negligenciem os estudos e pesquisas sobre refugiados. Indo mais além, nenhum ‘Departamento de Estudos sobre Refugiados’ existe em nenhuma universidade ou outra instituição de educação superior. É pertinente perguntar por que...? Talvez seja porque em muitas mentes... refugiados sejam vistos como imigrantes com uma pequena diferença entre eles? [tradução livre] (BAKER, 1983, pag.7).

Baker evidencia a falta de estudos voltados especificamente para refúgio, enquanto a preocupação antropológica com a migração, por sua vez, é datada. Migração se torna prioridade quando se percebe um aumento das taxas entre campo e cidade, particularmente na África e América Latina (HOREVITZ, 2009). Com o passar dos anos, a migração, sob a perspectiva de

⁹⁶ Essa discussão das tensões entre migração, migração forçada e refúgio, também estão presentes na discussão sobre o processo de escravização de pessoas negras nas Américas. Há quem defenda que se possa caracterizá-lo como um processo migratório, ainda que não voluntário. Segundo o site do Conselho Nacional de Justiça, “Há tráfico de pessoas quando a vítima é retirada de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país e fica com a mobilidade reduzida, sem liberdade de sair da situação de exploração sexual ou laboral ou do confinamento para remoção de órgãos ou tecidos”. Nesse sentido, seria possível definir tal movimento como um processo de tráfico de pessoas negras para fins de escravização. Para evidenciar o movimento e não a motivação, além da proposta de Moulin, outras categorias podem ser utilizadas, tais quais deslocamento e diáspora (GILROY, 2001).

fluxo de pessoas, se torna uma das formas de analisar o fenômeno da transnacionalidade, pois faz parte dos fluxos que evidenciam o fenômeno da globalização (HANNERZ, 1997). Em muitos departamentos de Ciências Sociais ao redor do mundo, os estudos de refúgio e migração forçada são localizados dentro da grande área da migração, mas muitos antropólogos são críticos a essa união de campos de estudo. Assim como na academia, há ampla discussão também entre organizações internacionais e Estados sobre a diferença entre migrantes, especialmente migrantes econômicos⁹⁷, e refugiados.

A categoria *migração forçada* serve para definir o refúgio como um tipo de migração, o que em campo encontrei presente em documentos públicos, cursos e fala de colaboradores da OIM, mas não na do ACNUR. O ACNUR marca que chamar refugiados de migrantes, ainda que de migrantes forçados, enfraquece o instrumento do refúgio que garante a obrigação dos estados de proverem a proteção internacional que o sujeito requer ao solicitar o reconhecimento de sua condição. Uma das obrigações dos estados em relação a refugiados é não promover práticas que infrinjam o direito de não devolução (*nonrefoulement*).

Segundo o ACNUR:

os refugiados necessitam deslocar-se para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade. Eles não possuem proteção de seu próprio Estado e de fato muitas vezes é seu próprio governo que ameaça persegui-los. Se outros países não os aceitarem em seus territórios e não os auxiliarem uma vez acolhidos, poderão estar condenando estas pessoas à morte ou a uma vida insuportável nas sombras, sem sustento e sem direitos (Comentário sobre os refugiados no site oficial da instituição).

Em contramão aos refugiados, nos termos do órgão, migrantes econômicos se deslocam voluntariamente. Para Maroni da Silva (2014),

o refugiado idealizado é aquele movido apenas por causas exógenas que anulam quaisquer possibilidades de escolha e de constituição de projetos de ação, mesmo que limitados. A pobreza, nessa visão, não é consequência de causas estruturais que subjugarão completamente o indivíduo: ele sempre teria escolha e chance de superá-la. De acordo com a mesma ideologia, a perseguição política não daria espaço para a agência do indivíduo, a pobreza e o desejo de uma vida melhor sim. Apenas situações de violência generalizada que comprometessem a vida e a liberdade do indivíduo são consideradas como válidas, embora a pobreza seja capaz de gerar os mesmos efeitos. Com efeito, essa ação de adotar a linguagem das instituições estatais com o objetivo de contestá-la é em parte uma eficaz estratégia argumentativa, mas também é consequência da abrangência da ideologia moderna (p.74).

⁹⁷ “que são aqueles que decidem deslocar-se para melhorar as perspectivas para si mesmos e para suas famílias” (ACNUR, 2014)

Nesse sentido, Maroni da Silva propõe que não há base para a diferenciação entre ambas as categorias, uma vez que aqueles que se deslocam por questões econômicas, estariam sujeitos à mesma vulnerabilidade que o refugiado. Há ainda na discussão antropológica, definições que se assemelhem à percepção do ACNUR: “[pessoas que] Passaram por um violento 'rito' de separação e a menos que sejam 'incorporados' como cidadãos em seu Estado de acolhimento (ou que retornem ao seu estado de origem) encontram-se em 'transição' ou em um estado de 'liminaridade’” [tradução livre] (HARRELL-BOND, B. E. and VOUTIRA, E., 1992, p.7).

O conceito de liminaridade⁹⁸ (TURNER, 2005) tem sido utilizado para tratar da situação de refugiados (SANTINHO, 1960; RAMSAY, 2017), uma vez que estes não pertencem mais ao local que saíram e não são vistos como parte do local onde chegaram, como explicita o antropólogo Simon Turner: “Por não pertencer nem aqui nem lá, os refugiados desafiam o elo assumido entre nação, Estado e cidadão” [tradução livre] (TURNER, 2015, p.140).

A liminaridade jurídica para o solicitante do reconhecimento da condição de refugiado não se encerra no momento que ele ou ela tem sua solicitação em mãos. O refugiado encontra-se em liminaridade até pelo menos ter o reconhecimento da condição de refugiado aceita pelo país. Ainda que o solicitante do reconhecimento da condição de refugiado⁹⁹¹⁰⁰ tenha acesso a vários direitos garantidos para um refugiado reconhecido pelo Estado, incluindo permanecer no país enquanto seu pedido é julgado, caso tenha seu pedido negado, é necessário recorrer a outra forma de regularização migratória. E isso era uma preocupação de alguns dos meus interlocutores, mas a grande maioria entendia que, estar com o documento da solicitação dentro da data de validade, assegurava sua permanência no país, sem pensar nos passos seguintes, como, por exemplo, o reconhecimento. Isso demonstrava o desconhecimento do instrumento do refúgio por muitos daqueles que solicitaram o reconhecimento da condição no país.

Os que solicitavam a permissão para residência temporária, por sua vez, eram chamados

⁹⁸ a relação interestrutural de ambiguidade e de não pertencimento inteiro a “nenhum dos atributos dos estados passado ou vindouro” (TURNER, 2005 p. 138)

⁹⁹ Para mais sobre o tema da solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, ver Capdeville e Silva (2019).

¹⁰⁰ Segundo Maroni da Silva “As decisões em torno das solicitações de refúgio, portanto, não dependem apenas da incorporação dos instrumentos internacionais de proteção ao refugiado, mas de uma configuração de múltiplos fatores. Entre eles: a dinâmica entre fatores internos ao Estado e fatores externos; a relação política entre os países de origem e os de destino dos migrantes; as diretrizes ideológicas, as estratégias geopolíticas internacionais e as políticas de segurança nacional do país de acolhimento; a concepção de cidadania do país de recepção e sua interface com as noções de raça, etnia e religião; a opinião pública nacional e internacional; o posicionamento dos refugiados e de seus conterrâneos residentes no país de destino; a pressão de organizações em defesa dos direitos humanos e de organismos internacionais como a ONU e a OEA” (MARONI DA SILVA, 2014 p. 71-72)

de migrantes¹⁰¹. Para solicitar a residência temporária era necessário apresentar a identidade ou passaporte e certidão de nascimento ou de casamento. Antes de 2018, também era necessário ter uma declaração de antecedentes criminais, mas a necessidade foi suspensa pela Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Já para solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, o solicitante pode inclusive não ter nenhuma documentação, o que é a realidade de vários, especialmente dos indígenas Warao.

Para tomar a decisão sobre se desejavam refúgio ou residência, muitos dos meus interlocutores me contaram que levaram em consideração a documentação exigida para cada opção. Entre uma mesma família, era possível encontrar filhos com solicitação de refúgio e pais com residência temporária. Isso acontecia principalmente porque até os 9 anos as crianças venezuelanas não tinham obrigatoriamente documentos com foto. Quando tinham, era o passaporte, um documento que, com o aprofundar da “crise”, foi ficando cada vez mais caro e inacessível, pois, segundo os relatos de vários venezuelanos que conheci, o governo venezuelano tinha preocupação com uma saída massiva de pessoas no início da crise e passou a não emitir livremente passaportes e documentos comprobatórios de estudos universitários, como uma maneira de manter as pessoas no país.

Acompanhando de forma mais próxima o cotidiano de alguns venezuelanos indígenas e não indígenas, percebi que a informação sobre o que se podia e não se podia fazer ao optar por uma das modalidades, era muito confusa. Ouvi Adrian, venezuelano que vivia em um centro de acolhimento, dizer que iria trocar o pedido de refúgio para a solicitação de residência porque queria visitar a mãe na Venezuela e com a solicitação de refúgio não poderia fazê-lo. Ouvi Sandra, desse mesmo espaço, dizendo que iria trocar a escolha, porque ouviu dizer que caso conseguisse um emprego, para ter sua carteira de trabalho assinada, não poderia ser solicitante de refúgio¹⁰².

¹⁰¹ Com a nova lei de migração (Lei n.º 13.445/2017), passam a existir mais canais de regularização migratória, como a autorização de residência e a acolhida humanitária, a fim de contemplar as pessoas que precisam se deslocar, mas não são refugiadas. Outro direito que se garante na nova lei é que o impedimento de ingresso ocorrerá apenas após entrevista individual e mediante a garantia de que esse não se dá por razão de religião, raça, grupo social ou opinião política. Tais razões de perseguição fariam do indivíduo. Além das já citadas, a partir de fevereiro de 2017, a Resolução Normativa 125 do Conselho Nacional de Imigração garante residência temporária para os cidadãos de países fronteiriços não signatários do Acordo de Residência do MERCOSUL, o que garante a possibilidade de solicitar residência pelas pessoas venezuelanas, uma vez que Venezuela não mais fazia parte do MERCOSUL

¹⁰² Em determinado momento vi esse tipo de informação ser passada por uma ONG que trabalhava dentro de um abrigo para um rapaz que havia sido selecionado. Porém, a Lei de Refúgio nº 9474/1997 garante pleno acesso a documentação, trabalho formal e serviços públicos, direitos também garantidos na Nova Lei de Migração, Lei nº13455/2017. Portanto, ambos podem obter a carteira de trabalho e trabalhar formalmente. Sobre a situação da viagem, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiados podem viajar, mas devem informar ao CONARE ao sair do país.

As informações desencontradas e não oficiais sobre as possibilidades de futuro na opção pelo refúgio ou pela residência, eram motivos para planejar uma troca de opção. Entre meus interlocutores, pouquíssimos tinham entendimento mais profundo sobre o que significava ser refugiado ou ser migrante. A impressão que tive, no tempo em que trabalhei no âmbito da Operação, era que apesar das explicações, dos cartazes e conversas sobre o tema, os venezuelanos não tinham se apropriado das categorias e, um dos fatores mais importantes para a decisão entre refúgio ou residência, eram os documentos cobrados para cada opção, sem maiores reflexões sobre as motivações do deslocamento¹⁰³.

Em uma entrevista que conduzi com meu colega Carlos, um jovem desenhista, ele me contou que se considerava refugiado, como todos os outros venezuelanos que ali estavam. Quando o indaguei sobre qual documento ele tinha, ele me disse que veio com a ideia de solicitar residência, mas quando chegou, ouviu dizer por venezuelanos que estavam em Pacaraima, que com o refúgio ele garantia que pudesse ficar mais tempo no Brasil, e então optou pela solicitação de refúgio. Em seguida ele me contou que faria a troca da opção, pois *el refugio tiene sus beneficios, pero tiene su desventaja también* e me contou que para abrir conta de banco, fazer contrato de aluguel ou entrar na universidade, era necessário o documento de residência; informações que não procedem¹⁰⁴. A partir desses relatos, assim como na situação descrita na etapa anterior, é possível perceber como os rumores tinham um importante papel nesse contexto: no vácuo da comunicação, ou nas brechas das informações eles se proliferavam.

Assim como entre os refugiados e migrantes e entre os acadêmicos, durante o campo, ouvi mais de uma vez, de diversos interlocutores sobre uma disputa entre OIM e ACNUR a respeito dos termos refúgio e migração. Em uma entrevista com uma ex-trabalhadora da OIM que no momento do contato acabara de ser contratada por outra instituição que também lidava com a questão venezuelana, me explicou que para a OIM todos eram considerados migrantes, mesmo os refugiados. Conversando com Ingrid, uma colaboradora do ACNUR na época, ela me contou que a agência reforça que a questão da proteção internacional e dos acordos assumidos pelos Estados quando recebem refugiados, são de suma importância e por isso, advogam para diferenciar ambos os status numa tentativa de não banalizar o instrumento do refúgio.

¹⁰³ Em campo encontrei apenas um caso de uma mulher que, devido a condições de proteção específicas e por confiar no princípio de não *refoulement*, decidiu informadamente pela solicitação de refúgio.

¹⁰⁴ para mais informações sobre o tema de abertura de contas etc, acessar: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/cartilha-BC_vers%C3%A3o-digital_portugu%C3%AAs_.pdf

Falar da diferença entre refúgio e migração depende muito do contexto do país que acolhe. Enquanto no Brasil os mandatos do ACNUR e OIM pareciam se sobrepor e, para resolver a questão de nomenclaturas, foi convencionado o uso de “refugiados e migrantes” para as falas institucionais, em outros países a diferença entre os dois vocábulos, que aqui são apenas formas distintas de regulamentação migratória que garantem direitos muito similares, são decisivos para as possibilidades do indivíduo no novo país.

Mesclar as duas categorias num país como o Brasil e em um contexto como o da migração venezuelana era possível, pois os direitos que um solicitante de refúgio ou um refugiado tinham, no Brasil, eram muito similares. Em países com legislação mais hostil em relação aos refugiados, como, por exemplo, nos EUA a situação era distinta, como no caso onde crianças refugiadas, por não ter direito a advogados, acabavam representando a si mesmas nos tribunais (KIND, 2018). Outro caso emblemático da diferença de tratamento dada a refugiados e migrantes é o caso do Panamá, onde, segundo o relatório *World Refugee Survey* de 2008¹⁰⁵, solicitantes do reconhecimento da condição de refúgio não podiam trabalhar, mas o faziam informalmente, e refugiados reconhecidos podiam solicitar uma permissão de trabalho que durava um ano quando obtida, mas o processo demorava cerca de 9 a 11 meses. Apesar das duras regras para refugiados, o Panamá, desde o início dos anos 2000, vinha se consolidando como um hub para empresas multinacionais, devido sua estratégica posição geográfica e pelo Canal do Panamá, chegando a registrar entre 2019 e 2020 a chegada de mais 58 empresas multinacionais¹⁰⁶ no país. Segundo Schlemmer (2016), nesse processo de desenvolvimento econômico no Panamá, a quantidade de migrantes com perfil de permanentes no país¹⁰⁷ cresceu 60%, entre 2010 e 2014, e o número de refugiados não compõe essas estatísticas. Enquanto o Panamá estava de portas abertas para migrantes qualificados e suas multinacionais, que garantiram a visibilidade do país no âmbito econômico mundial, os refugiados têm explícito pela legislação do país condições ainda mais precárias de estabelecer-se.

Voltando ao contexto brasileiro, apesar da diferença de exigências para cada forma de regularização do status de deslocamento e dos debates conceituais sobre a questão, os dados mostram que havia certo equilíbrio entre o número de solicitações de refúgio e de residência temporária. Segundo dados de 30 de novembro de 2019, disponíveis na plataforma R4V, o

¹⁰⁵ disponível em <https://www.refworld.org/publisher.USCRI.ANNUALREPORT.PAN.485f50cac.0.html>

¹⁰⁶ segundo informação do site

https://centralamericadata.com/en/tsearch?q=Multinational+Corporations&q1=mattersInCountry_en_le%3A%22Panama%22 acessado em 11.04.2021

¹⁰⁷ O autor considerou aqueles que estavam com documentos para ficar mais de dois anos no país.

número de solicitações de refúgio por venezuelanos e venezuelanas, no Brasil, foi de 129.988, enquanto há 123.507 venezuelanos e venezuelanas com visto temporário ou definitivo de residência no Brasil¹⁰⁸, totalizando 253.495 venezuelanos vivendo no Brasil. Importante salientar que, embora as categorias estivessem em disputa em diversos âmbitos, o serviço prestado a refugiados e migrantes não se difere e, talvez por conta disso, a experiência no Brasil não seja tão diferente.

Como discutido na etapa anterior, em Roraima, *venezuelanos* representam essa massa amorfa de sujeitos que, sendo migrante ou refugiado, vão sofrer igual discriminação. Vindos da Venezuela, os que se deslocam para o Brasil realizam o mesmo percurso, no mesmo tipo de transporte, estão expostos igualmente a riscos de violações de direitos, e muitas vezes estão indocumentados, seja qual for o motivo que os leve a sair do país. Portanto, em um contexto no qual o que diferencia refugiados e migrantes são suas motivações para deslocar-se ou às vezes apenas os documentos que têm para fazer as solicitações, esse fluxo é reconhecido pelo Estado Brasileiro e pelas agências da ONU como um fluxo misto. Por isso, para se referir aos venezuelanos em deslocamento para o Brasil, quando não evocado o adjetivo pátrio, foi feito, entre instituições na Operação, um acordo de que passariam a referir-se aos deslocados como ‘refugiados e migrantes’, sendo esse um jeito de não diferenciá-los de acordo com seu status de deslocamento, entendendo que todos eles precisam de proteção.

Refúgio e migração são categorias de classificação de deslocamentos, produzidas pelo Estado (como bem aponta Facundo Navia - 2017), que carregam consigo uma série de implicações, a depender do conjunto legal que as ampara. Em outras palavras, essas categorias têm sentidos diferentes de acordo com a legislação do país de acolhida desses sujeitos. No Brasil, onde a legislação permite acessos similares de refugiados e migrantes às políticas públicas, pode parecer que não há motivo para diferenciá-las. No contexto desse caminho que estamos trilhando, eventualmente, alguns sujeitos que entram no Brasil transitam entre essas categorias legalmente e, por vezes, se reconhecem simultaneamente pelas duas. Vemos que há alguma porosidade entre ambas. Mas para nós (eu, e o/a leitor/a) que estamos fazendo uma análise social do deslocamento venezuelano no estado de Roraima, não podemos esquecer que o que está em jogo nessas formas classificatórias são relações de poder e que a forma como são manipuladas nesse caminho, não necessariamente se impõe em qualquer outro país. Trazer as categorias de forma desavisada, pode reforçar formas classificatórias que subalternizam. Por isso, a escolha de utilizarmos, também aqui, refugiados e migrantes como uma locução.

¹⁰⁸ Disponível em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509> - acessado dia 30/05/2020.

Terminada essa pequena pausa para reflexão sobre processos classificatórios (que será retomada na conclusão), após fazer a escolha entre azul e vermelho, e depois de ser orientado pelos militares que estão na porta sobre a sequência de oficinas, os solicitantes eram encaminhados para o espaço de espera do PTRIG. Todas as vezes que estive no PTRIG, e não foram poucas, o lugar sempre estava bastante movimentado. Para as crianças, a espera podia ser mais aprazível, pois podiam esperar no Espaço Amigável, gerido pelo UNICEF e uma ONG parceira deles. O espaço contava com escorregador, minicama elástica, vários blocos de empilhar e alguns outros brinquedos. O Coronel Base 2 contou que estavam querendo aumentar o espaço, incorporando um local para as crianças maiores jogarem bola e, enquanto ele falava, se aproximou o Coronel PTRIG. Quem estava cuidando do local na visita que fiz era uma voluntária¹⁰⁹ que comentou que, para as crianças maiores, o espaço não era tão interessante, enquanto conversava amigavelmente com os coronéis sobre colocar uma TV no espaço. As crianças entravam, brincavam, saiam do local da brincadeira para falar com suas famílias, e retornavam a brincar, protagonizando um fluxo contínuo na porta do espaço. À direita do Espaço Amigável estava outro posto da Cruz Vermelha, com o mesmo cartaz do *TELECOM Sans Frontière*, onde ofertavam os mesmos serviços que ofereciam no PRI.

Segundo o Coronel PTRIG, o processo todo demorava entre três a quatro horas, mas pela dificuldade de acessar um bom sinal de internet em Pacaraima, poderia demorar até dois dias. O local de espera era um grande corredor, cercado pelos dois lados por salas das instituições que ali trabalhavam com regularização migratória e proteção. Além desse PTRIG, havia outro PTRIG em Boa Vista, que contava com mais serviços. Lá trabalhavam no abrigo, regularização migratória, interiorização¹¹⁰ e também era possível tirar a carteira de trabalho, uma vez que contavam com a presença do Ministério do Trabalho nas dependências do posto. Apesar da similaridade entre os dois PTRIG, o acesso não acontecia da mesma forma em Boa Vista e em Pacaraima. Para muitos serviços em Boa Vista eram necessários encaminhamentos prévios, ou *citas*. Segundo me contou Pâmela, colaboradora da UNFPA, para fazer a solicitação de refúgio, por exemplo, era necessário fazer a pré-

¹⁰⁹ que impedida de voltar à sua cidade natal (Santa Elena de Uairén) pelo fechamento da fronteira, acabou parando no mesmo quarto em que eu fui alojada na base.

¹¹⁰ Quando comecei a pesquisa de campo, o PTRIG de Boa Vista era o único que tinha acesso ao programa de interiorização, mas ao fim do meu tempo em Roraima, ao final de 2019, já se havia instalado uma nova sala no espaço, gerida pelo exército, onde era possível dar entrada no processo. O posto passou a se chamar PITRIG - Posto de Interiorização e Triagem.

documentação em dias anteriores, com uma das organizações da sociedade civil em seus respectivos escritórios, que não ficavam no PTRIG de Boa Vista.

Continuando a visita ao PTRIG de Pacaraima, o Coronel Base contou que existiam dois fluxos de atendimento, de acordo com as cores das pulseiras que haviam recebido: os daqueles que solicitavam o status de refugiado e os que optavam pela residência temporária. O primeiro destino dos que optaram pela residência temporária era a sala da OIM e os que solicitavam refúgio se encaminhavam para a sala do ACNUR. Nessas salas, as pessoas atendidas recebiam uma sessão de orientação sobre a forma de regulamentação migratória que optaram e preenchiam os formulários de suas opções com apoio dos funcionários das respectivas organizações internacionais.¹¹¹

Ao terminar esta etapa, que era chamada de pré-documentação pelos trabalhadores humanitários, o solicitante se encaminhava para a sala da Polícia Federal, onde fazia a emissão do documento de regularização de deslocamento (solicitação de refúgio ou residência temporária) e o cadastro biométrico. O Coronel Base disse que ali eles também faziam pesquisa de antecedentes criminais, mas que poucas vezes retornavam resultados, já que era a primeira entrada documentada de grande parte dos atendidos. Após passar pela PF, seguiam para a sala da Receita Federal onde retiravam o documento do CPF e, por fim, se encaminhavam para uma sala de registro do ACNUR, que o Coronel chamou de ACNUR Controle, onde era feito o cadastro, no sistema do ACNUR, de todos que haviam passado pelos fluxos do posto, independentemente de ser solicitante de refúgio ou optante pela residência temporária.

Os solicitantes que desejassem, ou os encaminhados, podiam também acessar as salas do Ministério da Cidadania e do UNFPA, onde havia uma triagem social. Na sala do Ministério da Cidadania, o solicitante encontrava atendimento socioassistencial, podendo gerar encaminhamentos para a rede socioassistencial local. O UNFPA¹¹², dentro de sua atuação no PTRIG, realizava atendimentos de casos de maior vulnerabilidade e fornecia um espaço de apoio para:

mulheres, jovens, indígenas, pessoas LGBTI, lactantes, mulheres grávidas, pessoas vivendo com HIV, idosas e com deficiência.

Ademais, o UNFPA também oferece apoio psicossocial, e distribui preservativos femininos e masculinos para fortalecimento da saúde sexual.

¹¹¹ O ACNUR, nesse posto, operava nas frentes de 1. acesso à informação, quando falavam sobre direito trabalhista, conscientização sobre a importância de cada documentação que precisariam ter no país e outros; 2. cadastro de todos que passavam pelo posto e 3. identificação e encaminhamento de casos de pessoas em maior vulnerabilidade. A OIM também trabalhava disseminando informações no sentido de prevenir exploração laboral e tráfico de pessoas e facilitava o acesso à residência temporária.

¹¹² Outra agência da ONU que trabalha mais especificamente com saúde sexual e reprodutiva, atuando diretamente com a prevenção da violência baseada em gênero.

Também entrega o chamado “kit-dignidade”, que consiste em um kit composto por itens de primeira necessidade, como higiene básica (BAÚ, 2019, p.49).

Nesses espaços, pessoas com necessidades específicas, como LGBTIs e pessoas em situação de violência, podiam contar com o apoio e encaminhamento de suas demandas. Ao terminar de caminhar entre essas salas, perguntei ao Coronel Base 2 o que fazia a Força Nacional¹¹³, já que havia identificado sua presença em diferentes instalações da Operação, mas não entendia suas funções. Ele me respondeu que trabalhavam ali apoiando a Polícia Federal, desenvolvendo um trabalho burocrático. Em alguns momentos, os vi fazendo rondas na cidade, mas não tive a oportunidade de conversar de forma mais próxima com nenhum membro da Força Nacional. Eles eram vistos, por diferentes militares com quem conversei, como os que melhor recebiam na Operação, pois ganhavam por diárias e não um adicional “pequeno” ao salário, como, certa feita me contou o Sargento Alex, era o caso dos militares.

No posto, não havia ninguém armado. Os únicos que poderiam estar armados eram a Polícia Federal porque, segundo o Coronel Base 2, era lei, além de nove militares que faziam a segurança da base. Esses últimos, quando estavam trabalhando no fluxo de atendimento, na entrada, com orientações ou na *guardería*, não portavam armas. Apesar de realmente não portarem armas durante o trabalho diretamente com os venezuelanos, no dia do conflito na fronteira narrado na etapa passada, vi um grupo grande de militares armados se encaminhando até a porta do PTRIG, que ficava bem perto da fronteira. As armas não estavam visíveis e nem posicionadas na farda, mas de algum modo estavam presentes.

Nos dias que dedicaram para tirar a documentação, Hugo e Rafael tinham ainda uns poucos reais para pagar suas estadias na cidade de Pacaraima. Dormiram em um hotel, o que não era a realidade da maior parte das pessoas que chegavam da Venezuela e passavam pelo fluxo de documentação. Apesar de haver um alojamento para pessoas em situação de maior vulnerabilidade, o BV8, que leva o mesmo nome do conhecido marco da fronteira, não tinha espaço suficiente para todos. Muitas pessoas dormiam na porta do PTRIG, num canteiro com pouca grama, esperando o dia seguinte. Vários outros dormiam na rodoviária da cidade, e tantos outros em espaços alternativos.

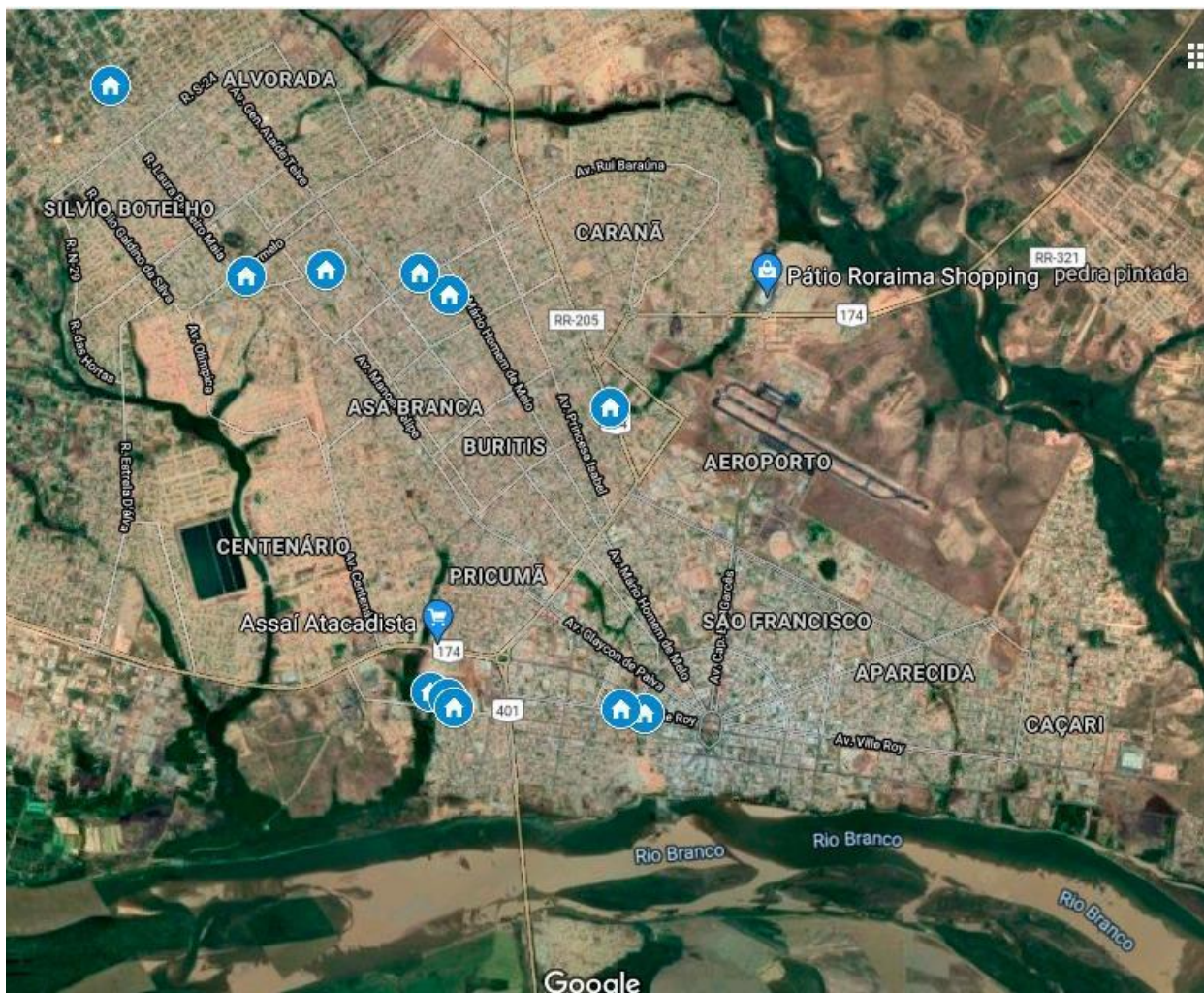
Frequentemente o Exército, acompanhado de alguém da OIM, fazia uma ronda pela cidade à noite, para tentar levar para o BV8 outras pessoas que estivessem em situação de rua e em maior vulnerabilidade. Apesar do esforço, o Coronel Base 2 me disse que não era sempre

¹¹³ Para entender melhor como é composta essa força, acessar: <https://www.camara.leg.br/noticias/558285-proposta-permite-que-guardas-municipais-integrem-a-forca-nacional-de-seguranca-publica/>

que eles conseguiam acolher todos e que era difícil ver os venezuelanos naquelas condições. Durante muito tempo, essas rondas na madrugada eram comuns e, durante elas, aproveitavam para fazer a contagem do pessoal em situação de rua, enquanto dormiam. Esses que estavam em situação de rua, fosse durante a documentação ou em situação prolongada para além dos trâmites burocráticos, tinham a opção de tomar café da manhã no espaço da Paróquia do Padre Jesus, que antes das cinco da manhã começava a distribuir um pão e leite com achocolatado ou café para aqueles que quisessem.

Terminando a jornada da documentação, Hugo e Rafael tinham todos os documentos necessários para seguir viagem, faltando apenas a carteira de trabalho, que foram informados que poderiam tirar em Boa Vista. Os dois embarcaram em um ônibus disponibilizado pelo Exército que fazia o trajeto de Pacaraima até Boa Vista. Algumas pessoas estavam sendo encaminhadas para os abrigos da capital, dado o grau de vulnerabilidade que estavam por estar próximas à fronteira e sem abrigo, outras pegaram uma carona para não precisar pagar o trajeto e desceram na rodoviária. Alguns dias depois da partida dos dois, após uma entrevista com o Coronel Interiorização, encontrei Rafael e Hugo no PTRIG de Boa Vista, quando foram tirar carteira de trabalho e buscar informações sobre interiorização.

Trecho V: Donde vivir?



Rafael e Hugo foram direcionados pela equipe do PTRIG de Pacaraima para um dos abrigos geridos pela Operação Acolhida. Ao chegarem a Boa Vista, a bordo do ônibus do exército, havia alguns destinos possíveis: um dos 11 abrigos¹¹⁴, desde que já organizada a estadia através das equipes de proteção do ACNUR, no PTRIG de Pacaraima; o Centro de Acolhimento ao Venezuelano; ou ir para a rodoviária interestadual do município, que servia de apoio para as pessoas que estavam em situação de rua na cidade, e também era, junto com o aeroporto, porta de saída de Boa Vista.

Para os venezuelanos que estavam apenas de passagem pela cidade e em melhores condições financeiras, havia a possibilidade de ficar em hotéis com diárias a partir de 50 reais. Em duas ocasiões, precisei passar alguns dias hospedada em hotéis e, em ambas, encontrei alguns venezuelanos ocupando vários dos outros quartos. Alguns estavam na cidade para fazer compras e iam até Boa Vista com seus carros, que em seus tamanhos e modelos¹¹⁵ muito destoavam dos carros locais. Outros estavam provisoriamente nos estabelecimentos antes de seguirem para o aeroporto ou até buscar uma solução de moradia mais sustentável.

Dentre os que desejavam ficar instalados em Boa Vista, quando conheciam alguém que mora na cidade diziam poder recorrer a eles, ou ainda que seria possível alugar um espaço para viver. Sobre as casas alugadas na cidade, Franco de Lima (2019) diz:

A maioria dos migrantes vivem em apartamentos térreos tipo *kitnet* nas chamadas *vilas* ou *estâncias*, que são imóveis com vários apartamentos alinhados nos limites laterais do terreno, um após outro. O grau de insalubridade é alto, pois os tetos são, em geral, de telhas de fibrocimento sem forração interna. Como as temperaturas locais mantêm uma média anual entre 35 a 40 graus no cerrado roraimense, aqui conhecido como *lavrado*, o ambiente da moradia se assemelha a uma estufa. O aluguel é pago com trabalho formal ou informal. (s/p)

O trecho de Franco descreve a forma de habitação de várias pessoas que viviam em Boa Vista, não apenas de venezuelanos. As quitinetes nas vilas eram uma forma menos burocrática e mais barata de se viver na cidade. O aluguel em Roraima foi subindo com o passar dos anos de existência da capital, decorrente de um processo de gentrificação (SMITH, 2006¹¹⁶). Na

¹¹⁴ No momento da chegada de ambos havia onze abrigos, no segundo semestre de 2019, um abrigo que não fazia parte da operação se integrou a ela, totalizando então, ao fim de 2019, 12 abrigos da Operação em Boa Vista. Em 2020/2021 a configuração mudou mais vezes do que pude acompanhar.

¹¹⁵ Segundo essa matéria de 2018 (<https://www.noticiasautomotivas.com.br/venezuela-como-funciona-o-mercado-de-automoveis/>), os preços de carros na Venezuela são mais baixos que no Brasil e era comum encontrar carros de luxo com placas do país vizinho, circulando em Boa Vista.

¹¹⁶ A gentrificação, para Smith, compreende o processo de substituição dos operários pela classe média estudados por Ruth Glass (1964, *apud* SMITH, 2006), mas também a lógica de transformação do cenário/paisagem das cidades para algo mais "palatável" para a classe média que busca uma estética higienista nos espaços onde vai ocupar.

época que me mudei para Roraima, para morar em bairros mais próximos ao centro da cidade ou com mais facilidade na mobilidade, era necessário pagar mais de um salário mínimo se estivesse buscando um espaço sem outras casas no quintal. As vilas viraram uma alternativa possível aos aluguéis de casas que ocupam sozinhas um terreno, pois além de serem mais baratas, normalmente eram negociadas diretamente com o proprietário, o que pode diminuir a burocracia do processo de aluguel¹¹⁷ Assim como Brasília e Palmas, Boa Vista também foi uma cidade planejada e a segregação espacial é bastante visível (DOYLE, 1996).

Durante o tempo que morei em Roraima, eu e uma série de outros colegas de trabalho de ONGs e/ou da ONU, estudantes que vieram do interior do estado ou mesmo de outros países, também moravam nesse mesmo arranjo, segundo Yolanda, pelas facilidades supracitadas e pela questão da segurança. Com a intensificação do fluxo venezuelano por Roraima, o discurso da violência trazida e praticada pelos venezuelanos¹¹⁸ ressoava em quase todas as conversas com moradores locais. Em conversa com o dono de um dos lugares que morei, ele me contou que, em 2018, desembolsou uma alta quantia e instalou um circuito de câmeras, portão elétrico e cerca elétrica na casa que vivia.

Passei a observar que as vilas com casas mais caras, que chegavam a custar mais do que arranjos de moradia mais privativos, tinham circuitos completos de segurança, e que essas características eram destacadas nos anúncios de aluguel junto com o número de banheiros e quartos. As vilas entravam na lógica de condomínios fechados, pouco comuns na capital roraimense atualmente. Morar numa vila, pagando mais caro que em casas solitárias e com megas sistemas de segurança, lembra o cercamento defensivo em áreas de grande violência urbana observado por Moura (2012), mas aqui em menor escala. Morar nessas vilas fazia da experiência de morar em casas, numa cidade tão horizontal como Boa Vista, mais seguro¹¹⁹.

Aqueles que não tinham como recorrer a amigos em Boa Vista, não conseguiam alugar um espaço, não tinham condições de ficar em um hotel ou pensionato e não conseguiam ser alocados em abrigos; esgotadas as opções de abrigo, não era raro que acabassem desabrigados. Segundo o relatório chamado “Estimativa do Número de Refugiados e Migrantes Venezuelanos Desabrigados em Boa Vista”, de junho de 2020, produzido pela OIM e Operação Acolhida, existiam as seguintes subdivisões/categorias, entre pessoas desabrigadas:

¹¹⁷ Conseguir um fiador pode ser um dos entraves encontrados pelo locatário nacional, sendo ainda mais complexo no caso de um migrante ou refugiado.

¹¹⁸ disponível em <https://folhaby.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-sofre-com-o-aumento-de-crimes-cometidos-por-imigrantes/54433>

¹¹⁹ Perto do meu endereço em Boa Vista, havia também uma vila com quatro ou cinco casas que era ocupada apenas por haitianos, transformando aquele espaço em uma comunidade *a la* Anderson (2008), onde reproduziam um espaço de seu local de origem, uma vez que tocavam apenas músicas haitianas, e se comunicavam apenas em creole, entre eles.

Ocupações Espontâneas: espaços edificados devolutos, frequentemente inacabados, de propriedade pública ou privada, ocupados espontaneamente.

Espaços cedidos: espaços edificados de propriedade privada, cedidos temporariamente pelos proprietários à população desabrigada para estadia por tempo limitado ou indeterminado.

Rodoviária/Área de pernoite: área de acolhimento com capacidade até 900 pessoas, estabelecida pela Operação Acolhida, sob a gestão das Forças Armadas Brasileiras, oferecendo a possibilidade de estadia diária e serviços de alimentação, assistência direta e proteção a refugiados e migrantes.

Rua: via pública, ou seja, pessoas que moram fora de abrigos oficiais ou dos outros tipos de local acima mencionados.

No relatório produzido pela OIM, rua seria a categoria que abrangeria as pessoas que não estivessem abarcadas por nenhuma das outras formas de “desabrigamento”: a rua, nesses relatórios, era a categoria utilizada para os espaços que não estavam representados pelos espaços cedidos, ocupações espontâneas e rodoviária, o que contribui para um número baixo de pessoas consideradas em situação de rua, se a fonte utilizada fossem os dados de relatórios como esses. No contexto da Operação, abrigado e desabrigado, seriam categorias de oposição marcadas por um menor ou maior grau de apoio institucional. Embora todos os venezuelanos estivessem em necessidade, em busca de proteção do Estado e uma operação tivesse sido montada como forma de promover essa proteção, ficavam desabrigadas pessoas que não eram tão vulneráveis quanto os que estavam abrigados, ou ainda que haviam sido expulsos de um abrigo e, portanto, perderam a chance de abrigar-se, ao infringir regras do Ministério da Cidadania, segundo Marta, uma colaboradora de uma das instituições que trabalhava de forma mais próxima com pessoas desabrigadas, em Boa Vista¹²⁰.

Em entrevista com Marta, ela me contou que os sete espaços cedidos existentes em julho de 2020, em algum momento, foram ocupações espontâneas. O começo de uma ocupação espontânea acontecia pela vulnerabilidade em que se encontravam os grupos que chegavam em Roraima que, ao se depararem com prédios sem uso e com a falta de opções para se instalarem, encontravam nesses espaços a possibilidade de construir suas vidas e cultivar o que Marta chamou de “*laços de amizade, de cumplicidade*”. O crescimento populacional das comunidades das ocupações e espaços cedidos acontecia na medida em que chegavam novos familiares ou outras pessoas conhecidas que precisavam de um lugar para ficar, numa perspectiva relacional, tal qual relata Damatta (1997) que explica ver a sociedade brasileira como um sistema

¹²⁰ Dentro das ocupações atuavam: ACNUR, OIM, ADRA, Exército da Salvação, SJMR, Cáritas, MSF e eventualmente o FT Log Humanitário.

relacional, “um sistema onde o básico, o valor fundamental é relacionar, juntar, confundir, conciliar” (p.108) e no final desse mesmo parágrafo ainda complementa: “jamais excluir”.

As ocupações espontâneas e os espaços cedidos recebiam menor apoio das instituições que trabalham vinculadas à Operação, o apoio pontual era oferecido por meio de cestas básicas ou alimento já preparado e por meio da distribuição de itens não alimentícios, tais quais kits de higiene e materiais de limpeza. Entre esses espaços dos “desabrigados”, o que recebia maior apoio era o *Ka’Ubanoko*. O *Ka’Ubanoko*, “nosso dormitório” em Warao, surgiu a partir da demanda daqueles que não conseguiram vagas no abrigo indígena de Boa Vista, o Pintolândia¹²¹, e também daqueles que haviam sido expulsos dos abrigos, principalmente dos abrigos indígenas. As pessoas que deram início a essa ocupação, começaram a viver embaixo das árvores em frente ao antigo Clube do Servidor, que era um prédio abandonado da SETRABES, e aos poucos foram adentrando no espaço. Desde que fora ocupado, uma série de rumores sobre uma possível desocupação do local circulavam pela Operação. Resistindo a realocações e sem propostas que atendessem às necessidades daquela população, em julho de 2020, 1 ano e meio depois do início dessa ocupação, havia cerca de 850 pessoas vivendo lá, dos quais 340 indígenas (a maioria Warao, mas também havia Eñepa e uma família de Kariña) e o restante eram não indígenas¹²²¹²³.

Os indígenas eram divididos em cinco grupos representados pelas suas lideranças (4 *aidamo* para os Warao e 1 *ijan* para os Eñepa), com duas lideranças gerais, sendo um Eñepa e um Warao. Os não indígenas também se organizaram para ter uma representação entre os líderes. Essas lideranças eram responsáveis por representar os grupos perante as instituições na comunicação, ao fazer tradução de processos, gerir os grupos, gerir o espaço da ocupação (que era conhecida como autogestão), manter os censos atualizados, administrar conflitos, articular com instituições que trabalham com a proteção dos indivíduos e apoiar as distribuições de artigos. Marta contou que eles realizavam um “apoio mais direto”, atuando inclusive na gestão de casos de proteção social. Ela contou ainda que, quando as decisões eram mais complexas e não tão bem aceitas pelo grupo, era comum que os líderes chamassem as instituições que trabalhavam mais diretamente com o *Ka’Ubanoko* para validarem suas decisões, como uma forma de não assumir os ônus de decisões, como expulsar alguém da ocupação, o que podia colocar os próprios líderes em situação de risco perante os outros ocupantes do espaço.

¹²¹ Em 2019 era o único abrigo indígena da cidade.

¹²² Em janeiro de 2021, o espaço fora esvaziado. Uma parte das pessoas foi para abrigos, alguns dos não indígenas foram interiorizados, mas, ainda no primeiro quadrimestre de 2021, alguns dos indígenas conseguiram fazer uma “vakinha” para comprar uma terra no município Cantá - RR.

¹²³ Para mais informações sobre o *Ka’Ubanoko*, é possível segui-los no facebook em <https://www.facebook.com/Ka-Ubanoko-Boa-vista-114144060293463/>

O Ka'Ubanoko era a maior ocupação espontânea que havia em Roraima no mês de julho de 2020. O apoio das instituições foi acontecendo de forma paulatina, mas, mesmo com uma maior presença institucional, os moradores do espaço não tinham suas demandas atendidas plenamente. Como forma de justificar a atuação diferenciada na ocupação e nos abrigos, era comum escutar dos meus interlocutores trabalhadores humanitários que *ali não é um abrigo* e que, portanto, não poderiam fazer o mesmo que num espaço institucional. Nesta ocupação, antes da pandemia do COVID-19, a alimentação que recebiam era doada, aos finais de semana, pela Cáritas. Com a pandemia, a ADRA passou a receber apoio de doadores e passou a oferecer alimentação também nos dias de semana. Ali também havia apoio psicossocial e de promoção de saúde pelo MSF. Os serviços ofertados ali não eram necessariamente os mesmos dos outros espaços onde estavam pessoas “desabrigadas” e essa diferença, segundo Marta, se dava pela maior vulnerabilidade¹²⁴ que se encontrava esse grupo, salientando a presença de indígenas, grupo que ela contou estar em maior risco e mais vulnerável¹²⁵.

Houve um trabalho constante das agências da ONU e sociedade civil no processo de convencimento do Estado de que as ações nesses espaços precisavam ser organizadas e comunicadas, mas não necessariamente isso era cumprido. Em tempos de pandemia, havia um calendário de realocação de todos que estivessem em ocupações, e Marta salientou que essa era a categoria usada no lugar de desocupação, um termo que a Operação Acolhida (que Marta entendia serem as agências das nações unidas, exército e sociedade civil) decidiu não usar por parecer que nenhuma opção era dada para essas pessoas, enquanto *na verdade* havia duas opções possíveis: abrigamento ou interiorização. Marta me contou que havia diferentes motivos para o Estado decidir por uma realocação. Ela citou que já viu espaços serem desocupados porque passariam por uma reforma, uma vez que o Estado precisaria dos prédios, que estavam sem uso antes de serem ocupados, bem como conta que viu realocações acontecendo pelo reconhecimento de que as condições das edificações eram um risco para as pessoas que ali viviam. Quando perguntei para Marta se algum desses planos de reforma que levaram a realocações foram colocados em prática, ela contou que não identificou nenhum caso em que houve prosseguimento.

Marta sentia que as opções entre abrigamento e interiorização não faziam sentido para os que viviam em ocupações, uma vez que muitos não queriam ser interiorizados e tantos outros

¹²⁴ A forma como se maneja o conceito de vulnerabilidade no contexto da Operação é algo que pode ser explorado em pesquisas futuras. Enquanto essa é uma categoria que circula no âmbito do Estado, na Política Nacional de Assistência Social, ela é manejada por vários interlocutores desatrelada da ideia de risco, conforme é utilizada na PNAS, e muitas vezes aparece como intrínseca ao indivíduo.

¹²⁵ Vulnerabilidade aos riscos, é uma linguagem muito comum à PNAS.

não queriam ir para espaços de abrigamento por entender que era um passo para trás, tanto no quesito autonomia quanto no que concerne à reconstrução das posses. Em ocupações, algumas pessoas possuíam móveis, e nesses espaços estavam “*construindo suas vidas*”. Caso fossem para um abrigo, não poderiam levar a estrutura que haviam conquistado e montado nas ocupações. Como ela me contou, entre os que acabavam tendo como única opção abrigar-se, esgotadas todas as outras opções, *sempre diziam que queriam estar abrigados por pouco tempo*.

Entre os habitantes das ocupações, havia pessoas trabalhando, tanto formal quanto informalmente, e, durante a pandemia, muitos se viram impossibilitados de gerar renda para se manter, fazendo com que outras formas de vulnerabilidade se somassem a esses espaços. Marta relatou que muitas pessoas que viviam em ocupações que foram desmanteladas, passaram a alugar locais para viver de forma coletiva¹²⁶, onde grupos com vínculos de confiança entre si compartilhavam o aluguel de espaços pequenos, para morar o máximo de pessoas que conseguissem.

Entre os motivos para não irem para um abrigo, segundo Marta, estavam as redes de proteção construídas entre as pessoas que viviam nas ocupações. Com o passar do tempo, a partir da convivência, os grupos criavam estruturas conjuntas para enfrentar vulnerabilidades e redes de cuidado *como se estivessem entre família*, dinâmica também observada por Cordeiro (2018) entre *moradores de rua*. Os afetos construídos entre as pessoas que nesses espaços viviam um novo arranjo familiar era um bom exemplo de como, para entender a família, precisamos ir além dos vínculos sanguíneos, como propõe Carsten (2004) ao postular a ideia de *relatedness*, definida por Andrea Lobo (2012) como maneiras “de agir e conceituar as relações entre as pessoas. É vivendo e consumindo juntos, convivendo no mesmo espaço – a casa – que alguém se torna parente” (p. 103).

Ao pensarem em ser realocados para um abrigo, os grupos entendiam que teriam que construir novos vínculos, o que Marta definiu como “redes de proteção”¹²⁷, e uma vez que cada espaço de abrigamento tinha um perfil, não poderiam ir todos juntos para o mesmo local. Marta explicou que para as pessoas pudessem ir para um abrigo de família (que não fosse de homens solteiros, de LGBTI, de mulheres e crianças) deveria ser comprovado documentalmente que eram da mesma família, ou seja, era necessário que os indivíduos tivessem algum grau de

¹²⁶ Os aluguéis coletivos foram um tipo de arranjo, também identificado por Cordeiro (2018) como uma maneira possível de habitação para moradores de rua em Brasília

¹²⁷ Achei curioso Marta chamar esses vínculos de rede de proteção, porque normalmente essa categoria era utilizada no âmbito da acolhida de venezuelanos, como uma forma de falar da interligação entre diferentes instituições que trabalhavam na proteção social. Para Marta, esses vínculos eram tão ou mais importantes que a rede de proteção institucional.

parentesco entre eles, e nesse sentido, o parentesco seria comprovado pela consanguinidade. Por causa desse receio de se separarem, contou-me Marta que, mesmo depois de incidentes mais complicados como vazamento de água cinza no espaço onde dormiam no Ka'Ubanoko, quando receberam a opção de irem para um abrigo, tanto indígenas quanto não indígenas escolheram não ser abrigados.

Assim como apontado por Marta, Silva (2018) ao fazer uma análise das políticas de abrigamento em Manaus e Boa Vista, salienta que um dos motivos de “optarem” por não abrigar-se tem a ver com as regras de uso dos abrigos, que segundo descrito por ele eram mantidos e administrados pelo Exército Brasileiro. Há uma série de autores que, ao escreverem sobre abrigamento em Roraima, sinalizavam a questão da militarização do acolhimento como um fator preocupante (SILVA, 2018; VASCONCELOS 2020, MENEZES e RAIMO, 2018; FRANCO DE LIMA, 2019). Essa crítica também reverberava entre os trabalhadores humanitários, mas, com esse último grupo, essa preocupação era sempre estruturada em orações adversativas, em que depois da conjunção, salientava-se como as Forças Armadas tinham capacidade logística e recursos humanos e materiais únicos. Em outra estrutura frasal, Yolanda uma vez disse: “*Sem o exército, não tem nada disso aqui. Você acha que eles [ONU] fariam isso aqui tudo? Jamais*”.

Sobre pessoas dormindo na rua, Marta contou que havia um esforço interagencial para mapear essas pessoas e entender como seria possível apoiá-las nas estruturas já existentes. Quando perguntei sobre o porquê das pessoas estarem na rua e não recebendo o apoio da rodoviária, ela me contou que alguns acham a rodoviária um espaço perigoso e mencionou relatos de venezuelanos que viviam nas ocupações, que se referiam a facções criminosas que aliciavam pessoas, além de roubos, furtos e agressões que ocorreriam naquele local.

Operação Dignidade era o nome do trabalho realizado na rodoviária pelas Forças Armadas em parceria com outras instituições. Lá, eram oferecidas duas refeições por dia, atendimento de proteção, atendimento de saúde, espaço para banho, espaço para lavar roupas e um local para guardar pertences. Esse espaço de apoio era também uma tentativa de centralizar pessoas desabrigadas e tinha o funcionamento similar a um albergue: o pernoite era feito nas barracas cedidas pelo exército, mas durante o dia os migrantes e refugiados não deveriam ficar aglomerados nas proximidades da rodoviária. A existência desse espaço era uma forma de diminuir a tensão com os moradores da cidade que viram, desde 2017, crescer a quantidade de pessoas em situação de rua, o que outrora não era comum¹²⁸.

¹²⁸ O olhar acusatório sobre pessoas na rua vinha de brasileiros, mas também uma vez ouvi Rafael comentar sobre pessoas nessa situação. No início de uma noite, quando eu estava voltando do trabalho, nos encontramos a umas

A rua era a realidade da maior parte dos migrantes e refugiados que estavam no estado em 2017. A praça Simon Bolívar, perto da rodoviária interestadual de Boa Vista, foi onde se concentraram inúmeros venezuelanos e, como forma de coibir a presença deles, a prefeitura fechou a praça para uma reforma (SILVA, 2018) que durou bastante tempo. Quando (re)inauguraram a praça, ela foi cercada e passou a ser fechada durante a noite, para que ninguém pudesse ocupá-la novamente. Com isso, houve uma dispersão dos venezuelanos desabrigados pela cidade, até a criação do ponto de apoio da rodoviária. O fato de terem estado em situação de rua, impactou negativamente a visão dos brasileiros em Roraima sobre os venezuelanos. Cordeiro (2018) explica: “Enquanto um não-transeunte, o morador de rua estaria envolto a diversas interações sociais, afetivas, mas também conflitantes, e estigmatizantes (...) surgem categorias acusatórias, como por exemplo “vagabundos”, “mendigos”, “marginais”, etc.” (p.8). Esse mesmo estigma visto por Cordeiro, direcionado aos moradores de rua em Brasília, recaía sob os venezuelanos em Roraima, sem inserção laboral, dinheiro para continuar os deslocamentos e, lá em 2017, ainda sem apoio do Estado, estar na rua era a única possibilidade para esses indivíduos.

Não foi raro identificar, mesmo em 2019, pessoas que se encontravam abrigadas, mas que tenham passado pela experiência de estar vivendo nas vias públicas, como foi o caso do jovem artista plástico Carlos. Ele veio sozinho da Venezuela para o Brasil, com alguns de seus materiais de trabalho, e dormia numa calçada próximo à uma igreja durante a noite e de dia buscava locais mais movimentados para vender retratos para os transeuntes a preços módicos, para garantir sua alimentação. Poucos dias se passaram e ele foi encontrado por Marina e Virgínia que conseguiram espaço para ele no centro de acolhimento que coordenavam.

Entre os que ficavam em Pacaraima, as possibilidades eram similares: alugar um local para viver quando tinham meios para tal, se hospedar em locais para pernoite na cidade, ou, quando desabrigados, ficar na rua ou em ocupações espontâneas. Em Pacaraima, havia 14 ocupações espontâneas, segundo dados do relatório “Estimativa do Número de Refugiados e Migrantes Venezuelanos Desabrigados em Pacaraima”, produzido também pela OIM junto com a Operação Acolhida, em Junho de 2020. No tempo que estive em campo, tive contato

6 quadras da minha casa e descemos uma das principais ruas da cidade andando (Ataíde Teive,) enquanto ele me contava do curso que estava fazendo na UFRR. Ao chegarmos no cruzamento dessa avenida com a Avenida Venezuela, havia, na esquina, um grupo de venezuelanos conversando animadamente próximo ao semáforo aberto, provavelmente esperando ele fechar para caminharem entre os carros vendendo os objetos e alimentos que portavam. Rafael observando-os me disse que era por atitudes como aquela que os brasileiros pensavam mal dos venezuelanos, reiterando que estavam falando alto e parados na rua, e que essa imagem fazia que os brasileiros pensassem que os venezuelanos fossem malandros, que não estivessem buscando trabalho nem se preocupando em buscar uma vida melhor. Conversamos sobre essa situação por algum tempo, uma vez que eu havia ficado bastante surpresa com o comentário, e ele me explicou que entendia que os brasileiros já pensavam mal dos venezuelanos e que esse tipo de comportamento dava mais elementos para confirmarem esse pensamento.

mais próximo com duas ocupações espontâneas: a da rodoviária e a do CRAS. No terminal rodoviário vazio pela noite, se agrupavam algumas pessoas tentando escapar do frio de Pacaraima, ali não tinha suporte da Operação como em Boa Vista. A ocupação do CRAS, que antes de dezembro de 2019 já havia sido desmontada, era um local onde viviam majoritariamente indígenas Warao que, ao não conseguirem vagas para se abrigarem no Janokoida, ficavam instalados no prédio exatamente em frente à entrada do abrigo, para estarem próximos fisicamente da família e poderem contar, eventualmente, com comida, dinheiro e outras doações de suas famílias abrigadas.

Ainda que frequentemente os abrigos estivessem operando acima de sua capacidade máxima, como me contou Yolanda, ainda havia um alto número de pessoas desabrigadas,¹²⁹ pois, segundo Yolanda, a quantidade de pessoas que chegavam todos os dias pela fronteira era muito superior ao que a Operação estava apta a abrigar. Como muitas pessoas que cruzavam a fronteira pediam por abrigo, a grande demanda exigia um critério de priorização, sendo assim, as pessoas abrigadas eram aquelas em maior vulnerabilidade.

No Brasil, a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) regulamentava o modelo nacional de abrigo, para acolhimento de até 50 pessoas. Por não existirem tantas experiências com grandes abrigos no Brasil, o Ministério da Cidadania agregou algumas normas internacionais de abrigo enquanto modelo complementar, a partir da contribuição de agências da ONU como o ACNUR, que têm experiência com abrigo humanitário em larga escala. Tinham, no contexto da Operação, preferência no abrigo: mulheres grávidas, famílias monoparentais, famílias com crianças menores de 2 anos de idade¹³⁰, pessoas em situação de violência de gênero, pessoas LGBT's e pessoas enfrentando problemas de saúde que precisem de acompanhamento.

Como explicado anteriormente, para ser abrigado em Boa Vista, se não tivesse havido o encaminhamento diretamente de Pacaraima, era necessário ir ao PTRIG no dia designado, para que a equipe de proteção do ACNUR avaliasse se o caso era ou não de maior vulnerabilidade - de acordo com os critérios estabelecidos por lei - e assim decidir se a pessoa e sua família deveriam ser imediatamente alocadas em um dos abrigos. Em janeiro de 2019, o

¹²⁹ Segundo a Newsletter de Junho de 2020 do ACNUR (disponível em <https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Brazil%20Newsletter%20-%20June%202020.pdf>), há no norte do Brasil 6500 pessoas abrigadas pela Operação Acolhida, que está presente em Roraima e Amazonas. De acordo com o relatório da FUNASA de fevereiro de 2020, denominado Operação Acolhida Relatório de Diagnóstico dos Abrigos e Ocupações Espontâneas, havia ao todo abrigadas, em Boa Vista, 5067 pessoas e, em Pacaraima, 599 pessoas, o que resultava em 5666 pessoas abrigadas. Segundo os relatórios supracitados da OIM e Operação Acolhida, há, em Boa Vista, 2375 pessoas desabrigadas, enquanto, em Pacaraima há 1233 pessoas. Somadas as pessoas desabrigadas apenas nos dois municípios, temos o total de 3608 pessoas desabrigadas.

¹³⁰ Em certo momento, eram crianças menores de 6 anos de idade, mas a quantidade de famílias que atendiam esse critério eram muitas, portanto foi estabelecido que seriam crianças menos de dois anos.

atendimento acontecia às segundas para famílias com crianças, às quartas para mulheres e casais sem filhos e às sextas para homens que estivessem sós; e em todos os dias, o público LGBT poderia ir para solicitar abrigo. Os indígenas nessa época não tinham um dia próprio para solicitar e, para os próprios indígenas, era confuso saber quando poderiam se dirigir ao PTRIG para solicitar abrigo¹³¹.

Em 2019, havia 11 abrigos ligados à Operação Acolhida que tinham capacidade para abrigar cerca de 7000 pessoas, segundo me contou Yolanda. Alguns espaços de abrigo já existiam antes da criação da Operação e da chegada das agências da ONU, como explicou Nogueira, escritora que sistematiza experiências da ONG FFHI em contextos de crises humanitárias:

As primeiras medidas centralizadas de acomodar os migrantes foram tomadas apenas no início de 2017, com a criação dos primeiros abrigos em Boa Vista, organizadas pelo governo estadual com auxílio de agentes não governamentais, tais como a ONG Fraternidade - Federação Humanitária Internacional (FFHI), ligada a uma entidade religiosa, e a Fraternidade Sem Fronteiras (RUSEISHVILI, CARVALHO e NOGUEIRA, 2018 - p.60)

A chegada da FFHI se deu em 2016 e, no ano seguinte, foi estabelecida uma parceria entre ACNUR¹³² e a instituição¹³³. Segundo Nogueira (2019), os primeiros missionários da FFHI começaram a apoiar com alimentação, vestuário e atividades para as crianças dos indígenas Warao que estavam acampados na Feira do Passarão. De acordo com Nogueira, a instituição também começou os primeiros contatos com a rede local em busca de apoio para os venezuelanos que se encontravam em situação de vulnerabilidade na cidade e, a partir de seus esforços de articulação,

A Defesa Civil montou o primeiro Centro de Referência ao Imigrante – CRI. Instalou banheiros químicos, duas tendas, um caminhão com uma unidade móvel de saúde – três consultórios, macas, banheiros – em área emprestada pelo Sindicato da Construção Civil. A logística de alimentação, assistência à saúde e distribuição de pertences ficou concentrada naquele local. Daquele 28 de novembro em diante os missionários atenderiam refugiados sete dias por semana, ofertando-lhes almoço diário. (idem, p.235)

¹³¹ No segundo semestre de 2019 acompanhei, a partir de reclamações feitas pelos Warao e Eñepa abrigados sobre o fluxo de abrigo, a criação de um procedimento operacional padrão próprio para esses abrigos que ia ser apresentado pelo ACNUR ao Ministério da Cidadania.

¹³² É mandato do ACNUR o trabalho de abrigo, o que não significa que todos que estão nesses espaços solicitaram refúgio. Há o entendimento de que nesse fluxo misto, todos estão em vulnerabilidade e devem ser avaliados pelas camadas de vulnerabilidade e não pelo seu status de deslocamento

¹³³ Quando Pintolândia foi incorporado aos trabalhos da Operação Acolhida, a ONG brasileira que ali trabalhava se tornou parceira implementadora do ACNUR, o que significa que o ACNUR fortaleceria as possibilidades da ONG, arcando com os gastos de gerir o abrigo para que assim a ONG tivesse a possibilidade de melhorar o serviço que já prestavam para os migrantes e refugiados a partir da compra de materiais, contratação de pessoal e etc.

A chegada das agências da ONU e das Forças Armadas forma um marco na memória daqueles que dizem estar “acompanhando a situação desde o início”, pois foi possível prestar um atendimento de forma mais estruturada, dado também presente na narrativa sobre o abrigo Pintolândia no livro de Nogueira:

O abrigo passou por três fases: dez meses de entrada livre por portões estragados sempre abertos, quando os missionários enfrentavam duras situações. Sem morar ali, criollos vinham fazer refeições, vender drogas e houve roubos, facadas.

Após o acordo com o ACNUR, os portões foram consertados e certo controle teve início, diminuindo bastante os problemas. Um ajudante e um missionário, com troca de turno a cada duas horas, ficavam como guardiões da portaria, que se fechava entre 20h a 6h da manhã. Na terceira fase, chegou o Exército. De plantão 24 horas por dia, tanto o entra e sai quanto o ambiente se apaziguaram.

Nogueira (2019) traz mais um relato sobre a questão da militarização da resposta, salientando o papel de ação do exército brasileiro, na infraestrutura do atendimento aos refugiados e migrantes. Essa ONG ficou conhecida dentro da Operação pelo seu trabalho com as populações indígenas e, por ter sido a primeira a trabalhar com essa população especificamente, passaram a gerir um espaço de abrigamentos de indígenas¹³⁴, o Pintolândia, financiados pelo ACNUR. Além desta, também estava, antes da chegada das agências da ONU e Forças Armadas, a ONG Fraternidade Sem Fronteiras gerindo um espaço de acolhimento, espaço esse que só foi formalmente integrado à Operação e passou a ter apoio do ACNUR, em 2020.

Além destes dois, a Operação geria, em Boa Vista, os abrigos: Latif Salomão, Tancredo Neves, Nova Canaã, Jardim Floresta, São Vicente, Rondon 1, Rondon 2 e Rondon 3 e Santa Tereza. Os abrigos todos tinham nomes de bairros, exceto os Rondons. Já em Pacaraima havia apenas dois espaços: o abrigo Janokoida e o BV8 que é uma casa de passagem. Existiam também, em Boa Vista, geridos pelo Estado com apoio de algumas ONGs: uma casa de apoio para mulheres em situação de risco, um abrigo masculino e uma casa para crianças desacompanhadas. Havia também duas casas lares, uma em Boa Vista e uma em Pacaraima.

Além da FFHI, foram gestores humanitários¹³⁵, até 2019, a AVSI Brasil (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional-Brasil, associado à Fundação AVSI da Itália) e o

¹³⁴No início de 2021, com a criação de novos abrigos, a FFHI passou a gerir quatro abrigos voltados para a população indígena.

¹³⁵ Forma institucional do exército chamar os gestores que vinham das ONGs, para demarcar que havia uma gestão do exército e a gestão humanitária das ONGs

NRC (Conselho Norueguês para Refugiados)¹³⁶ que, diferentemente da FFHI, já tinham experiência gerindo abrigos para refugiados e migrantes em outros países. Em fevereiro de 2019, o exército também fazia a gestão humanitária de alguns abrigos, mas foram substituídos nessa tarefa, pelas ONGs que ali já trabalhavam. Posteriormente, o Centro de Acolhimento ao Venezuelano, conhecido na Operação como Hélio Campos, gerido pela Fraternidade Sem Fronteiras, também virou abrigo da Operação.

‘Os abrigos são espaços temporários’, e essa pequena frase era repetida com frequência por trabalhadores humanitários de diversas instituições. Eles salientavam como era necessário encontrar uma estratégia de saída desses espaços. Segundo Yolanda, que eventualmente se autointitulava trabalhadora humanitária, “o espaço de um abrigo não é o ideal, ele existe para dar uma resposta a uma demanda emergencial, e deve ser visto como meio para garantir o atendimento das necessidades básicas do indivíduo para que, a partir do momento que o indivíduo sai da situação de vulnerabilidade extrema, possam ser viabilizadas ou buscadas autonomamente formas de garantir seu sustento”. A visão de Yolanda corrobora com a ideia de outros trabalhadores da Operação de ver um caminho esperado para o refugiado e para o migrante. Onde eles chegam, são atendidos emergencialmente com comida, documentação, atenção em saúde e outras necessidade e a seguir podem buscar seu sustento, conforme publicou o funcionário do ACNUR Pablo Matos (2018):

Nos abrigos, os imigrantes e refugiados recebem três refeições diárias, assistência médica, kits de higiene e limpeza, além de atividades sociais e possibilidade de comunicação com familiares na Venezuela. (...) Os abrigos visam oferecer um local seguro e protegido, onde as pessoas recebam itens e serviços de primeira necessidade, a fim de que soluções de caráter duradouro sejam viabilizadas. (p.204).

Durante todos os momentos de maior aproximação com os coronéis da Operação, o caráter de temporalidade para a existência dos abrigos também era frequentemente ressaltado. Nos discursos vindos das Forças Armadas, os abrigos eram espaços temporários, que não eram “o fim, mas o meio”, como certa vez me disse o Coronel Operação, me explicando que os venezuelanos precisavam encontrar formas de “andarem com suas próprias pernas”, e que os abrigos eram esse espaço para se restabelecerem. Mas ao atravessarem a fronteira, sem condições de se alimentar e se hospedar, sem o serviço da Operação, o tempo para “andar com

¹³⁶ Essa instituição deixou a operação no Brasil na virada de 2019 para 2020, cabendo à AVSI e FFHI gerir o restante dos espaços.

suas próprias pernas” poderia tardar a chegar, como vi com tantos interlocutores, especialmente no caso dos indígenas.

Para garantir maior proteção aos indivíduos e atenção mais focada, segundo Yolanda, cada um dos abrigos tinha um perfil, que podia se modificar de acordo com as tendências de necessidades da população que chegava. Kanaan (2019), um coronel que trabalhou durante muito tempo chefiando as ações locais da Operação Acolhida, explica o perfil dos abrigos de Boa Vista:

Os abrigos Janokoida e Pintolândia são destinados aos indígenas. Os abrigos Nova Canaã, Jardim Floresta, São Vicente, São Vicente 2, Rondon 1 e Rondon 3 são destinados às famílias. O abrigo Tancredo Neves destina-se a adultos sem filhos menores. O abrigo Santa Tereza é ocupado apenas por homens sozinhos e o abrigo Latife Salomão por casais sem filhos, LGBT e, recentemente, pela necessidade e aumento de crianças nas ruas, teve uma parte destinada às famílias. Por fim, o alojamento BV8, em Pacaraima, é um abrigo de trânsito, enquanto o abrigo Rondon 2 destina-se às pessoas que estão prontas para serem interiorizadas. A capacidade dessas instalações varia de 250 a 1.100 vagas, podendo alguns serem ampliados. (p.20)

Depois da escrita deste artigo pelo Coronel, já houve uma série de modificações no perfil dos abrigos, o que era uma característica marcante da Operação: ela estava em frequente readaptação e modificação¹³⁷. Para manter atualizados os dados dos perfis dos abrigos, as ONGs que faziam a gestão humanitária em parceria com o ACNUR, alimentavam uma plataforma que era atualizada mensalmente com dados quantitativos dos grupos abrigados. As informações que podem ser encontradas, dizem respeito ao total de pessoas abrigadas, conforme se vê abaixo (dados de 30 de setembro de 2020), ou desagregada.

¹³⁷ Só durante o longo tempo de escrita dessa dissertação, pude ver três abrigos mudando de perfil. Um dos espaços que era destinado para casais com filhos, passou a abrigar pessoas LGBTs, devido ao aumento da demanda de abrigamento pelas pessoas com esse perfil. As modificações na operação eram tão frequentes que artigos escritos no ano de 2020 logo se tornam ultrapassados no tocante ao contexto: “Diferente de Manaus, no estado de Roraima não existem abrigos específicos para imigrantes e refugiados LGBTI.” (França e Fontgaland, 2020)

4,518
 Pessoas abrigadas

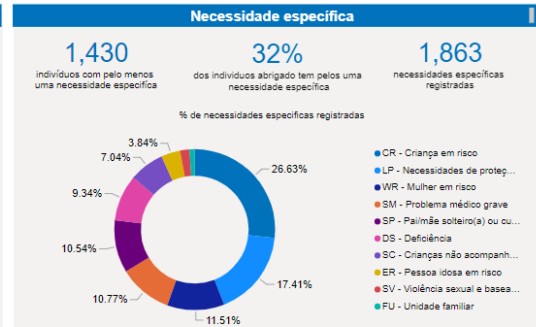
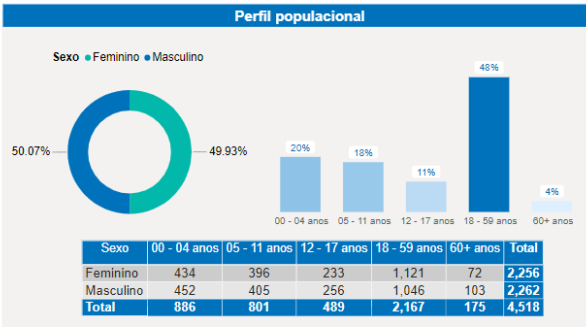
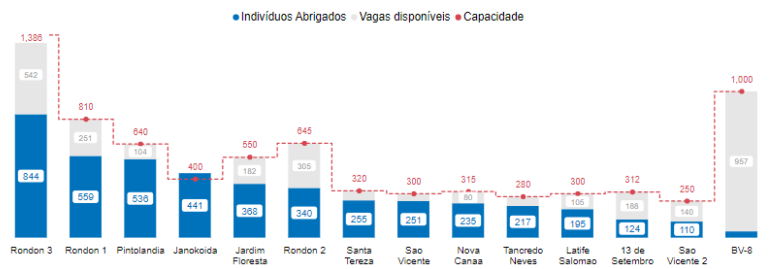
1,542
 Grupos familiares

946
 Mulheres chefes de família

108
 Idosos chefes de família

1,017
 Indígenas

Abrigos	Pessoas abrigadas	Capacidade	Vagas disponíveis	Ocupação
Rondon 3	844	1.386	542	61%
Rondon 1	559	810	251	69%
Pintolandia	536	640	104	84%
Janokoida	441	400	0	110%
Jardim Floresta	368	550	182	67%
Rondon 2	340	645	305	53%
Santa Tereza	255	320	65	80%
Sao Vicente	251	300	49	84%
Nova Canaa	235	315	80	75%
Tancredo Neves	217	280	63	78%
Latife Salomao	195	300	105	65%
13 de Setembro	124	312	188	40%
Sao Vicente 2	110	250	140	44%
BV-8	43	1.000	957	4%
Total	4,518	7,508	3031	60%



* Os dados dos abrigos BV-8 e Rondon 2 consideram apenas as pessoas registradas na entidade individual, não na entidade familiar. Contato: brabrim@unhcr.org

Dashboard do Perfil dos Abrigos em Roraima¹³⁸.

Conforme supracitado, em Pacaraima há a Casa de Passagem BV-8 e o abrigo Janokoida¹³⁹, este último por vezes também é chamado de casa de passagem, pois, segundo informações do Coronel Base, não podia haver abrigo em zona de fronteira, informação sobre a qual não encontrei referências. O BV-8, conforme explicado no trecho anterior, era espaço de abrigamento para pessoas em maior vulnerabilidade, enquanto passavam pelo processo de documentação. Em casos em que se somavam ou se sobrepunham muitas vulnerabilidades - conforme citado acima - era possível que um refugiado ou migrante ficasse ali até que aparecesse uma vaga em um abrigo de Boa Vista. Quando instalado o posto de interiorização no PTRIG de Pacaraima, o BV-8 também passou a ser espaço de espera enquanto não saíam os ônibus para interiorização e, durante a pandemia do COVID-19, o BV-8 foi esvaziado para servir como área de isolamento para casos suspeitos de COVID -19 da cidade de Pacaraima. Pelos Warao, ficou conhecido como Janoko Yakera (Casa Boa em idioma Warao) e ali ficaram isolados alguns poucos indígenas Warao com sintomas da doença.

¹³⁸ Acesso em Janeiro de 2021 - Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTk2MS00YmY3LWUyY2YtMGMlY2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZMOTgxLTY2NjQ0tNDEzNC04YTBljLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9>

¹³⁹ Também em Pacaraima há o espaço de abrigamento feito por uma moradora local, onde se recebia pequenos grupos de venezuelanos que ali poderiam ficar por alguns dias.

O Janokoida (Casa Grande em idioma Warao) era um abrigo indígena onde havia apenas a população Warao, e ponto crucial para que os Warao que chegavam pela fronteira localizassem seus parentes espalhados pelo país. Muitos dos que chegavam ao Brasil planejavam continuar o deslocamento orientados pelos laços de parentesco e, para isso, ao chegarem da Venezuela, iam buscar outros Warao no Janokoida que tivessem informações sobre quando os parentes passaram pelo abrigo, se sabiam para qual cidade foram, como se deslocar e como ou a quem recorrer quando precisassem de ajuda.



Chegando a Boa Vista no dia 28 de fevereiro de 2019, Hugo e Rafael foram enviados para o abrigo Santa Tereza que, naquele momento, era destinado a homens sem suas famílias e era gerido apenas pelo exército, sem presença de outra instituição. Quando tivemos nossa primeira conversa após ser abrigado, Rafael salientou como estava feliz por ter tido a possibilidade de ser abrigado, mas me contou que o espaço não era o que ele esperava: “*No estaba preparado para esa situación (...) Cuando llegó en el refugio no era lo que yo pensaba y ni lo que mi amigo Hugo pensaba. 300 carpas (..) en un espacio tan reducido me impacto. Tuve la sensación de regreso, de irme*”. Ele comentou bastante emocionado com a situação, pois não sabia o que esperar de um abrigo. Contou que não esperava ver tantas barracas em um galpão fechado quando soube que teria direito a um abrigo,

no tenía ni idea de cómo era la situación., Y lo otro que me impactó es que en esa noche en que llegamos hubo un operativo. En esa misma noche entraran ahí elementos de la policia del ejercito buscando droga y supuestamente, droga y articulos robados... y bueno, esa fue la bienvenida que nos dierón pero bueno, afortunadamente yo nunca tuve problemas con ellos

Logo quando chegaram, ele e Hugo já buscavam maneiras de sair do espaço do abrigo. No nosso primeiro encontro, sua fala era cheia de esperança de que, se esforçando, ele encontraria oportunidades de trabalho e poderia trazer sua família para viver com ele em uma situação digna, que para Rafael não significava o abrigo:

De verdad yo no quiero ni deseo acostumbrarme a ese tipo de vida. Primero porque no es lo que quiero ni lo que deseo para mí ni para mi familia, acostumbrarme a un sitio donde a pesar que tengo las três comidas y un

alojamiento me siento inseguro, me siento inseguro emocionalmente y físicamente. - Me contou Rafael

Teoricamente, o atendimento nos abrigos era padronizado, mas com os diferentes públicos e experiências (ou falta dela) entre as gestoras humanitárias, era possível ver grande diferença no tratamento e serviço dispensado dentro dos abrigos. Hugo e Rafael ficaram no Santa Tereza até maio, momento até o qual a fronteira que se fechara quando entraram, seguiu fechada, abrindo apenas no dia 10 de maio. Eles sempre estavam buscando uma maneira de sair, por estarem muito insatisfeitos com o espaço. De início, com as frequentes reclamações sobre o espaço de abrigamento, sabendo que tinha vaga no local onde eu estava me voluntariando, perguntei à Virgínia sobre a possibilidade de eles ficarem no abrigo que ela coordenava. Ela me disse que era possível e o levou para conhecer o Centro de Acolhimento.

Segundo Virgínia, o Centro de Acolhimento surgiu em 9 de dezembro de 2017, fundado pelo presidente da ONG Wagner Moura, que foi até Roraima e se comoveu com a quantidade de venezuelanos vivendo na rua e com a falta de políticas públicas de acolhimento para essas pessoas. Wagner criou então um espaço para acolher famílias, onde recebiam principalmente famílias com crianças. Além do abrigamento nas barracas doadas pelos mórmons¹⁴⁰ e pelo exército¹⁴¹, a ONG também auxiliava no processo de regulamentação documental, promovia atendimentos em saúde, distribuía materiais de necessidade primária e auxiliava os que ali viviam a encontrar uma maneira de trabalhar ou de irem para outros estados.

Virgínia e Marina foram as primeiras coordenadoras do espaço. A partir do financiamento de Wagner, começaram o Centro de Acolhimento. Marina ficou conhecida pela mídia por ser uma venezuelana trabalhando na coordenação de um espaço de abrigamento que era classificado como de autogestão, ou seja, os próprios venezuelanos construíram e cuidavam do local destinado a sua acolhida.

Autogestão era uma palavra que causava repulsa dentro da Operação Acolhida, mas vista com muitos bons olhos pelos professores e pesquisadores das universidades, uma vez que entendiam que a forma como estavam abrigados refugiados e migrantes era um ataque à sua autonomia, em especial quando se trata de povos indígenas. O Centro de Acolhimento e as ocupações eram os únicos espaços identificados como de autogestão. Esse modelo era muito

¹⁴⁰ A primeira ajuda que receberam foi dos mórmons. No início, focaram na alimentação e medicamentos, de forma que precisaram do auxílio com a infraestrutura, então os mórmons, que chegaram poucos dias após a inauguração, deram apoio na infraestrutura.

¹⁴¹ A Operação Acolhida surge após a criação do Centro de Acolhimento, o Pintolândia e o Tancredo Neves. Eles chegam apoiando com alimentação, segurança, infraestrutura, atendimento médico, auxílio na regularização da documentação. Mas a atuação da Operação nesse espaço é distinta do que faz nos outros abrigos.

criticado, especialmente ao ouvirem as experiências de outras cidades, como Belém, onde foi feito um espaço de abrigamento de “autogestão monitorada” para os Warao, e as notícias que chegavam em Boa Vista eram de que o modelo era um desastre. A diferença marcante entre este e os espaços de Belém é que, na cidade paraense, muitas vezes as necessidades básicas do grupo não eram atendidas de forma emergencial e dava a impressão de um sistema que não funcionava, quando a vulnerabilidade era tanta que os grupos nem sempre conseguiam se organizar para encontrar soluções próprias para seus problemas¹⁴².

No caso do Centro de Acolhimento, Silva (2018) utiliza uma ideia de gestão compartilhada que soa mais parecido com o que de fato acontecia.

“O caso do Centro de Acolhimento administrado pela Fraternidade sem Fronteiras, situado no bairro Hélio Campos de Boa Vista, é uma forma de acolhimento que apresenta um diferencial em relação àqueles administrados pelo Exército Brasileiro, pois a administração do mesmo é compartilhada com os próprios imigrantes, que se encarregam da preparação da comida, da limpeza e tarefas diárias. Outros elementos a serem destacados são a descontração do lugar, onde se pode ouvir música latina, crianças que se refrescam do intenso calor dentro de uma pequena caixa de água, outras que jogam bola num campo de terra batida dentro do abrigo.” (SILVA, 2018, p.214)

Um fator marcante deste espaço era o trabalho que as coordenadoras faziam para demarcar e enfatizar que “aqui não é um abrigo, é um centro de acolhimento”. Segundo Virgínia, na época da construção do espaço, a ideia não era fazer um local para abrigamento, mas uma comunidade que pudesse se auto gerir e onde seriam disponibilizadas atividades e ferramentas para que resgatassem sua (e aqui convido o/a leitor/a a ler as palavras de Virginia):

“dignidade e se reconstruir novamente, pois o processo de deslocamento forçado vai desconstruir um pouco de quem você é, das suas expectativas de vida, do que você construiu no passado(...) então a ideia mesmo de não ser um abrigo, mas um centro de acolhimento, é porque não seria um local apenas pra dar comida e um local para dormir. Seria além disso, foi além disso e é além disso. É um local que a gente pode ajudar essas pessoas, os nossos irmãos a recomeçar suas vidas, a se inserir novamente dentro da sociedade. Essa sociedade, que por vezes é tão difícil, uma sociedade que por vezes é tão xenofóbica... então a ideia mesmo foi de poder reconstruir a vida deles, a dignidade deles e que eles pudessem se reencontrar dentro desse processo que é tão complicado, esse de deslocamento forçado. Então seria mais um centro

¹⁴² Marlise Rosa (2020) tratando da autogestão monitorada, escreveu: “A proposta de uma casa de “autogestão monitorada”, segundo a FUNPAPA, baseava-se no princípio de autonomia e independência de seus moradores, respeitando suas escolhas culturais e mantendo vínculos familiares e de afinidade. Na prática, contudo, isso significava a inexistência de uma equipe técnica multidisciplinar para o acompanhamento do cotidiano dos abrigados, delegando-se essa atribuição a uma pedagoga e a um antropólogo. Estes profissionais, no entanto, em diferentes ocasiões foram denunciados pelos indígenas por conduta autoritária e desrespeitosa.” (p. 240)

de acolhimento porque dá ideia de um lar, é um lar, um local onde eu não vou ter só esse abrigo só de dormir e comer, é um local além disso, onde vou ser amado, vou ser cuidado e vai me ser oportunizado outros caminhos para que eu possa criar minha vida com autonomia”

Para Virginia, a diferença do espaço que geria para os outros, repousava no fato de que ali, diferente dos demais, o trabalho era feito com afeto. Mas a dimensão do afeto também é encontrada, na literatura, na descrição de outros trabalhadores humanitários que trabalhavam em abrigos, e pode ser observada nos vários exemplos citados no livro de Nogueira (2019) sobre a FFHI. Mas há outro elemento que chama atenção: o espaço de abrigo, ou de acolhimento, como espaço de construir e entregar dignidade para os refugiados e migrantes. “Os servidores estavam em júbilo por entregar um pouco de dignidade humana aos vizinhos” (NOGUEIRA, 2019 p.235). Tal ideia sugere que os grupos abrigados estivessem em uma situação de espólio absoluto frente aos trabalhadores humanitários, que por sua vez se apresentam como heróis (AGIER, 2002) que entregam dignidade aos refugiados.

Apesar de ter observado como havia uma manutenção da alteridade entre quem trabalhava em espaços de abrigo em relação aos que ali viviam, essa prática não me parecia tão presente no Centro de Acolhimento, quando comparada a outros espaços que pude conhecer. A construção do venezuelano enquanto OUTRO era algo que se reforçava em pequenas práticas: era comum, especialmente nos abrigos (onde havia presença institucional de diversos atores), observar os trabalhadores humanitários e outros colaboradores com tênis e sapatos utilizados para trilhas e outras atividades *outdoor*. Mesmo que não fosse um uniforme estabelecido, esses sapatos eram frequentes entre os trabalhadores humanitários. Era fato que, com a chuva, os abrigos frequentemente alagavam, mas refugiados, migrantes e trabalhadores, pisavam nas mesmas poças de água, no mesmo chão coberto de brita, como era em todos os abrigos que já estive. Ser venezuelano, em situação de abrigo, sob a “proteção” dos trabalhadores humanitários já eram marcadores de alteridade, mas dentro dos abrigos era possível ver essa alteridade sendo recriada e alimentada por novos elementos.

Outro exemplo, esse ocorrido no centro de acolhimento enquanto eu estava acompanhando a breve estadia de alguns médicos que ali se voluntariaram, ouvi algumas falas sobre não tomarem água do local e sobre a pressa de prender os cabelos com receio de pegar piolhos. Esses médicos organizavam caravanas de saúde com o auxílio de vários outros médicos para atender aos venezuelanos naquele espaço, mas também em outros lugares do Brasil e do mundo. Ainda que tivessem esse contato frequente com o abrigo, havia um exercício de continuar construindo o outro enquanto outro e isso os fazia dispensar tratamentos diferentes entre brasileiros e venezuelanos. Apesar de ter acompanhado o grupo de médicos durante uma

semana, mais os ouvindo falar do que de fato dialogando com eles, ao final da semana, me vendo frequentemente em contato com os acolhidos falando espanhol, um dos homens que acompanhava o grupo de médicos me disse “estou aqui tentando melhorar os serviços da caravana para melhorar a saúde de vocês”, em tom condescendente. Nesse momento, reparei que ele achava que eu era venezuelana e naquele momento entendi o motivo de ter sido tratada de forma tão estranha pelo grupo ao longo daquela semana. Para eles, eu era venezuelana e havia entre nós uma barreira, porque apesar de branca como eles, falando português como local, por muitas vezes eu havia sido ignorada e à mim era direcionado um tom não corriqueiro entre eles.

Havia várias pessoas que para designar os abrigos os chamavam de refúgio, sendo bem comum ouvir trabalhadores humanitários, ao falarem em espanhol, chamá-los de refúgio ao se dirigirem aos abrigados. Essa forma de se referenciar os abrigos, também é encontrada na literatura e na produção acadêmica, “o refúgio, que é, primeiramente, um abrigo criado em um contexto hostil de guerra, de violência, de rejeição xenófoba ou racista.” (AGIER, 2015, p.33)¹⁴³. Há ainda outros, além de Agier, que também utilizam a ideia de campo de refugiados (ou *refugee camps*): “O refúgio – evita-se a expressão Campo de Refugiados por ser negativa e estigmatizada – tornou-se um hospital para curar condições humanas ancestrais degeneradas” (Nogueira, 2019, p.232) que, segundo Pierre, trabalhador internacional das Nações Unidas, era uma nomenclatura possível de ser utilizada, mas normalmente empregada para se referir a espaços maiores de abrigo como o *Ain Al-Hilweh*, campo de refugiados no Líbano, criado em 1948, que chegou a abrigar mais de 120 mil pessoas. Para abrigamentos menores como os de Roraima, onde o maior espaço tinha capacidade para pouco mais de 1350 pessoas¹⁴⁴, a palavra abrigo (*shelter*) era mais usual. No contexto da Operação Acolhida, abrigo era utilizado no sentido de espaço de abrigo¹⁴⁵.



¹⁴³Ver também Agier: 2002

¹⁴⁴ Segundo dados disponíveis em

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTk2MS00YmY3LWEyY2YtMGMIY2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSI6ImMiOjh9>

¹⁴⁵ Segundo Agier, o abrigo é espaço de ambiguidade, pode ser visto como um espaço de proteção para refugiados, mas em alguns lugares figura como exatamente o contrário: “while some want to protect refugees, others want to protect themselves against refugees, and this can have opposite effects. This was true, for example, of the Zairian government vis-à-vis the Hutu refugees from Rwanda from mid-1994 to November 1996, and of the Turkish government vis-à-vis the Iraqi Kurds between 1988 and 1993.” (AGIER, 2002, p.319)

O Centro de Acolhimento era bastante distante do centro da cidade e do PTRIG, então, para sair de lá, era necessário pagar 4 ou 5 reais para ir de lotação - carros pequenos que fazem o transporte público da cidade, além dos ônibus - ou tentar a sorte de conseguir uma vaga na van do Centro de Acolhimento, para a qual tinham preferência as pessoas que eram voluntárias na Igreja da Consolata, parceira do Centro de Acolhimento, que contava com o apoio de venezuelanos que lá moravam para preparar a comida que era distribuída para as pessoas em situação de rua. Os venezuelanos que colaboravam o faziam por três meses e recebiam uma pequena ajuda de custo em dinheiro. Exatamente por ser longe, Rafael decidiu que não seria possível ficar no Centro de Acolhimento, apesar de ter tido um grande choque quando entrou naquele espaço: ele dizia que ali era possível ver vida.

Rafael ficou até maio no abrigo Santa Tereza, Hugo foi interiorizado para Mato Grosso do Sul pouco tempo depois da saída de Rafael, que nunca mais teve contato com ele e desconfiava que o amigo mudara de telefone. Apesar de ter vontade de ver sua família, Rafael julgava muito arriscado retornar e já nem tinha mais certeza se ele fazia parte daquele grupo familiar. A interiorização foi o momento de separação desse forte vínculo criado entre os dois, que se reconfigurava em uma memória.

Etapa 3 - *Salir?!*



“O ACNUR ainda apoia ações de integração, tanto em Roraima como em outras regiões do Brasil. Em razão do pouco dinamismo do mercado de trabalho local e da saturação dos serviços públicos, a integração em Roraima tem se mostrado um desafio considerável, porém de necessário enfrentamento. No caso específico dos indígenas, o ACNUR realiza o fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena. Para os não indígenas, destaca-se a estratégia de realocação voluntária do governo federal para os venezuelanos, conhecido como interiorização” (MATTOS, 2018. p.204).

Trecho V - *Interiorización*



Rafael, assim como Hugo, se inscreveu para concorrer a uma vaga na interiorização, que consiste em uma das frentes de atuação da Operação Acolhida, sob a coordenação do Subcomitê Federal para Interiorização, criada no final de março de 2018¹⁴⁶, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Hugo foi contemplado, como descrito na etapa anterior, Rafael não teve a mesma sorte.

¹⁴⁶ Ruseishvili, Carvalho e Nogueira, 2018- p.63

Com o intuito de promover outras oportunidades para os migrantes e refugiados vindos da Venezuela, o Governo Federal criou a estratégia da interiorização. Adyel, aquele motorista de Uber que me trasladou no início desse caminho, proferiu a frase “Um país não cabe em um estado” e, para minha surpresa, também dentro do âmbito da Operação essa frase foi repetida diversas vezes, inclusive pelo Coronel Interiorização na oportunidade que tivemos uma entrevista. Durante nossa conversa o Coronel explicava que a chegada de venezuelanos era como o ar entrando em um balão: se não há saída para esse ar (os venezuelanos), o balão (Roraima) estoura.

Essas metáforas têm em seu subtexto duas ideias: a de que era necessário tirar venezuelanos de Roraima ou o estado entraria em colapso e de que todos os venezuelanos estão se mudando para o Brasil. Os dados da plataforma R4V mostravam que o Brasil era o sexto país que mais recebia pessoas vindas da Venezuela, ficando atrás de Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Equador (R4V, 2020¹). A quantidade de venezuelanos não acarretou em crescimento substancial no número de pessoas morando em Roraima, o estado menos populoso do Brasil, com 631.181 pessoas, segundo a previsão do IBGE para 2020 (DOU, 2020).

Como já visto, a Operação Acolhida surgiu com o objetivo de “cooperar com os governos federal, estadual e municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes (residentes e refugiados) provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária” (KANNAN, 2019). Uma vez em solo brasileiro, segundo o Coronel Interiorização, os venezuelanos podem ser absorvidos pelo mercado de trabalho local, retornarem ao país de origem ou partirem para a interiorização no Brasil, para a qual “o imigrante precisa estar em um abrigo sob a administração de órgãos estatais, em conjunto com o ACNUR e as ONG parceiras; estar com sua situação migratória regularizada; estar vacinado e imunizado; ser voluntário ao processo e ter destino certo na localidade para onde migrará” (GONÇALVES, 2018). Para passar pelo processo de interiorização, ou como se utiliza dentro do contexto “para ser interiorizado”, independe do status de regularização migratória, ou seja, tanto solicitantes de refúgio quanto solicitantes de residência podem participar.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Sendo essa uma complexa operação ainda com poucos estudos a respeito, são comuns equívocos de estudiosos da área sobre alguns de seus detalhes. Igor Renó Machado (2020), tratando das diferentes formas de regularização migratória no Brasil, postula

“Venezuelans may be in Brazil as migrants supported by the extended treatment of Mercosur, as asylum seekers or as refugees. Many seek to change their status to that of refugee because there are some advantages to this situation: for Venezuelans in Roraima (on the border with Venezuela), there is the possibility of entering the

O objetivo principal da interiorização era oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos venezuelanos e reduzir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima, levando-os para cidades em outros estados do país, segundo Valdes e Silva (2018), para que possam ser integrados à comunidade local. O programa possibilitava “soluções duradouras e meios de vida dentro dos marcos legais no território brasileiro e, no âmbito da proteção, restabelecendo os direitos humanos dos migrantes numa nova etapa de suas vidas” (FFHI, 2020).¹⁴⁸

Nesta etapa final da Operação Acolhida, após o ordenamento de fronteira e abrigo, o destaque estava na atividade logística, uma vez que a interiorização se concentra no deslocamento dos venezuelanos para o interior do Brasil por meio do modal aéreo, seja por aviões da Força Aérea Brasileira - FAB, seja por meio de voos comerciais pagos por Organizações da Sociedade Civil, Igrejas ou cedidos pelas companhias aéreas. Havia ainda a possibilidade de deslocamento por ônibus até Manaus, única cidade de outro estado ligada por estrada à Roraima, e depois serem redistribuídos por voos nessas cidades.

Segundo Matos, trabalhador do ACNUR,

“os participantes são transferidos de Roraima para outros estados brasileiros, recebendo acomodação e apoio para integrarem-se às novas cidades. O programa é um esforço coordenado pelo governo federal, municípios, agências da ONU e organizações da sociedade civil. (...) O ACNUR, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a OIM, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU Mulheres, desenvolveu uma estratégia de integração local voltado aos venezuelanos que participam do processo de interiorização. Essas iniciativas incluem a sensibilização do setor privado, o registro de venezuelanos em bases de dados de emprego; o incentivo a aulas de português e serviços de emprego para venezuelanos, entre outras” (MATOS, 2018 p. 205)

Kannan (2019) ainda afirma que são desenvolvidas algumas medidas para a inclusão dos migrantes e refugiados venezuelanos, tais como a “bolsa de subsistência”, que pode ser disponibilizada depois que deixar o abrigo, pelo ACNUR (2020²), a título de “auxílio

“interiorization” program, which takes them to other cities in Brazil, with some logistical support.” (p.4) Tal afirmação não está correta, pois todos podem ser interiorizados a despeito da escolha por refúgio ou residência, como pode ser visto no site do ACNUR:

<https://help.unhcr.org/brazil/programa-de-interiorizacao/#:~:text=Essa%20modalidade%20%C3%A9%20estritamente%20para,de%20fam%C3%ADlias%20que%20s%C3%A3o%20separadas.>

¹⁴⁸ Segundo a OIM (2018), 67% dos migrantes deixaram seu país por motivos econômicos e laborais e 22% por falta de acesso a alimentos e serviços médicos. A viagem ao Brasil foi feita em sua maioria em grupos familiares (59%), sendo que, de acordo com ACNUR (2020), 75% dos grupos tiveram o tamanho alterado, pois foram deixados “para trás outros membros da família seja na Venezuela ou em outra cidade durante a trajetória” (p. 05).

financeiro emergencial por meio de um cartão pré-pago que, por três meses, irá apoiar essas pessoas até que possam encontrar trabalho e uma moradia própria”; a “intermediação de vagas de trabalho” através do cadastro no Portal Emprega Brasil, de responsabilidade do Ministério da Economia. Após o cadastro, “deve-se desenvolver estratégias para identificar, sensibilizar e engajar empresas que tenham interesse em contratar refugiados e imigrantes com aqueles perfis” (KANNAN, 2019, p. 25); e a “divulgação dos perfis profissionais de refugiados e imigrantes e marco legal existente”. Para Kannan (idem), uma das melhores formas de apoio a refugiados e migrantes que buscam vagas e se preparam para o mundo do trabalho seria a

“Realização do seminário ‘nova lei de migração: uma janela de oportunidades’ em diversas cidades do país, para promoção do novo marco legal sobre migração e sensibilização para o tema, além da realização de reuniões com as federações da indústria, comércio, serviços e agricultura e outras associações do setor produtivo, e entidades da sociedade civil que atuam no tema”. (p. 25)

O Coronel Operação julgava importante tal seminário, uma vez que a nova lei de migração (Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017), que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, trazia importantes avanços para a integração local, pois garantia o acesso livre e igualitário dos migrantes (e também refugiados) a serviços tais como trabalho, educação, benefícios sociais entre outros.

Existiam quatro modalidades de interiorização que contavam principalmente com a logística do exército para o deslocamento, com pré-requisitos específicos para classificação: abrigo-abrigo; reunião familiar; reunificação social e por último a vaga de emprego sinalizada, modalidade na qual se inscreveram Rafael e Hugo. De todas essas modalidades, os indígenas estavam excluídos e não havia uma fonte oficial que explicasse essa informação. Sobre esse assunto, nos debruçaremos no próximo trecho.

Na modalidade “Abrigo-Abrigo”, as pessoas eram transferidas dos abrigos em que se encontram para abrigos ou casas de passagens em outras cidades e estados, que não necessariamente eram voltados para pessoas em deslocamento. Nesses novos espaços, recebiam acompanhamento das instituições da localidade. A “Reunificação Familiar” era a modalidade em que as pessoas eram encaminhadas para o destino onde estavam outros integrantes da família que já residem no Brasil e que tenham comprovado vínculo familiar, condições adequadas de acolhimento por parte da família receptora e declarassem ter vontade de recebê-los.

A identificação dos possíveis beneficiários será realizada pelo ACNUR ou pela sociedade civil entre os imigrantes residentes em Roraima. O contato com a família que reside em outra cidade será realizado pela OIM, com o objetivo de confirmar contatos, verificar os vínculos e a real disponibilidade para receber imigrantes. Também poderá ser usado o apoio da Cruz Vermelha do Brasil, para a localização dos familiares residentes no país. (KANNAN, 2019, P.24)

Segundo o Coronel Base 2, na modalidade Reunião familiar, os custos de aquisição das passagens, na prática, não eram de responsabilidade do exército, uma vez que alguns venezuelanos já chegavam com passagens compradas. Essa informação não procedia, havia alguns venezuelanos que chegam com suas passagens compradas e não precisam passar pelo processo de interiorização, e os outros que conseguiam a documentação necessária e não tinham como arcar com suas passagens, se inscreviam no processo e tinham suas passagens compradas pela OIM. Em entrevista que realizei com o Coronel Interiorização, ele disse que “ninguém é obrigado a ficar aqui, isso aqui é um ponto de passagem. O cara que chega da Venezuela e tem condições econômicas e financeiras de prosseguir, ele prossegue.”.

Na “Reunificação Social”, os migrantes poderiam ser recebidos por pessoas conhecidas, com as quais não tinham vínculo familiar, mas que comprovassem ter condições de acolhê-las. Esta foi a última modalidade de interiorização criada pelo Ministério da Cidadania, como forma de ordenar a prática de algumas ONGs e Igrejas que já tinham seus processos de interiorização custeados pelas próprias instituições. A criação dessa modalidade, também era uma maneira de ampliar as possibilidades de saída do estado e de ter um melhor acompanhamento dos venezuelanos que estavam saindo de Roraima. Parte dessas passagens eram compradas por empresários, que também ofereciam algumas passagens para a modalidade de vagas de empregos sinalizadas.

No Centro de Acolhimento da Fraternidade Sem Fronteiras - FSF, essas ações, posteriormente chamadas de reunião social, eram chamadas de apadrinhamento, como bem descreve Silva (2018, p. 214).

Destaca-se as parcerias com a sociedade civil, através do chamado apadrinhamento de um imigrante ou família, que consiste em recebê-los em outras cidades brasileiras, oferecendo-lhes apoio na busca por moradia, trabalho ou orientação na fase de inserção deles no novo local de residência.

Dentro da lógica da reunião social, também acontecia de venezuelanos que se conheciam nos espaços de abrigo virarem referências para outros, apostando que ao darem a oportunidade aos amigos de saírem de Boa Vista esses conseguiriam inserir-se laboralmente. Essa tática se mostrou eficaz em dois casos que acompanhei o de um artista

plástico que trabalhava como mixologista e conseguiu empregar outros quatro amigos no estado de São Paulo e um músico que, ao ser apadrinhado em Minas Gerais, se colocou como referência para outros cinco colegas do mesmo espaço de acolhimento. Apesar de, no início, o grupo de Minas Gerais tivesse vivido em uma situação de moradia bastante precária, logo conseguiram empregos no estado¹⁴⁹ e levaram outros parentes que ainda não haviam entrado no Brasil para morar com eles.

A modalidade “Vaga de Emprego Sinalizada” consistia no transporte de migrantes e refugiados abrigados em Roraima e que possuíssem proposta comprovada de trabalho por uma empresa empregadora em outra unidade da federação. Os candidatos que correspondiam ao perfil desejado eram convidados para uma entrevista que era feita dentro de um dos PTRIGs, como fez Rafael. Apesar das três entrevistas da interiorização que ele participou, não conseguiu nenhuma colocação, o que ele acreditava ter a ver com sua idade. Rafael tinha muita experiência na parte de planejamento e avaliação de políticas sociais, mas entendendo que no Brasil não conseguiria trabalho na sua área, se candidatou para vagas de açougueiro e carregador, junto com tantos outros venezuelanos.

De acordo com Kannan (2019, p.24), para o sucesso da interiorização, a Força-Tarefa promove “a sensibilização de empresas e indústrias, das quais mantém um banco de dados contendo os interessados em participar do plano, bem como as vagas disponibilizadas.” Segundo o autor, também era mantido um banco de dados dos migrantes, organizado por suas capacidades e experiências profissionais. Os interiorizados, segundo ele, recebiam assistência social da rede local e da sociedade civil.

De acordo com a OIM (2018), “52% dos migrantes têm como destino final desejado um outro país, sobretudo a Argentina, e 48% o Brasil e particularmente os estados de Amazonas e Roraima”. Pelo processo da interiorização, segundo Virgínia, não era possível ser enviado para um destino fora do país. Os que tinham como destino Argentina, Uruguai etc tentavam garantir ser recebidos por alguém que morava em uma cidade próxima à fronteira no sul, para que pudessem seguir viagem. Angel, acolhido do Centro de Acolhimento, me contou que, quando o processo ainda era de apadrinhamento e não institucionalizado como interiorização, pediu a uma senhora que morava em Porto Alegre que o recebesse para que de lá pudesse seguir para Rivera. O que chama atenção nessa fala, e em todo o caminho que faz um venezuelano entrando no Brasil, é como as interações são feitas na base da confiança. Confiar que ao chegar

¹⁴⁹ Foi curioso observar que durante o tempo que eu me voluntariei nesse centro de acolhimento, um número muito alto de pessoas desejava ir para Minas Gerais, influenciados, imaginei eu, pelo fato de que a ONG que geria o espaço era mineira e muitos dos padrinhos também eram do estado.

no Brasil algo vai ser possível, confiar que os processos de abrigamento e interiorização são seguros, confiar nos trabalhadores humanitários, confiar nas promessas: me pareceu muitas vezes que não tinham outra alternativa que não fosse a de confiar. Tais redes, que se configuravam por meio da confiança, convergiam com o que Marta disse na etapa anterior, a solidariedade e a construção de vínculos eram muito importantes para planejar uma nova vida no novo país, como observado por Maroni da Silva (2014) e Hamid (2012).

Conforme Cerávolo (2019), inicialmente, a meta a que a Operação Acolhida se propunha era de interiorizar cerca de 500 venezuelanos por mês e chegou-se a uma média de 462 interiorizados por mês. Gonçalves (2018) sinaliza que “As primeiras interiorizações ocorreram em 5 e 6 de abril, com cerca de 250 imigrantes interiorizados para São Paulo (SP) e Cuiabá (MT). A terceira interiorização ocorreu em 4 de maio, com cerca de 240 imigrantes para Manaus (AM) e São Paulo (SP).” Com dados mais atualizados, o R4V (2020²) indica que, de abril de 2018 a julho de 2020, foram interiorizados 35.827 migrantes pela FAB e voos comerciais e outros 4.019 por transporte rodoviário (ônibus), totalizando 39.846 beneficiários do Programa de Interiorização, encaminhados a 599 municípios brasileiros. Os municípios que mais receberam venezuelanos foram Manaus - AM (4.681), São Paulo - SP (2.562), Curitiba - PR (2.383), Dourados - MS (2.160) e Porto Alegre - RS (1.445). O Relatório de Monitoramento do ACNUR (2020) apontou que 46% dos atendidos tinham interesse em ser interiorizados, apesar de 73% se sentirem seguros na área em que viviam naquele momento.¹⁵⁰ A maioria deles não tinha preferência por um estado específico, mas entre os destinos mais desejados estão Santa Catarina (21%), São Paulo (12%), Rio Grande do Sul (12%), Mato Grosso (7%) e Paraná (7%). Por outro lado, 37% tinham planos de permanecer em Boa Vista.

Para Oliveira (2018), desde o início do planejamento da Operação Acolhida, a interiorização era considerada a parte mais crítica do processo, uma vez que a quantidade de vagas nos abrigos de Pacaraima e de Boa Vista era limitada e “que o fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil não diminuirá em curto prazo.” (p. 07)¹⁵¹. Embora a interiorização tivesse potencial para exercer esse papel de diminuir o número de venezuelanos em Roraima, nem todos que chegavam estavam dispostos a passar pelo processo de

¹⁵⁰ Conforme Simões (2017), em 2016, “56.800 venezuelanos entraram pela fronteira e 47.108 retornaram para a Venezuela, de forma que, em torno de 9.700 venezuelanos ficaram em território brasileiro. Já em 2017 até o dia 10 de julho, foram contabilizadas 24.379 entradas por Pacaraima, dos quais 13.868 retornaram, restando 10.511 venezuelanos no Brasil, “número mais próximo aos 7.600 pedidos de refúgio contabilizados no primeiro semestre de 2017”. (p. 22)

¹⁵¹ Mesmo com o evento do fechamento da fronteira no início desta dissertação, o número de pessoas que entrava no país não diminuiu drasticamente. Durante todo o tempo de escrita e campo que tive, os números só diminuíram com a pandemia do COVID-19, quando o Brasil fechou as fronteiras e não permitiu, segundo as portarias 470, 478, 518 revogadas pela portaria 615 de dezembro de 2020, a entrada de pessoas estrangeiras pelas fronteiras terrestres.

interiorização. A distância da Venezuela era um fator que pesava na decisão de aderir ou não ao processo, pois uma parte dos refugiados desejava permanecer no estado de Roraima, em virtude da proximidade com o país natal e os familiares que lá ficaram. Por outro lado, o desejo de recomeçar a vida em busca de melhores oportunidades por vezes sobrepunha-se a essa questão (VALDEZ e SILVA, 2018). Sobre os que ficavam, falaremos no capítulo seguinte.

De acordo com Kannan (2019), o plano de interiorização estava estruturado em quatro etapas: A primeira era a preparação dos venezuelanos para o deslocamento. Esta etapa consistia no deslocamento prévio para abrigo de trânsito em Pacaraima ou em Boa Vista (para aqueles que irão embarcar nos voos da FAB); na avaliação clínica, cujo objetivo era identificar possíveis problemas de saúde que pudessem vir a ser empecilhos para a viagem ou que indiquem a necessidade de maior cuidado durante o processo de interiorização; na verificação e providência da documentação que o atendido necessitará para ter acesso aos serviços no Brasil, e da declaração de voluntariedade, uma vez que o parágrafo 4º do Art. 5 da Lei Nº 13.684/2018 determina que, para que sejam implantadas medidas relacionadas à política de mobilidade, as pessoas atingidas devem concordar “em estabelecer-se em outro ponto do território nacional, retornar ao seu país de origem ou estabelecer-se em um terceiro país”. (BRASIL, 2018). Nem sempre a interiorização e esse traslado prévio para o centro de trânsito eram organizados com antecedência. Duas amigas interlocutoras contaram que ficaram sabendo que iriam ser interiorizadas no mesmo dia, cerca de 10 horas antes de pegarem o voo. Neste espaço de tempo anterior ao voo, passaram por triagem médica e a agência da ONU responsável verificou se estavam de posse de seus documentos de identificação - protocolo referente ao pedido de refúgio ou residência temporária - CPF e carteira de trabalho, ou seja, a documentação que habilita o acesso à serviços no Brasil.

A segunda etapa dizia respeito ao deslocamento propriamente dito, para outros estados que tivessem aceitado receber os venezuelanos. O deslocamento, conforme já mencionado, poderia se dar por transporte aéreo, por meio das Forças Armadas (FAB e Exército) e voos comerciais, ou por via terrestre, a depender do tamanho do grupo, da modalidade, do tipo de abrigo/moradia ou do beneficiário. Alguns grupos precisavam se instalar temporariamente em casas de passagem em outras cidades, a fim de facilitar a logística dos voos. De acordo com o Subcomitê Federal para Interiorização (R4V, 2020), as Casas de Passagem foram criadas como um ponto de apoio intermediário em Boa Vista ou Manaus, onde os venezuelanos ficavam por alguns dias, até que acontecesse o embarque para o local de destino. Essas casas faziam parte da Estratégia de Interiorização do Governo Federal e eram gerenciadas pela sociedade civil.

No fim de 2020, existiam 9 Casas de Passagem integradas ao Programa de Interiorização: 3 em Minas Gerais, 2 no DF, 2 em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Belém.

A terceira etapa era o abrigamento dos refugiados e migrantes nas cidades destino, seguida pela quarta e última etapa que era aquela em que se juntaram esforços para a promoção de condições para a inclusão socioeconômica dos venezuelanos na sociedade brasileira, esforço esse feito pelas instituições que trabalham na acolhida em Roraima, mas também pela sociedade civil e trabalhadores dos equipamentos de serviços públicos, universidades e outros organismos nos locais de acolhida (FACUNDO NAVIA, 2020). Na opinião de Valdes e Silva (2018), ainda havia muito trabalho a ser feito nessa etapa: como a necessidade de proporcionar meios para que possam se integrar à essa nova sociedade, podendo ser por meio de políticas públicas específicas ou por meio de parceria com a *sociedade local* para inserção em/nos postos de trabalho. Para as autoras, o trabalho feito no sentido de integração local estava sendo insuficiente, uma vez que a colocação dos novos moradores no mercado de trabalho era um grande desafio, em função da pouca oferta de empregos e da baixa qualificação dos venezuelanos, que possuíam nível médio completo, em sua maioria (51%, segundo dados da OIM, 2020). Segundo *survey* realizado pelo ACNUR em 2019 com pessoas que passaram pelo processo de interiorização, 77% dos interiorizados encontraram empregos em algumas semanas nos locais de destino, comparado a 7% sendo empregado no estado de Roraima.

Quando estive como voluntária do Centro de Acolhimento, me envolvi com a feitura de currículos em português para venezuelanos. Nesse grupo de pessoas, havia engenheiros, artistas plásticos, chefes de cozinha, cozinheiros, montadores de linhas de alta tensão, carpinteiros, estoquistas, técnicos administrativos, consultores de vendas, médicos, enfermeiros entre outros profissionais. Muitos deles, apesar de terem formação superior, não tinham seus diplomas em mãos, por vezes por não terem se atentado para trazê-los, outras por não terem conseguido retirar nas universidades que, segundo Ofélia, uma mulher recém formada em medicina, havia sido uma medida do governo de tentar segurar os venezuelanos em seu país. Se para quem tem o documento comprobatório de sua formação já era bastante complexo conseguir uma revalidação, para os que sequer têm seus documentos era ainda mais complicado comprovar¹⁵². Segundo reportagem do ACNUR¹⁵³, até o mês de agosto de 2019, tinham notícia de apenas 34 diplomas reconhecidos, enquanto outros 147 pedidos estavam em tramitação. Uma das grandes dificuldades enfrentadas nos processos de revalidação era, além

¹⁵² Para mais sobre isso, ver Hamid (2012)

¹⁵³ disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/08/22/compassiva-realiza-mutirao-de-atendimento/#:~:text=At%C3%A9%20agosto%20de%202019%2C%20foram,de%20revalida%C3%A7%C3%A3o%20ainda%20mais%20lento>

das taxas caras para revalidação de diplomas (que muitas universidades tinham trabalhado para extinguir), o fato de que muitos dos que requeriam a revalidação não tinham toda a documentação necessária ou mesmo a condição de refugiado reconhecido. Estes problemas resultavam em processos de revalidação ainda mais lentos.¹⁵⁴

De acordo com Egas¹⁵⁵ (*in* BAENINGER e JAROSHINSKI, 2018),

Para promover a integração socioeconômica e cultural dos venezuelanos que chegam ao Brasil, o ACNUR e seus parceiros realizam diferentes iniciativas de inserção laboral, apoio à matrícula de crianças na rede pública de ensino, a validação de diplomas e aulas de português. (p. 34)¹⁵⁶

As aulas de português tinham um importante papel na “integração local”, talvez até mais do que a validação dos diplomas, uma vez que as vagas sinalizadas de emprego eram para trabalhos que não exigiam experiência ou qualificação específica. No período em que realizei o campo, notei que os cargos ocupados pelos venezuelanos pós-interiorização eram diversos, mas em sua maioria exigiam pouca qualificação e, normalmente, eram os homens jovens que conseguiam ser interiorizados pela modalidade das vagas de emprego sinalizada.

A população local de Roraima pouco acreditava na efetividade no Programa de Interiorização como estratégia de saída dos venezuelanos do estado. Sandra, funcionária Pública e recepcionista do hotel no qual fiquei nos primeiros dias de campo, disse que os venezuelanos que ficavam eram bandidos, marginais, traficantes. Acrescentou ainda que os “bem formados” eram os que seriam interiorizados pelo exército. Ela tinha uma visão bastante contrária ao apoio recebido pelos venezuelanos e dizia que não entendia por que o presidente estava permitindo tanto gasto de dinheiro com uma operação como aquela. Esse mesmo argumento contrário à efetividade da interiorização também vinha de pessoas vistas como progressistas. Certa vez Lula, um homem bastante conhecido por seu trabalho na política de esquerda no estado, me perguntou: “quem está sendo interiorizado?”. Seu questionamento

¹⁵⁴ A dificuldade que refugiados têm em encontrar empregos compatíveis com seus níveis educacionais, face às dificuldades na validação de diplomas, resulta na sujeição às oportunidades de emprego disponíveis. Considera-se que este tipo de situação seja duplamente indesejável, tanto para pessoas qualificadas, que se veem obrigadas a trabalhar em empregos incompatíveis com sua qualificação, quanto para o país, que desperdiça potencial produtivo ao não utilizar a mão de obra qualificada disponível.

¹⁵⁵ Então representante do ACNUR no Brasil

¹⁵⁶ O Coronel Interiorização disse que ouviu falar que o estado de São Paulo estava isentando das taxas para revalidação dos certificados, mas não tinha essa confirmação, pois, segundo ele, o estado não teria autonomia para tanto, esta seria uma questão federal. Esta informação se confirma pela Lei nº 6.685/2018 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, segundo o qual “Fica concedida isenção do pagamento das taxas de revalidação de diploma de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado nas universidades estaduais paulistas aos refugiados e domiciliados no Estado.” (art. 1º). Os estados do Rio de Janeiro e Paraná também criaram leis com esta concessão.

retórico foi seguido por uma fala sobre como quem está ficando são os migrantes indesejados: “se o prefeito do Paraná recebe 15 venezuelanos, são os venezuelanos com um perfil específico, não são os indesejados, esses ficam aqui”.

Dentro dos abrigos, acompanhando os trabalhos que tinham os venezuelanos em seu país e as vagas que assumiram no Brasil, o que me chamou atenção é como muitos dos que eram muito qualificados acabavam aceitando um trabalho que não exigia qualificação em qualquer outra parte do país, entendendo que a interiorização era a única saída que tem para uma vida digna e fora dos abrigos no Brasil.

Para Valdes e Silva (2018), o processo de integração “não deve ser visto apenas como uma forma de reduzir os impactos da migração no Estado de Roraima, mas como integração dos venezuelanos na sociedade brasileira.” De acordo com o Relatório Anual 2018 sobre as Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil (CAVALCANTI et al, 2019), os haitianos¹⁵⁷ eram os migrantes que ocupavam o maior número de vagas no mercado de trabalho formal e constituíam a 1ª nacionalidade de migrantes registrados no Brasil. Os venezuelanos, por sua vez, se tornaram, no 1º semestre de 2018, a 2ª nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal no Brasil. Em 2017, os principais grupos ocupacionais dos venezuelanos eram: Atendente de lanchonete (56,10%), Auxiliar de Serviços Gerais e Servente de Obras (5,77% cada) e Vendedor de Comércio Varejista (4,77%). O Relatório ainda destaca que o setor que mais empregou migrantes no Brasil foi o de “produção de bens e serviços industriais, especialmente as ocupações relacionadas com o final da cadeia produtiva do agronegócio”. (CAVALCANTI et al, 2019, p.03)

Uma pesquisa do IPEA apresentou a questão do grau de instrução como um fator de grande relevância para a integração dos refugiados ao país, pois a escolaridade poderia facilitar ou dificultar a conquista de uma vaga de emprego. Entre os entrevistados, um número considerável de pessoas era “não alfabetizada” ou somente “alfabetizada” (9% dos reconhecidos por elegibilidade e 12% por reassentamento), e a maioria possui “ensino básico” (elegibilidade 19% e reassentamento 29%) ou “nível médio” (29% para os primeiros e 21% para os segundos). Já o percentual daqueles que possuem “ensino superior” ou “formação

¹⁵⁷ Ainda que sejam melhor qualificados, a situação atual dos migrantes haitianos no Brasil é marcada pela dependência de doações da sociedade civil e de assistência prestada por instituições religiosas e organizações não governamentais para o acesso temporário a moradia, alimentação e orientação quanto aos procedimentos de documentação, além de acesso ao mercado de trabalho. Há doações de recursos nacionais – geralmente dos governos federal e estadual, com menor participação do municipal – para a assistência aos haitianos, mas são sempre pontuais e em resposta a cobranças de entidades civis e religiosas e a situações emergenciais divulgadas pela mídia. Não há uma política pública consolidada com vista à integração dos haitianos na sociedade, as discussões se concentram mais em medidas para impedir a entrada irregular e, quando muito, na concessão ou não de “vistos por razões humanitárias”, mas essa concessão em si, como vimos, não é suficiente para garantir os direitos integrais dos migrantes.

técnica” chega a 14% dos reassentados e 22% dos reconhecidos via elegibilidade, resultado fortemente influenciado pelos sírios, que 28% deles possuem formação superior (LIMA et al., 2017, p. 194/195).

Por outro lado, de acordo com Simões (2017, p. 23), os migrantes venezuelanos, em Boa Vista, apresentavam altos índices de educação formal, sendo que 28,4% possuíam “ensino superior completo”, 3,5% com “Pós-Graduação, e 30,5% possuíam “ensino médio completo”, totalizando 78% dos migrantes venezuelanos, em Boa Vista, com pelo menos ensino médio completo. Ou seja, o nível de escolaridade dos venezuelanos era maior que a escolaridade média entre os demais migrantes, identificada pela pesquisa do IPEA.

Ao analisar o perfil dos migrantes altamente qualificados, constatou-se que em sua maioria eram homens, brancos, acima de 35 anos e que estavam no país a mais tempo. “Já entre os demais trabalhadores qualificados, aumenta a participação das mulheres, trabalhadores de cor preta, jovens e com menor tempo de chegada, aproximando este perfil do observado para a imigração total de trabalhadores”. (CAVALCANTI et al., 2019, p.08)

A porcentagem de desempregados era alta, com 35,4% dos indivíduos desempregados, muito acima da taxa oficial de desemprego da Venezuela, divulgada pelo IMF (2017), de 25,3% e muito acima da do Brasil, de 13,1%. Havia um índice elevado (31,7%) de indivíduos que trabalhavam por conta própria, o que pode significar uma precarização do mercado de trabalho dos migrantes venezuelanos em Boa Vista. Segundo Simões (2017, p. 32), apenas 28,4% dos entrevistados eram empregados. Dos empregados, apenas 47,1% possuem carteira de trabalho assinada. 36,5% são do ramo de comércio, 12,3% da construção civil, sendo uma grande quantidade (30,7%) dentro de outros serviços, como trabalhadores do lar, trabalhadores sexuais, outros serviços e indústria.

Para a OIM (2017, p.84), as empresas da iniciativa privada “não estão suficientemente envolvidas e sensibilizadas para a questão migratória, contratando migrantes, prioritariamente, em busca de mão de obra barata”. Além disso, existem “relatos de abusos, desrespeito às leis trabalhistas, irregularidades na remuneração e situações de manutenção dos migrantes em condições análogas à escravidão” (Idem) e ainda havia o fato de que algumas empresas que não reconheciam o protocolo provisório de refugiado como documento válido, recusando-se a registrar o trabalhador, o que muitas vezes levou refugiados a modificarem sua solicitação de refúgio para residência.

Em campo, me deparei com jovens que estavam no Centro de Acolhimento, que gostariam de participar de um processo seletivo para uma das ONGs que trabalhava dentro do espaço. Na seleção, foram interpelados para trocar seu documento de solicitação de refúgio

para solicitação de residência temporária, baseado numa crença da ONG de que era necessário assim fazê-lo para poderem assinar a carteira dos jovens. Esta troca circulou naquele espaço (pela forma de *chisme*) como uma obrigatoriedade para aqueles que queriam emprego. Trabalhando nas instituições que atuavam mais próximas à população refugiada e migrante, mais de uma vez escutei, durante conversas com venezuelanos, que a decisão de trocar de um status para o outro fora motivada por informações desencontradas e inverídicas, mostrando que as informações sobre seus direitos e deveres, em relação à regularização migratória, não eram suficientes para sanar as dúvidas cotidianas que tinham os venezuelanos.

Ao entrevistar Ramon, um venezuelano que mora no sul da Bahia, Santos e Santos (*In* BAENINGER e JAROSHINSKI, 2018) puderam constatar a dificuldade que os migrantes tinham para conseguir emprego. Segundo Ramon, “Os parentes que possuem diploma de advogado e que são do Ministério Público estão vendendo água mineral nas ruas” (p. 269). Ele ainda explica que sofriam discriminação, principalmente por não falar o português corretamente. Ramon afirma que a questão do idioma torna o emprego mais difícil e isso já foi dito diretamente a ele em algumas entrevistas de emprego.

De acordo com Simões (2017, p. 34), 52,9% dos migrantes venezuelanos

“entendem que o idioma dificulta sua inserção laboral, contra 43% que disseram não ver problemas entre o idioma e sua inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, apenas 15,5% disseram estar estudando português. Os locais variam bastante, contudo, boa parcela destacou o Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI) da UFRR, o Colégio de Aplicação (CAP) da UFRR e no Terminal do Caimbé, sendo locais de ensino de português como língua de acolhimento do Projeto Rede Acolher da UFRR.”

Ao caracterizar os idiomas mais falados entre os refugiados, de uma forma geral, a já citada pesquisa do IPEA (LIMA et al, 2017) sinaliza que o desconhecimento do português é uma importante barreira que os refugiados enfrentam no Brasil. Na opinião de Lima et al (2017, p. 195),

“Isso porque conhecer a língua local e estar apto a se comunicar é um importante fator para a inclusão social; o idioma é essencial tanto para a comunicação cotidiana, que permite conhecer pessoas, solicitar informações, utilizar serviços públicos de transporte, saúde e educação, quanto na busca por um emprego e, em última instância, na conquista da autossuficiência.”

A pesquisa demonstrou que, entre os entrevistados que foram reconhecidos por elegibilidade¹⁵⁸, somente 21% afirmou falar o português, “sendo em sua maioria nacionais da Angola, cuja língua oficial também é o português.” (LIMA et al, 2017, p. 117)

De acordo com notícia da editoria de Estatísticas Sociais do IBGE (2019), apenas 48 municípios de 11 unidades da federação, com maior concentração na região sul do Brasil, ofertavam o ensino de português a migrantes, em 2018. Na região norte, onde se encontrava a maioria dos migrantes venezuelanos, a situação era ainda mais preocupante, pois nenhum município de Roraima oferecia, até 2019, cursos regulares de português e, no Amazonas, havia apenas no município de Presidente Figueiredo.

Na opinião da gerente da pesquisa do IBGE, Vânia Pacheco, “O acesso aos serviços públicos é uma das maiores dificuldades encontradas pelos imigrantes. Como a oferta de cursos de português é baixa, essas pessoas têm dificuldades de comunicação e encontram problemas ao buscar serviços públicos, por exemplo, em tratamentos de saúde”. A pesquisa mostrou que em apenas 25 municípios era possível receber atendimento em outro idioma. (IBGE, 2019)

Saber o idioma é apontado pelos venezuelanos como a principal necessidade para se inserirem laboralmente. Gerar renda significava, além da possibilidade de reprodução social dos que trabalhavam e de familiares que com eles se encontravam, a possibilidade de sustento dos parentes que estavam na Venezuela: da parte de quem fica, há uma expectativa sobre quem vai. Para muitos, ir da Venezuela para o Brasil é um projeto familiar. Primeiro vai um e, se a situação estiver segura, vão os outros, promessa essa que nem sempre se cumpre. Um senhor brasileiro que também vivia no Centro de Acolhimento me disse uma vez, em tom de crítica, que os venezuelanos não queriam ficar no Brasil, queriam ganhar dinheiro e voltar para gastar em seu país de origem, apontando o quanto das divisas que ganhavam aqui eram, na verdade, levadas para suas famílias que moravam na Venezuela.

Uma vez que membros da família permanecem na Venezuela, a maioria dos venezuelanos no Brasil (85%) enviam remessas de dinheiro a parentes em seu país de origem, destes, 76% enviam remessas por transferência informal – “pagamento em reais a um atravessador que possua conta bancária em bolívares na Venezuela e que, a partir dela, faça transferências aos familiares dos migrantes no país” (OIM, 2018)¹⁵⁹. Ou ainda, como me

¹⁵⁸ Segundo MJSP e ACNUR (2019), “O reconhecimento pela elegibilidade ocorre quando o/a solicitante passa pelo procedimento de determinação da condição de refugiado, que é o processo administrativo pelo qual o Estado determina se uma pessoa que procura proteção internacional é considerada refugiada sob a lei internacional, regional e nacional.” (p. 3, nota de rodapé)

¹⁵⁹ De acordo com Simões (2017, p. 38), 54,2% dos migrantes enviam entre R\$101,00 a R\$500,00; 8,5% deles enviam acima de R\$500,00 e 37,3% enviam até R\$1000,00 mensalmente. Com relação ao destino do dinheiro, 10,2% enviam a remessa para o cônjuge, 41,8% para os pais, 32,2% para os filhos e apenas 8,2% enviam para irmãos. outros familiares e/ou amigos recebem 7,6% dos envios de dinheiro realizados.

contou uma senhora Warao artesã que estava incomodada com uma mulher que pedia desconto em uma de suas peças numa feira, enviam dinheiro escondido dentro de um fardo de comida, remédios e roupas que era levado mensalmente por uma pessoa que sai de Boa Vista e leva para os Warao, em Tucupita.

Assim, como observado por Andrea Lobo (2014) em Cabo Verde, no contexto do deslocamento venezuelano, o envio de remessas era muito importante para o sustento dos familiares que ficavam, mas também tinham um importante papel para além do sustento:

“As remessas, envio de bens, visitas e fluxos de coisas em geral seriam espécies de contextualização material dos laços de afeto, estratégia fundamental para a manutenção do sentimento de pertencimento e para a construção da “intimidade à distância” tanto para os que estão fora quanto para os que permaneceram na terra natal.” (LOBO, 2014, p.102)

Os vínculos se reafirmam tanto no envio das remessas, quanto na promessa de que, ao se estabelecerem, chamariam seus familiares para morarem com eles, sendo o deslocamento um projeto familiar.

Ser interiorizado, para muitos, significa um rompimento com a facilidade de circulação implícita na fronteira entre Venezuela e Brasil, por isso, para alguns venezuelanos com quem conversei no Centro de Acolhimento, o ideal seria que conseguissem um trabalho em Boa Vista, pois assim garantiriam seus sustentos e ficariam “perto da família”. Virgínia, coordenadora do centro de acolhimento, via como maiores desafios para a inserção laboral, o fato de não haver vaga para acolhimento de tantas pessoas que chegavam em Roraima, além da falta de trabalho no Estado. Ao chegarem no Brasil, através de um sacrifício familiar, “aquela pessoa que vem, aquela família que vem, é a esperança de muitos que ficaram lá. Quando eles chegam aqui, eles se deparam com uma realidade que é diferente da que eles imaginaram”. Ela ainda comenta sobre como havia poucos trabalhos e como muitos acabam se sujeitando a formas de trabalho não dignas porque são, por meio do envio de remessas, o sustento das pessoas que ficavam na Venezuela.

Os altos números de entrada pela fronteira em janeiro e os grandes números de saída em dezembro, mostravam, segundo o Coronel Operação, que muitas pessoas voltaram para a Venezuela durante as festas de fim de ano. Com outras finalidades, esse era um fluxo bastante feito pelos Warao que viviam no estado: voltavam às suas terras visando auxiliar seus familiares a chegarem no Brasil, além de ser uma oportunidade de trazer recursos para artesanato (*jau* – palha do buriti). O que percebi nos relatos dos indígenas dessa etnia, era que ir à Venezuela era uma necessidade para auxiliar na travessia dos parentes que não puderam

vir, ou ainda de garantir meios de geração de renda, por meio do artesanato, no Brasil. Relatos colhidos em campo demonstravam que esse “movimento pendular” exposto no Relatório da OIM era, na verdade, composto por movimentos pontuais de retorno por uma necessidade de sobrevivência da família que ficou na Venezuela. Essa viagem não era feita por todos os componentes de um grupo familiar, devido aos riscos que envolviam retornar ao país do qual fugiram.

Tratar dessas viagens como movimento pendular pode enfraquecer o processo de solicitação da condição de refugiado. Ao solicitar refúgio, qualquer viagem de retorno para o país de origem deveria ser notificada ao CONARE. A omissão da viagem de ida poderia acarretar na não aprovação da solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, uma vez que poderia sugerir que os indivíduos não estavam sofrendo violações sistemáticas dos direitos humanos no país de origem, gerando um entendimento daqueles que avaliam os processos de que, se podem voltar, não estariam em perigo no país de origem.

Às vezes, voltar para a Venezuela, entre alguns interlocutores não indígenas, era uma maneira de se despedir da família. Antes de ser interiorizado¹⁶⁰. Eduardo, que vivia no Centro de Acolhimento, decidiu enfrentar a trilha clandestina, que era espaço de passagem entre os dois países enquanto a fronteira estava fechada, para visitar sua família no Estado de Zulia. Os altos preços para chegar em Roraima de avião e a dificuldade de acessar outros estados por terra, o que também acarretava em altos preços, assustava aqueles que iam “adentrar” o Brasil. Eduardo conseguiu dar um beijo em sua mãe, nos ligou de lá para dizer que tudo estava bem e nos mostrou sua família. O caminho foi cheio de perigos e subornos, segundo ele, mas ainda assim dizia ter valido a pena quando retornou. No dia seguinte do seu retorno, foi interiorizado.

Rafael me contou que uma vez voltou. Ele tinha um filho pequeno e, ainda que tivesse sabido que estava sendo procurado para explicações por ter se envolvido com a travessia da ajuda humanitária e que provavelmente seria preso, enfrentou o risco para poder ver mais uma vez sua família, com quem já quase não falava. Ele me disse que, ainda que estivesse com medo e não tivesse dinheiro suficiente para garantir a ida e a volta, precisava vê-los e precisava ir.

Para aqueles que quisessem voltar à Venezuela, durante o tempo que a fronteira esteve aberta, existia um plano chamado “*Plan vuelta la Patria*”. Este plano consistia na disponibilização de um ônibus, pela Embaixada da Venezuela no Brasil, para que os

¹⁶⁰ Como era um apadrinhamento, ele sabia quanto tempo demoraria para conseguir ser interiorizado, o que não acontece na interiorização formal, uma vez que de um dia para o outro, sem aviso prévio, um grupo já selecionado pode ter a oportunidade de interiorização

venezuelanos retornassem ao país. Durante a pandemia de COVID 19, o programa foi suspenso e as pessoas vindas de fora da Venezuela que queriam entrar pela Colômbia ou Brasil deixaram de ser bem-vindas.

Havia planos para ir e planos para voltar. O exército trabalhava para esvaziar Roraima, o que, segundo o Coronel Operação, era necessário para abrir vagas nos abrigos e garantir o bem estar no estado. Roraima virou um “entre lugar”, um espaço de liminaridade entre Brasil e Venezuela. Algumas vezes, ouvi meus interlocutores venezuelanos referirem-se ao estado de Roraima como “*la línea*”. Segundo o Coronel Operação, em certa reunião da Operação Acolhida, Roraima não era destino, mas sim ponto de passagem.

Mas Roraima, como passagem, não se concretizou para Rafael e vários outros que conheci nesse caminho. Assim como deslocar-se internacionalmente pode se colocar como desafio para determinados corpos e não para outros, ser interiorizado seguia a mesma lógica. Não conseguindo uma oportunidade na interiorização, Rafael foi buscando maneiras de se manter em Roraima, algo que ele acreditou, durante algum tempo, ser transitório. Em contato com os políticos com quem trabalhou no passado no estado Bolívar, tentou buscar formas de trabalhar com eles desde o Brasil, o que por algumas vezes pareceu que se concretizaria, mas acabou não acontecendo. Com o passar do tempo, sem a possibilidade de ser interiorizado pela Operação, sem dinheiro para se deslocar do estado e entendendo que voltar seria perigoso, ainda que a fronteira já estivesse aberta, Rafael entendeu que Roraima não era caminho, mas sim destino.

Trecho VII - *Quedar*



Casal Warao no Igarapé Santa Cecília

Depois que percebeu que não conseguiria uma oportunidade de interiorização, Rafael ficou na casa de alguns amigos por uns dias, em Boa Vista, e em seguida foi para Pacaraima, esperando conseguir concretizar um trabalho prometido pelo antigo prefeito de Santa Elena de Uairén. Ele ficou na casa do ex-prefeito na cidade da fronteira, mas quando percebeu que a proposta não caminhava, voltou para Boa Vista. Na capital, foi convidado a viver na sede de uma das ONGs que atuavam também vinculadas à operação, na promessa de ter um trabalho com essa instituição. Ficou durante uma semana nesse espaço e disseram que já não poderia seguir. A oportunidade de trabalho também não se concretizou. Conseguiu o contato de um outro líder religioso dessa mesma ONG, que o enviou para um outro espaço que era usado como centro de referência para migrantes. Lá, ele e um grupo pequeno de venezuelanos que esperavam para ser interiorizados, viviam em troca de pequenas atividades.

Curiosa sobre como se dava essa configuração de atividades trocadas por comida e estadia, perguntei a Rafael em que consistiam essas “atividades”. Ele me contou que nem sempre eram para ONG, por vezes eram atividades para as pessoas que ali trabalhavam. Nas ocasiões que nos encontramos, enquanto morava nesse espaço, ele não quis entrar em muitos detalhes sobre a situação. Expliquei minha preocupação de ele estar envolvido em um esquema de exploração laboral, com o pouco que ele me descrevia sobre o que se passava nessa casa, mas ele dizia estar esperando uma oportunidade de emprego que prometeram e que, enquanto isso, não via mal em ajudar. Pouco depois dessa conversa que tivemos sobre exploração, Rafael saiu da casa, pois além de a oportunidade de trabalho nunca se concretizar, não estava recebendo as refeições que foram prometidas nesse espaço. Enquanto ali estava hospedado, ele fez um curso de empreendedorismo ofertado pela UFRR, em parceria com uma agência da ONU, sendo essa a primeira vez que Rafael teve a oportunidade de uma capacitação, desde que chegou ao Brasil. Em setembro, mais uma vez ele teve oportunidade de voltar a realizar o trabalho que fazia na Venezuela: planejamento de projetos sociais junto aos indígenas Pemón, em parceria com a prefeitura de Santa Elena de Uairén. Ele foi convocado pelo prefeito, mas como temia atravessar a fronteira, ficou na cidade de Pacaraima trabalhando para ele em uma consultoria. Com isso, conseguiu alugar um lugar para viver e satisfazer suas necessidades básicas. Mas, logo o trabalho deixou de existir e Rafael mais uma vez se viu numa situação difícil e sem perspectivas, até conseguir trabalhar ajudando nas finanças de um mercado em Pacaraima, trabalho que vem desenvolvendo até o momento da escrita desse trecho.

Ficar em Roraima, para alguns dos venezuelanos como Tatiana e outros que conheci em Pacaraima, era uma escolha, até mesmo para pessoas em situação de rua; para outros, era a única possibilidade, como foi para Rafael. Atravessar a fronteira para alguns, ainda que estivessem desabrigados em Pacaraima, era motivo de já se sentir seguro. Na rodoviária de Pacaraima conheci Ana, uma senhora que naquele espaço dormia por não ter conseguido ser abrigada. A despeito de estar em situação de rua, Ana me contava que ela não planejava sair

da cidade, porque queria estar perto de seu país¹⁶¹. Por esse mesmo motivo, Tatiana e sua família, apesar de já terem passado por longos períodos desempregados, também não queriam sair de Pacaraima.

Em Boa Vista, também acontecia o mesmo, tanto entre pessoas abrigadas quanto desabrigadas, tendo elas retornado ou não à Venezuela desde que chegaram ao Brasil. Victor, um rapaz de 32 anos que na época trabalhava no centro de acolhimento, estava morando em Boa Vista com seus filhos, sua mãe, padrasto e irmãos. Ele me contou que não queria sair dali para outra cidade no Brasil, porque se sentia em casa e tinha a oportunidade de ajudar seus irmãos venezuelanos que chegavam todos os dias à cidade.

Estar em Roraima significava, para muitos, estar próximo à Venezuela e em segurança. Estar próximo era importante, como bem apontam Franco de Lima e Fernandes (2019), pois facilitava no processo de remeter dinheiro, mas também de enviar ou levar utensílios, remédios e alimentos para os familiares que não haviam saído de lá¹⁶². A possibilidade de fluidez entre um país ou outro, independentemente de a fronteira estar fechada ou aberta, e de fazerem ou não esses caminhos, era algo muito presente nas falas dos que escolheram ficar.

Certo dia, Carmen, uma das moradoras do Centro de Acolhimento, saiu de uma ligação com feições preocupadas e me disse que precisaria voltar para Venezuela no dia seguinte. Ela contou que havia recebido um vídeo de sua casa na Venezuela sendo arrombada e, na ligação, recebeu a informação de que os cadeados e fechaduras haviam sido trocados. Ela temia não mais recuperar seu espaço porque, segundo ela, havia uma normativa do governo que permitia a ocupação das casas daqueles venezuelanos que haviam se mudado para outros países. Ainda que a fronteira estivesse fechada, Carmen dizia que poderia passar pelas *trochas* e retornar por elas, quando a questão estivesse resolvida. Ela era uma das mulheres que não desejava passar pela interiorização, mas estava nos seus planos ir até a Guiana para comprar roupas e revender em Boa Vista e depois voltar para Venezuela para ver seus filhos.

Carmen decidiu ir para a Venezuela algumas poucas semanas após essa conversa. Nos falamos quando ela chegou ao país, quando ela ligou contando que para atravessar a fronteira teve que pagar uma série de subornos. Mas ela avaliou que tudo tinha valido a pena, pois

¹⁶¹ Sendo um dos princípios do direito internacional o *non refoulement*, para muitos dos venezuelanos bastava atravessar a fronteira para se sentir seguro. Segundo Andrade, “o Brasil possui uma política favorável a solicitantes de refúgio quando comparada a outros Estados, uma vez que é signatário do princípio de *non-refoulement* – não podendo, portanto, expulsar ou devolver estrangeiros/as para um país em que tenham o temor de ser perseguidos/as – e a Lei nº 9474/1997 apresenta-se como avançada no que diz respeito ao refúgio” (2017, p.123)

¹⁶² Entre os diversos motivos dos familiares por lá terem ficado, apesar da situação difícil que se encontravam, havia aqueles que ficaram por não ter condições de seguirem viagem, por estarem buscando formas de cuidarem dos seus pertences, casas e terrenos, ou o medo do que poderiam encontrar no país de destino.

poderia estar com seus filhos que tinham ficado na Venezuela enquanto ela explorava se o Brasil era um espaço seguro para eles. A última notícia que tive de Carmen foi em julho de 2020, quando ela me contou que havia se mudado para Bogotá a pouco mais de 6 meses, mas estava em seus planos voltar para o Brasil: “*Me quiero ir a Brasil, pero apenas estoy reuniendo*”, me disse ela.

Para os que ficavam, era necessário *buscar trabalho*. Essa era uma necessidade apontada tanto pelos interlocutores e amigos venezuelanos quanto pelos brasileiros moradores da cidade. Tal discurso nos mostra a atualidade do entendimento de Sayad (1988) de que os migrantes são vistos como sujeitos provisórios e que só tem razão de estar e ser, como trabalhadores. Durante as noites, sábados e domingos¹⁶³, o centro de acolhimento ficava ainda mais movimentado, pois durante os dias da semana, muitos dos acolhidos saíam para trabalhar ou *buscar trabalho*. Havia acolhidos que trabalhavam em padarias, em bares, fazendo diárias como faxineiras ou ainda fazendo reparos. Havia também um grupo de artistas, que criaram o grupo *Son de Venezuela*¹⁶⁴, composto por musicistas e bailarinas do Centro de Acolhimento que iam tocar em eventos, bares e praças. Também havia uma dupla de artistas visuais que ofereciam seus serviços de retratista pelas ruas mais movimentadas da cidade. Outros ainda iam para as *maticas*, que eram filas formadas e geridas por venezuelanos, que geralmente carregavam enxadas ou outros instrumentos, esperando que alguém os chamasse para fazer diárias nas áreas rurais que cercam Boa Vista.

As *maticas* eram também espaços de solidariedade entre homens que não conseguiam outras formas de emprego. Germano Lopes Ângelo (no prelo), trabalhando especificamente com as *maticas*, percebeu que os vínculos construídos durante a espera eram muito importantes para garantir, além de uma possibilidade de geração de renda, uma oportunidade àqueles que não conseguiam passar pela interiorização pela reunião familiar, ou pela vaga de emprego sinalizada. Segundo ele, a partir desses espaços, os venezuelanos driblavam o que o autor chamou de exclusão praticada pelo programa de interiorização da Operação Acolhida¹⁶⁵, pois

¹⁶³ Nos sábados e domingos, era comum que brasileiros voluntariamente se oferecessem para realizar atividades nesse abrigo, e o interessante era que muitos desses voluntários eram de igrejas. Atividades de cunho religioso não eram permitidas nos outros abrigos geridos pelo ACNUR, mas nesse abrigo, que tinha uma gestão diferenciada, essas atividades aconteciam com alguma frequência, ainda que a coordenadora deixasse explícito que atividades religiosas não poderiam acontecer ali.

¹⁶⁴ Esse grupo era muito interessante porque era composto por músicos que estão em Boa Vista, e, assim como o contexto é de fluidez e passagem, os artistas do grupo também são: o grupo nasceu no intuito de existir com diferentes formações, com quantos músicos pudessem agregar ou quantos músicos estivessem na cidade. Esse grupo e sua história podem ser um ótimo caminho para, em uma pesquisa futura, entender a intersecção entre o trabalho e a temporalidade que impõe a possibilidade de um deslocamento a qualquer momento. Para conhecer o grupo, ver: <https://instagram.com/sondevenezuelaoficial?igshid=jj23cff09ggi>

¹⁶⁵ Não tive a oportunidade de acompanhar essa dinâmica, mas pelo pouco que observei, acredito que pode render boas discussões sobre mercado informal, solidariedade entre migrantes e refugiados.

quando um dos membros da *matica* era interiorizado, poderia servir de referência na modalidade de reunião social.

Em Boa Vista, venezuelanos em diferentes condições pediam por trabalhos por meio de cartazes que seguravam, próximos a semáforos, ou ainda abordando transeuntes. Segundo Ventura (2018), a busca por trabalhos de qualquer natureza aumentou a competição por vagas, o que aumentou a oferta de mão de obra barata. O autor também pontua que surgiram mais relatos sobre empregos em situações insalubres, também observado por Maroni da Silva ao analisar a situação da internacionalização da mão de obra haitiana (2014), semelhante à escravidão, bem como aumento da prostituição de adultos¹⁶⁶ e menores. Segundo Franco de Lima e Fernandes (2019), houve uma substituição da mão de obra brasileira por mão de obra migrante, o que Silva e Magalhães (2020) explicam acontecer, pois:

“para as pessoas em situações de vulnerabilidade, como é o caso dos migrantes, são oferecidos trabalhos que, muitas vezes, estão abaixo da qualificação que possuem, com alto grau de exploração, salários inferiores e com jornadas de trabalhos superiores às praticadas pelos demais trabalhadores” (p.120)

Portanto, para o empresariado, segundo Franco de Lima e Fernandes (2019), tornou-se vantajoso contratar um venezuelano no lugar de um brasileiro, pois representavam maior oferta de mão de obra qualificada, barateamento da força de trabalho e aumento do mercado consumidor. Segundo Franco de Lima (2019), outro motivo para a substituição da mão de obra brasileira pela venezuelana, era que, devido à necessidade urgente de geração de renda, além de mão de obra barata, eram trabalhadores mais dóceis do que os brasileiros, ou seja, mais submissos aos contratantes.

Para Franco de Lima e Fernandes (idem), essa substituição, somada à insegurança que as populações em situação de rua traziam para o estado, seriam os principais motivos pelos quais havia rejeição dos roraimenses em relação aos venezuelanos. Tais problemáticas tiveram ampla cobertura midiática, quando se via reportagens com opiniões abertamente contra os

¹⁶⁶ Segundo Lima e Ferreira, a prostituição de rua na região da Feira do Passarão, em Boa Vista, local onde era comum ver venezuelanas realizando a atividade, data da década de 90, fomentada pela atividade do garimpo no Brasil, Venezuela e Guiana. Mas com a chegada de mulheres venezuelanas, a atividade se torna mais visível. Os autores ainda escrevem: “Nas cidades do interior como São João da Baliza, Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim e Rorainópolis, elas foram cooptadas pelos prostíbulos. Em 2017, vários cárceres privados de prostitutas foram desmantelados pela Polícia Federal no estado. As prostitutas, travestis e transexuais formam um grupo altamente estigmatizado e vulnerável. Espancamentos, estupros, tentativas de homicídio e desaparecimentos foram detectados pela equipe da UNFPA de Roraima.” (FRANCO DE LIMA, e FERNANDES, 2019, p.12).

refugiados¹⁶⁷ e migrantes venezuelanos (OLIVEIRA FILHO e HILGEMBERG, 2020; MOTA, 2019), e também teve repercussão nos discursos dos candidatos das eleições de 2018 e 2020 no estado, quando algumas campanhas eram abertamente xenofóbicas.

Os venezuelanos eram alvo de uma ambiguidade no olhar de vários interlocutores moradores do estado, fossem esses roraimenses ou os *roraimados*. Por um lado, roubavam os trabalhos dos locais, e por outro, eram vistos como aqueles que não queriam trabalhar e estavam no país para roubar os brasileiros, discurso também presente na Colômbia, no Peru e no Chile, segundo Bahar, Dooley e Selee (2020). Os autores fizeram uma análise dos crimes registrados, identificando que o local onde os delitos praticados por venezuelanos aumentaram, eram os espaços onde havia menor inserção no mercado de trabalho, advogando na conclusão do artigo por políticas públicas que permitam a inserção laboral desses indivíduos.

Segundo reportagem do Estadão de 2018¹⁶⁸, apesar da percepção de muitos roraimenses sobre a cidade estar mais perigosa, isso não refletia nos dados de crimes reportados. De acordo com o artigo do jornal, “apenas 0,5% dos crimes foram cometidos por venezuelanos, segundo a Polícia Civil”. Por outro lado, enquanto morei na capital roraimense, via frequentemente na televisão ampla cobertura dos crimes cometidos por venezuelanos, mesmo que, na época em que cheguei, estivesse acontecendo uma crise no cárcere da cidade, que não necessariamente tinha a ver com venezuelanos¹⁶⁹. Tal percepção é comumente dispensada a deslocados não desejados, segundo Sales e Itaussu (2020), desde o fim da segunda guerra, quando o medo de *estrangeiros* era a motivação para criar muros reais e metafóricos, para conter migrantes, que representavam perigo iminente. Os autores explicam que tal percepção, que em campo pude ver sendo atualizada pelas reportagens sobre venezuelanos, se configura como “um dos grandes responsáveis pelo descaso que muitas nações demandam aos migrantes, em especial aos mais pobres” (s.p).

Vindos de situações de extrema vulnerabilidade (como me contara Yolanda) e, como visto nos trechos anteriores, muitas vezes atravessando a fronteira apenas com o mais necessário dentro de sua bagagem, muitos refugiados e migrantes com os quais conversei, não trouxeram diplomas e outros certificados que poderiam facilitar no processo de serem reconhecidos como mão de obra qualificada no Brasil. Aqui utilizo a ideia de facilitar, e não

¹⁶⁷ Um caso similar aconteceu na cidade de Belém, direcionada aos indígenas Warao refugiados na cidade. Vide denúncia feita pelo MPF sobre a forma como indígenas Warao foram abordados num programa de rádio em Belém do Pará: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/denuncia_mpf_racismo_nonato_pereira_jimmy_night_mix_fm_belem_pa.pdf

¹⁶⁸ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,crime-cresce-em-boa-vista-e-imigracao-de-venezuelanos-leva-a-culpa,70002278466>

¹⁶⁹ Para saber mais sobre o tema, ver Andrade (2020).

garantir, uma vez que ter os documentos em posse não basta para conseguir uma colocação e não significa que esses certificados tenham validade em território brasileiro. O processo de reconhecimento de um diploma de graduação, por exemplo, demora e pode ser bastante custoso, dependendo da política de cada universidade¹⁷⁰. A realidade que muitos se encontravam, era de terem trabalhos eventuais, temporários e/ou informais, muitas vezes mal remunerados. Roberto, um homem Warao que conheci em Roraima e reencontrei em Belém, me contou que no estado do Amazonas, em duas ocasiões ao ser levado para fazer diárias em zonas rurais, trabalhou capinando por mais de dez horas seguidas e ganhou apenas 25 reais pelo trabalho feito, valor também citado por Franco de Lima (2019) como um valor usual de diárias para venezuelanos em Roraima, valor que, às vezes, significava menos da metade do que recebiam brasileiros realizando o mesmo serviço.

Roberto também teve uma experiência com um grupo de outros três Warao que trabalhavam formalmente ganhando um salário que julgavam digno. Contudo, a eles eram direcionadas as tarefas mais perigosas do estabelecimento, como conectar cabos de energia sem a interrupção do funcionamento da rede elétrica. Com a negativa de realizar essa tarefa específica, todo o grupo de Warao foi demitido. Práticas como essa, em que a vida do indivíduo *outsider* vale menos, revelam mais uma vez a atualidade do pensamento de Sayad, “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.” (SAYAD, 1998, p. 54). Essa temporalidade está presente tanto no entendimento do sujeito, enquanto alguém que pode a qualquer momento ir embora, quanto na existência do sujeito: o valor atribuído à vida é outro. No caso dos indígenas, isso era ainda mais escancarado, porque além de enfrentarem a xenofobia, também enfrentavam o racismo.

É fato que a precarização do trabalho, vinha também atingindo brasileiros, discurso com o qual frequentemente me deparava ao ouvir locais criticando a Operação, argumento também apresentado por Franco de Lima (2019). Mas, como bem salienta Maroni da Silva (2014), os deslocados enfrentam ainda outros desafios,

“No local de destino de sua migração os trabalhadores se veem forçados a usar toda a sua força física no trabalho sem garantias de cumprimento de leis trabalhistas e contratos por parte dos empregadores, mas também com a anuência, mais uma vez, do Estado, seja através da insuficiência de estruturas

¹⁷⁰ Segundo dados do ACNUR, “despesas administrativas que chegam a R\$ 7 mil para a graduação e de R\$ 14 mil para pós-graduação”. Porém algumas universidades já facilitaram o processo de reconhecimento, isentando refugiados das taxas, tais quais a UniCesumar e UFABC, por intermédio da ONG Compassiva. Segundo dados da matéria supracitada, a nível federal, “o artigo 14 da Portaria Normativa do MEC nº 22 de dezembro de 2016 prevê que pessoas reconhecidas como refugiadas, pelo CONARE, terão direito a um processo facilitado. Ao invés de apresentar os documentos, a pessoa terá o direito de realizar uma prova no qual seus conhecimentos e habilidades na área em questão serão testadas.”

de fiscalização e combate às violações de direitos trabalhistas como o Ministério Público do Trabalho, seja no silêncio e negação de direitos aos migrantes, não apenas como trabalhadores, mas como cidadãos, pessoas, já que são tornados inválidos e descartáveis sem, contudo, acessar direitos relativos à previdência social.” (p.277)

A dificuldade de se inserir laboralmente em termos formais, devido à saturação do mercado de trabalho e suas transformações, corroborava com a percepção do Coronel Interiorização que encontramos no trecho anterior, para quem Roraima não era um espaço de oportunidades para refugiados e migrantes. A escolha da maioria das pessoas venezuelanas com quem estive, era de sair do estado por meio do processo de interiorização, mas muitas não conseguiam. Apesar da crença, entre os moradores de Boa Vista, sobre ficarem apenas os indesejados, o que vi em campo, com interlocutores e amigos, é que além dos que optam por não ir, tantos outros que assim o desejavam, não conseguiram ir. Entre os que escolhiam ficar, havia aqueles que queriam estar perto para facilitar o envio de dinheiro para os parentes que ficaram na Venezuela, os que conseguiram trabalho e aqueles que estavam esperançosos de que logo poderiam voltar para seu país.

Essa esperança foi algo que entendi melhor no dia 24 de janeiro de 2019, no Centro de Acolhimento. As notícias que chegavam ao longo da manhã sobre a Venezuela não eram boas: diversos conflitos haviam tomado conta do país, com repressão às manifestações que aconteciam contra o governo em Caracas e em outras cidades. Nesse dia, eu estava no Centro de Acolhimento apoiando no processamento de alimentos, na cozinha. Ao receber uma informação, discretamente, de uma das pessoas que estava fora do ambiente, um dos cozinheiros escalados no dia sacou seu celular e chamou todos a se reunirem à sua volta, falando algo que não entendi em meio aos barulhos dos liquidificadores e lágrimas provocadas pela cebola. Imediatamente, todos largaram seus postos e, em torno dele, se aglomeraram, formando um grupo de quase vinte pessoas dentro da cozinha abafada para assistir uma transmissão no youtube. Horrorizado, o grupo acompanhava uma notícia sobre a violenta resposta do exército às manifestações que ocorreram na Venezuela, fazendo comentários indignados em relação à atuação das forças armadas. No meio da transmissão, um repórter surge, quando eu já havia me afastado um pouco porque não queria ficar no meio do grupo e atrapalhá-los, e vejo, do meu posto na cozinha, uma euforia generalizada tomar conta dos espectadores que, entre abraços, beijos e lágrimas, comentavam que a partir daquele momento poderiam voltar para suas casas. Depois de alguns minutos de comemoração, entendi o que havia acontecido: foi nesse dia que Juan Guaidó se autoproclamou *presidente encargado* da Venezuela.

O dia todo foi acompanhado de muita alegria e abraços calorosos entre as pessoas venezuelanas do Centro de Acolhimento. Eles repetiam que chegara o momento que estavam esperando e que logo poderiam voltar para Venezuela, para suas casas e suas famílias. Sentei para conversar com Victor e ele me contou que, com a saída de Maduro, tudo melhoraria para a Venezuela e não mais seria um perigo retornar para o país. A esperança que se instalou em Victor e nos outros venezuelanos que estavam no espaço, perdurou por alguns dias, sendo renovadas quando escutavam que países como Brasil, Alemanha, Estados Unidos e outros haviam reconhecido a legitimidade de Guaidó como presidente, cargo que ele não ocupou, e nem há sinais de que vá acontecer até o momento de finalização dessa dissertação, no final de maio de 2021.

Esse evento, e as conversas que tive após ele, mostraram como estar em Roraima era algo visto como temporário para muitos dos que viviam ali, especialmente para aqueles que não queriam ser interiorizados, mostrando que a ilusão da provisoriedade é compartilhada também pelos deslocados e não apenas pela sociedade de acolhida. Muitos diziam só estar esperando que as coisas melhorassem, com a esperança de que isso não tardaria muito, esperança essa que também foi identificada por Vasconcelos (2020).

É possível encontrar, conforme citado anteriormente, estudos que afirmem a existência de um forte movimento pendular (ROSA, 2020 e MOUTINHO, 2017) entre Venezuela e Brasil, o que Farias (apud ROSA, 2020) diz ser “um movimento de ir e vir que o Estado não tem que interferir”. Esse dado que os interlocutores que tive da OIM com frequência citavam, também apareceu de forma quantitativa em relatório de monitoramento do retorno de refugiados e migrantes venezuelanos, produzido, em dezembro de 2020, pelo ACNUR e pela OIM, no marco da R4V. Tal relatório mostra que, da população que retornou à Venezuela, 85% estava fazendo o caminho pela primeira vez e, dos entrevistados, 67% pensava em retornar ao Brasil, sendo os familiares o motivo apresentado para que deixassem o país, por mais da metade dos entrevistados.¹⁷¹ Enquanto fazia pesquisa de campo, conversei com algumas pessoas e pude observar que, entre os não indígenas que haviam ido ao seu país e retornado, a maioria havia ido visitar suas famílias e, entre os indígenas, a maioria foi buscar familiares que não tinham condições de vir desacompanhados para o Brasil.

As possibilidades para não indígenas e indígenas eram diferentes. Não só pelo racismo cotidiano que enfrenta esse último grupo, mas também porque foram excluídos da principal

¹⁷¹ Curioso observar que 86% das pessoas que retornaram viviam em espaços privados e 23% das pessoas estavam em situação de rua, segundo dados desse mesmo relatório.

estratégia de solução duradoura¹⁷² da Operação. A proibição dos indígenas serem interiorizados, buscando assim formas de deslocar-se por sua própria conta sem meios para tal, não tinha uma justificativa oficial, mas ouvia-se, na Operação, (como me contaram Marta e Iolanda) que antes de permitir a inserção deles na alternativa, seria necessário fazer um estudo de como isso impactaria sua “cultura”, sendo aqui cultura um fator de exclusão.



Uma situação que vivi no meu ofício de antropóloga dos abrigos indígenas, traz elementos para pensar em como a categoria cultura tem sido manejada nesse contexto. Certo dia, o militar que trabalhava no abrigo, salientando as confusões que a alimentação gerava junto ao grupo, me pediu para fazer uma avaliação “*de que tipo de comida gostam os Warao*”. Entendendo que seria difícil chegar a um cardápio que agradasse a todos, convidei o grupo a conversar sobre alimentação, sob o olhar atento da nutricionista. O cardápio sugerido pela profissional fora amplamente rejeitado pela comunidade, mas com a presença de casos de desnutrição, ela precisava elaborar junto ao grupo uma proposta. Cada um dos grupos do abrigo, tinha representantes que formavam o comitê de alimentação e esse comitê fora designado pelos Warao e Eñepa para tratar da temática.

Sugeri que começássemos lendo cada um dos alimentos que estavam presentes no cardápio naquele momento e que eles apontassem os que gostavam e desejavam comer com frequência, quais não gostavam e quais gostariam de comer eventualmente. Esse foi um longo processo que merecia páginas e páginas de descrição, mas para não devanear muito: discutindo proteínas animais, o grupo decidiu fazer uma lista de que tipo de peixes gostariam de comer, contando história dos peixes que pescavam em seu território, na Venezuela.

A lista foi ficando grande e a conversa bastante saudosa, até que os interlocutores foram interrompidos por um rapaz Warao que afirmou que precisavam também discutir sobre as carnes que iriam comer, afirmando não gostar de peixe¹⁷³. Esse comentário gerou uma comoção geral e os membros da reunião passaram a discutir sobre a autenticidade da identidade Warao do jovem. Um dos idosos comentou que: “um Warao que vivia nos *caños* não pode não gostar de peixe”, provocando riso nos demais. Aquela conversa me fez pensar sobre como os

¹⁷² Vocabulário muito utilizado tanto pelo ACNUR quanto OIM

¹⁷³ A carne, era uma questão sensível sobre a alimentação nos abrigos indígenas, muitos dos Warao afirmavam não gostar de carne e tantos outros não conseguiam mastigá-la, devido à perda de dentição.

indígenas eram vistos como um grande grupo e não a partir de suas individualidades. Ser indígena significava dentro da Operação: comer todo mundo igual, dormir em redes, deslocar-se com seu grupo. Indianidade, através de um pensamento colonizador disfarçado de sensibilidade cultural, se tornava, no contexto da acolhida desses grupos, uma categoria de apagamento de subjetividades.



Possuir cultura fazia com que, para os indígenas, soluções só pudessem ser pensadas em relação ao grupo étnico, a despeito de suas vontades individuais. Em outras palavras, “sob o manto da diferença cultural” (TEIXEIRA, 2017, p. 730), ser indígena - além de refugiado ou migrante - neste contexto, era esperar uma solução para a etnia, e não ter a possibilidade de contar com o apoio para soluções individuais. No artigo escrito pelos autores Milanez, Sá, Ailton Krenak, Cruz, Ramos e Taquary Pataxó, sobre o racismo anti-indígenas, os autores propõe:

Um mito contemporâneo bastante difundido é o do “desconhecimento” da realidade indígena, como se juristas e legisladores decidissem contrariamente aos direitos dos povos indígenas, baseados numa suposta falta de conhecimento — conhecimento este que só poderia ser provido, nessa forma de pensar, por uma elite acadêmica não-indígena, e não pelos depoimentos e demandas dos próprios indígenas. (p.2165)

Em outro trecho os autores ainda completam:

No caso do racismo em relação a pessoas e formas de viver dos indígenas, não se trata de desconhecimento de parte da sociedade não indígena, mas sim da arrogância no sentido de uma construção cultural pela desvalorização e desrespeito às pessoas ditas de culturas diferentes. (p.2178)

Nesse artigo, os autores tratam sobre a presença do racismo antipovos indígenas em diversas práticas do Estado e sobre como não são lidas enquanto práticas racistas. Os autores argumentam que muitas vezes pesquisadores e legisladores entendem que o que é direcionado a povos indígenas seria outra forma de preconceito, e não racismo. Na Operação, em mais de uma oportunidade, ouvi de colegas interlocutores indígenas que haviam sido barrados ao tentarem se inscrever no programa de interiorização. Um amigo da etnia Warao que era professor, tinha uma irmã vivendo no Mato Grosso do Sul e foi buscar na unidade de

interiorização o formulário para se inscrever na modalidade reunião familiar. Ao chegar na entrada da área da interiorização, um soldado que guardava a área o olhou e disse: “você *não pode, você é índio*”.

Entendi pelos rumores que o alto escalão da Operação Acolhida, temendo agir no sentido de assimilação e integracionismo e não tendo o suporte da FUNAI¹⁷⁴, definiu que os indígenas seriam sumariamente excluídos dos processos de interiorização. Ailton Krenak (in MILANEZ et al., 2019), proferiu que “violência racial se disfarça, às vezes ela parece política pública” (p. 2171). A negação da possibilidade de interiorização, na tentativa de ser *politicamente correta* e, segundo Yolanda, *por preocupação com a cultura dos indígenas*, acaba reiterando como a colonialidade nunca deixou de ser uma estratégia para lidar com povos indígenas (idem), pois, como vi em campo, esse era um desejo de vários dos meus interlocutores, e não houve nenhum tipo de consulta aos indígenas sobre serem incluídos ou não no processo. Segundo Kum Tum Akroá Gamela, “A colonização é essencialmente a negação do outro¹⁷⁵, que vai dessa negação mais sutil, subjetiva, até a eliminação física” (ibid). A *cultura*, nesse contexto, virou uma categoria de negação e exclusão, que não permite escolhas individuais em detrimento de sua manutenção.

Já que em Roraima *ni los criollos logran de tener trabajo*, como me contou uma liderança Warao chamado Juan, que argumentava como para os indígenas a situação era ainda mais delicada, salientou que ainda que fossem iguais *en la sangre y en la carne* e nas capacidades laborais, Juan considerava que estavam ainda mais vulneráveis que os *criollos*¹⁷⁶. O *aidamo* argumentava que ele tinha as mesmas capacidades dos não indígenas de se adaptar ao tipo de trabalho que os interiorizados faziam, considerando que muitos dos que eram interiorizados realizavam trabalhos braçais, que não precisavam de uma formação específica e não necessariamente precisavam ter experiência no ofício que ocupariam.

Buscando alternativas, os Warao tentaram trabalhar vendendo seus artesanatos. Era comum que os que viessem da Venezuela trouxessem artesanatos para vender, mas muitas

¹⁷⁴ Que segundo os rumores contados por Yolanda, quando acionada para dar orientações sobre o trabalho com os indígenas, a FUNAI informou que seu mandato era de trabalhar com indígenas brasileiros e não *estrangeiros*. Com o passar dos anos, a FUNAI foi se aproximando do trabalho, por alguns técnicos e escritórios regionais, mas faltando coordenação a nível nacional. No primeiro bimestre de 2021, passou a existir uma maior coordenação nacional sobre o tema.

¹⁷⁵ Tratando dos processos de desumanização do outro pelos colonizadores, Mbembe (2001) afirma que no contexto de Camarões, a desumanização do africano começa na percepção da alteridade. E a alteridade, segundo o autor, é vista como algo negativo.

¹⁷⁶ Apesar da presença marcante de indígenas no estado, uma vez que o território do estado tem algumas reservas indígenas e do fato de muitos roraimenses terem adotado o nome da etnia Macuxi como gentílico de quem nasceu no estado, Roraima é palco de várias práticas racistas em relação aos povos indígenas (MARTINS, 2006; BONIN, 2007; BARBOSA, 2010)

vezes eram barrados pela Receita Federal, ainda em Pacaraima. Os que conseguiam atravessar com os materiais para fazer o artesanato (*jau*) ou com peças, se depararam com o fato de que as vendas não rendiam dinheiro suficiente para garantir as necessidades básicas da família. A única atividade que fora lucrativa durante um tempo, em Roraima, e que era lucrativa em outros locais do país, era a coleta: estratégia que os Warao usaram nas grandes cidades da Venezuela para arrecadar dinheiro. A coleta, aliada ao deslocamento sem o apoio do Governo Federal, foi vista como um meio para garantir condições mínimas de sustento de diversos grupos familiares Warao vivendo no Brasil. Para explicar essa estratégia e o envolvimento dela com o deslocamento, convido o/a leitor/a a olhar para o que aconteceu bem antes de iniciarmos esse caminho.



Nas etnografias clássicas sobre o povo, os Warao são classificados como coletores (LAFÉE-WILBERT, 2008). Viviam da coleta de frutos e pesca no Delta do Orinoco, que está localizado em sua maior parte no estado Delta Amacuro, mas também ocupa parte dos estados Sucre e Monagas. Esse é o território que os Warao ocupam há mais de 7000 anos (idem)¹⁷⁷. Com o contato interétnico que se dá, principalmente a partir da invasão de seus territórios por colonizadores (desde o século XVII), e mais tarde pela própria população venezuelana buscando explorar as riquezas da região (intensificando a partir dos anos 60), esses povos passam a realizar também outras atividades de exploração do seu ambiente e se inserem no sistema de trocas monetário. Passaram a fazer parte do mercado consumidor e em menor escala também do mercado produtor que abastecia cidades como Tucupita.

Com a salinização do solo de sua terra natal provocado por atividades extrativistas de alto impacto, como os alagamentos persistentes trazidos pelo fechamento do *caño manamo* (GARCÍA CASTRO; HEINEN, 1999) e os impactos trazidos pela exploração madeireira no local, os Warao enfrentaram ampla mudança no seu ecossistema, além de enfrentar epidemias de cólera e surtos de HIV. Nesse contexto, a reprodução social passou a depender mais

¹⁷⁷ Dos anos 2000 adiante, antropólogos como García-Castro e Heinen (2000) e também Wilbert (apud RAMOS et al., (2017), salientam que, de acordo com suas técnicas de subsistência e maior ou menor intensidade de contato interétnico, é possível encontrar quatro padrões culturais entre os Warao, sendo essa a forma dos autores destacarem a heterogeneidade desse povo que, segundo o censo de 2006 da Venezuela, chegou a somar 48 mil indivíduos. Segundo Wilbert e Ramos (2017), esses grupos são Delta Central, Suroriental, Noroccidental e Boca do Orinoco. O grupo do Delta Central, segundo García-Castro e Heinen, se consideram *Waraowitu*, ou seja, os autênticos Warao.

intensamente das relações de mercado com os não indígenas, sendo necessário que buscassem outras formas de garantir renda. As famílias Warao passaram a estar cada vez mais inseridas no sistema assalariado, inserção essa estabelecida de maneira bastante precária e fortemente mediada pelos *criollos*.

Nos anos 80, houve uma intensificação na busca por viver nas cidades grandes. Nesse movimento, os Warao perceberam que sua presença nas cidades comoviam os moradores locais, que os entregavam alimentos, roupas e dinheiro. Vendo que estar em centros urbanos era uma possibilidade de gerar renda, os Warao passaram a praticar a coleta sazonal (GARCIA CASTRO, 2000), o que aconteceu, segundo Garcia Castro (*idem*), reproduzindo uma técnica ancestral de subsistência adotadas por eles nos *caños* (como chamam a terra natal) adaptando-a para o contexto citadino, para onde eles vão “com a finalidade de arrecadar dinheiro, alimentos e roupas” (ROSA, 2020). Com a facilidade de arrecadação por meio da coleta, somada à construção de espaços nos subúrbios que se pretendiam temporários para evitar que os Warao vivessem em meio à cidade de Tucupita, muitos indígenas da etnia se mudaram para a capital do Delta Amacuro.

Os deslocamentos para as grandes cidades parecem surgir como uma alternativa de sobrevivência. Deslocar-se, no caso dos Warao, foi uma necessidade e não uma orientação ancestral ou cultural. Como também defende Rosa (2020), “é equivocado pensar essa mobilidade como uma característica cultural do grupo, pois se trata de um fenômeno complexo provocado por situações históricas de intervenção em seus territórios de origem” (p.36). Esses deslocamentos aconteceram também para as capitais na Venezuela, em especial em Caracas e Tucupita, como mostra a autora. E para garantir a reprodução social, coletar era uma maneira de lidar com a escassez de recursos.

Segundo Rosa (2020), o dinheiro na economia de subsistência Warao é entendido como um insumo que pode ser trocado por produtos necessários para a alimentação e por roupas. A autora, citando Ávalos (2002), argumenta que na mesma lógica da coleta de frutos, ou dos resultados da caça e da pesca, ele deve ser “convertido em algo útil e consumível a curto prazo” (ÁVALOS, 2002, p. 23 *apud* ROSA, 2020, p. 96) e portanto não é entendido como um bem acumulável.

A atividade da coleta garantia um protagonismo da mulher Warao, principalmente a partir dos anos 90, na decisão de quando e para onde se deslocar, uma vez que são elas que provêm para a família. Tratando da situação no Brasil, Rosa (2020) descreveu que, muitas vezes, as mulheres eram as primeiras a se deslocar para outra cidade, sem os outros membros da família e, posteriormente, ao avaliar como se dava a arrecadação no novo destino, enviava

o dinheiro para garantir o deslocamento dos que ficaram. Marlise Rosa, analisando entrevistas que fez em campo, evidenciou que os Warao se deslocaram para resolver seus problemas: falta de alimentação, falta de moradia digna e falta de trabalho e traz o questionamento tímido entre parênteses: “se eles se movem por conta da cultura, por que os primeiros deslocamentos, na Venezuela, ocorreram apenas em meados do século XX?” (p.33), seguido por uma afirmação: “os Warao se deslocam porque estão em busca de condições dignas de sobrevivência e isso não tem nada a ver com nomadismo, nem com determinismo cultural.” (idem). Pensar sobre a ideia de que os Warao são tradicionalmente orientados para migrar, tendo eles sido sedentários até meados do século XX e sendo sua presença no território do Delta do Orinoco datada há mais de 8000 anos, é uma forma de apagar todos os processos de vulnerabilização aos quais foram submetidos, como mostrarei a seguir.

No Brasil, o deslocamento era também uma maneira de tornar sustentável a coleta. Com muitos Warao concentrados, não eram todos que conseguiam arrecadar. Certa vez ouvi de Marcela, uma mulher Warao que conheci em Boa Vista, do sucesso dos parentes que coletavam em outros estados brasileiros, longe de Roraima e Amazonas, enquanto ela, vivendo em Roraima, já nem tentava mais porque não ganhava dinheiro. No tempo que eu trabalhei dentro dos abrigos, era frequente escutar algum Warao dizendo que os parentes que foram embora estavam arrecadando muito dinheiro nos novos destinos, podendo chegar a até mais de 100 reais por dia e essa perspectiva alimentava o desejo de deslocarem-se em muitos deles.

O deslocamento dos Warao parecia uma estratégia para lidar com a escassez, mas tinha também outras motivações, tais quais reunir os familiares, ou buscar por um espaço mais digno para viver. Ainda que os municípios recebessem uma verba do Ministério da Cidadania para o atendimento de migrantes e refugiados venezuelanos¹⁷⁸, nem sempre o serviço prestado era adequado. Não havia, entre os vários municípios, uma resposta unificada, apesar do apoio de instituições como as agências da ONU, por exemplo, no compartilhamento de boas práticas de abrigamento e atendimento a essas populações. Rosa (2020), dialogando com Sayad, diz que há uma “economia de exigências por parte do Estado” (p.52) na realização do atendimento para os Warao. Nesse cenário, a atuação de ONGs e outras organizações paraestatais era essencial para garantir a sobrevivência dos Warao em diferentes locais do Brasil.



¹⁷⁸ De acordo com a Portaria nº 468, segundo o site do Governo Federal (<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/governo-federal-investe-mais-de-r-630-milhoes-na-operacao-acolhida>)

Quando chegam ao Brasil, em situação de vulnerabilização e precarização extrema, os Warao arrecadam dinheiro de duas formas: vendendo peças de artesanato que trouxeram da Venezuela e coletando nos sinais de Boa Vista e nas ruas de Pacaraima. Coleta ou *recolecta* era a forma que os próprios Warao se referiam à atividade, mas era frequente, entre os trabalhadores da Operação, chamarem a atividade de mendicância. Estar com as crianças nos sinais era algo que remetia, para Sandra, a funcionária pública que encontrei no início desse caminho, aos tempos de maior pobreza do Brasil, “quando ainda víamos crianças nos sinais”. Ela comentava sobre como as mães eram irresponsáveis de colocar os filhos naquela situação.

A coleta, nos centros urbanos no Brasil, consistia na busca da mulher por pessoas que pudessem doar dinheiro a elas, especialmente em semáforos e espaços movimentados. Segundo Rosa (2020), “são as mulheres, por meio do ato de pedir dinheiro, que arrecadam doações em espécie ou em gêneros alimentícios, necessárias à subsistência do grupo familiar e também para o financiamento das viagens.” (p.33). Por muito tempo, foi comum que as mulheres levassem suas crianças menores para realizar a atividade com elas, o que gerava ainda mais comoção aos doadores, que lhes doavam uma quantidade ainda maior. A atividade, segundo Ana, uma mulher Warao que conheci em Boa Vista, era um trabalho muito penoso, por conta do sol quente e dos perigos de estar na rua. Mas era um trabalho, assim como fazer e vender artesanato, que também fazia na companhia dos filhos menores, por ser ela a responsável pelo cuidado.

A fala de Sandra vinha com um marcador que, em muitos meios de comunicação, vinha sendo utilizado como classificação para a coleta no Brasil o termo mendicância. Como Cordeiro (2018) explica, as formas de arrecadação dos moradores de rua não eram consideradas trabalho por muitos, se não vagabundagem e mendicância. Para Sandra, a *mendicância* praticada pelos “índios na rua” remetia a uma memória de um passado de miséria no Brasil. No entanto, o que acontecia era que o estar na rua se dava por uma questão de geração de renda, conforme observado por Cordeiro, como uma das possibilidades do estar na *rua*. É necessário também pensar na criminalização da coleta feita por indígenas como uma atividade que carrega, não apenas o peso visto por Cordeiro sobre pedir, ou sobre a “mendicância”, mas a esses corpos se soma o fato de que os Warao são indígenas, a quem há muito fora atribuída a característica da “preguiça” (CUNHA PEREIRA, 2013), entre outras características pejorativas, desde o Brasil colônia.

Já perto de terminar a revisão da dissertação, um dos meus colegas interlocutores Warao me chamou para participar de um grupo de WhatsApp onde estavam vários indígenas dessa

etnia que viviam tanto no Brasil quanto na Venezuela. Quando entrei no grupo, vários Warao estavam discutindo a seguinte provocação: “*INDIGENA WARAO QUE PEDIR DINERO EN LA CALLE ES UNA CULTURA?*”. A pergunta foi provocada porque, em uma entrevista, uma mulher Warao disse que coletar era parte da cultura da etnia, em bastante consonância com o que propusera Garcia Castro (2000), em que a *cultura* parece carregar o sentido exposto por Bateson (2008), para o qual as características da cultura eram “aquelas repetidamente reconhecíveis em seus mais diversos contextos” (BATESON, 2008, p. 98). A pergunta gerou um debate longo e, entre várias respostas falando das práticas antigas e como a coleta de dinheiro estava ausente na vida dos avós e pais dos respondentes, portanto não fazia parte da cultura Warao, José disse que a pergunta estava errada:

"La pregunta es pedir dinero en la calle es parte de la Cultura warao? La respuesta es simple, NO ,eso no pertenece a la Cultura warao. Ahora para reflexionar un poco para que? Y porque algunas familias warao está en la calle pidiendo ayuda hoy dias?"

José argumentava que os Warao precisavam pedir dinheiro para sobreviver no Brasil e não porque era cultura. Em um áudio, ainda complementou: “*nosotros como Warao como gente trabajadora y para pedir esmola, dinero en la calle, eso no es cultura (...) no existe esa cultura, existe más es copiado, de otra cultura*” [se referindo aos jotarao].

Enquanto eu fazia campo, tanto as mulheres que praticavam a coleta, quanto o seu grupo familiar, classificava a atividade como trabalho (*yaota*). Certo dia, perguntei a um amigo Warao onde estava sua esposa e ele me disse que havia saído para trabalhar. Fiquei surpresa com a resposta e felicitando a família por ter conseguido um trabalho, ele me disse que ela foi fazer a coleta. Para essa família Warao, a atividade era um trabalho, mas um trabalho extenuante e que faziam por não encontrar outros tipos de trabalho. A coleta se diferenciava dos outros tipos de trabalho por ser árduo¹⁷⁹.

Durante o tempo que trabalhei com essa população em Roraima e no Pará, em mais de uma oportunidade escutei relatos de mulheres sobre como a coleta era uma atividade demandante e exaustiva, que expunha a elas e às crianças ao sol e intempéries constantes, prejudicando sua saúde, além de estarem extremamente vulneráveis às violências físicas e

¹⁷⁹ O debate sobre a coleta é algo que merece um olhar ainda mais atento e focado. Uma possibilidade de investigação é entender as tensões entre a percepção sobre a atividade a partir dos diferentes olhares entre homens e mulheres, uma vez que a coleta é uma atividade realizada majoritariamente por mulheres e, frequentemente as atividades realizadas por mulheres não são consideradas trabalho (FEDERICI, 2017).

verbais de transeuntes. Mas, apesar de tudo isso, ela era uma atividade necessária para garantir o alimento para a família e, em alguns casos, o aluguel.

Para os Warao, eram óbvios os riscos que envolviam levar crianças para a atividade da coleta, mas em uma live exibida pelo ACNUR e UNICEF, uma indígena Warao que vivia em Belém comentou sobre como não havia outra opção de cuidado para as crianças, porque as crianças tinham que ficar com ela. Essa mulher contava que, apesar de vários brasileiros violentamente “explicarem” a ela o problema de estar com as crianças nas ruas, às vezes essa era a única opção para conseguir dinheiro para alimentar sua família. O que ecoava nos meios de comunicação¹⁸⁰ era um movimento de enquadrar “as pessoas no registro da falta, na afirmação frequente de que elas vivem no ócio” (CORDEIRO, 2018, p. 139), enquanto o que era observado era o mesmo que observara Cordeiro: “O morador de rua parecia continuamente envolvido na busca por meios de sua existência” (idem) e os Warao quando estavam na rua, também.

Analisando sobre o aspecto do cuidado, tendo ouvido reiteradas vezes que as crianças eram das mulheres (*los niños de las mujeres*), entendi que, na dinâmica daquelas famílias, as mulheres tinham o papel de cuidar e estarem atentas aos filhos e, portanto, realizavam suas atividades também *pendientes de los niños*. Um dia, falando sobre coleta com uma mulher Warao em Boa Vista, ela me perguntou “com quem eu deixaria meus filhos? Eles têm que estar comigo”. Ela argumentava que, quando ela ia fazer artesanato, levava os filhos, e o mesmo acontecia quando ela tinha que coletar.

Em Roraima, segundo o relato de algumas lideranças, poucas crianças e adolescentes estavam matriculados nas escolas. Ocupavam seus dias entre atividades com outras crianças que viviam no mesmo espaço que o seu. Marcela, que era uma das poucas que realizava coleta no estado, levava seus filhos para fazer a coleta, sendo essa uma estratégia para não deixá-los sem a supervisão de alguém de seu núcleo familiar. Embora essa seja uma atividade considerada ilegal no Brasil, o cálculo feito por Marcela, que não vivia num abrigo, era de minimizar o risco, uma vez que, sem a atividade de coleta, os Warao não conseguiam arrecadar dinheiro para comprar alimento para a família, fazendo da atividade essencial para sua saúde e reprodução social.

É também importante salientar que a coleta não era uma atividade que sustentava só aqueles que estavam no Brasil, mas também seus familiares na Venezuela. Como os

¹⁸⁰ Por exemplo como os sujeitos dessa ação movida pelo MPF a respeito da forma de abordar a situação dos Warao por uma rádio em Belém (http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/denuncia_mpf_racismo_nonato_pereira_jimmy_night_mix_fm_belem_pa.pdf)

venezuelanos não indígenas, os Warao frequentemente enviavam remessas aos parentes que ficaram, a fim de custear suas viagens ou mesmo de apoiá-los na alimentação, que, segundo me contaram, estava cada vez mais cara e praticamente impossível de comprar, mesmo para aqueles que recebiam salários. No grupo de WhatsApp supracitado, Norberto, um administrador Warao que havia sido contratado pelo município de Ananindeua-PA como intérprete há pouco tempo, escreveu:

Quién te dijo que emigrar a otro país te daría la gran vida? Pues te cuento que te mintió ...emigrar es trabajar de lo que salga (que sea Honesto y Honrado) es aguantar insultos, ofensas, gritos, es levantarte muy de madrugada y acostarte muy de noche, a veces hasta dormir en la calle es callar y llorar en silencio, es dejar de comprarte algo para ahorrar, es luchar cada día...no tienes idea lo que cuesta ganarse 100 REAIS ...dormirte con dolor en los pies en la espalda...querer abrazar a alguien al terminar la jornada y solo tienes a tu almohada, es querer tener alas para volar e irte Es eso y más ...asi que si un familiar te envía aunque sea 10 REAIS ora por ella o POR el ...ya que no tienes ideas de lo que le costó ganárselo...así que solo te pido algo ora mucho por los emigrantes, no te burles de ellos 🙏 Solo Dios es testigo de lo que sufre FUERA DEL PAIS NATAL 🙏.
ES UNA REFLEXIÓN QUE QUISE COMPARTIR CON TODO USTEDES OBRIGADO, GRACIAS, YAKERA

(texto postado com a anuência do autor)

Uma vez, conversando com a senhora Andrea que vivia em um abrigo em Roraima, ela me dizia que não adiantava estar comendo bem dentro de um abrigo se sua família estava passando fome na Venezuela e que, por isso, ela saía para pedir, mesmo que conseguisse juntar um pouco de dinheiro vendendo seus artesanatos. Ela me contava que, mesmo nos meses em que ganhava um bom dinheiro com artesanato, enquanto vivia no abrigo, não era suficiente para enviar para a Venezuela, nem para pensar em deixar de viver em um abrigo, uma vez que sair significava alimentar a família toda, pagar aluguel e as contas de luz e água (o que não faziam em seu país). A inconstância da venda de artesanatos e sustentar a família na Venezuela eram os principais motivos que Andrea via para não sair do abrigo, onde ela e a família não gostavam de morar¹⁸¹.

Com o dinheiro que arrecadavam se alimentavam, os que viviam em espaços privados, pagavam aluguéis, mandavam dinheiro para os parentes na Venezuela e, quando chegava a hora, compravam passagens para mudar-se de cidade. Pelas limitações geográficas, todos os Warao que entraram no Brasil passaram por Pacaraima, Boa Vista e Manaus. De lá, a rota mais

¹⁸¹ Existem diversos relatos sobre a inadequação dos espaços de abrigo em Roraima (SILVA, 2018).

tomada era pelo estado do Pará, onde chegavam pelo rio. Quando a atividade praticamente deixa de ser praticada em Boa Vista e Pacaraima, por causa da baixa adesão dos moradores locais, muitos indígenas se veem sem a possibilidade de deslocar-se, contando assim com o sucesso de outros familiares, que conseguiram ir para outros estados, em coletar e enviar dinheiro para que eles também pudessem se deslocar, uma vez que a viagem de Boa Vista para Manaus não era barata^{182 183}.

Morar em um abrigo era visto, pelas instituições da Operação, como algo temporário. Mas a temporalidade para os indígenas não acompanhava o esperado pelas instituições¹⁸⁴ e isso se dava porque, diferente dos não indígenas, não tinham a possibilidade de aderir ao processo de interiorização do Governo Federal e por serem discriminados duplamente ao buscar empregos no estado, uma vez que eram venezuelanos e indígenas. Restou, para muitos, continuar vivendo em Roraima. Alguns nunca pretenderam se deslocar para outros estados, outros não tiveram condições. Em fevereiro de 2021, quatro eram os abrigos voltados para população indígena: O Janokoida, Pintolândia, Jardim Floresta e Nova Canaã¹⁸⁵, dois a mais do que quando iniciei a pesquisa. Mas, ainda no início de 2021, alguns dos indígenas que participaram da abertura dos primeiros abrigos, continuavam vivendo neles. Se, de alguma forma, como Level, Silva e Guimarães (2020) postulam fazendo a interlocução com o trabalho de Sayad (1988), “o migrante é visto como parte provisória na cidade e, por isso, não se deve despender tempo em criar condições para sua permanência – tampouco desenvolver políticas públicas” (p.120). Os Warao, junto com outros indígenas venezuelanos, eram ainda mais afetados por essa noção de provisoriedade e, nesse contexto, os abrigos para emergência e incipientes tentativas de sustento para esses grupos, eram as poucas possibilidades que encontravam.

*“Cómo un nómada.
Sin identidad.. Me tiran sin piedad latigazos que arrancaron de mi piel la privacidad..”*
(trecho do poema que publicou uma conhecida Warao em sua rede social)

¹⁸² Quando eu fui de Boa Vista para Manaus de ônibus, a passagem mais barata que encontrei foi de 300 reais e era esse mesmo ônibus que os Warao pegavam.

¹⁸³ Algumas famílias conseguiam arrecadar dinheiro com seus artesanatos, conforme se pode ver em projetos mais estruturados, normalmente vendendo para fora do estado, vide projeto realizado em parceria entre ACNUR e Casa Museu do Objeto Brasileiro - <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/11/projeto-que-impulsiona-artesanato-warao-recebe-novos-recursos-para-expandir-seu-impacto/>

¹⁸⁴ Em uma pesquisa futura, seria interessante observar como têm atuado diferentes organizações internacionais na América Latina, para entender além das divergências e convergências, a forma que as ações em prol da ajuda humanitária possibilitam diferentes caminhos para refugiados e migrantes.

¹⁸⁵ Aberto no dia 15 de fevereiro de 2021. Antes era um abrigo para não indígenas, foi fechado num movimento de saída do FT Log Humanitário e foi aberto novamente durante o tempo em que a fronteira estava fechada, pois, ainda que estivesse fechada, havia muitos indígenas entrando no país.

Publicou em seu *Facebook* uma indígena Warao que vivia em um dos abrigos. Os Warao que viviam nos abrigos, que tinham familiares em tantos lugares e frequentemente encontravam parentes passando por eles indo encontrar outros parentes em outros estados, viviam interpelados pelo deslocamento e/ou por uma expectativa de algo acontecer: ou conseguir um trabalho, ou conseguir se deslocar, ou esperar uma parte da família chegar... Estar no abrigo era estar esperando. O abrigo era um entrelugar entre a vulnerabilidade extrema que se encontravam e uma vida autônoma, podendo prover para si mesmo. Em Roraima, com as poucas possibilidades de se “inserir” laboralmente ao molde dos *criollos* e vivendo em espaços criados para emergencialmente atender aos refugiados e migrantes, o estado passou a ser uma materialização da liminaridade por causa das poucas possibilidades de conseguir emprego, por ser indígena, por ser venezuelano.

Bela Feldman-Bianco (2018) fazendo uma análise das políticas de controle migratório no Brasil e evidenciando o caráter de securitização que surge como cerne dessas políticas, fala sobre como uma política policialesca traz impactos negativos para trocas transnacionais, impactando o Brasil e populações específicas. A autora, tratando da chegada de haitianos após o terremoto de 2010 e venezuelanos, propõe

“esses fluxos de pessoas têm sido invariavelmente categorizados como causando uma “crise” ou “invasão”, seja no caso de haitianos, ou de venezuelanos. Para além da falta de infraestrutura e de políticas de acolhimento e acompanhamento, essas categorizações também apontam para a implícita discriminação e xenofobia contra o “outro”: estrangeiras e estrangeiros racializados, vivendo em situação de precariedade.” (p.24)

Os indígenas, segundo a autora, entram nessa categoria e por suas dinâmicas próprias com o território e fronteiras, não faria sentido tamanha burocracia para chegar e se instalar num novo espaço. Essa percepção da autora me lembrou de um dia, quando voltava em um táxi de Pacaraima para Boa Vista, com um grupo de líderes Warao. Eles estavam observando a paisagem arborizada, cheia de buritis e rios, que muito pareciam com são suas terras originárias, até que um deles deixa de falar Warao para me perguntar em espanhol se realmente aquele espaço era terra de indígenas. Eu respondi que sim, e disse que aquela era a terra indígena São Marcos, mas que não se lembrava de cabeça quais eram os povos que moravam ali. O silêncio tomou conta do carro e, depois de alguns minutos, o mesmo homem que me questionou disse: “*somos pueblos indígenas, Yuli. No tenemos fronteras*”.



O fim que também é começo (ou considerações finais)

Quando eu já trabalhava em Roraima, na fila para buscar água no bebedouro do PTRIG de Pacaraima, ouvi um menino que aparentava ter em torno de 6 anos perguntar em espanhol para a mulher que o acompanhava “mamá, qué día vamos a Brasil?”.

Parafraseando Cora Coralina que dizia que o importante da vida não era o ponto de partida, mas a caminhada, a etnografia desse caminho foi construída pensando que os fluxos são importantes ferramentas analíticas. No trajeto, conhecemos diversos atores e personagens, alguns nos acompanharam lado a lado, outros pegaram algumas *trochas* e depois de um trecho juntos os perdemos de vista, e diria que tantos outros ainda podem surgir. Pensar nos fluxos para além do movimento das coisas, é uma proposta que Lobo (2012) traz, e que vejo muito profícua nesse contexto: através do caminho pudemos pensar no contorno institucional construído para a chegada, estadia e partida de refugiados e migrantes vindos da Venezuela para o Brasil.

Considerando que tudo é político, é óbvio que vários interesses estão por trás dessa resposta para o fluxo de venezuelanos, fluxo esse que é chamado de *crise* tantas vezes por diversos atores. Mas esse não foi o foco deste trabalho. Tantas discussões podem sair desse contexto/local/situação, que senti ser necessário deixar, ao longo do trajeto, várias notas de rodapé (como quem deixa doces para marcar o caminho), que pontuam tantas outras possibilidades que vi ao definir “qual caminho eu gostaria de seguir”.

Lembrando que esse caminho é uma ficção e foi um ordenamento etnográfico das ações que envolviam a recepção de venezuelanos no Brasil, sinto que o único jeito de encerrá-lo, é convidando o/a leitor/a a olhar para ele mais uma vez, com toda essa bagagem que acumulamos até aqui. Com isso podemos juntos/as observar o que estava acontecendo em volta, perceber a paisagem e pensar nas transformações que aconteceram por causa dessa ficção (que também é institucional). E isso, como prometido, faremos através das fotografias.

Nos acompanhou o conceito de liminaridade, que Victor Turner entende como “a relação interestrutural, de ambiguidade e de não pertencimento inteiro a nenhum dos atributos dos estados passado ou vindouro” (2005, p. 138). Tal conceito muitas vezes é utilizado para descrever a situação de refugiados e migrantes no país de acolhida na produção da antropologia e de outras ciências sociais, uma vez que esses sujeitos não pertencem mais ao local do qual saíram e não são vistos como parte do local onde chegaram, como escreveu o antropólogo

Simon Turner (2015). A partir da análise do caminho que perpassa a chegada, estadia e partida(?) de venezuelanos no/do Estado de Roraima, analiso que a liminaridade está presente e que é possível entender alguns dos contornos dessa condição no contexto analisado. Minha percepção é que essa situação de ser e estar entre estruturas pode ser analisada pela ótica da coabitação (Viegas e Feijó, 2017) que seria a coexistência de mecanismos plurais de perceber e estar no mundo. Nesse contexto a coexistência de Venezuela e Brasil e Roraima se reforça por dois fatores (1) pelos rumores e (2) pela própria ideia de *saída*. Esses fatores acabam alimentando a condição de liminaridade de refugiados e migrantes que se encontram no estado de Roraima. Esse estado vira, então, um entrelugar, espaço de coexistência de elementos formadores da nação de dois países.



Na introdução, nos preparamos para colocar os dois pés no caminho. Mas é ao nos depararmos com a placa amassada, em primeiro plano, indicando o limite territorial entre Venezuela e Brasil, que começamos a trajetória. Ao *Llegar*, ao fundo, vemos uma aglomeração¹⁸⁶. Os sujeitos parecem todos estar observando um mesmo ponto, mas ainda não sabemos o que é. Quase ao centro da imagem, parecendo bastante distante, vemos as bandeiras do Brasil e da Venezuela em seus mastros, mas essa última não está inteiramente içada. A chegada no caminho é confusa, muita informação, muita gente e vários símbolos para explorar.



¹⁸⁶ Palavra popularizada durante a pandemia de Covid-19, que acontece enquanto escrevo esse texto. Ao me dar conta da *aglomeração*, me perguntei se foi pela pandemia que me chamou atenção essas pessoas reunidas: “será que eu passaria despercebidamente por esse grupo em outros tempos?” O nosso olhar das situações (e das fotografias) diz muito sobre nós mesmos.

Ao alcançar *la línea*, vê-se por outro ângulo a bandeira a meio mastro. Segundo o artigo 17 da Lei Nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que trata dos símbolos nacionais do Brasil,¹⁸⁷ “Quando em funeral, a Bandeira fica a meio-mastro ou a meia-adriça. Nesse caso, no hasteamento ou arriamento, deve ser levada inicialmente até o tope”. Senti a curiosidade, ao dar os primeiros passos, em buscar como estava regulamentado o uso da bandeira a meio mastro na legislação venezuelana. Encontrei no artigo 5º da constituição venezuelana, que dispõe do uso da Bandeira Nacional, que: “*En las fechas decretadas de Duelo Nacional, Estatal y Municipal, la Bandera Nacional deberá ser izada a toda asta, y seguidamente arriada a media asta, donde permanecerá durante el tiempo decretado*”¹⁸⁸. Vi então que, no caso da legislação venezuelana, as bandeiras a meio mastro têm um significado muito similar e devem fazer a mesma trajetória: subir até o topo e depois retornar à metade do mastro.

A bandeira *a media asta* é utilizada em caso de *duelo* e não pude deixar de esboçar um sorriso sobre o homônimo perfeito dessa palavra em português significar luta: há surpresas que só a fluência em português da fronteira nos permite - para os não *portunholhablantes*, em espanhol *duelo* pode significar tanto luto quanto combate, sendo o primeiro desses significados o mais usual, e o sentido que informa a lei. Duelo no sentido de luta, seria uma leitura possível no português, e nesse sentido que repousa a curiosa convergência entre uma possível interpretação de *duelo*, o conflito que nos revelaria Juliana em algumas páginas e o luto que enfrenta Rafael ao perceber que não pode mais retornar.

Ao conversar com Bianca - uma amiga comunicadora paraense - sobre esse jogo de palavras (Duelo x *Duelo*), ela me contou que ao ver a foto pela primeira vez na posição que estava na dissertação, achou curioso que eu fosse começar meu trabalho *pelo fim*, pois ela entendia a simbologia da bandeira a meio mastro como luto. E aí me dei conta, que em português a palavra luto também permite essa ambiguidade: como substantivo se refere à dor da perda, e como verbo se refere ao ato de lutar. O início desse caminhar é também o fim de uma trajetória no outro território, ainda que fim/interrupção temporária, mas ao mesmo tempo, é o início de uma batalha.

Para Rafael, que começa nos narrando no trecho II como acabou vindo parar no Brasil, o começo da vida no país significou uma ruptura em vários sentidos, mas frequentemente ele falava de seus laços familiares que foram enfraquecendo com a impossibilidade de retornar ao seu país em segurança. Ele era casado com uma mulher, tinha uma filha adolescente e um filho pequeno que, pelas fotos que me mostrava, tinha apenas alguns meses. Ao se ver forçado a

¹⁸⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700compilado.htm

¹⁸⁸ Disponível em <https://app.box.com/s/w2x2rwntr4rbkujqc4l83dc07ce71y21>

ficar no Brasil e sem perspectivas de retorno, vi Rafael enfrentar um luto: foi conversando com ele que pela primeira vez escutei a palavra *duelo*. Suas experiências no novo país eram mediadas pelo luto do que deixou em sua terra natal. E, embora no início da nossa amizade ele me contasse que sempre pensava em estabilizar-se para trazer a sua família - já que não era seguro voltar - com o passar do tempo, esse deixou de ser o seu plano.

Depois de dois meses no Brasil, ele me contou que as comunicações com sua esposa e filha estavam cada vez mais esporádicas e passou a se sentir intruso em sua própria família, ainda que estivesse distante. Hall (2003) fala sobre como o migrante vive o pecado da ausência, e isso parecia muito com o que me descrevia Rafael. Com o esgarçar dessa relação, fui percebendo que foi crescendo um sentimento de falta: tanto de motivação quanto de perspectiva de retorno¹⁸⁹. O *duelo* que esteve presente na fala de Rafael era, como identifica Sayad (1998), não só pela ausência, mas permeado pelo receio de ter cometido um erro ao deslocar-se, ainda que, no caso de Rafael, não tivesse sido voluntário.



É em meio a vários burburinhos, rumores e especulações de que vai haver um conflito e um possível *Cierre*, que avistamos, ainda na primeira etapa deste trabalho, Juliana olhando para o lado brasileiro do território, em frente a uma cortina de fumaça que esconde parcialmente um grupo de militares em formação e um tanque de guerra que estão se aproximando dela. Juliana, com a palavra GUERRA escrita em branco em seu braço enquanto a bandeira está em meio mastro, é a personificação do jogo de palavras que os sentidos de *duelo* podem assumir naquele momento.¹⁹⁰

O início da comoção se dá desde que passaram a circular diferentes notícias sobre a chegada da ajuda humanitária. Mas, ao fazer uma linha do tempo do que aconteceu, é a coletiva de imprensa que marca o início dos conflitos desse evento, ainda que houvesse antes uma

¹⁸⁹ Chamo atenção para esse fator, porque Sayad (2000), em um artigo de nome autoexplicativo, explica o retorno, ou a expectativa dele, como um elemento constitutivos da condição do migrante.

¹⁹⁰ A foto de Juliana que abre o trecho, é um *spoiler* do que vai acontecer. Está anunciado, ao final da etapa onde há uma série de fotografias, que as fotos são a mesma narrativa, mas por meio de outra linguagem. Vou resgatar essas fotos para caminhar pelo início da trajetória de Rafael.

comoção geral pela proibição de passagem de venezuelanos que precisavam ir ao seu país trabalhar, é no dia da coletiva de imprensa que os espectadores aumentam e a fronteira fica ainda mais movimentada.



Na manhã que Rafael acordou em Pacaraima se preparando para apoiar a ajuda humanitária entrar em seu país, os jornalistas, que pareceram se multiplicar de um dia para o outro, se aglomeraram para ouvir o então ministro das relações exteriores, a mulher que se identificava como representante do Guaidó no Brasil e o representante da embaixada dos EUA. Aquela coletiva de imprensa, cercada por deputados de Roraima - inclusive uma que morava em Boa Vista e se encontrava com uma tornozeleira eletrônica - parecia ser o momento em que várias dúvidas seriam sanadas e que explicaria a dinâmica da chegada dos caminhões que continham a ajuda humanitária.

Mas, no momento da foto da direita, quando Ernesto está olhando para meu colega que se encontrava logo ao lado da minha câmera, o então ministro fora perguntado sobre o que seria feito caso o exército venezuelano não permitisse a entrada dos caminhões. E ele, em tom de deboche, mostrou que provavelmente não tinha cogitado essa possibilidade, ainda que a fronteira estivesse fechada. Quem assistia à coletiva, eram praticamente apenas os jornalistas, como percebi ao abandoná-la e caminhar até a fronteira. As pessoas venezuelanas que protagonizaram o conflito que viria a seguir tinham ainda menos informações do que eu, que estive na coletiva.

Os não ditos nesse dia criaram espaço para especulações, boatos e rumores. Apesar de ter visto toda a coletiva, eu não fazia ideia do que aconteceria ali, também os interlocutores venezuelanos que interpelei pareciam não saber, como foi mostrado no trecho que descreve esse evento. A tensão desse momento se dava pela falta de informações, ou ainda pelo excesso de informações que depois se mostrariam errôneas (ou *fake news*). E esse mesmo padrão se repetia e reverberava na Operação em geral: com a dificuldade de conseguir ou encontrar informações concretas, os rumores pareciam informações confiáveis. Wilson Trajano Filho (1973) caracteriza rumores por “uma forma narrativa muito singela, mas muito poderosa e de grande alcance social” (p.11), e era exatamente assim que se encontravam essas narrativas, não

só no momento do fechamento da fronteira, mas durante todo o tempo que estive trabalhando com a temática em Roraima.

Me chamava atenção a quantidade de informações importantes que chegavam distorcidas, especialmente para refugiados e migrantes, mas também entre os trabalhadores das ONGs, agências e militares, o que a minha posição de pesquisadora, circulando em diferentes meios, me permitiu constatar: havia uma descoordenação dos atores envolvidos. Na lacuna das sessões informativas, informações públicas, reuniões e segredos institucionais, proliferavam centenas de informações errôneas sobre a operação, o trabalho das instituições, regularização migratória e vários outros temas de extrema importância que versavam sobre a chegada e acolhida de refugiados e migrantes em Roraima. Apesar de existirem informações disponíveis sobre todos esses temas na internet e nos sites das próprias organizações, elas não eram acessíveis a todos e não havia uma forma sistematizada de levar informações a refugiados e migrantes, presencialmente.

Entendo que essa conjuntura é propícia para a proliferação de rumores, e eles criavam uma certa insegurança naqueles que se deslocaram para o Brasil, pois muitas vezes não sabiam em quem/no que acreditar, o que acabava alimentando a condição de liminaridade de refugiados e migrantes. Segundo Trajano Filho (1973), os rumores têm essa característica de gerar comoção social e, nesse contexto, muita tensão, como se vê no desenrolar do evento. Analiso que os rumores, são um dos elementos que colocam (ou alimentam) o estado de liminaridade em que se encontram refugiados e migrantes no país de acolhida.



A *ajuda humanitária* no evento da fronteira significava alimentos e remédios. Mas durante o restante do caminho, *ajuda humanitária* tinha um significado mais abrangente, cobrindo abrigo, atividades de diferentes teores com refugiados e migrantes, o processo de documentação, doação de alimentos, entre outros. Cada instituição, a depender do seu mandato, entendia a ajuda humanitária de uma forma, mas todos esses significados estavam inscritos sobre o termo *Proteção*. Segundo informações do site do Ministério da Mulher, da

Família e dos Direitos Humanos, proteger refugiados “Trata-se de garantir a cada pessoa os direitos inerentes à própria condição humana, quando seu país de origem não quis ou não foi capaz de garanti-los.”¹⁹¹. O caminhão de ajuda humanitária ia com suprimentos necessários para as pessoas na Venezuela, sob a narrativa de que o Estado não estava provendo para seus cidadãos, como alegou Juliana ao dizer que a ajuda deveria entrar, pois havia muitas pessoas passando fome em seu país. E ela dizia que era por isso que estava ali lutando pelo seu país.



Meio a essa *crise*, ressoava um discurso anti-chavismo e, conseqüentemente, anti-maduro, pois muitos venezuelanos que estavam no Brasil acusavam Nicolás Maduro pela crise do país, afirmando que ele estava passando bem e negando que havia gente precisando sair do país para fugir da fome. Nesse cenário de recessão e de queda da confiança na democracia venezuelana, segundo informe de 2018 do Latinobarômetro¹⁹², Juan Guaidó se autoproclamou presidente interino prometendo novas eleições em 90 dias depois que assumisse. Porém, sem força para derrubar internamente o governo, mesmo contando com movimentadas manifestações desejando a saída de Maduro, passou a procurar aliança com alguns países para então derrubar o presidente, em nome da democracia.

O que aconteceu durante esse evento foi uma pressão externa para que a Venezuela tivesse novas eleições a partir da institucionalização de Guaidó como presidente. O assunto foi votado pelo Conselho de Segurança da ONU, quando Rússia e China vetaram a proposta dos Estados Unidos da América (EUA) de interferir na soberania da Venezuela para assegurar novas eleições no país. Um jornalista venezuelano que já vivia no Brasil o qual conheci no dia do fechamento da fronteira, disse que Guaidó e Maduro são líderes igualmente ruins para a Venezuela no momento, e que o ideal seria a construção de uma terceira via, o que segundo ele o país ainda não havia sido capaz de fazer e para a qual era necessário tempo.

¹⁹¹Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/os-refugiados-e-os-direitos-humanos>

¹⁹²Disponível em <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

No fim, tal situação alimentava o conflito da fronteira e como vemos Juliana acima, eram venezuelanos contra venezuelanos protagonizando um conflito, ainda que muito próximo da fronteira, dentro da Venezuela.



A chegada de dois caminhões pequenos com suprimentos, enviados pelos EUA, não parecia ser o suficiente para atender muita gente e, da mesma forma, a ajuda humanitária que o Brasil destinava aos venezuelanos por meio da Operação, não era o suficiente para atender a todos: os espaços nos abrigos também não eram suficientes, o tempo de documentar-se poderia ser longo e o programa de interiorização não atendia à todos os indivíduos¹⁹³. Conforme publicado na reportagem da Folha de São Paulo¹⁹⁴, após uma auditoria na USAID, foi constatado que o envio da ajuda humanitária no evento da fronteira era uma forma de apoio a Guaidó, que semanas antes havia sido reconhecido como presidente interino pelo então presidente dos EUA, Donald Trump. Escrevendo essa conclusão, tanto tempo depois do conflito, de fato o evento parecia grande demais para a chegada de dois caminhões que não atenderiam sequer a todos os espectadores da fronteira.

O fato é que havia um grande fluxo de pessoas se deslocando da Venezuela em direção ao Brasil e a outros países da América Latina. Esse fluxo vinha sendo destacado como uma *crise* ou como causador de problemas nos países de chegada¹⁹⁵, mas o que observava em Roraima, era que o Estado que sempre operou sob a lógica da precariedade, usava como desculpa a entrada dessas pessoas em grandes números para explicar o sucateamento dos equipamentos públicos. Os moradores “locais” que viviam esse sucateamento, vocalizavam sua insatisfação em forma de autoctonia por meio do discurso da falta. Era curioso observar

¹⁹³ Dia 20 de abril de 2021, a Operação comemorou o marco de 50 mil pessoas interiorizadas e o número de entradas de venezuelanos chega a mais de 260 mil. Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-04/operacao-acolhida-contabiliza-50-mil-refugiados-venezuelanos>

¹⁹⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/04/operacao-de-ajuda-dos-eua-a-venezuela-nao-seguiu-principios-humanitarios-conclui-auditoria.shtml>

¹⁹⁵ Ambas as ideias não são utilizadas pelas agências da ONU e ONGs, mas amplamente difundidas pelos meios de comunicação.

que, nesse contexto, o envolvimento do município e do próprio estado de Roraima no acolhimento e atenção a migrantes e refugiados, era bastante diferente do que se via em Manaus e no estado do Pará (ROSA, 2020), onde o protagonismo era do município e não de ONGs ou do Governo Federal. O trabalho feito nesses e em vários outros estados que recebiam chegadas espontâneas de refugiados e migrantes venezuelanos, ainda que custasse muita articulação da sociedade civil organizada, estava seguindo o fluxo de atendimento previsto por lei: refugiados e migrantes deveriam ter acesso aos equipamentos públicos nos fluxos comuns de atendimento do SUS, do SUAS, nas escolas e qualquer outro serviço público.



Rafael, ao se despedir de mim em dezembro de 2019 na frente do Janokoida, passou por esses tapumes que fechavam todo o acesso para o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), à esquerda na foto. Antigamente, para acessar o CRAS não havia qualquer barreira, era só chegar e bater na porta. Com a falta de espaço para abrigamento de tantos Warao que chegavam diariamente pela fronteira, muitos passaram a ocupar o espaço em frente ao CRAS para ficar próximo aos parentes. Muitas foram as tentativas de esvaziar esse espaço e proibir a permanência dos indígenas. Mas não tardava até que eles ocupassem a soleira do CRAS mais uma vez, entendendo que ali era mais seguro do que em outros locais onde, longe das vistas da *Operação Acolhida*, experienciavam o oposto da receptividade brasileira. Essa fotografia do CRAS, um espaço que tem o importante papel de oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Básica do SUAS, menos acessível pela presença dos migrantes e refugiados, é uma boa imagem de como se dava o acesso desses grupos aos serviços públicos do Brasil.

É nesse espaço de economia de exigências por parte do Estado (ROSA, 2021)¹⁹⁶ que várias organizações não governamentais passaram a atuar para suprir necessidades de

¹⁹⁶ Um outro nome para a precariedade (BUTLER, 2004), pode ser entendido como Marlise Rosa (2021) propõe: “economia de exigências”. Por várias vezes os Warao são apontados como vulneráveis, mas a autora entende que, em detrimento do conceito de vulnerabilidade, que é intrínseca à condição humana, indivíduos podem experimentar a precariedade de diferentes formas. Eu prefiro a ideia de vulnerabilização, como uma forma de não apagar a agência do Estado tocando projetos desenvolvimentistas em suas terras e do descaso para com essas populações praticados por uma série de atores, calcado em um racismo além de estrutural, institucional.

indivíduos que deveriam estar sendo atendidos pelo Estado. Maroni da Silva (2014) falando da situação de haitianos no ano em que defendeu sua tese, percebeu uma dependência dos haitianos das doações da sociedade civil. No caso dos venezuelanos, ainda que houvesse repasse de recursos federais para essa atenção, essa dependência também existia. A autora entende que isso é uma consequência da falta de política pública visando a “integração” de haitianos na sociedade¹⁹⁷.

A ideia de políticas públicas apareceu muitas vezes em contraste com as políticas de governo, tanto nas entrevistas e conversas em campo, quanto de autores como Franco de Lima e Fernandes (2019) que me acompanharam em grande parte desse caminho. A preocupação era de que a atenção aos refugiados estava sendo uma política de governo, enquanto deveria ser política pública. No subtexto dessa fala, estava a inquietude de que uma mudança de presidência poderia acabar com tudo que havia sido construído, fala que me chamava atenção, uma vez que, assumindo em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro manteve a Operação Acolhida no estado, mesmo depois de não precisar manter os acordos feitos pelo presidente anterior, Michel Temer.

Para Antonio Carlos de Souza e Lima, política pública é categoria de governo, mas dentro desse contexto, a categoria política pública era utilizada como sinônimo para uma política que perdura, para garantir obrigatoriedade do compromisso do Estado com a temática, podendo ser entendida como sinônimo de política de estado. Não podemos esquecer da grande frase proferida por Ailton Krenak, conforme visto no último trecho: “violência racial se disfarça, às vezes ela parece política pública”. O caso dos Warao em vulnerabilidade vivendo nos diferentes estados do Brasil, revelava a lacuna que havia de políticas efetivas para a população indígena não aldeada, das quais poderia se beneficiar esse grupo. Acredito, assim como Silva (2018)¹⁹⁸, que, para além da discussão de se devemos fazer política pública ou de governo, é importante construir uma governança migratória que leve em conta o que desejam refugiados e migrantes, não apenas as instituições. Se havia espaço para coordenação de demandas e ações entre tantas instituições de diferentes origens, com diferentes mandatos para uma resposta organizada sob o guarda-chuva da proteção a refugiados e migrantes, havia espaço para uma governança migratória mais participativa.

¹⁹⁷ Há três categorias que poderiam ser melhor exploradas nesse parágrafo, a ideia de sociedade, de políticas públicas e de integração. Por estarmos já vendo a linha de chegada, ou apenas por termos desistido de continuar trilhando esse caminho, me furtarei de adentrar na primeira, por acreditar que por se tratar de uma das categorias centrais das ciências sociais, podem-se encontrar tantos outros trabalhos dedicados somente a ela.

¹⁹⁸ SILVA (2018) propõe que “se construa políticas de acolhimento e de inserção socioculturais é imprescindível a participação de todos, governos locais e federal, instituições governamentais e não governamentais nos âmbitos nacional e internacional, igrejas e sobretudo, os sujeitos dessas ações, os próprios imigrantes, em busca de uma governança migratória democrática e de longo prazo” (Silva, 2018 p.216)



No anseio da busca por resolução para o fluxo de pessoas, as instituições buscavam *soluções duradouras* que apoiassem os indivíduos na “integração” local, na “adaptação cultural” ou ainda na “aculturação”, como explicou fazer a ONG Refúgio 343 em seu relatório anual de 2019

“Operamos em Boa Vista a Escola Refúgio 343 para Adaptação Cultural, que oferece diversas aulas para o processo de aculturação dos refugiados que esperam por interiorização. Com uma grade curricular que combina aulas de Português, capacitações técnicas e treinamento de habilidades comportamentais e atendimentos psicológicos, a escola proporciona aos venezuelanos ferramentas para recomeçarem suas vidas no Brasil com mais confiança e autoestima” (p.9)

Esse trecho ilustra o que Seguy (2014) aponta ao discorrer sobre o papel que as organizações que prestam ajuda humanitária no Haiti possuem enquanto agentes de um processo de recolonização por meio do capital transnacional. Ainda que a situação no Haiti seja bastante distinta do que acontecia em Roraima, tendo uma presença muito maior de organizações internacionais atuando (o que talvez possa ser comparado ao caso da Colômbia), acredito ser possível uma aproximação.

Apesar de ter me furtado de fazê-lo em vários momentos, acho justo salientar que trabalhar ativamente nessas instituições me levou a refletir sobre o quanto a estrutura de dominação colonial acaba se renovando no mundo pós-colonial. Apesar de ser uma prática minha, enquanto profissional, evitar determinados vocábulos e categorias e chamar atenção de outros colegas para o mesmo, eu sentia que não bastava um indivíduo ou um pequeno grupo deles para mudar a forma como *pensam as instituições*¹⁹⁹.

¹⁹⁹ A la Douglas, 1998

A necessidade da *aculturação*, como as páginas seguintes desse relatório postulam e também meus interlocutores me traziam (ainda que com outras categorias), tinha a ver com um *ensinar a como ser brasileiro*. Esse ensinamento estava baseado na noção de que havia maneiras aceitáveis de se portar e agir na sociedade brasileira e, como elas diferiam das dos venezuelanos, era necessário ensiná-los.

O que mais me chamava atenção (e se o/a leitor/a me permite, me causava espanto) era como era difundida essa percepção e aceita pelas mais diversas instituições. Era como se fosse de comum acordo que, antes de estarem prontos para serem integrados à sociedade brasileira por conta própria ou por intermédio da interiorização, era necessário mostrar a esses indivíduos como se misturar e ser acolhido nesse *melting pot* (SEYFERTH, 2000), onde sabemos que existem pessoas de diferentes origens, com diferentes práticas, mas a alteridade é apagada em prol da manutenção de uma ideia de *sociedade brasileira*. Quando se tratava dos povos indígenas, para os quais sempre fora voltada uma visão integracionista que é extremamente nociva e está presente no trato a esses povos desde a ocupação do Brasil, esses sofriam duplamente com a pressão por integrar-se, primeiro por serem indígenas e depois por serem refugiados ou migrantes.

Nesse sentido, Roraima se tornava esse lugar onde *ainda* era possível ser *veneca*, embora incomodasse a população local. Mas, a partir do momento em que se era interiorizado e integrado à sociedade brasileira fora do estado, a diferença/alteridade deixava de ser de um concentrado populacional e passava a residir no indivíduo e em seus grupos familiares que, ao sair de Roraima, onde muitas vezes ficavam marginalizados, passavam a ter que se integrar, pulverizadamente, sem exacerbar diferenças, nos seus estados de destino. Os Warao, que muitas vezes se deslocavam em grandes grupos, representavam uma contra hegemonia forçada, diga-se de passagem, ao esquema pensado pelo Governo Federal.



Nesse caminho esperado, que nesse trecho de Kanaan (2019) fica bastante explícito,

O estado final desejado (EFD) da Operação Acolhida é o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes

(residentes e refugiados) assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem. (p.15)

Salir de Roraima significa começar uma nova vida no Brasil, esse momento onde toda a resiliência seria compensada, quando a angústia se transformaria em alegria, como exposto no refeitório do Padre Jesus, em Pacaraima. Toda a trajetória construída pela governança migratória para refugiados e migrantes estava voltada para esse momento, do contrário, havia a opção de retornar, como colocou Kanaan (idem). Nessa lógica, era através da interiorização que esses indivíduos que já haviam se documentado e já estivessem estabilizados, experimentariam o Brasil acolhedor, o Brasil cheio de oportunidades.



Carlos, antigo acolhido do espaço da foto acima, numa de nossas entrevistas me disse "*Aqui en Brasil me gustaria tener un trabajo estable, para garantizar una ciudadanía normal, una ciudadanía tranquila*". Ser interiorizado era o momento de sucesso da trajetória, de ter a *ciudadania normal*, especialmente quando se ia por vaga de emprego sinalizada, como fora o caso dele. Acompanhando alguns colegas interlocutores que foram interiorizados, percebi como esse processo era algo narrado pelos indivíduos como uma trajetória de merecimento, de esforço individual, de resiliência, enquanto o que eu via em Roraima era que muitos não tinham sequer a opção de ir.

Havia ainda aqueles que nem ficavam e nem seguiam, mas retornam. Segundo Pereira e Siqueira (2013), quando escrevendo sobre o retorno no que as autoras chamam de projeto migratório, o retorno faz parte da trajetória dos migrantes, mas a partir do momento que

novas experiências são vividas e o projeto inicial muitas vezes é reelaborado, o retorno adiado ou abandonado. Noutros casos, pode até ser antecipado ou mesmo 'forçado' - por exemplo, por deportação nos casos mais extremos - quando o projeto migratório falha ou se verifica uma alteração nas circunstâncias do migrante (questões familiares ou problemas de saúde). (p.119)

Acompanhando a trajetória de Rafael, percebi que, por ser perseguido político, que tinha medo do que poderia acontecer com ele num possível retorno, sua expectativa de retorno não se dava como a de outros, como posto no artigo de Pereira e Siqueira (2013). Rafael, junto com outros 40 mil venezuelanos, tiveram sua condição de refugiados reconhecida pelo Brasil. Independente de qual fosse a motivação que levou o governo de acolhida a reconhecê-los como refugiados, esse foi um momento de celebração para os que solicitaram o reconhecimento de sua condição. Sabendo que o cenário do país de origem não havia mudado, esse era mais um passo para estabelecer-se no Brasil.

Em vários contextos de recepção e acolhimento de refugiados e migrantes, agências da ONU, governos locais e ONGs, organizavam esquemas de *resettlement* para aqueles que já sentiam ser seguro voltar ao seu país de origem. Mas, apesar da existência de um fluxo de retorno²⁰⁰ do Brasil para a Venezuela, não havia um plano estruturado para tal, segundo Yolanda, por um entendimento de que não acabara o problema que motivou os sujeitos a se deslocarem.

Segundo o Power BI disponibilizado no link da nota de rodapé acima que é estruturado pela OIM, de acordo com dados de 15/12/2020 sobre regularização migratória: 45% dos retornados tinham solicitação de residência ou eram residentes, 26% turista e apenas 18% refugiado ou solicitante do reconhecimento da condição de refugiado. O que revela uma grande discrepância no número de retornados refugiados em relação àqueles que tinham a solicitação de residência, ainda que os números de opção para cada um dos status fossem similares.

A não perspectiva de retorno de Rafael e tantos outros interlocutores transformava também seus olhares sobre o caminho. Esse caminho era construído sem se colocar como trajetória circular, como observaram Pereira e Siqueira (2013), ele tinha um trajeto que começava na fronteira, ao entrar no território brasileiro, e rumava para fora de Roraima, onde qualquer coisa podia acontecer. Quando Rafael ainda estava animado em tentar interiorização, ele me dizia que ela poderia ser para qualquer lugar. Não lhe importava, só queria ter uma chance de *começar sua vida*.

²⁰⁰Veja o Power BI feito pela OIM em: <https://brazil.iom.int/retorno-de-refugiados-e-migrantes>



Tratando daqueles que não podiam seguir sob o argumento de que era preciso entender o impacto que a interiorização poderia trazer para suas culturas, a não elegibilidade dos Warao de passarem pelo processo de interiorização mostrava como esse grupo era visto como dotado de *cultura*, enquanto todos os outros não indígenas não o eram. Para esses, era necessário entender qual era o impacto da interiorização, para que não corressem o risco de *perderem sua cultura*.

Por serem possuidores dessa *cultura*, os Warao eram levados a uma maior vulnerabilização para que pudessem também *começar suas vidas*, fora do estado de Roraima. Espalhados pelo território brasileiro, correndo tantos riscos para se deslocar, seria interessante que os mesmos que os tornaram inegáveis também entendessem quais eram os riscos que, ao não permitirem o deslocamento dos Warao por meio da interiorização, essa política os colocava.

Observando de perto várias dessas famílias que inclusive encontrei posteriormente no estado do Pará, vi que os indígenas venezuelanos presenciavam, de forma ainda mais intensa, a liminaridade que se impunha em Roraima: proibidos de interiorizar-se e juntando a duras penas o pouco dinheiro que lhes era acessível no estado, os Warao viram muitos de seus parentes morrerem durante o processo de deslocar-se, muitas dessas mortes por doenças evitáveis agravadas por causa da fome.

O controle do fluxo de indígenas se dava com a roupagem de preocupação com a cultura, mas não com o desejo de mudar-se e com a integridade física do outro. Mbembe (2001) trata do par de oposição *thing and nothing* e se pergunta o que significa a violência para o que não é nada (indivíduo), quem é o ser humano e quem não é? Para quem a morte por suicídio, homicídio ou genocídio é indiferente? No caso deste contexto, entendo que por vezes *thing* sejam os não indígenas e *nothing* sejam os indígenas que, por serem um grupo *que tem cultura*, poderiam esperar por tantos anos uma solução enquanto vivendo sob a tutela do Estado, ainda que isso pudesse levar à morte.



Embora refugiados e migrantes indígenas e não indígenas estivessem sobre a mesma tempestade, estavam em barcos diferentes, e restou aos indígenas lutar coletivamente para que pudessem ter oportunidades que eram ofertadas individualmente aos não indígenas.

Por essa perspectiva criada pela ideia de sair, o estado de Roraima fora transformado pela governança migratória em uma grande zona fronteira. Sair do estado era o momento de recomeçar, pois, a partir do trabalho, seria possível viver com autonomia, independente da ajuda humanitária, de poder ter a possibilidade de trazer os parentes e amigos e de começar ou dar seguimento em vários planos individuais ou coletivos. E, da forma como estava organizada a Operação e seu Estado Final Desejado (EDF), os refugiados e migrantes eram levados para fora do estado, como se ficar sequer fosse uma opção. Alessandra Rufino Santos (2018), tratando da migração peruana para Boa Vista, fala sobre a capital do estado como uma extensão da região de fronteira, e a minha percepção é que essa zona se alarga ainda mais com o projeto de enviar para fora do estado os refugiados e migrantes venezuelanos.

Mas essa zona fronteira de alguma forma significava, para vários de meus interlocutores, um espaço de coabitação entre um lugar e outro. Ser entrelugar não era pela ausência de Brasil ou de Venezuela, mas pela possibilidade de mesclar Brasil e Venezuela no mesmo lugar. O evento da fronteira, onde o conflito se dava entre venezuelanos contra venezuelanos dentro de território venezuelano, mas muito próximo ao Brasil e por isso a resposta precisava ser muito bem medida pelos dois lados, me fez pensar sobre como, apesar do exército ter a função de proteção do território, naquele espaço, o limite dos territórios era elástico: venezuelanos que fugiram das bombas de gás lacrimogêneo correram para dentro do Brasil, mas as bombas também caíram do lado de cá.

A fronteira entre Brasil e Venezuela tinha seu limite elástico, de forma a poder ser esticado até a fronteira com o Amazonas. Todo esse território pelo qual se alarga o limite tem um pouco de Brasil e um pouco de Venezuela, mas da forma como se organizou o caminho para esses indivíduos, Roraima ainda não era Brasil o suficiente para um recomeço, nem Venezuela o bastante para estar vulnerável como outrora estiveram.



Um amigo interlocutor que fora interiorizado voltou para Roraima. Quando ele me contou que voltou para Boa Vista, eu me assustei, pois ele tinha sido um dos que havia sido interiorizado pela Operação, trabalhava em um hotel, parecia bem instalado... mas decidiu retornar. E eu perguntei "por que?", pergunta que descansou no nosso bate papo virtual sem uma resposta, mesmo vindo uma série de outras respostas após. Lembrei de Chimamanda Ngozi Adichie (2014) descrevendo quando Ifemelu informou a Blaine, seu então namorado, de que planejava voltar à Nigéria, seu país natal.

"Ele falava sobre ideias cheias de nuance e complexidade em suas aulas, mas estava pedindo a ela uma razão específica, o motivo. Mas Ifemelu não tivera uma grande epifania, não existia um motivo; simplesmente, camadas e camadas de descontentamento haviam se assentado sobre ela e formado uma massa que a impelia" (p.12)

Não havia um motivo, mas, em Roraima, ele estava com pessoas conhecidas, ali havia virado casa para ele. Mesmo que na comunicação seguinte esse amigo tivesse contado que não estava conseguindo emprego e que precisava sair de Boa Vista outra vez, aquele tempo em Boa Vista fora um tempo em casa.



Utilizando a ideia de Saskia Sassen (2007) de cidades globais, termo também utilizado por Rufino dos Santos para descrever Boa Vista, entendo que o fluxo de pessoas por Roraima transformava o estado e as cidades de Pacaraima e Boa Vista em espaços globais dentro de uma grande zona de fronteira. O aspecto de cidade global também era reforçado pelos *trabalhadores humanitários*, especialmente pelos internacionais. Em um mesmo sentido dos bichos de obra (RIBEIRO, 1992), trabalhadores humanitários que chegavam às carreiras internacionais se tornam *expatriados* e passavam a trabalhar em diferentes países por um período de tempo, por se tornarem especialistas em contextos diferentes de *ajuda humanitária*, e assim sua *expertise* poderia servir a diferentes locais do mundo (ou seriam locais?).

O caminho que percorremos, que passou por essas cidades globais, que era atravessado por vários idiomas (espanhol, panare, warao, português...), aqui não foi chamado de ficção

apenas por ser uma etnografia, é uma ficção institucional, do Governo Federal, que esperava uma trajetória que servisse para todos os refugiados e migrantes vindos da Venezuela. Exceto para os indígenas. Esses teriam que esperar até o momento em que o “problema” da cultura fosse solucionado.

Para Hannah Arendt (1943), auto-intitular-se refugiada é uma questão de identidade, uma forma de não apagar a história pregressa ao momento de se tornar refugiado. Ela cita como par de oposição à categoria refugiados, os "imigrantes ordinários", entendendo que refugiados têm especificidades. Para a autora, não considerar o passado ou a história um livro fechado, é o que diferencia refugiados de imigrantes ordinários: para ela, ser refugiada, é também uma forma de resistir enquanto judia forçada a se deslocar.

Poucos dias depois do momento que li esse ensaio de Hannah Arendt, comentando sobre ele com Rafael, tivemos a seguinte conversa:

[12:59, 02/04/2021] Rafael: *La esperanza dentro de la desesperanza... siempre surge un nuevo motivo por el cual avanzar, a veces no se concreta pero reaviva mi espíritu.*

[13:01, 02/04/2021] Rafael: *Mientras tenga Vida siempre habrá un motivo para seguir adelante hasta el último momento que la Vida me permita VIVIR.*

[13:03, 02/04/2021] Rafael: *Sobre todo en estos momentos en que la vida se ha vuelto tan efímera, tan volátil, tan impredecible. A veces trato de sobrellevar las cosas con fuerza, con dignidad con mucha esperanza.*

[13:04, 02/04/2021] Ju: *entiendo, amigo.....*

[13:04, 02/04/2021] Ju: *fué un camino duro, verdad?*

[13:06, 02/04/2021] Rafael: *Fue y creo que aún sigue siéndolo, no tanto físicamente, mas emocionalmente. Es como el aire que respiras no sientes su ausencia hasta que te asfixias por falta de el.*

[13:10, 02/04/2021] Rafael: *Muchas lágrimas, (...) me vienen a mi memoria tantos recuerdos, tantas vivencias. Eso sí amiga agradecido por lo que la Vida me ha permitido vivir. Como diría un titulo de un libro de Pablo Neruda...confieso que he vivido...y aun tengo mucho porque vivir.*

[13:13, 02/04/2021] Rafael: *Creo que te lo dije en algun momento aun no termine de acostumbrarme a este exilio involuntario porque el día que lo haga sentiré que he dejado de Sentir....no se si me entiendes...*



Referências bibliográficas

ABRAMS, Philip. *Sobre la dificultad de estudiar el estado*. *Journal Histórica Sociology*. Vol. 1 N° 1 . March 1988. pp. 58-89. Traducción: Rafael Macía Mejía y Orlando Jaramillo Gómez.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson, **Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho**. Porto Alegre: Palmarinca, 1997

ACNUR. **Relatório de Atividades Para Populações Indígenas**. Informativo Outubro/Novembro - 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/12/ACNUR_Informativo_Indigena_outubro_novembro.pdf. Acessado em: 02/02/2021.

_____. **Operação Acolhida celebra primeiro aniversário integrando venezuelanos e brasileiros em Roraima**. 28/03/2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/28/operacao-acolhida-celebra-primeiro-aniversario-integrando-venezuelanos-e-brasileiros-em-roraima/> Acessado em: 20/04/2020.

_____. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. 31/01/ 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acessado em:

_____. **Relatório de Atividades Para Populações Indígenas**. Informativo Maio – 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-do-ACNUR-Popula%C3%A7%C3%B5es-Ind%C3%ADgenas-Maio-de-2020.pdf>. Acessado em 02/02/2021.

_____.¹ **Monitoramento de Proteção de Ocupações Espontâneas**. Boa Vista, junho de 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/77556>. Acessado em: 23/8/2020.

_____.² **Venezuelanos interiorizados recebem doações do ACNUR para recomeçar a vida em outras partes do país**. Boa Vista /RR, 21 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/21/venezuelanos-interiorizados-recebem-doacoes-do-acnur-para-recomecar-a-vida-em-outras-partes-do-pais/>. Acessado em 24/09/2020.

- _____. **Novo perfil do Refúgio no Brasil**. 2014. Disponível em:
http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Novo_perfil_do_Refugio_no_Brasil_Abril_2013. Acessado em: 27/03/2021.
- _____. **Venezuelan Migration in Brazil: Socio-economic and vulnerability profiling of Persons of Concern in Pacaraima, Boa Vista and Manaus**, 1 Julio 2019. Disponível em:
<https://www.refworld.org/es/docid/5e5d51a04.html>. Acessado em 20/04/2021.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Americanah**. Tradução: Julia Romeu. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AGIER, Michel. **Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários**. IN: Patrícia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado, Sandra de Sá Carneiro (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. RJ: FGV Editora, 2015
- _____. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 195-215, nov. 2006.
- _____. **Between War and City**. Ethnography. 2002; Disponível em: [sci-hub.se/10.1177/146613802401092779](http://scihub.se/10.1177/146613802401092779). Acessado em:
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Migrações em Territórios Fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais e regionais**. 38º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, 27 a 31 de outubro de 2014. Disponível em:
<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt23-1/9034-migracoes-em-territorios-fronteiricos-a-experiencia-cotidiana-entre-legislacoes-nacionais-fronteiricas-e-regionais/file>. Acessado em:
- ALVIN, R. P. **Retrospectiva do trabalho da Defensoria Pública da União na defesa dos direitos dos migrantes venezuelanos**. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. Migrações Venezuelanas. n. 1. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - NEPO/UNICAMP, 2018. p. 87-92.
- ANDRADE, Gibton Pereira. **Rebeliões e crimes bárbaros na penitenciária agrícola do Monte Cristo (PAMC): a crise no sistema prisional de Roraima**. Brazilian Applied Science Review V. 4, Nº 5. 2020. Disponível em:
<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/17555>. Acessado em: 17/02/2021.
- ANDRADE, Vítor Lopes. **Imigração e Sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo**, Dissertação submetida ao

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de mestre em Antropologia Social. Florianópolis/SC, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180900/349150.pdf?sequence=1>.

Acessado em: 02/04/2020

APPADURAI, Arjun. *'Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy'*, in Mike Featherstone (ed.) *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, pp. 295-309. London: Sage, 1990.

ARAÚJO CASTRO, Mariana de. **Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko**” *PERIPLOS, Revista de Investigación sobre Migraciones*: 2021. Volumen 5 - Número 1, pp. 157-180.

ARENDT, Hanna. *We Refugees*. 1943. Disponível em:

https://www.documenta14.de/de/south/35_we_refugees. Acessado em: 25/02/2021.

ASSIS, Magno Ferreira de. **Direitos humanos e o fronteiro boliviano na nova lei de migração brasileira**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2017.

BAENINGER, Rosana e JAROSHINSKI, João Carlos (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracoes_venezuelanas.pdf. Acessado em: 29/08/2020.

BAHAR, Dany; DOOLEY, Meagan y SELEE, Andrew. *Inmigrantes venezolanos, crimen y percepciones falsas: Un análisis de los datos en Colombia, Perú y Chile*. Washington, DC: Migration Policy Institute y Brookings Institution, 2020.

BAKER, Ron. *The Psychosocial Problems of Refugees*. British Refugee Council and European Consultation on Refugees and Exiles, 1983

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: Transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2007. 1ª. edição. 18ª. reimpressão.

BARBOSA, Elisangela Dias. **A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BASHKOW, Ira. *A Neo-Boasian conception of cultural boundaries*. *American Anthropologist*, 106 (3): 443-58. 2004.

BATESON, G. **Naven**. São Paulo: Edusp, 2008.

BAÚ, Maria Carolina Morales. **Deslocamento venezuelano**: perspectivas sobre reconhecimento e acolhimento na fronteira / Monografia de graduação em Relações Internacionais – Boa Vista, 2019.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BHABHA, Homi. *El lugar de la cultura*. Buenos Aires: Manantial. 2002.

BONIN, Iara Tatiana. **E por falar em povos indígenas... quais narrativas contam em práticas pedagógicas?**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª edição. Papiрус. Campinas. 2008.

BRASIL. **A Operação Acolhida**. 15 de junho de 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acessado em 27/08/2020.

_____. **Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961**. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50215.htm. Acessado em:

_____. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm. Acessado em: 08/01/2019.

_____. **Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9286.htm. Acessado em: 07/01/2019.

- _____. **Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019.** Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.htm#art10. Acessado em: 22/08/2020.
- _____. **Lei Nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.** Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm. Acessado em:
- _____. **Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Estatuto do Refugiado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Acessado em: 02/01/2019.
- _____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acessado em:
- _____. **Lei nº 13.684, de 21 de Junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acessado em: 02/1/2019.
- _____. **Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018.** Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694. Acessado em:
- _____. **Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017.** Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19245715/do1-2017-08-18-resolucao-conjunta-n-1-de-9-de-agosto-de-2017-19245542. Acessado em:
- _____. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida recomeça processo de interiorização de imigrantes venezuelanos.** Brasília, 07/01/2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/51303-operacao-acolhida-recomeca-processo-de-interiorizacao-de-imigrantesforca>. Acessado em 10/01/2019.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAPDEVILLE E SILVA, Julia de. **Refúgio no Brasil** – Estabilidade que conta com a precariedade. In: *Anuario de Estudios de Antropología Iberoamericana* (ARIES, ISSN 2530-7843). Jul, 2019.

- _____. **Fiscalização da pirataria em São Paulo: nuances do mercado popular global.** 2015. 62 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos.** Revista de Antropologia, São Paulo, usp, 2010, v. 53 nº 2.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.** Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41616179>. Acessado em:
- CARSTEN, Janet. **After Kinship.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CASTRO, Celso. **A origem social dos militares.** Novos Estudos Cebrap. São Paulo (37), p.225-231, 1993.
- _____. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero. **Uma antropologia dos militares – Reflexões sobre pesquisas de Campo.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Resumo Executivo. Relatório Anual 2018.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 31 de Março de 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/resumo-executivo2018.pdf>. Acessado em 30/08/2020.
- CAVALCANTI, Leonardo [et al.], (org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2017.
- CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil.** Internet&sociedade N.1/V.1/ Fevereiro de 2020. pp. 91-120
- CLIFFORD, James. **“Las Diásporas”.** In *Itinerarios transculturales*. Editorial Gedisa. (do original: Routes. Travel and translation in the late twentieth century). 1999.
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Tráfico de Pessoas.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/assuntos-fundiarios-trabalho-escravo-e-traffic-de-pessoas/traffic-de->

DOE/RR. Decreto nº 24.469-E de 04 de dezembro de 2017. Decreta situação de emergência social, no estado de Roraima, afetado por intenso processo de imigração, ocasionado pela crise social - econômica na Venezuela. Disponível em:

<http://imprensaoficial.rr.gov.br/app/edicoes/2017/12/doe-20171204.pdf>. Acessado em:

DOU. Portaria nº PR-254, de 25 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-pr-254-de-25-de-agosto-de-2020-274382852>.

Acessado em: 27/08/2020

DOUGLAS, Mary. *How Institutions Think*. Syracuse, Syracuse University Press, 1986 (Trad. Bras. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, EDUSP, 1998)

DOYLE, Patricia Colela. **Comercialização de habitações populares em Brasília. Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 1955- 1958, 1996.

EGAS, José. **A Solidariedade com os Refugiados começa com todos**. 2017. In BAENINGER, Rosana e JAROSHINSKI, João Carlos (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracoes_venezuelanas.pdf. Acessado em: 29/08/2020.

FACUNDO NAVIA, Ângela. **Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil**. Papéis Selvagens: RJ, 2017.

_____. **Uma experiência de interiorização: transformações e continuidades das ações humanitárias**. Dossier Flows, Circulations and their Opposites: Ethnographic Perspectives and Theoretical-Methodological Challenges - Categories, people and State. Vibrant, Virtual Braz. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vb/a/CfL3wLd6wR9ng9Xvh8NqLhR/abstract/?lang=pt>. Acessado em:

FASSIN, D.; PANDOLFI, M. (Ed.). *Contemporary states of emergency*. New York, NY: Zone Books, 2010

FAULHABER, Priscila. **A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema**. BIB, São Paulo, nº 51, Iº semestre de 2001, pp. 105-125

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/10/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf. Acessado em:23/04/2021.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **O Brasil frente ao regime global de controle das migrações:** Direitos humanos, securitização e violências. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXI, N° 83 - Maio - Agosto / 2018. Disponível em:

https://www.academia.edu/38205710/O_Brasil_frente_ao_regime_global_de_controle_da_migra%C3%A7%C3%B5es_pdf?email_work_card=view-paper. Acessado em: 31/01/2021

FERREIRA, Carlos Enrique Ruiz. **O imigrante como um subversivo prático-político, possibilidade de um “novo mundo”** – o projeto universal-cosmopolita dos Direitos Humanos em contraposição à Soberania territorial. Emancipação, Ponta Grossa, 11(2): 253-266, 2011

FFHI. **Operação Acolhida:** Plano de Interiorização nos estados brasileiros para migrantes venezuelanos. 05 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.fraterinternacional.org/operacao-acolhida-plano-de-interiorizacao-nos-estados-brasileiros-para-migrantes-venezuelanos/>. Acessado em: 23/08/2020.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. 1999. Disponível em:

https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acessado em:

FONSECA, Nathália Antonucci. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade:** experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras.** Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRANÇA, Isadora Lins e FONTGALAND, Arthur. **Dossiê: Pessoas migrantes e refugiadas LGBTI**

• REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. 28 (59). May-Aug 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/remhu/a/8GTxZN6TwTQnWxFzqh6QZwy/?lang=pt#:~:text=Difere nte%20de%20Manaus%2C%20no%20estado,dois%20est%C3%A3o%20localizados%20em%20Pacaraima>. Acessado em:

FRANCO DE LIMA, José Carlos. **Acolhimento, Proteção e Inserção:** Uma Reflexão Sobre a Metodologia do Projeto de Apoio a Refugiados em Roraima (2017-2018). R. UFG, Goiânia, V. 19, 1-21, E -56103, 2019.

_____. **Visão panorâmica da migração venezuelana em roraima (Brasil) /2019.** IV Seminário roraimense de direito e processo do trabalho em Boa Vista (RR): direito e

processo de trabalho sob a perspectiva da imigração, uma questão de igualdade formal / 28.06.19. Disponível em: [https://escola.trt11.jus.br/index.php/noticia-ejud/2052-vis%C3%A3o-panor%C3%A2mica-da-migra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana-em-roraima-brasil-2019.html#:~:text=VIS%C3%83O%20PANOR%C3%82MICA%20DA%20MIGRA%C3%87%C3%83O%20VENEZUELANA%20EM%20RORAIMA%20\(BRASIL\)%2F2019.&text=O%20estado%20de%20Roraima%20\(Brasil,migrantes%20venezuelanos%2C%20haitianos%20e%20cubanos.&text=O%20Brasil%20tem%20uma%20fronteira,\)2C%20fronteira%20com%20a%20Venezuela](https://escola.trt11.jus.br/index.php/noticia-ejud/2052-vis%C3%A3o-panor%C3%A2mica-da-migra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana-em-roraima-brasil-2019.html#:~:text=VIS%C3%83O%20PANOR%C3%82MICA%20DA%20MIGRA%C3%87%C3%83O%20VENEZUELANA%20EM%20RORAIMA%20(BRASIL)%2F2019.&text=O%20estado%20de%20Roraima%20(Brasil,migrantes%20venezuelanos%2C%20haitianos%20e%20cubanos.&text=O%20Brasil%20tem%20uma%20fronteira,)2C%20fronteira%20com%20a%20Venezuela). Acessado em:

FRANCO DE LIMA, José Carlos e FERNANDES, Gilmara. **Migrantes em Roraima (Brasil): a Massificação dos termos acolher/acolhimento.** UFRR, 25/03/2019. Disponível em: http://ufr.br/antropologia/index.php?option=com_content&view=article&id=115:migrantes-em-roraima-brasil-a-massificacao-dos-termos-acolher-acolhimento&catid=2&Itemid=102. Acessado em 20/02/2021.

G1. Forças Armadas enviam 212 novos militares a Roraima para atuar na Operação Acolhida. Boa Vista, 30/09/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/30/forcas-armadas-enviam-212-novos-militares-a-roraima-para-atuar-na-operacao-acolhida.ghtml>. Acessado em 10/01/2019.

GARCÍA CASTRO, Álvaro; HEINEN, Dieter. *Planificando el desastre ecológico: impacto Del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela).* Antropológica, 91, Caracas, 1999, p. 31-56

GARCÍA CASTRO, Álvaro; *Los Warao en Brasil son refugiados, no inmigrantes. Cuestiones etnográficas y etnohistóricas.* PÉRIPILOS | GT CLACSO - Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul | Vol 2 N° 2. Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte Brasília, DF. 2018.

_____. **Os Warao no Brasil são refugiados, não emigrantes. Questões etnológicas e etnohistóricas.** PÉRIPILOS. Revista de investigação sobre migrações, 2018.

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo.** Petrópolis: Vozes, 2012

_____. **Interpretação das Culturas,** Rio de Janeiro: LTC, 2008

- GESCHIERE, Peter. *The Perils of Belonging: Autochthony, Citizenship, and Exclusion in Africa & Europe*. Chicago: The University of Chicago Press. (capítulos 1 a 4, pp. 1-129). 2009.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34. Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.
- GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GONÇALVES, Rodrigo de Lima. **Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade**. 8 de maio de 2018. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/operacao-acolhida-em-roraima-acao-de-solidariedade.html>. Acessado em: 02/01/2020.
- GORDILLO, Gastón; LEGUIZAMÓN, Juan Martín. *El Río y la Frontera: mobilizaciones aborígenes, obras públicas y mercosur en el Pilcomayo*. Buenos Aires: Biblos, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HAMID, Sônia Cristina. **(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília: 2012.
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional**, *Mana*, 3 (1): 7-39. 1997.
- HARREL-BOND, Barbara. *Can Humanitarian Work with Refugees Be Humane? in Human Rights Quarterly*, Vol. 24, No. 1 (Feb., 2002), pp. 51-85
- HARRELL BOND B.E. and VOUTIRA, E., "Anthropology and the Study of Refugees", *Anthropology Today*, Vol. 8, No 4, pp.8-12, 1992.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOREVITZ, Elizabeth. *Understanding Immigration From Multiple Social Science Perspectives. Journal of Human Behavior in the Social Environment - Volume 19*. University of California. Berkeley, Califórnia, 2009.
- IBGE. **Apenas 5,5% dos municípios com imigrantes têm serviços focados nessa população**. Agência de Notícias IBGE. Editoria: Estatísticas Sociais - Irene Gomes. 25/09/2019.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516- apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao>. Acessado em: 29/08/2020.

JANOWITZ, M. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: edições GRD, 1967.

JUBILUT, Liliana Lyra; JAROCHINSKI, João Carlos Silva e RAMINA, Larissa (Orgs) **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. Disponível em:

KANAAN, Georges Feres. **Operação Acolhida: a Maior Operação Conjunta-Interagências e de Natureza Humanitária no Brasil**. Doutrina Militar Terrestre em revista. Abril a Junho/2019. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/download/2351/1904/>. Acessado em 24/8/2020.

KIND – KIDS IN NEED OF DEFENSE. *No Child Should Appear in Immigration Court Alone*. General-KIND-Fact-Sheet_January-2018.pdf. Disponível em: https://supportkind.org/wp-content/uploads/2018/01/General-KIND-Fact-Sheet_January-2018.pdf. Acessado em: 11/04/2021.

KOPYTOFF, Igor. *The African Frontier*. Bloomington: Indiana University Press, 1987

LAFÉE-WILBERT, Cecilia Ayala. *La mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana*. 2008, Caracas, Venezuela: Instituto Caribe de Antropología y Sociología, Fundación La Salle de Ciencias Naturales.

LEMOS, David Sena. **A construção da temporalidade e a constituição identitária em relatos de deslocamento na região fronteira Brasil/Venezuela**. Dissertação de Mestrado Letras Neolatinas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

LEVEL, Beatriz Patrícia de Lima; SILVA, João Carlos Jarochinski e MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração, Trabalho e Estado: três aspectos da contemporaneidade do pensamento de Sayad**. In: A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (recurso eletrônico) / Gustavo Dias, Lucia Bogus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista (ogs). - São Paulo: EDUC, 2020.

LIMA, João Brígido Bezerra [et al.]. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf. Acessado em 30/08/2020.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.**

Horizontes antropológicos. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, June, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acessado em:

LOBO, Andréa. **Tão longe tão perto:** famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde. Brasília : ABA Publicações, 2014.

_____. **A Família em Cabo Verde.** Uma perspectiva Antropológica. Revista de Estudo Cabo-Verdianos, v. 4, p. 99-114, 2012.

LUIBHÉID, Eithne. **Migrant and refugee lesbians:** Lives that resist the telling, Journal of Lesbian Studies, 2019. DOI: 10.1080/10894160.2019.1622935

MACHADO, Igor José de Renó. **Purity and Mixture in the Category of Refuge in Brazil.** *Journal of Immigrant & Refugee Studies.* 2020. Disponível em: <http://www.lem.ufscar.br/wp-content/uploads/Purity-and-Mixture-in-the-Category-of-Refuge-in-Brazil.pdf>. Acessado em:

MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras, redes.** In: STROHAECKER, T. M. et al. (Org.). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998.

MARCUS, George E. **Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography.** *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARONI DA SILVA, Paloma Karuza. **Seguindo rotas:** reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2014

MARTINS, Elisangela. **Risos covardes e coragem racista: o discurso sobre o outro e a diversidade étnica na escola em Roraima.** Revista UFRR, Textos e Debates. n..10, 2006. Disponível em: <https://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/2870>. Acessado em: 20/04/2021

MARTIN, S.F.; WEERASINGHE, S.; TAYLOR, A. **Setting the scene.** In: MARTIN, S.F.; WEERASINGHE, S.; TAYLOR, A. **Humanitarian Crises and Migration: causes consequences and responses.** Abingdon/New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

MATOS, Pablo. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.14, n.14 (2019). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. v.1, n.1 (2006) Anual: ISSN: 1984.2104

MBEMBE, A. **On the Postcolony**, Berkeley: University of California Press. 2001.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao; RAIMO, Vânia Bogado de Souza di. Brasil: preocupações sobre xenofobia e militarização. In: Migrações Venezuelanas. BAENINGER Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. (Coords.) Unicamp. 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf . Acesso em: 23 dez. 2018.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotto Maior; RAMOS, Elisa Urbano e SANTOS DE JESUS, Genilson dos. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Dossiê Revista de Direito e Práx.** 10 (03) • Jul-Sep, 2019.

MINSALUD. *Perfil de Salud de la Población Indígena, y medición de desigualdades en salud*. Colombia: 2016. Disponível em: <https://www.minsalud.gov.co/sites/rid/Lists/BibliotecaDigital/RIDE/VS/ED/PSP/Perfil-salud-pueblos-indigenas-colombia-2016.pdf>. Acessado em:22/02/2021

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública e ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Projeto de Cooperação para Análise das Decisões de Refúgio no Brasil**. Brasília / DF, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Projeto-ACNUR-Conare_VFINAL.pdf. Acessado em 25/09/2020.

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal de Imigração – Relatórios Mensais do ObMigra**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acessado em:

MOREIRA, Elaine. **Os Warao no Brasil em cenas: “o estrangeiro...”**. Revista de Pesquisa sobre Migrações. v. 2 n. 2 (2018): Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul: Estudos de caso e questões compartilhadas. Periplos, Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/25457. Acessado em 07/02/2021

MOREIRA, Paula Gomes. **Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras**. In: PÊGO, Bolívar (Coord.) et. al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34441. Acessado em:

MOTA, Daniele Monteiro. **Representações Sociais, Mídia e Violência: A “Construção” do Migrante e da Migração Venezuelana em Roraima por meio do Website da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa e Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/205/1/Representa%C3%A7%C3%B5es%20sociais%2C%20m%C3%ADdia%20e%20viol%C3%Aancia%3A%20a%20E2%80%9Cconstru%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9D%20do%20migrante%20e%20da%20migra%C3%A7%C3%A3o%20venezuelana%20em%20Roraima%20por%20meio%20dos%20websites%20da%20Folha%20de%20Boa%20Vista%20e%20Folha%20de%20S.%20Paulo.pdf>.

Acessado em: 10/02/2021.

MOULIN, Carolina. “**A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo**”. In: Silva, 142 Sidney (org.). Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam. 2012.

MOUTINHO, Pedro. **Parecer técnico N° 10/2017– SP/MANAUS/SEAP.** Ministério Público Federal (MPF), 2017.

MOURA, Cristina Patriota. **Condomínios no Brasil Central** : expansão urbana e antropologia. Apresentação de Gilberto Velho. -- Brasília : Letras Livres : Editora Universidade de Brasília, 2012.

_____. **Condomínios horizontais em Brasília:** elementos e composições. Antropolítica, Rio de Janeiro, v. 1, p. 47-68, 2010. Disponível em:
<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/21>. Acessado em: 12 maio, 2014.

MRE. **Ata da Quinquagésima Conferência da Comissão Mista Brasileiro - Venezuelana** Demarcadora de Limites. 28.01.1985. Disponível em:
<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Documenta%C3%A7%C3%A3o%20Oficial/Venezuela/50%C2%AA%20Confer%C3%Aancia%20Portugu%C3%AAs%201.pdf>. Acessado em: 23/02/2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Ana Regina. **Fraternidade: Missões Humanitárias Internacionais.** Carmo da Cachoeira: Irdin, 2019.

- OIM. DTM Brasil – N°1 **Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. Março de 2018.
Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/download/66849>. Acessado em 23/08/2020.
- OIM. **Visões do Contexto Migratório Brasileiro**. Brasília: 2017. Disponível em:
https://legado.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/visoes_do_contexto_migratorio_no_brasil.pdf. Acessado em: 29/08/2020.
- OIM. **Retrato da Governança da Migração: República Federativa do Brasil**. Junho, 2018.
Disponível em: https://migrationdataportal.org/sites/default/files/2018-09/Retrato%20da%20Governan%C3%A7a%20da%20Migra%C3%A7%C3%A3o-%20Rep%C3%ABlica%20Federativa%20do%20Brasil_1.pdf. Acessado em:
- OIM. **Migration Governance Framework**. s/d Disponível em:
https://www.iom.int/sites/default/files/about-iom/migof_brochure_a4_en.pdf. Acessado em:
- OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio Silva e HILGEMBERG, Tatiane. **A Representação de Venezuelanos e Venezuelanas na Mídia Local em Roraima**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. v. 19, n. 33 (2020). Disponível em:
<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1563>. Acessado em: 20/02/2021.
- OLIVEIRA, Maj George Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela**. *Military Review*, Edição Brasileira, Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Online%20Exclusives/Alberto-A-Utilizacao-do-Componente-Militar-Brasileiro-Frente-a-Crise-Migratoria-da-Venezuela-POR-OLE-Nov-2018.pdf>.
Acessado em: 17/09/2020.
- ORTNER, Sherry B. **Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura?** *In*: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (Coord.) *A Mulher cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção O Mundo, hoje; v. 31. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19074/3/ORTNER%2C%20Sherry-Est%C3%A1%20a%20mulher-para-o-homem-assim-como-a-natureza-para-a-cultura.pdf>.
Acessado em: 04/04/2021.
- PACHIONI Miguel, **Compassiva realiza mutirão de atendimento a refugiados para revalidação de diplomas em São Paulo**. ACNUR: São Paulo | 22 Aug 2019. Disponível em:
<https://www.acnur.org/portugues/2019/08/22/compassiva-realiza-mutirao-de-atendimento/>.
Acessado em: 20/02/2021.

PAEZ, Thomas e PENALVER, Leonardo Vivas. *The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis?* FreedomHouse: 2017.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida, Ponto Urbe** [Online], 2 | 2008, posto online no dia 06 agosto 2014, consultado o 25 abril 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acessado em:

PERDIGÃO, Elaine. **Escrita Etnográfica: Entre o Realismo e a Ficção**. 2020. Disponível em: <https://aries.aibr.org/storage/pdfs/3494/Escrita%20Etnogr%C3%A1fica.pdf>. Acessado em:

PEREIRA, Sonia e SIQUEIRA, Sueli. **Migração, Retorno e Circularidade: Evidência da Europa e Estados Unidos**. REMHU - Revista Interdisciplinar Mobil. Hum., Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 117-138, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/243512047.pdf>. Acessado em:

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada por mulheres, vivas e mortas)**. São Paulo, 2019.

R4V. **Monitoramento do Retorno de Refugiados e Migrantes Venezuelanos**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjQwMGU0YWQzMWYwMi00MTc3LWFiMDctY2FjYTBmYWVmNTE3IiwidCI6IjE1ODgyNjJkLTlzMtNDNiNC1iZDZILWJjZTQ5YzhINjE4NiIsImMiOjh9>. Acessado em: 21/02/2021.

_____. **Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela**. Agosto de 2020¹. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acessado em: 23/8/2020.

_____. **Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela - Brasil**. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acessado em: 23/8/2020.

_____. Brazil Situation Report - January 2019. Disponível em: <https://r4v.info/en/documents/details/68563>. Acessado em 26/02/2021.

REFÚGIO 343. **Relatório Anual 2019**. Disponível em: https://refugio343.org/wp-content/uploads/2020/05/R343_RelatorioAnual2019.pdf. Acessado em:

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens**. Brasília - Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico**. Serie Antropologia 432. Brasília: DAN/UnB. 2010.

_____. **Bichos-De-Obra. Fragmentacao e Reconstrucao de Identidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.18, p. 30-40, 1992.

RODRIGUES, Alex. **Decreto reformula Comitê Federal de Assistência Emergencial.** Agência Brasil, 15/08/2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/decreto-reformula-comite-federal-de-assistencia-emergencial>. Acessado em: 22/08/2020.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana.** Manaus: EDUA, 2014. 289 p.

_____. **Garimpagem e mineração no norte do Brasil.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

RODRIGUES DE SOUSA, Caobe Lucas. **Dissidências em entrelace:** Narrativas de homossexualidade na migração venezuelana em Boa Vista, Roraima. Boa Vista. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima, 2020.

ROSA, Marlise Mirta. **A mobilidade de Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA.** Tese de doutoramento. PPGAS-Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 07/07/2020.

RUFINO SANTOS, Alessandra. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela:** um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180609/001069919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em:

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C.; NOGUEIRA, Mariana F.S. **Construção Social do Estado de Emergência e Governança das Migrações.** O Decreto Estadual Número 24.496-E Como Divisor de Águas. In: BAENINGER, Rosana e JAROSHINSKI, J. C. Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2018.

SALES, Gabriel Souza e ITUASSU, Camila Torres. **Relações entre migrações internacionais e empregabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul-Brasil.** ThaHs – Trayetorias Humanas Trascontinentales. Edição Especial. NE nº 6/2020. Publicado on line 22 juillet 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/2324>. Acessado em 15/02/2021.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Fronteiras entre muros e travessias**. *Jornal de Letras*, 21 fev. 2018. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santosas-fronteiras-entre-muros-e-travessias-jornal-de-letras-february-21-2018/?lang=pt>. Acessado em:
- SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización**. 1 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. **O retorno: elementos constitutivos da condição do imigrante**. *Travessia*, número especial, 2000.
- SCHLEMMER, Jimmi Joe. **International Migration in the geographical middle of the Americas A perspective analysis of international migration in Panama**. fesamericacentral.org. Perspectivas N° 19. 2016. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fesamcentral/13023.pdf>. Acessado em:
- SCHMITT, Moacir Fabiano; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel; NETO, Luís Moretto. **Conflitos Culturais no Processo de Pacificação no Complexo do Alemão/Rio de Janeiro - RJ**. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 31, n. 63, p. 13-35, jul./dez. 2016.
- SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti. 2014. 389 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281247>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- SERRANO, Pascual. **Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo**. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.
- SEYFERTH, Giralda. **As Identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07>. Acessado em: 10/04/2021.
- SILVA, Fabíola Santos da; ALVES, Gerlany Feitosa; CAVALCANTE, Hionara Maruai. **Os fluxos de redes e o controle do território na fronteira do Brasil com a Venezuela**. VI *Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*. São Paulo: 08 a 12 de setembro de 2014.

- SILVA, G. V. da; MENDES, N. M.. **Repensando o Império Romano**. Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Udufes, 2006.
- SILVA, João Jarochinski. **Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil**. Caxambu, 2017. 41º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file> Acessado em 25.04.2021
- SIMMEL, G. *The sociology of the space*, 1903. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. (Ed.). Simmel on culture: selected writings. London Sage Publications, 2000.
- SIMMEL, Georg. “Sociologia do espaço”. Estudos Avançados, v. 27, n. 79, (2013), pp. 75-112.
- SIMÕES, G ; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. ; MOREIRA, E. ; CAMARGO, J. **Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017.
- SIMÕES, Gustavo (Org). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. /Curitiba: CRV, 2017.
- SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.
- STRATHERN, Marilyn. **Fora de Contexto: as ficções persuasivas da Antropologia**. Trad. Tatiana Lotierzo & Luis Felipe Kojima Hirano. São Paulo: Terceiro Nome. 2013 [1987].
- SUBCOMITÊ FEDERAL PARA INTERIORIZAÇÃO. **Brasil: Informe de Interiorização Julho 2020 - Deslocamentos Assistidos de Venezuelanos**. Julho de 2020². Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/78266>. Acessado em: 23/8/2020.
- TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política: decoreto parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998 . – (Coleção Antropologia da política; 1)
- _____. **A participação social na saúde indígena** v9 n°2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SAÚDE INDÍGENA: A APOSTA CONTRA A ASSIMETRIA NO BRASIL? Amazônia, Revista de Antropologia. (Online) 9 (2): 716 - 733, 2017

- TRAJANO FILHO, Wilson. Rumores: Uma Narrativa da Nação. Série Antropologia – 143. Brasília, 1993. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie143empdf.pdf>. Acessado em: 11/05/2021.
- TURNER, Simon. *What is a Refugee Camp? Explorations of the Limits and Effects of the Camp*. Journal of Refugee Studies Vol. 29, No. 2 The Author. Published by Oxford University Press. 2015
- TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu**. EdUFF, Niterói –RJ. 2005.
- VALDES, Lysian Carolina e SILVA, Fernanda Claudia A. **O processo de interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil**. 30 de Agosto de 2018. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/o-processo-de-interiorizacao-d3-migrantes-venezuelanos-no-brasil.html>. Acessado em: 21/08/2020.
- VASCONCELOS, Iana dos Santos e SANTOS, Sandro Martins de Almeida. **Refugiados em Roraima? Instituições, Papéis e a Competição pelas Categorias**. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. Migrações Venezuelanas. n. 1. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"- NEPO/UNICAMP, 2018. p. 87-92.
- VASCONCELOS, Iana. **Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR**. In Machado, Igor Renó - Etnografias do Refúgio no Brasil. São Carlos: edUFSCar, 2020.
- VELHO, Gilberto. **Trajetória individual e campo de possibilidades**. Em Projeto e metamorfose. Pps.: 31-48. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.
- _____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- VENTURA, Luís et al. **Relatório sobre a situação das populações imigrantes no Estado de Roraima**. Comitê dos Migrantes em Roraima. Boa Vista, 26 jan. 2018.
- VIEGAS, Susana de Matos; FEIJÓ, Rui Graça. 2017. **Cohabitations and Power Dynamics: Land, Exchange, Governance**. Routledge/University of Hong Kong Southeast Asian Studies. 269 pp.
- VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

WILLIAMS, R. *May Day Manifesto*. Edited London: Penguin Books. 1968.

XAVIER, Fernando. **Os Direitos Humanos Trabalhistas dos contratados de Agências Internacionais atuantes na Crise Migratória no Estado de Roraima**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, v. 48, n. 1. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/53914>. Acessado em: 04/04/2021.

XAVIER, Paulo Luã Oliveira. **Migrantes Indígenas: os Warao na cidade de Boa Vista - Roraima e o debate sobre os Direitos Humanos** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social. UFRR: Boa Vista – RR. 2020. Disponível em: http://ufr.br/ppgants/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=10:2020&Itemid=360. Acessado em 31/01/2021.

As Fronteiras Fechadas (ou apêndice)

O início desse caminho se deu com o evento do fechamento da fronteira e, desde esse fechamento, outros vários já aconteceram, especialmente agora que o mundo inteiro está vivendo uma pandemia, que começou em 2020. Aqui, em 2021, enquanto escrevo para fechar essa dissertação, a pandemia já teve momentos que pareceu arrefecer, mas não acabou, e já chegou a levar quase meio milhão de vidas, só no Brasil. Vários países, em busca de garantir maneiras de manter sua população saudável, criaram fronteiras sanitárias nacionais ou internacionais, como foi o caso do Brasil.

Mas essas fronteiras também são políticas, como tantas outras: na decisão publicada no Diário da União em 9 de dezembro de 2020, as vias terrestres e aquaviárias estavam fechadas para migrantes e refugiados, mas não as aéreas. Essa normativa também estava presente em outras decisões do Governo Federal, mostrando mais uma vez quem são os *outsiders* bem vindos no Brasil, e não eram os migrantes e refugiados que atravessavam a fronteira terrestre, como os que estavam vindo da Venezuela. Para garantir a proteção desses sujeitos, foi necessário o trabalho da DPU para que pudessem ficar no Brasil, ao menos os indígenas que chegavam diariamente pela fronteira depois de ficar dias sem comer, fazendo um percurso penoso que por vezes durava até dez dias. Mas, até o lançamento dessa normativa, vários refugiados e migrantes foram deportados, repatriados e devolvidos pelo Governo Brasileiro.

Durante toda a pandemia, que ainda perdura no momento da escrita, recebi ligações contando de mortes e contaminações entre os Warao e suas famílias. Às vezes eram momentos de desabafos, às vezes queriam ser confortados, pedindo explicações sobre se era verdade que os Warao estavam sendo mortos dentro dos hospitais. Proliferaram inúmeros relatos de pessoas que, quando eram levadas aos hospitais, morriam e, para evitar, também informados por notícias por WhatsApp e Facebook, vi vários Warao se automedicando na tentativa de afastar o COVID-19. O medo de ir ao hospital era grande, pois muitas notícias que acessavam por meios duvidosos, diziam que se estavam matando as pessoas nos hospitais.

Em 2021, no primeiro semestre, vários dos Warao com que eu segui mantendo contato e que estavam vivendo em diferentes estados brasileiros, já haviam sido vacinados contra o COVID-19, mas padeciam de diversos outros maus, porque o processo de vulnerabilização pelo qual vinham passando se acirrou durante a pandemia.

Ainda que estivessem reduzidas as possibilidades de pedir dinheiro nas ruas ou de vender seus artesanatos, a circulação dos Warao dentro do Brasil, não cessou. Em vários

momentos encontraram barreiras sanitárias que atrasariam seus planos, especialmente as barreiras no estado do Amazonas que, devido ao colapso do sistema de saúde e da identificação de novas cepas do COVID-19, teve as fronteiras com outros estados fechada. Este fechamento impactava diretamente no deslocamento Warao, uma vez que para sair de Roraima por terra, obrigatoriamente, teriam que passar pelo Amazonas.

Estando a fronteira Brasil-Venezuela fechada, e com a fronteira de Roraima com o Amazonas também fechada por um tempo, alguns planos de deslocamento e de reencontro familiar foram atrasados, mas, como vimos durante todo esse trajeto, os Warao tiveram que pegar várias *trochas* para viver no Brasil. E, ainda que as fronteiras estivessem fechadas, recebi várias notícias de reencontros familiares, tanto em Roraima, quanto em outros estados da federação.

